Fotos: Edimir Rodrigues

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

DO PRODETUR NACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO

VOLUME II
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PRODETUR NACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MATO GROSSO DO SUL
2014

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

DO PRODETUR NACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO

VOLUME II
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PRODETUR NACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MATO GROSSO DO SUL
2014

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Dilma Vana Rousseff
Presidente

Michel Miguel Elias Temer
Vice-Presidente

MINISTÉRIO DO TURISMO

Vinicius Nobre Lages
Ministro

SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Neusvaldo Ferreira Lima
Secretário

DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Carlos Henrique Menezes Sobral
Diretor

COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS REGIONAIS II

Viviane de Faria
Coordenadora Geral

Luciana Amado Guimarães
Técnica Nível Superior

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

André Puccinelli
Governador

Simone Tebet
Vice-Governadora

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC

Carlos Alberto Negreiros Said Menezes
Secretário

Sérgio Yonamine
Secretário Adjunto

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

Carlos Alberto Negreiros Said Menezes
Diretor-Presidente

Roberto Ricardo Machado Gonçalves
Diretor da Diretoria de Desenvolvimento – DIDES

Leonardo Tostes Palma
Gerente de Unidades de Conservação – GUC

Ana Carolina Seixas Nascimento
Turismóloga - Analista Ambiental

Flavia Neri de Moura
Turismóloga - Fiscal Ambiental

Lidiane de Jesus Souza Chaves
Administradora - Gestora de Processos

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO – SEPROTUR

Paulo Engel
Secretário

Pedro Pedrossian Neto
Secretário Adjunto

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – PRODETUR/MS

Cláudia Braun de Queiroz Rolim
Coordenadora Geral

Ana Beatriz Paiva Sá Earp de Melo
Analista Ambiental

Janete de Fátima Ferreira Cardoso
Coordenadora Gestora Financeira

Helio Luis Brun
Especialista em Turismo

Lino de Souza de Lima
Analista de Desenvolvimento Socioeconômico

ENTIDADE EXECUTORA

DEMÉTER ENGENHARIA LTDA.
Campo Grande, MS.
(67)3351-9100
www.dmtr.com.br

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO

Neif Salim Neto (Coordenador Técnico)
Engenheiro Sanitarista e Ambiental e Mestre em Agroecossistemas

EQUIPE TÉCNICA EXIGIDA

Lucas Meneghetti Carromeu (Especialista em Meio Ambiente 1)
Engenheiro Sanitarista e Ambiental e Especialista em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental

Paulo Landgref Filho (Especialista em Meio Ambiente 2)
Biólogo e Mestre em Ecologia e Conservação

Áurea da Silva Garcia (Especialista em Turismo)
Turismóloga e Mestre em Ensino de Ciências – Educação Ambiental

Armando Garcia Arnal Barbedo (Especialista em Projetos de Infraestrutura)
Engenheiro Civil e Mestre em Saneamento Ambiental

Cristiane Marques Pitaluga (Especialista em Socioeconomia)
Economista e Mestre em Agronegócios

EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR

Fernanda Olivo
Engenheira Sanitarista e Ambiental, Especialista em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental e Bacharel de Direito

Jorge Justi Júnior
Engenheiro Ambiental

Kalil Graeff Salim
Engenheiro Sanitarista e Ambiental e Mestre em Engenharia Ambiental

Magdalena Fernandes da Silva
Graduação em História Natural, Mestre em Educação e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Tiago Henrique Lima dos Santos
Engenheiro Ambiental

APOIO TÉCNICO

Camila Graeff Pilotto
Bacharel em Direito

Diogo Mussi Barbosa da Silva
Acadêmico de Engenharia Ambiental

Rodrigo Avila Barsotti
Acadêmico de Engenharia Ambiental

Marcos Vinicius Travain Nascimento
Acadêmico de Engenharia Sanitária e Ambiental

Daniella de Souza Masson
Acadêmica em Gestão Ambiental

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS IX
LISTA DE GRÁFICOS X
LISTA DE QUADROS X
LISTA DE TABELAS XV
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS XVII
1 INTRODUÇÃO 25
2 OBJETIVOS 27
2.1 OBJETIVO GERAL 27
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 27
3 METODOLOGIA APLICADA PARA A AAE 29
3.1 METODOLOGIA PARA REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO 29
3.2 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS 30
3.2.1 Identificação e Avaliação dos Impactos 31
3.2.2 Proposição de Medidas Mitigadoras e Potencializadoras dos Impactos 33
3.2.3 Impactos Cumulativos e Sinérgicos 34
3.3 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS 36
4 LINHA DE BASE E DIAGNÓSTICO 37
4.1 ÁREA DE ESTUDO 38
4.2 CONTEXTO GERAL DO TURISMO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA 40
4.3 IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA 57
4.3.1 Área de Influência Direta (AID) 57
4.3.2 Área de Influência Estratégica (AIE) 58
4.4 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA NO QUE TANGE À ATIVIDADE TURÍSTICA 59
4.4.1 Localização e Acessibilidade 59
4.4.1.1 Acesso rodoviário 60
4.4.1.2 Acesso Aéreo 63
4.4.1.3 Acesso Ferroviário 63
4.4.2 Aspectos Físicos 64
4.4.2.1 Aspectos climáticos 64
4.4.2.2 Geologia e Geomorfologia 66
4.4.2.3 Solos 67
4.4.2.4 Águas superficiais 68
4.4.2.5 Águas subterrâneas 70
4.4.2.6 Vegetação 71
4.4.3 Caracterização dos Aspectos Ambientais 74
4.4.3.1 Diversidade biológica 74
4.4.3.2 Principais ecossistemas existentes 78
4.4.3.3 Áreas protegidas 81
4.4.3.4 Áreas potenciais para conservação 83
4.4.3.5 Fragilidades identificadas nos sistemas naturais 84
4.4.4 Aspectos Sociais 86
4.4.4.1 Aspectos demográficos 86

4.4.4.2 Educação ... 87
4.4.4.3 Saúde ... 91
4.4.4.4 Segurança ... 92
4.4.4.5 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) ... 94
4.4.5 Aspectos Institucionais ... 96
4.4.6 Aspectos Econômicos ... 99
4.4.7 Infraestrutura Urbana e Serviços Gerais ... 104
4.4.7.1 Abastecimento de água ... 104
4.4.7.2 Esgotamento sanitário ... 106
4.4.7.3 Drenagem pluvial ... 108
4.4.7.4 Limpeza pública e manejo de resíduos sólidos ... 109
4.4.7.5 Energia elétrica ... 112
4.4.7.6 Comunicação ... 112
4.4.7.7 Sistema de transporte urbano ... 114
4.4.8 Base Legal Turística ... 116
4.4.8.1 Federal ... 116
4.4.8.2 Estadual ... 118
4.4.8.3 Municipal ... 121
4.4.9 Base Legal Ambiental ... 123
4.4.9.1 Federal ... 123
4.4.9.2 Estadual ... 125
4.4.9.3 Municipal ... 128
4.4.10 Instrumentos de Uso e Ordenamento do Solo ... 129
4.5 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS INTERAÇÕES INSTITUCIONAIS DAS ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E SOCIAIS ATUANTES NO TURISMO DA REGIÃO ... 130
4.5.1 Identificação dos Principais Planos, Programas e Projetos de Turismo, Infraestrutura e de Meio Ambiente Relevantes, Previstos para o Polo e suas Implicações para O PRODETUR Nacional no Estado ... 131
4.6 IDENTIFICAÇÃO DE OUTRAS INICIATIVAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO ... 142
4.7 IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS TENSÕES E POTENCIAIS CONFLITOS ENTRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E OUTRAS PROPOSTAS DE USO DE ATIVOS AMBIENTAIS NA REGIÃO ... 144

5 DIAGNÓSTICO INTEGRADO ... 147

5.1 SITUAÇÃO GERAL DO POLO ... 147
5.2 INSTITUCIONALIDADE E GOVERNANÇA DO TURISMO ... 149
5.3 FATORES CRÍTICOS INTERNOS E EXTERNOS QUE CONDICIONAM O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO POLO ... 153

6 IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS ... 157

6.1 IMPACTOS POTENCIAIS E MEDIDAS POTENCIALIZADORAS /MITIGADORAS ... 157
6.1.1 Componente 1 – Estratégia do Produto Turístico ... 157
6.1.1.1 Dimensões ... 160
6.1.1.1.1 Dimensão ambiental ... 160
6.1.1.1.2 Dimensão social ... 163
6.1.1.1.3 Dimensão econômica ... 166
6.1.1.1.4 Dimensão cultural ... 169
6.1.1.1.5 Dimensão institucional ... 171

6.1.1.2 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras 174
6.1.2 Componente 2 – Estratégia de Comercialização 182
6.1.2.1 Dimensões 184
6.1.2.1.1 Dimensão ambiental 184
6.1.2.1.2 Dimensão social 185
6.1.2.1.3 Dimensão econômica 187
6.1.2.1.4 Dimensão cultural 189
6.1.2.1.5 Dimensão institucional 190
6.1.2.2 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras 192
6.1.3 Componente 3 – Fortalecimento Institucional 196
6.1.3.1 Dimensões 198
6.1.3.1.1 Dimensão ambiental 198
6.1.3.1.2 Dimensão social 200
6.1.3.1.3 Dimensão econômica 201
6.1.3.1.4 Dimensão cultural 202
6.1.3.1.5 Dimensão institucional 202
6.1.3.2 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras 204
6.1.4 Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos 205
6.1.4.1 Dimensões 206
6.1.4.1.1 Dimensão ambiental 206
6.1.4.1.2 Dimensão social 208
6.1.4.1.3 Dimensão econômica 210
6.1.4.1.4 Dimensão cultural 211
6.1.4.1.5 Dimensão institucional 213
6.1.4.2 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras 215
6.1.5 Componente 5 – Gestão Ambiental 217
6.1.5.1 Dimensões 219
6.1.5.1.1 Dimensão ambiental 219
6.1.5.1.2 Dimensão social 222
6.1.5.1.3 Dimensão econômica 223
6.1.5.1.4 Dimensão cultural 225
6.1.5.1.5 Dimensão institucional 226
6.1.5.2 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras 230
6.2 QUADRO GERAL DE AVALIAÇÃO 235
6.3 IMPACTOS CUMULATIVOS / SINÉRGICOS (ESTRATÉGICOS) 247
6.4 FATORES CRÍTICOS EXTERNOS E INTERNOS QUE INTERFEREM NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO PRODETUR 256
6.4.1 Fatores Críticos Identificados 256
6.4.1.1 Fatores críticos externos 256
6.4.1.2 Fatores críticos internos 262
6.4.2 Interferências dos Fatores Críticos sobre os Impactos Ambientais das Ações do PRODETUR 268
7 CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO 275
7.1 VISÃO DE FUTURO 275
7.2 OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE PARA O TURISMO 277
7.3 CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS 281
7.3.1 Cenário de Referência (CR) 290
7.3.2 Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP) 293
7.3.3 Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS) 294

7.3.3.1 Avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP) 295
7.3.3.2 Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS) 307
8 MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PROGRAMA 315
9 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AAE 327
REFERÊNCIAS 339
APÊNDICES 343

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas metodológicas desta Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Campo Grande e Região. ..29
Figura 2 – Indicadores de sustentabilidade. ..30
Figura 3 – Classificação dos impactos quanto à natureza, forma e efeito. ..31
Figura 4 – Classificação dos impactos quanto à intensidade e área de abrangência. ..32
Figura 5 – Classificação dos impactos quanto à duração. ..32
Figura 6 – Mapa das regiões turísticas do Estado de Mato Grosso do Sul. ..39
Figura 7 – Mapa de localização do Polo Campo Grande e Região. ..40
Figura 8 – Hierarquia dos atrativos turísticos. ..41
Figura 9 – Área de influência direta para o turismo no Polo Campo Grande e Região. ..58
Figura 10 – Área de influência estratégica para o turismo no Polo Campo Grande e Região. ..59
Figura 11 – Vias de acessos ao Polo Campo Grande e Região. ..61
Figura 12 – Classificação climática para o Estado de Mato Grosso do Sul em destaque o Polo Campo Grande e Região. ..65
Figura 13 – Mapa Geomorfológico do Polo Campo Grande e Região. ..67
Figura 14 – Tipos de solos encontrados nos municípios do Polo Campo Grande e Região. ..68
Figura 15 – UPGs no qual o Polo Campo Grande está inserido. ..69
Figura 16 – Hidrografia do Polo Campo Grande e Região. ..70
Figura 17 – Representação dos aquíferos encontrados no Polo Campo Grande e Região. ..71
Figura 18 - Distribuição geográfica do Bioma Cerrado (cinza). ..72
Figura 19 – Tipo de vegetação do Polo Campo Grande e Região. ..72
Figura 20 - Fitofisionomias do Bioma Cerrado, adapatado de Ribeiro & Walter (1998), note que Mata Seca (Mata Estacional) esta inserida em formações florestais do Cerrado. ..73
Figura 21 - Distribuição geográfica do Bioma Mata Atlântica. ..74
Figura 22 – Biomas presentes no Polo Campo Grande e Região. ..79
Figura 23 – Vegetação encontrada na região do Polo Campo Grande e Região. ..80
Figura 24 – Categorias de UCs de Proteção Integral. ..81
Figura 25 – Categorias de UCs de Uso Sustentável ..82
Figura 26 – Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no Polo Campo Grande e Região. ..84
Figura 27 – Parques públicos de Campo Grande. ..85
Figura 28 – Empresas responsáveis pelo serviço de abastecimento de água no Polo e os municípios em que prestam o serviços. ..104
Figura 29 – Situação dos municípios do Polo Campo Grande e Região no que concerne ao serviço de esgotamento sanitário. ..108
Figura 30 – Coleta urbana de resíduos sólidos no município de Campo Grande. ..110
Figura 31 – Situação do gerenciamento dos resíduos sólidos nos municípios do Polo. ..111
Figura 32 – Terminais do SIT da capital ..114
Figura 33 – Variação dos impactos positivos e negativos ..308

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Volume estimado de turistas, em 2008 e 2009. 43
Gráfico 2 – Grau de permanência no Polo Campo Grande e Região. 43
Gráfico 3 – Projeção futura do fluxo de turistas até o ano de 2014. 44
Gráfico 4 – Tempo de permanência do turista que desembarcou no Aeroporto Internacional de Campo Grande, MS, em 2005. 45
Gráfico 5 - Melhores características dos atrativos do Polo Campo Grande e Região para o turista, em 2010 – (respostas múltiplas). 45
Gráfico 6 - Piores características do Polo Campo Grande e Região para o turista, em 2010 – (respostas múltiplas). 46
Gráfico 7 – Distâncias das cidades do Polo Campo Grande e Região à capital. 62
Gráfico 8 – Porcentagem da área dos municípios do Polo Campo Grande e Região inseridas nas UPGs. 69
Gráfico 9 – Escolas presentes no Polo Campo Grande e Região. 87
Gráfico 10 – Quantificação das escolas encontradas nas demais cidades pertencentes ao Polo Campo Grande e Região. 87
Gráfico 11 – Distribuição dos alunos matriculados no Polo Campo Grande e Regiao,2010. 88
Gráfico 12 – Estabelecimentos e Leitos presentes no Polo Campo Grande e Região com destaque a capital sul-mato-grossense. 91
Gráfico 13 – Unidades de Saúde encontradas nos demais munícipios do Polo Campo Grande e Região. 91
Gráfico 14 – Leitos existentes nos demais municípios do Polo Campo Grande e Região. 92
Gráfico 15 – Detalhamento dos crimes contra o patrimônio no Polo Campo Grande e Região, em 2006. 94
Gráfico 16 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Polo Campo Grande e Região. 95
Gráfico 17 – Posição dos municípios integrantes do Polo Campo Grande e Região no *ranking* do IDH-M do Mato Grosso do Sul. 96
Gráfico 18 – Estimativa do número de empregos formais por ACTs, em Mato Grosso do Sul - Dezembro 2007. 100
Gráfico 19 – Número médio de empregos gerados por empreendimento, por categoria e por dimensão da empresa. 100
Gráfico 20 – Classes de rendimento nominal mensal para pessoas de 10 anos ou mais de idade. 103
Gráfico 21 – Classes de rendimento nominal mensal para pessoas de 10 anos ou mais de idade. 103
Gráfico 22 – Classes de rendimento nominal mensal para pessoas de 10 anos ou mais de idade. 103
Gráfico 23 – Valor médio de rendimento nominal mensal para a população acima de 10 anos ou mais de idade por classe para o Polo Campo Grande e Região. 104
Gráfico 24 – Classes de rendimento nominal mensal para pessoas de 10 anos ou mais de idade. 104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pontuação das variáveis consideradas no grau de importância 33
Quadro 2 - Valoração do grau de importância 33
Quadro 3 – Principais atrativos turísticos no Polo Campo Grande e Região e sua hierarquia. 41
Quadro 4 – Perfil do Turista, conforme FNRH - Polo Campo Grande e Região - 2007 e 2009. 44
Quadro 5 – Vocação turística identificada nos municípios do Polo Campo Grande e Região. 46
Quadro 6 – Equipamentos para Negócios & Eventos, Festas & Eventos Populares em Campo Grande. 50
Quadro 7 – Relação das Unidades de Conservação localizadas no Polo Campo Grande e Região. 82
Quadro 8 – Índice de qualidade da água na área de abrangência do Polo Campo Grande e Região, em 2008. ..85
Quadro 9 – População total, urbana e rural dos municípios do Polo Campo Grande e Região. 86
Quadro 10 – Número de delegacias e Corpo de Bombeiros ou de salvamento existentes no Polo Campo Grande e Região, em 2008. 92
Quadro 11 – Indicadores de criminalidade do Polo Campo Grande e Região em 2006. 93

Quadro 12 – Relação de receita e despesa dos municípios do Polo Campo Grande e Região. 99
Quadro 13 – Sistema de abastecimento de água de Campo Grande – 2010. 105
Quadro 14 – Captação e tratamento do sistema público de água nos municípios do Polo. 105
Quadro 15 – Evolução da rede de abastecimento de água do Polo, entre 2004 e 2009. 106
Quadro 16 – População atendida e projeções de atendimento pelo sistema de esgotamento sanitário, em Campo Grande. 107
Quadro 17 – Quadro de infraestrutura de drenagem dos demais municípios do Polo Campo Grande e Região. 109
Quadro 18 – Representativo do perfil de comunicação dos demais municípios do Polo Campo Grande e Região. 113
Quadro 19 - Legislação Federal sobre o Turismo. 117
Quadro 20 - Legislação Estadual sobre o turismo 118
Quadro 21 – Base legal turística dos municípios integrantes do Polo Campo Grande e Região. 122
Quadro 22 – Legislação Ambiental Federal 123
Quadro 23 – Legislação ambiental estadual 126
Quadro 24 – Base legal ambiental para os municípios do Polo Campo Grande e Região. 128
Quadro 25 – Investimentos em planos, programas e projetos em Campo Grande. 134
Quadro 26 – Investimentos em planos, programas e projetos em Corguinho. 137
Quadro 27 – Investimentos em planos, programas e projetos em Dois Irmãos do Buriti 137
Quadro 28 – Investimentos em Planos, Programas e Projetos em Nova Alvorada do Sul. 137
Quadro 29 – Investimentos em planos, programas e projetos em Ribas do Rio Pardo. 138
Quadro 30 – Investimentos em planos, programas e projetos em Rochedo. 138
Quadro 31 – Investimentos em planos, programas e projetos em Sidrolândia. 139
Quadro 32 – Investimentos em planos, programas e projetos em Terenos. 139
Quadro 33 – Objetivos estratégicos estabelecidos para Governança e Gestão Pública pela FUNDTUR/MS para o Polo Campo Grande e Região. 143
Quadro 34 – Objetivos estratégicos estabelecidos para Estruturação dos Segmentos Turísticos e Roteirização pela FUNDTUR/MS para o Polo Campo Grande e Região. 143
Quadro 35 – Objetivos estratégicos estabelecidos para Infraestrutura Turística e de Apoio FUNDTUR/MS para o Polo Campo Grande e Região. 144
Quadro 36 - Objetivos estratégicos estabelecidos para Qualificação da Atividade Turística pela FUNDTUR/MS para o Polo Campo Grande e Região. 144
Quadro 37 - Objetivos estratégicos estabelecidos para *Marketing* pela FUNDTUR/MS para o Polo Campo Grande e Região. 144
Quadro 38 – Fatores críticos externos e respectivos indicadores no Polo Campo Grande e Região. 154
Quadro 39 - Fatores críticos internos e respectivos indicadores no Polo Campo Grande e Região. 155
Quadro 40 - Forças e fraquezas do componente estratégia do produto turístico. 158
Quadro 41 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 162
Quadro 42 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 163
Quadro 43 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 164
Quadro 44 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 166
Quadro 45 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 167

Quadro 46 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 169

Quadro 47 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 170

Quadro 48 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 171

Quadro 49 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 172

Quadro 50 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 174

Quadro 51 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região. 175

Quadro 52 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região. 180

Quadro 53 - Forças e fraquezas do componente estratégia de comercialização. 183

Quadro 54 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 185

Quadro 55 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 185

Quadro 56 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 187

Quadro 57 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 187

Quadro 58 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 188

Quadro 59 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 189

Quadro 60 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 190

Quadro 61 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 190

Quadro 62 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 191

Quadro 63 – Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 192

Quadro 64 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região. 192

Quadro 65 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região. 195
Quadro 66 – Forças e fraquezas do componente estratégia de fortalecimento institucional. 197
Quadro 67 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 199
Quadro 68 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 200
Quadro 69 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 201
Quadro 70 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 202
Quadro 71 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente 3 - Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 203
Quadro 72 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 3 - Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região. 204
Quadro 73 – Forças e fraquezas do componente infraestrutura e serviços básicos. 205
Quadro 74 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 207
Quadro 75 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 208
Quadro 76 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 209
Quadro 77 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 211
Quadro 78 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 212
Quadro 79 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 214
Quadro 80 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região. 215
Quadro 81 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região. 217
Quadro 82 – Forças e fraquezas do componente estratégia de gestão ambiental. 218
Quadro 83 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Ambiental dos Impactos das Ações Propostas no Componente Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região 221
Quadro 84 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Ambiental dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região 221

Quadro 85 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Social dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região 223

Quadro 86 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Econômica dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região 224

Quadro 87 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Cultural dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 225

Quadro 88 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Institucional dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 229

Quadro 89 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Institucional dos Impactos das Ações Propostas no Componente Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 230

Quadro 90 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região. 231

Quadro 91 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região. 234

Quadro 92 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico. 235

Quadro 93 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 2 – Estratégia de Comercialização. 240

Quadro 94 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 3 – Fortalecimento Institucional. 242

Quadro 95 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos 243

Quadro 96 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 5 – Gestão Ambiental. 244

Quadro 97 - Efeitos cumulativos/sinérgicos dos impactos das ações previstas nos diversos Componentes Estratégicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 247

Quadro 98 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes das ações previstas nos 8 grupos de ações do Componente 1 - Estratégia de Produto Turístico, do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 248

Quadro 99 - Efeitos cumulativos/sinérgicos negativos resultantes das ações previstas nos 8 grupos de ações do Componente 1 - Estratégia de Produto Turístico, do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 250

Quadro 100 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes das ações previstas nos 3 grupos do Componente 2 Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 250

Quadro 101 - Efeitos cumulativos/sinérgicos negativos resultantes das ações previstas nos 3 grupos do Componente 2 Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 251

Quadro 102 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes das ações previstas no Componente 3 - Estratégia de Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 252

Quadro 103 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos e negativos resultantes das ações previstas no Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 253

Quadro 104 - Efeitos cumulativos/sinérgicos negativos resultantes das ações previstas no Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 253

Quadro 105 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes dos 4 grupos de ações previstas no Componente 5 – Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. 254

Quadro 106 - Interferências dos fatores críticos externos e internos diretos (D) e indiretos (I) sobre os efeitos estratégicos (cumulativos/sinérgicos) das ações previstas no PRODETUR-MS. 270

Quadro 107 – Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando cada Componente Estratégico das ações do PRODETUR/MS para o Polo Campo Grande e Região. 297

Quadro 108 - Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando o Componente – Estratégia de Comercialização do PRODETUR/MS para o Polo Campo Grande e Região. 299

Quadro 109 - Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando o Componente – Fortalecimento Institucional do PRODETUR/MS para o Polo Campo Grande e Região. 301

Quadro 110 - Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando o Componente – Infraestrutura e Serviços Básicos do PRODETUR/MS para o Polo Campo Grande e Região. 303

Quadro 111 - Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando o Componente – Gestão Ambiental do PRODETUR/MS para o Polo Campo Grande e Região. ..305

Quadro 112 - Nível de relevância dos impactos estratégicos incidentes no Cenário de Referência (CR), Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP) e Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS) no Polo Campo Grande e região. 308

Quadro 113 – Avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR), Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP) e Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS) quanto aos objetivos da sustentabilidade no Polo Campo Grande e Região. 311

Quadro 114 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Campo Grande e Região relativos ao Componente – Estratégia do Produto Turístico do PRODETUR/MS. 317

Quadro 115 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Campo Grande e Região relativos ao Componente – Estratégia de Comercialização do PRODETUR/MS. 319

Quadro 116 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Campo Grande e Região relativos ao Componente – Fortalecimento Institucional do PRODETUR/MS 321

Quadro 117 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Campo Grande e Região relativos ao Componente – Infraestrutura e Serviços Básicos do PRODETUR/MS. 323

Quadro 118 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Campo Grande e Região relativos ao Componente – Gestão Ambiental do PRODETUR/MS 325

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do Produto Interno Bruto dos municípios integrantes do Polo Campo Grande e Região. 101

Tabela 2 – PIB *per capita* dos municípios do Polo Campo Grande e Região 101

Tabela 3 – Valor líquido total de repasse de ICMS Ecológico, em 2011, para os municípios do Polo Campo Grande e Região. 102

Tabela 4 - Classes de rendimento nominal mensal para a população acima de 10 anos ou mais de idade. 103

Tabela 5 – Evolução das agências dos Correios, em unidades operacionais, por município do Polo Campo Grande e Região, entre 2004 e 2009. 112
Tabela 6 – Frota de Ônibus das empresas concessionadas de Campo Grande, MS. 114
Tabela 7 – Transporte coletivo por ônibus em Campo Grande – 2005 a 2009 115
Tabela 8 – Frota de táxi e moto-táxi de Campo Grande, MS. 115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABB	Associação Atlética do Banco do Brasil
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AAMU	Associação Atlética Mace UNIDERP
ABAV	Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABBTUR	Associação Brasileira dos Bacharéis de Turismo
ABIH	Associação Brasileira de Indústria de Hotéis
ABLA	Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRAJET	Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo
ABRASEL	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ACP	Sindicato Campograndense dos Profissionais da Educação
ACRIPAN	Associação dos Parceiros Piscicultores do Pantanal
ACRIPER	Associação dos Criadores de Peixe de Rochedo
ACRISUL	Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul
ACT	Atividade Característica do Turismo
ACTUR	Associação Campo-grandense de Turismo Rural
AEM	Agência Estadual de Metrologia MS
AEMS	Faculdades Integradas de Três Lagoas
AGEHAB	Agência de Habitação Popular de MS
AGENFA	Agencia Fazendária de Mato Grosso do Sul
AGEPAN	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul
AGEPEN	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário
AGEREG	Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande
AGESUL	Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos do MS
AGETRAN	Agência Municipal de Transporte e Trânsito
AGIOSUL	Agência de Imprensa Oficial
AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
AGTB	Associação de Guias de Turismo de Bonito
AID	Área de Influência Direta
AIE	Área de Influência Estratégica
ALL	América Latina Logística
AMAP	Associação dos Micro Agricultores e Piscicultores de Rochedo
AMAS	Associação Sul Mato-Grossense de Supermercado
ANA	Agência Nacional de Águas
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicação
APA	Área de Proteção Ambiental
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APP	Área de Preservação Permanente
APROSSUL	Associação de Produtores de Sementes e Mudas
ASPLEJ	Associação dos Produtores de Leite
ASPROLER	Associação dos Produtores de Leite de Rochedo
ASSEFAZ	Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul
ASSETUR	Associação das Empresas de Transporte Coletivo Urbano
ASSIBGE	Sindicato Nacional Núcleo Sindical de MS

ASSOMASUL	Associação dos Municipios de Mato Grosso do Sul
ASSOVEMS	Associação dos Revendedores de Veículos do MS
BDE	Banco de Dados do Estado
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BO	Bolívia
BR	Brasil
C&VB	*Convention & Visitors Bureau*
CADASTUR	Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos
CADASTUR	Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que Atuam na Cadeia Produtiva do Turismo
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CAOC	Coordenadoria de Apoio aos Órgãos Colegiados
CAOMA	Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente
CASSEMS	Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CBH - Miranda	Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Miranda
CBTS	Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável
CBUQ	Concreto Betuminoso Usinado à Quente
CCC	Comitê Consultivo do CADASTUR
CCLIP	Linha de Crédito Condicional
CDL	Conselho dos Dirijentes Lojistas
CDP	Cenário de Desenvolvimento PRODETUR
CDS	Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade
CECA	Conselho Estadual de Controle Ambiental
CEF	Caixa Economica Federal
CEPEF	Centro de Educação Profissional Ezequiel Ferreira Lima
CER	Câmara Especial Recursal
CG	Campo Grande
CIDEMA	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa
CIFAT	Comitê Interministerial de Facilitação Turística
CIT	Centro de Informações Turísticas
COC	Centro Universitário do Instituto de Ensino Superior
COEPLAN	Coordenadoria Municipal de Planejamento
COMDEMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONDEMA	Conselho Municipal do Meio Ambiente
CONTURB	Conselho de Turismo da Serra da Bodoquena
COOPERVANS	Cooperativa Prestadora de Serviço de Van
CPG	Centro de Pós Graduação Terra
CR	Cenário de Referência
DCQA	Departamento de Controle da Qualidade Ambiental
DECAT	Delegacia Especializada na Repreensão a Crimes Ambientais e Proteção ao Turista
DERSUL	Departamento de Estradas de Rodagem
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito de MS
DF	Distrito Federal

DGPC	Diretoria Geral de Polícia Civil de MS
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EFASIDRO	Escola Família Agrícola de Sidrolândia
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRAPA-GC	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Gado de Corte
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EMHA	Agência Municipal de Habitação de Campo Grande
ENERSUL	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETE	Estações de Tratamento de Esgoto
FACSUL	Faculdade Mato Grosso do Sul
FAMASUL	Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul
FAPEC	Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura
FCG	Faculdade de Campo Grande
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FCR	Fundação Cândido Rondon
FENAL	Federação Nacional Sindicato das Assembleias Legislativa
FESCG	Faculdade Estácio de Sá
FETEMS	Federação dos Trabalhadores em Educação
FIC	Faculdades Integradas de Cassilândia
FIEMS	Federação da Industria de Mato Grosso do Sul
FIFA	*Fedération Internationale de Football Association*
FNRH	Ficha Nacional de Registro de Hospedes
FONPLATA	*Fondo Financiero para el Desarrollo de los Países de la Cuenca del Plata*
FSST	Faculdade Salesiana de Santa Teresa
FUMTUR	Fundo Municipal de Turismo
FUNAI	Fundação Nacional do Índio – Administração Regional
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDAC	Fundação Municipal de Cultura
FUNDATEC	FUNDATEC – Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul. Código de Ética Mundial para o Turismo.
FUNDECT/MS	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul
FUNDESPORTE	Fundação de Desporto e Lazer
FUNDTUR/MS	Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul
FUNESP	Fundação Municipal de Esporte
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
FUNSAT	Fundação Social do Trabalho de Campo Grande
FUNSAU	Fundação de Serviços de Saúde de MS
FUNTRAB	Fundação do Trabalho e Qualificação Profissional
GUIV	Geradores de Impacto de Vizinhança
IAD	Índice Ambiental de Desenvolvimento
IAGRO	Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal
IBAMA	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IESF	Instituto de Ensino Superior da FUNLEC
IMASUL	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
IMPCG	Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande
IMTI	Instituto Municipal de Tecnologia da Informação
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IQA	Índice de Qualidade de Água
ISO	***International Organization for Standardization***
JUCEMS	Junta Comercial do Estado de MS
LSG	Escola Superior de Direito de Mato Grosso do Sul
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MH	Meios de Hospedagem
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPE	Micro e Pequenas Empresas
MPF	Ministério Publico Federal
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
MTUR	Ministério do Turismo
NBR	Norma Brasileira
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDE/MS	Programa de Transportes e de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Mato Grosso do Sul
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDR	Plano de desenvolvimento regional
PDTUR	Plano de Desenvolvimento Turístico
PERH - MS	Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul
PETUR	Plano Estratégico de Turismo
PGM	Procuradoria Geral do Município
PGT	Programa de Gestão Territorial
PIB	Produto Interno Bruto
PLANURB	Instituto Municipal de Planejamento Urbano
PMA	Policia Militar Ambiental
PMCG	Prefeitura Municipal de Campo Grande
PNLT	Plano Nacional de Logística e Transportes
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PROCON	Superintendência de Proteção e Defesa ao Consumidor
PRODES	Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande
PRODETUR NACIONAL	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
PROLER	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
PROLOCAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico dos Municípios
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPAM	Programa de Parceria Municipal
PROSANEAR	Programa MS Sustentável – Saneamento Ambiental, Urbano e Rural
PSF	Posto de Saúde da Família
PY	Paraguai
RALF	Reator Anaeróbio de Lodo Fluidizado
REPAMS	Associação de Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural de Mato Grosso do Sul
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RL	Reserva Legal
RN	Rio Grande do Norte
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SANESUL	Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul
SAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SASCT	Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania
SBF	Scretaria Brasileira de Florestas
SEBRAE-MS	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul
SECOVI	Sindicato das Empresas Imobiliárias de MS
SED	Secretaria de Educação de MS
SEDESC	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e do Agronegócio
SEGOV	Secretaria Municipal de Governo e Relações Internacionais
SEHAC	Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades
SEINTRHA	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Habitação
SEJUSP	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SEMAC	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia
SEMACT	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo
SEMAD	ecretaria Municipal de Administração
SEMADES	Secretaria do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
SEMADUR	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMRE	Secretaria Municipal da Receita
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEOP	Secretaria de Estado de Obras Públicas e de Transportes

SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral
SEPLANFIC	Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Controle
SEPRODES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção e do Turismo
SEPROTUR	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo
SES	Secretaria de Saúde do Estado-
SESAU	Secretaria Municipal de Saúde Pública
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte
SIAMS	Sindicato das Indústrias da Alimentação do Estado do MS
SILAM	Sistema Municipal de Licenciamento e Controle Ambiental de Campo Grande
SIMEMAE	Sindicato das Indústrias Metalúrgicos de Materiais Elétricos
SIMTED	Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação-Nova Alvorada do Sul
SINDCFC	Sindicato das Auto Escola do MS
SINDHESUL	Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do MS
SINDICATOUSCON	Sindicato Intermunicipal da Indústria Construção do MS
SINDICONSTRU	Sindicato Comércio Varejista Atacado Materiais de Construção
SINDIGRAF	Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado MS
SINDIJUS	Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário - Delegacia Sindical de Campo Grande
SINDIVEST	Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Vestuário, Tecelagem e Fiação de MS
SINE	Fundação de Trabalho e Economia Solidária
SINEPE	Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de MS
SINPETRO	Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo e Lubrificantes MS
SINPSI	Sindicato dos Psicólogos de MS
SINTAMS	Sindicato Técnicos Agrícolas de MS
SINTÁXI	Associação dos Artesãos, Sindicato dos Táxistas do MS
SINTED	Sindicato dos Trabalhadores em Educação
SINTEL	Sindicato dos Empregados das Empresa de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônica
SINTERMS	Sindicato dos Técnicos em Radiologia
SINTERPA	Sindicato Trabalhadores Extensão Rural
SINTRAE	Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Mato Grosso do Sul
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SISREL	Sistema de Reserva Legal
SIT	Sistema Integrado de Transporte
SLA	Sistema de Licenciamento Ambiental
SM	Salário Mínimo
SMP	Sistema Municipal de Planejamento
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
SR	Superintendencia
SSCH	Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TR	Termo de Referência
TURISUL	Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul
UC	Unidade de Conservação

UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UCP	Unidade de Coordenação de Projeto
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UMPEP	União Mutunense de Pequenos Produtores
UNAES	Centro Universitário de Campo Grande
UNIDERP	Universidade Anhanguera
UNIFEJ	Instituto de Estudos e Pós Graduação
UNIRIBAS	Associação dos Universitários de Ribas do Rio Pardo
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UPG	Unidades de Planejamento e Gerenciamento
UPL	Unidade de Processamento de Lixo
WWF-Brasil	*World Wildlife Fund* - Brasil
ZEE-MS	Zoneamento Ecológico-Econômico do Mato Grosso do Sul

PRAÇA DO RÁDIO CLUB
Campo Grande/MS
Foto: FUNDTUR/MS

1 INTRODUÇÃO

O turismo ocupa hoje uma posição da maior importância em todo o mundo, proporcionando inegáveis benefícios sociais e econômicos, tendo em vista sua capacidade de gerar emprego e renda e de estimular diferentes setores da economia, proporcionando o desenvolvimento das localidades anfitriãs. Entretanto, a falta de planejamento da atividade turística e da adoção de princípios de sustentabilidade socioambiental, pode acarretar inúmeros transtornos e alterações que se refletem na deterioração do meio ambiente e da qualidade de vida das populações receptoras e dos próprios turistas.

O processo de planejamento estratégico é fundamental para que o desenvolvimento do turismo seja eficiente e sustentável, integrando os setores envolvidos. No Polo Campo Grande e Região o planejamento deve estabelecer ações que visem à consolidação dos produtos já existentes e a criação e expansão das oportunidades, diversificando as modalidades turísticas do Polo.

Para este desenvolvimento deve haver uma integração entre o poder público, o setor empresarial e a sociedade, envolvendo a valorização social, cultural e ambiental frente ao crescimento econômico e sustentável das atividades.

A criação e consolidação de novos atrativos turísticos depende dos investimentos e devem ser identificadas as características e identidades de cada região quanto aos atrativos praticados. Os municípios devem ser preparados para receberem os turistas, possibilitando uma melhoria nos serviços oferecidos e na qualidade de vida dos habitantes, com investimentos em infraestrutura, saúde e formação profissional, criando condições de desenvolver as atividades de forma eficaz e com qualidade, possibilitando um desenvolvimento social na região.

Desta forma, para o desenvolvimento sustentável do turismo no Polo é necessário uma integração entre as políticas públicas e a interação das atividades turísticas com o meio ambiente, evidenciando as alternativas e instrumentos para garantir a manutenção da qualidade ambiental das regiões, aliado a sensibilização dos empresários quanto à necessidade de um equilíbrio ambiental e econômico para o desenvolvimento de suas atividades.

O modelo de desenvolvimento do turismo proposto pelo governo federal, através do Plano Nacional do Turismo, destaca o crescimento do mercado de forma sustentável, integrando soluções sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. Com essa finalidade, estão sendo desenvolvidos os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) que buscam apontar os cenários atuais e definir quais as estratégias de ações para o crescimento sustentável do setor em cada Polo Turístico. No entanto, para que estes planos proporcionem um crescimento sustentável são desenvolvidos estudos, como a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), para analisar de forma integrada todas as ações planejadas.

Trata-se de uma ferramenta relevante para orientar o desenvolvimento do turismo no Polo Campo Grande e Região com responsabilidade socioambiental, viabilizando-o nas diversas dimensões

da sustentabilidade – ambiental, econômica, social, cultural e institucional de forma articulada e interdependente.

A AAE para este Polo consiste de um processo formal de avaliação dos possíveis impactos ambientais das decisões estratégicas de políticas, planos e programas para a região, tendo como base de avaliação o PDITS. Trata-se de recomendação expressa no Manual de Gestão Socioambiental do PRODETUR Nacional, bem como atende exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), principal financiador dos recursos para implementação das iniciativas apontadas no PDITS.

Constam do texto uma análise do contexto regional relacionado à atividade turística, os principais impactos provenientes das ações propostas pelo PDITS, o desenvolvimento do turismo em condições hoje tendenciais e em cenários que consideram a implementação de tais ações. Finalmente, são feitas recomendações baseadas nas principais conclusões obtidas.

Ressalta-se que, em vista do tempo decorrido entre o Diagnóstico, em 2012, e a finalização dos estudos, em 2014, eventualmente alguns dados e informações apresentados nas Conclusões e Recomendações poderão ser diferentes daqueles identificados por ocasião do diagnóstico, sem contudo implicar em prejuízo das avaliações e deduções pertinentes aos impactos estratégicos e cenários identificados.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Identificar e avaliar, previamente, os efeitos ambientais cumulativos das propostas de ação estratégica e das alterações ambientais em grande escala, das ações previstas nos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) para o Polo Campo Grande e Região, em Mato Grosso do Sul.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar e caracterizar a atual conjuntura do Polo Campo Grande e Região visando consolidar o diagnóstico estratégico do Polo, considerando os aspectos turísticos, ambientais, sociais, econômicos e institucionais.
- Identificar e avaliar os impactos positivos e negativos potenciais do desenvolvimento do turismo no Polo Campo Grande e Região provenientes das ações propostas no PDITS considerados em suas dimensões ambiental, social, econômica, cultural e institucional.
- Propor medidas visando minimizar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos identificados.
- Identificar os cenários de desenvolvimento do turismo no Polo Campo Grande e Região, considerando as alternativas de implementação ou não das ações do PDITS, tendo por base a visão de futuro e os objetivos de sustentabilidade desejados.
- Consolidar as conclusões obtidas no processo de elaboração da AAE, associadas às recomendações obtidas no Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade.
- Estabelecer parâmetros e indicadores de desempenho do Programa, focados na sustentabilidade, no sentido de permitir uma avaliação, ao longo do tempo, dos resultados ambientais obtidos, e indicar o prazo de revisão da AAE.

IPÊ ROSA
Campo Grande/MS
Foto: FUNDTUR/MS

3 METODOLOGIA APLICADA PARA A AAE

Segundo Brasil (2002), o processo de tomada de decisão de políticas, planos e programas é de enorme complexidade, assim como os objetivos e contextos variados da aplicação de AAE, contribuindo para que seja impossível a adoção de uma única metodologia para implementação do estudo. Portanto, para realidades diferentes, provavelmente, deve-se realizar adequações na metodologia.

A metodologia desta AAE apresenta seis grandes etapas (Figura 1). Destaca-se que algumas etapas têm vários momentos de atuação, ou seja, a figura em questão não apresenta uma sequência cronológica.

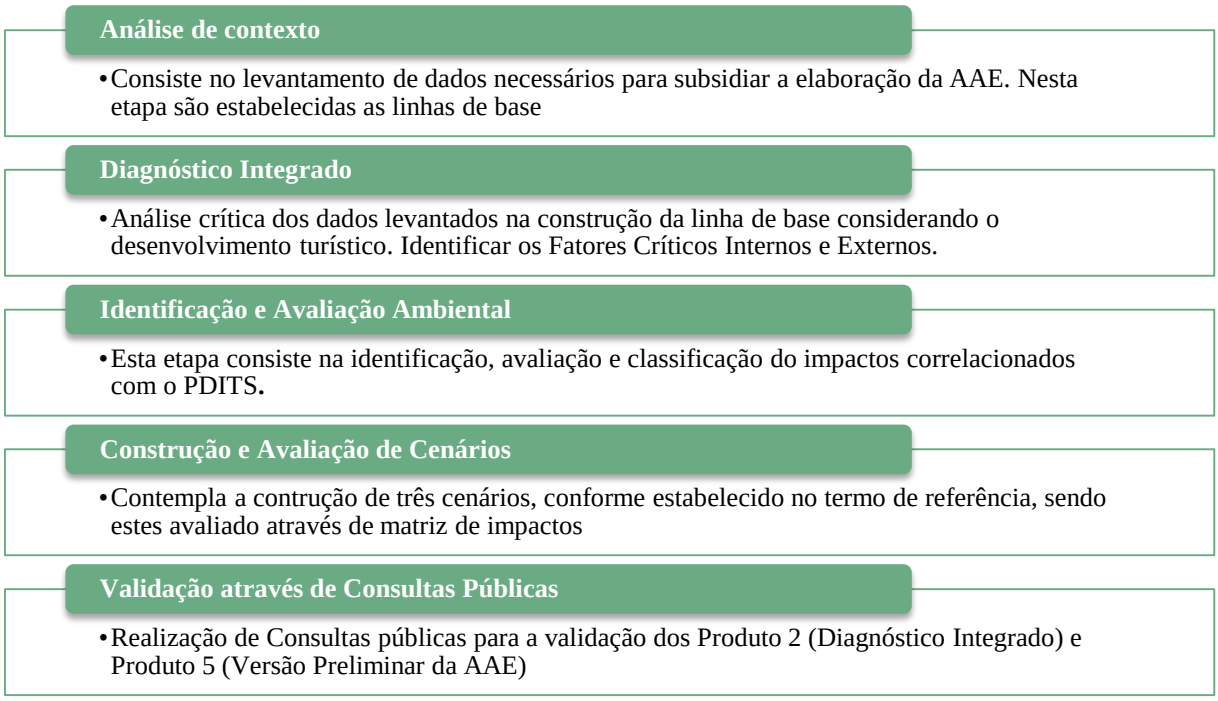


Figura 1 – Etapas metodológicas desta Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Campo Grande e Região.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2012.

3.1 METODOLOGIA PARA REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

A realização do diagnóstico do Polo Campo Grande e Região foi iniciada com o levantamento de dados, através dos ofícios, visitas e reuniões realizadas em cada município do Polo. Após esta primeira análise dos dados disponíveis, foram identificadas as necessidades de novos levantamentos e atualizações.

Os dados levantados foram priorizados de acordo com as demandas identificadas nos PDITS, sendo utilizados como parâmetros os indicadores sociais, econômicos e de saneamento básico na elaboração das linhas de base e do diagnóstico.

Dentre os indicadores destacam-se os seguintes (Figura 2):

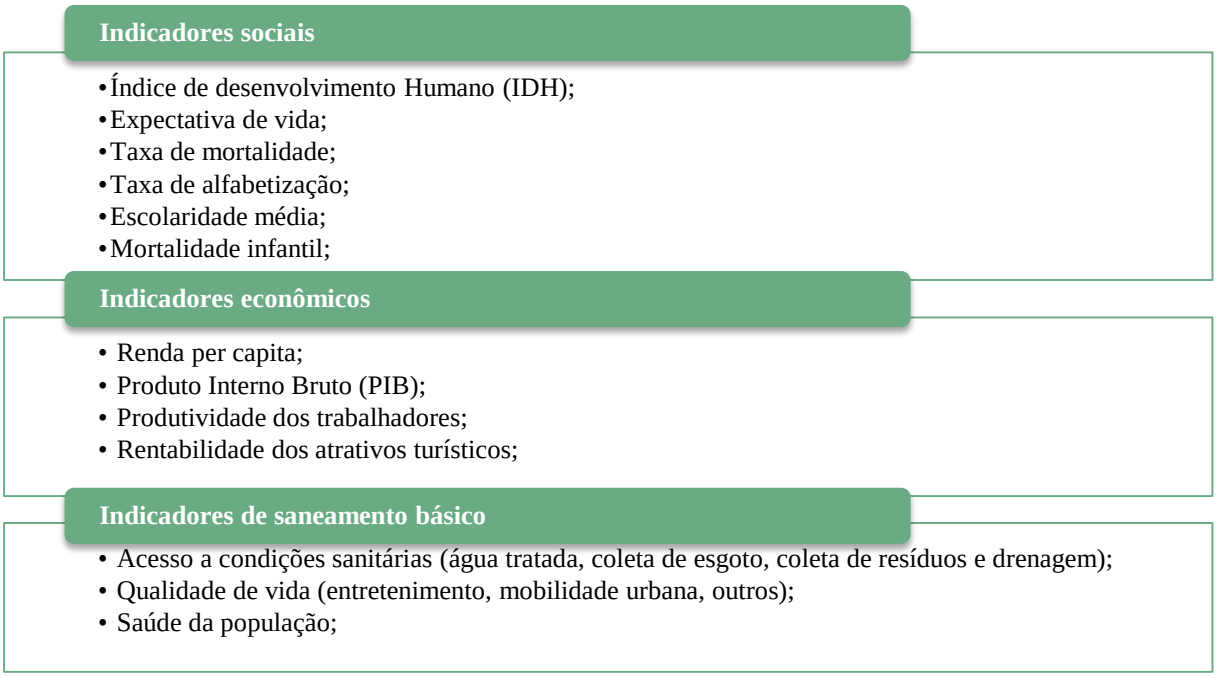


Figura 2 – Indicadores de sustentabilidade.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2012.

3.2 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS

Para a estruturação da AAE foram utilizadas as metodologias de avaliação de impactos ambientais baseadas na definição de políticas, planos e programas com objetivos de longo prazo, integrando soluções sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais.

Foram também observadas as recomendações do Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental do PRODETUR Nacional, bem como de outros documentos de referência (Termo de Referência - TR da presente AAE). Especificamente este último determina que a identificação e avaliação dos impactos inclua os seguintes parâmetros:

> "**A**. Impactos Diretos (positivos e negativos): hierarquizados por grau de impacto e por área impactada (ambiental, social, econômica, cultural e institucional);
>
> **B**. Impactos Indiretos ou Estratégicos (positivos e negativos): hierarquizados por grau de impacto e por área impactada (ambiental, social, econômica, cultural e institucional);
>
> **C**. Impactos Cumulativos / Sinérgicos (positivos e negativos): analisados segundo a sua interação, cumulatividade e sinergismo. Para o levantamento destes impactos é necessária uma abordagem global, sistêmica do conjunto de ações e suas interações.
>
> **D**. Fatores Críticos Internos e Externos: os fatores críticos internos e externos correspondem aos elementos ou aspectos que não são necessariamente impactos, mas que foram importantes para compor o contexto em que foram construídos e descritos os cenários de desenvolvimento, possibilitando que sua análise possa ser elaborada com maior precisão, com base em algumas variáveis de contorno, indicativas das tendências do setor, como, por exemplo, as taxas nacionais e internacionais de crescimento do turismo (externos) ou a estrutura logística local (internos). Assim, fornecem elementos estratégicos locais ou não que podem influenciar os impactos já levantados nos itens de A a C, potencializando-os".

3.2.1 Identificação e Avaliação dos Impactos

Com a finalidade de incluir tais conteúdos exigidos, a seguir é descrita a metodologia de identificação, avaliação e classificação dos impactos potenciais do plano.

Esta etapa de avaliação dos impactos é feita a partir do conjunto de ações e intervenções propostas nos PDITS de cada Polo, agrupadas pelos componentes: Produto Turístico, Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Serviços Básicos e Gestão Ambiental.

Os impactos potenciais de cada ação prevista no PDITS foram descritos e avaliados por meio de sua inserção nas dimensões de sustentabilidade ambiental, social, econômica, cultural e institucional, cujo enfoque é exposto nos tópicos a seguir:

- **Dimensão Ambiental**: com enfoque para os principais recursos naturais (rios, grutas, áreas protegidas) identificados no diagnóstico e com destaque para as áreas de fragilidade ambiental;
- **Dimensão Social**: com enfoque nas relações envolvendo o desenvolvimento social, promovendo a valorização pessoal e criando condições de atendimento e prestação de serviço;
- **Dimensão Econômica**: relacionados aos fatores de empreendedorismo/ competitividade dos destinos e absorção da força de trabalho local, que poderá refletir nas condições de trabalho, emprego e renda. A pouca diversidade e polarização dos atrativos e produtos incidem diretamente na produção do turismo;
- **Dimensão Cultural**: enfoque nas relações e na manutenção das características culturais das regiões, envolvendo aspectos relacionados à identidade cultural da região;
- **Dimensão Institucional**: envolvendo a capacidade institucional do Estado e dos municípios para a gestão das políticas públicas que fortaleça o papel da governança no que se refere à política de turismo.

Em seguida, tais impactos foram classificados quanto a sua natureza, forma e efeito, conforme evidencia a Figura 3.

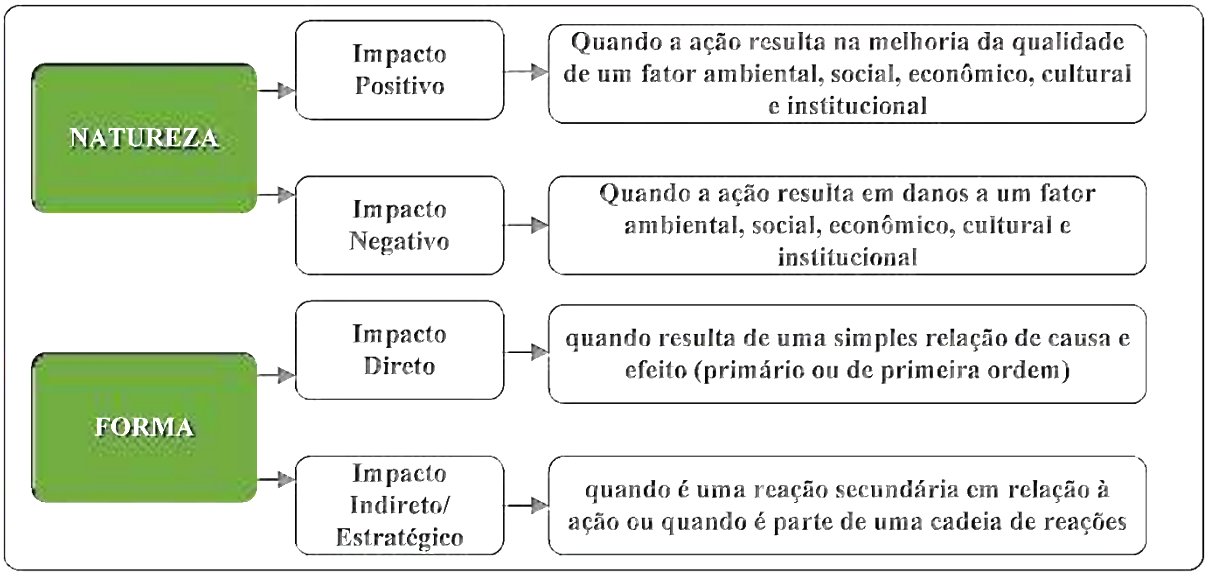


Figura 3 – Classificação dos impactos quanto à natureza, forma e efeito.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2013.

O impacto foi hierarquizado segundo seu grau de importância. Para calculá-lo foi elaborada uma matriz de interação entre a intensidade do impacto, sua área de abrangência e duração.

Na Figura 4 e Figura 5 estão detalhadas e descritas as variáveis utilizadas para a classificação do grau de importância dos impactos.

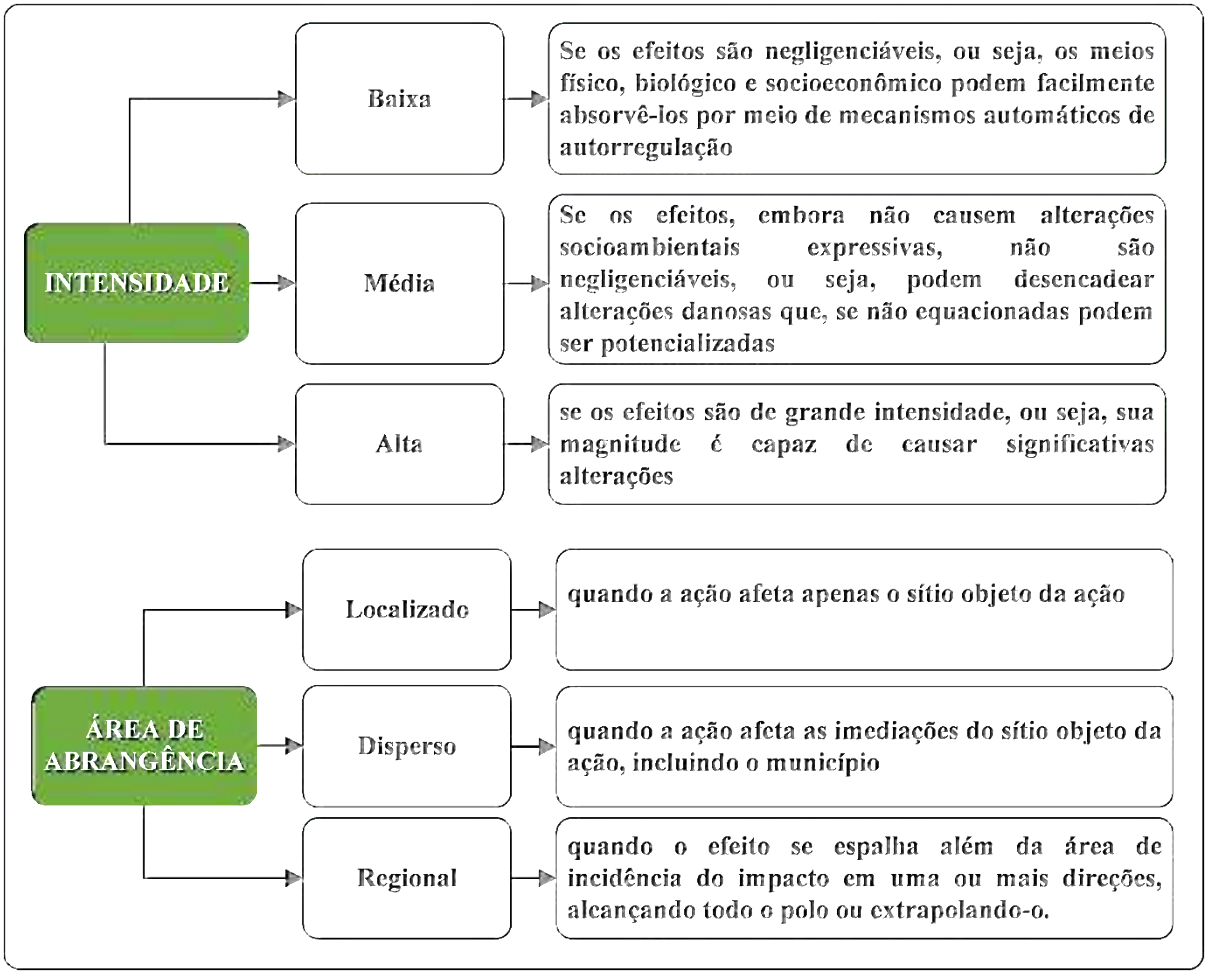


Figura 4 – Classificação dos impactos quanto à intensidade e área de abrangência.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2013.

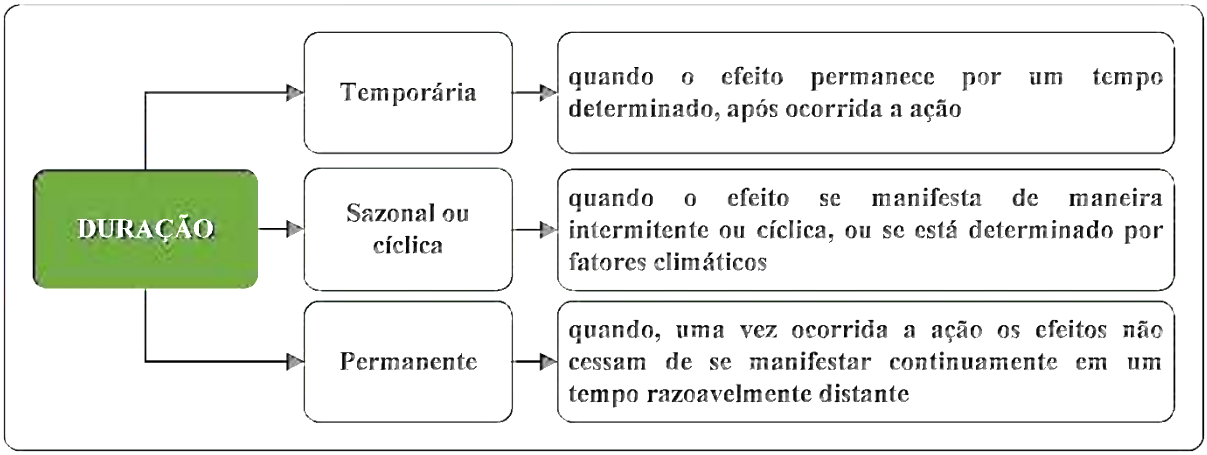


Figura 5 – Classificação dos impactos quanto à duração.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2013.

Para cada categoria de variáveis avaliadas são atribuídos pesos de 1 a 3 em ordem crescente, isto é: peso 1 para as variáveis baixa intensidade, localizado e temporário; peso 2 para as variáveis média intensidade, disperso e sazonal ou cíclico; peso 3 para as variáveis alta intensidade, regional e permanente.

O Quadro 1 sintetiza a pontuação das variáveis consideradas para a obtenção do grau de importância.

Quadro 1 - Pontuação das variáveis consideradas no grau de importância

Variáveis	Pontuação		
	Baixa	Média	Alta
Intensidade	1	2	3
Área de abrangência	1	2	3
Duração	1	2	3

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2013.

O Grau de Importância de cada impacto é considerado como Baixo, Médio ou Alto, segundo intervalos do somatório de pontuação das variáveis consideradas, procedimento este que é sistematizado no Quadro 2.

Quadro 2 - Valoração do grau de importância

Grau de importância	Definição metodológica	Pontuação
Baixo	impacto de pequena importância (≤ 4);	1
Médio	impacto medianamente importante (> 4 e < 7);	2
Alto	impacto muito importante ($\sum \geq 7$);	3

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2013.

Os impactos avaliados são apresentados em uma matriz de interação como forma de organização que permite a visualização em uma mesma estrutura, das relações entre os diversos fatores relativos às dimensões de sustentabilidade. Nesta matriz são incluídos ao final de cada componente: as ações respectivas desencadeadoras de impactos previstas no PDITS, a natureza negativa ou positiva de cada impacto, e as dimensões de sua manifestação (ambiental, social, econômica, cultural e institucional).

3.2.2 Proposição de Medidas Mitigadoras e Potencializadoras dos Impactos

Diante da análise dos impactos potenciais e da relevância na conservação dos ambientes naturais e culturais, manutenção e desenvolvimento da socioeconômica local, faz-se necessária a adoção de medidas para evitar/mitigar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos, contribuindo para garantir uma qualidade ambiental satisfatória aos produtos e destinos turísticos, como diretrizes para auxiliar na tomada de decisão dos órgãos gestores do turismo, de forma a instruir, do ponto de vista

ambiental, os investimentos previstos para o Polo, permitindo uma melhor capacidade de gestão pública e privada para o setor do turismo.

Diversas ações se referem à formulação de instrumentos de planejamento e gestão do turismo, que se configuram como ações preventivas aos potenciais impactos relacionados, porém não exclui a necessidade de análises ambientais individuais, como, principalmente, o licenciamento das obras de infraestrutura e serviços básicos.

Para os impactos negativos considerados de grande importância foram propostas medidas mitigadoras ou compensatórias com base nos resultados da identificação e avaliação de impactos ambientais inerentes às ações do PRODETUR. As medidas mitigadoras compreendem as ações e atividades propostas cuja finalidade é atenuar e/ou solucionar impactos negativos. Podem ser divididas em medidas preventivas, cujo fim é prevenir a ocorrência de impactos negativos, e corretivas, propostas com a finalidade de corrigir a existência de impactos negativos. As medidas compensatórias foram indicadas no caso de não serem possíveis medidas mitigadoras, compreendendo as ações e atividades propostas para a compensação pela ocorrência de impactos negativos.

Ressaltam-se ainda, que as medidas mitigadoras podem ser também caracterizadas como medidas de controle, ou seja, realizadas com o objetivo de acompanhar as condições do fator ambiental afetado de modo a validar a avaliação do impacto negativo identificado e/ou da eficácia da medida mitigadora proposta para este impacto, além de servir de subsídio para a proposição de mitigação ou mesmo para aumento do conhecimento tecnológico e científico.

Para os impactos positivos, foram indicadas medidas com o objetivo de potencializá-los ou maximizá-los, ou seja, otimizar e/ou ampliar os seus efeitos e, assim, propiciar a maior proteção possível ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

Vale salientar que uma medida mitigadora ou potencializadora pode ter influência sobre mais de um impacto identificado. Deve-se considerar que a proposição de medidas faz parte do processo de avaliação dos impactos ambientais, uma vez que a aplicação das mesmas irá interferir na avaliação das reais alterações ambientais a serem observadas quando da implementação das ações previstas pelo PRODETUR.

3.2.3 Impactos Cumulativos e Sinérgicos

Posteriormente à identificação e avaliação do grau de importância individual dos impactos, e respectivas medidas potencializadoras/mitigadoras, foram identificados de maneira global e integrada os impactos cumulativos e sinérgicos, neste documento considerados como estratégicos.

São admitidas neste documento as seguintes definições:

- **Impacto Cumulativo -** quando os efeitos decorrentes de uma ou diversas ações se acumulam no tempo ou no espaço, resultando de uma soma de outros impactos gerados por uma ou mais ações isoladas, porém em um mesmo fator do sistema socioambiental, aqui considerados em suas dimensões Ambiental (fatores dos meios físico e biológico), Social

(fatores sociais), Econômico (fatores econômicos), Cultural (fatores culturais) e Institucional (fatores relacionados às políticas e gestão pública).

- **Impacto Sinérgico -** quando é causado pela associação de efeitos provenientes e uma ou mais ações, resultando em potencialização do efeito ou no surgimento de um efeito distinto na mesma ou em outra dimensão (Ambiental, Social, Econômica, Cultural e Institucional).

Entretanto, os impactos cumulativos são aqui considerados em conjunto com os seus efeitos sinérgicos, ou seja, como resultado de uma ou mais ações que geram perturbações que em conjunto causam uma degradação ou mudança de estado (COCKLING *et al*., 1992), ou seja, a alteração dos sistemas ambientais causada pela somatória ou interação dos efeitos das ações propostas.

Para a identificação da cumulatividade e sinergia dos impactos, foi considerado o conjunto das ações propostas nos diversos componentes, de maneira a analisar integradamente seus efeitos, como requer a elaboração de AAE, tendo em vista que, conforme admitido na definição aqui utilizada, algumas das ações propostas não necessariamente causam grande impacto individualmente. Em conjunto com outras podem resultar em alterações significativas em mais de uma dimensão do sistema (Impacto Cumulativo), ou ter seu efeito alterado em magnitude ou tipologia (Impacto Sinérgico).

Para a condução da avaliação de efeitos cumulativos e sinérgicos foram considerados os seguintes pressupostos básicos:

- Os efeitos cumulativos são causados pela agregação de ações passadas, presentes e previsíveis no futuro.
- Os efeitos cumulativos são os efeitos totais, diretos e indiretos, sobre um dado recurso natural, ecossistema ou comunidade humana.
- A análise dos efeitos cumulativos deve se dar em termos especificamente do recurso natural, ecossistema ou comunidade sendo afetada.
- A lista dos impactos ambientais deve focar sobre aqueles verdadeiramente significativos.
- Os impactos cumulativos raramente estão alinhados com fronteiras políticas ou administrativas.
- Os efeitos cumulativos podem resultar da acumulação de impactos similares ou da interação sinérgica de diferentes efeitos.
- Efeitos cumulativos podem durar por muitos anos além da duração da ação que causou o efeito.
- Cada recurso, ecossistema e comunidade afetada devem ser analisados em termos da sua capacidade para acomodar efeitos adicionais, baseada nos seus próprios parâmetros de tempo e espaço.
- O foco da identificação da cumulatividade e sinergia dos impactos gerados pelas ações propostas é o desenvolvimento do turismo sustentável, ou seja, incorporando as dimensões ambiental, social, econômica, cultural e institucional, de forma responsável e planejada.

Assim, para a identificação dos impactos cumulativos e sinérgicos, estes foram distribuídos em grupos por tipologia de efeitos, os quais puderam ser apresentados e avaliados de forma conjunta. Como componentes sínteses foram consideradas as Dimensões Ambiental, Social, Econômica, Cultural e Institucional.

3.3 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS

Atendendo o Termo de Referência, foram caracterizados os seguintes Cenários de desenvolvimento do turismo no Polo Campo Grande e Região:

- **Cenário de Referência (CR):** compreendendo a projeção das tendências decorrentes da caracterização do ambiente indicada na Linha de Base e no Diagnóstico Estratégico sem, portanto, ser considerada a hipótese de implementação do Programa;
- **Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP):** compreendendo a projeção das tendências decorrentes da implementação do Programa, contendo a identificação das mudanças que serão introduzidas no ambiente e sua avaliação do ponto de vista da contribuição que farão à economia do turismo e ao desenvolvimento sustentável do Polo e dos Municípios contemplados no Programa, assim como as interações com outras regiões do estado e/ou outras regiões do país;
- **Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS):** compreendendo a Avaliação Comparativa dos Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR para o Polo, resultando daí a proposição de um cenário de desenvolvimento e sustentabilidade, no qual são explicitadas as recomendações:

    - de ajustes, correções e ações complementares que devem ser introduzidas no Programa;
    - de medidas e instrumentos que o complementem, seja em termos de regulação, gestão pública, mitigação de impactos, indução de vetores de transformação do espaço etc.; e
    - de ajustes / complementações no respectivo PDITS.

O CR, o CDP e o CDS são caracterizados considerando-se cada um dos componentes definidos pelas estratégias de desenvolvimento turístico no Polo propostas no PDITS Campo Grande e Região: Produto Turístico, Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Serviços Básicos e Gestão Ambiental.

Com relação a cada um desses componentes, buscou-se no PDITS do Polo Campo Grande e Região e nos estudos e documentos produzidos no âmbito desta AAE, as informações demandadas para a caracterização e discussão dos cenários de desenvolvimento futuro do turismo no Polo.

Os diferentes Cenários foram analisados com base nos impactos potenciais e nos fatores críticos internos e externos que condicionam o turismo na região, que por sua vez foram identificados no diagnóstico e na avaliação dos impactos potenciais.

A análise considerou um horizonte de tempo de cinco anos, que coincide com o tempo previsto para a implementação das ações propostas pelo PDITS.

Nesta AAE, o método de construção dos cenários observou as recomendações do Termo de Referência. Nesse sentido, são considerados os seguintes aspectos: Eventos e investimentos previstos; o conjunto de intervenções promovido pelo PRODETUR; as Propostas do PRODETUR e as áreas protegidas; e a consolidação dos significados de cada lugar turístico.

4 LINHA DE BASE E DIAGNÓSTICO

A AAE é um instrumento de gestão ambiental adequado para promover a articulação das várias dimensões de uma dada política, um plano ou um programa de desenvolvimento, ao permitir que se explicitem com clareza seus objetivos e as questões ambientais relacionadas à sua implementação, orientar os agentes envolvidos no processo e indicar os caminhos para sua viabilização econômica, social e ambiental. Facilita ainda a avaliação de impactos cumulativos porventura resultantes das diversas ações a serem desenvolvidas.

Neste sentido, para as discussões e decisões frente à necessidade do uso dos recursos associados à proteção ambiental, são necessárias informações quanto à gestão e planejamento por meio de um processo sequencial de entendimento e avaliação das consequências ambientais de sua implantação e implementação.

Desta forma, este capítulo, referente à linha de base e diagnóstico da AAE do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR Nacional) no Estado de Mato Grosso do Sul, consiste na apresentação dos aspectos ambientais, sociais e econômicos da região, através de coleta e análise de dados das informações primárias e secundárias junto a representantes de instituições públicas e da sociedade civil organizada, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Campo Grande e Região.

Esses aspectos relacionados à linha de base da AAE têm por objetivo reunir as informações básicas para a caracterização do ambiente natural e suas interações considerando as ações antrópicas no meio onde serão desenvolvidos os projetos, visando fornecer dados necessários para a elaboração do diagnóstico integrado do Polo. Desta forma, a elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica deve estar corretamente embasada no atual modelo de gestão ambiental, gestão pública, nível de desenvolvimento urbano e, principalmente, características do setor turístico.

Tais informações serão utilizadas para a construção dos cenários futuros frente às opções de crescimento e desenvolvimento sustentável, ao se considerar a implantação e implementação das ações e projetos definidos.

Assim, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva acerca do Polo Campo Grande e Região, a qual permitiu apresentar e analisar estas informações e descrever as demais características e particularidades da região.

Posteriormente, foram realizadas viagens, que se concentraram no mês de Setembro de 2012, com visitas a todos os municípios do Polo, cujo objetivo consistiu em validar e atualizar as informações apresentadas no PDITS.

Os procedimentos adotados consistiram em observação direta e intensiva (observação do ambiente) e observação direta e extensiva (entrevistas e aplicação de questionários). Foram aplicados questionários aos responsáveis e/ou representantes dos órgãos públicos relacionados ao turismo e ao

meio ambiente (ver Apêndice A). Após a coleta dos dados, os mesmos foram analisados, interpretados e incorporados a este material e aos demais produtos subsequentes quando se fizeram necessários.

Com tais informações foi elaborado o diagnóstico estratégico, através de uma análise crítica e consolidada, identificando a situação geral da área quanto à caracterização ambiental, econômica, social, cultural e institucional e suas interações com o desenvolvimento do turismo, além dos fatores críticos e elementos centrais a serem considerados na construção dos cenários.

Têm em vista ainda as diretrizes do MTur (BRASIL, 2012c), ao enfatizar que o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR Nacional tem por objetivo fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando os investimentos regionais, estaduais e municipais a um modelo de desenvolvimento turístico nacional, buscando, com isso, a geração de emprego e renda, em especial para a população local.

Assim, a AAE se caracteriza por ser uma ação de caráter estratégico dentro do processo de planejamento, ao avaliar os impactos ambientais diretos, indiretos e estratégicos que esta atividade venha a causar. Ela funciona como um instrumento de suporte ao planejamento, avaliando a implementação dos objetivos do PRODETUR Nacional em Mato Grosso do Sul, considerando a necessidade de mitigação dos impactos negativos e a maximização dos impactos positivos.

4.1 ÁREA DE ESTUDO

No âmbito do Governo do Estado, através da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR/MS), foram elaborados os Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul para o período de 2008/2020 compreendendo dez Regiões Turísticas do Estado (Figura 6): Bonito – Serra da Bodoquena, Caminho dos Ipês, Costa Leste, Caminhos da Fronteira, Pantanal, Grande Dourados, Vale das Águas, Rota Norte, Vale do Aporé e Cone Sul.

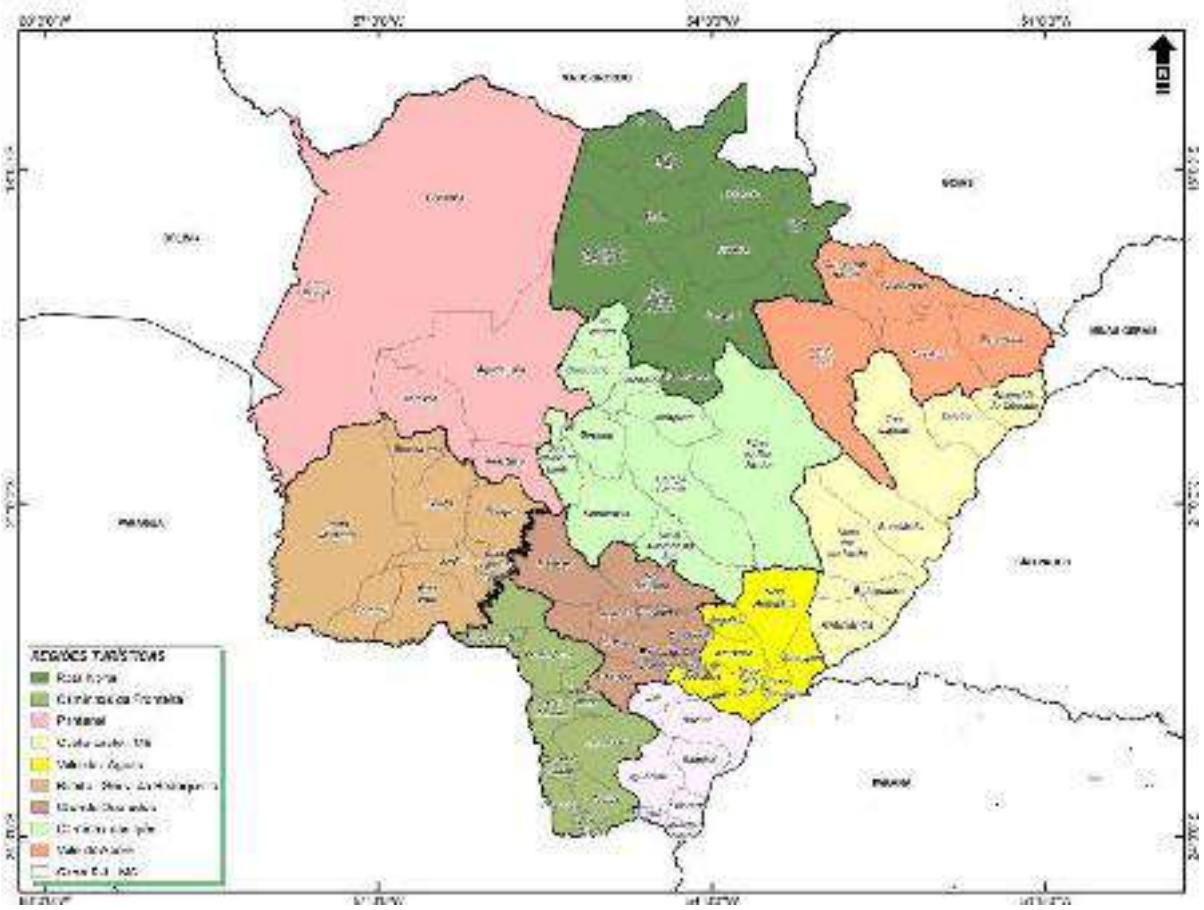


Figura 6 – Mapa das regiões turísticas do Estado de Mato Grosso do Sul.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2012), a partir da FUNDTUR/MS.

Destas regiões, três foram destacadas dentre os 65 destinos definidos pelo Programa de Regionalização do Turismo no Plano Nacional de Turismo (2007/2010): Bonito, Campo Grande e Corumbá tornaram-se indutores do desenvolvimento turístico regional. No entanto, o PRODETUR Nacional, em um primeiro momento, definiu como prioritário o Polo Serra da Bodoquena. Posteriormente, mediante iniciativas institucionais no Estado, ampliou-se para os Polos Turísticos de Campo Grande e Região e de Corumbá/Pantanal.

Ainda, vale ressaltar que conforme o planejamento da FUNDTUR/MS, a Região Bonito - Serra da Bodoquena é composta pelos municípios de Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho, destes apenas três foram contemplados no estudo em questão. Enquanto a Região Caminho dos Ipês abrange os municípios de Campo Grande, Rochedo, Rio Negro, Terenos, Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Dois Irmãos do Buriti, Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia.

O Polo Campo Grande e Região, trabalhado na presente Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), abrange a totalidade dos municípios da Região Caminho dos Ipês, ocupando uma área total de 49.287,39 km², conforme ilustrados na Figura 7.

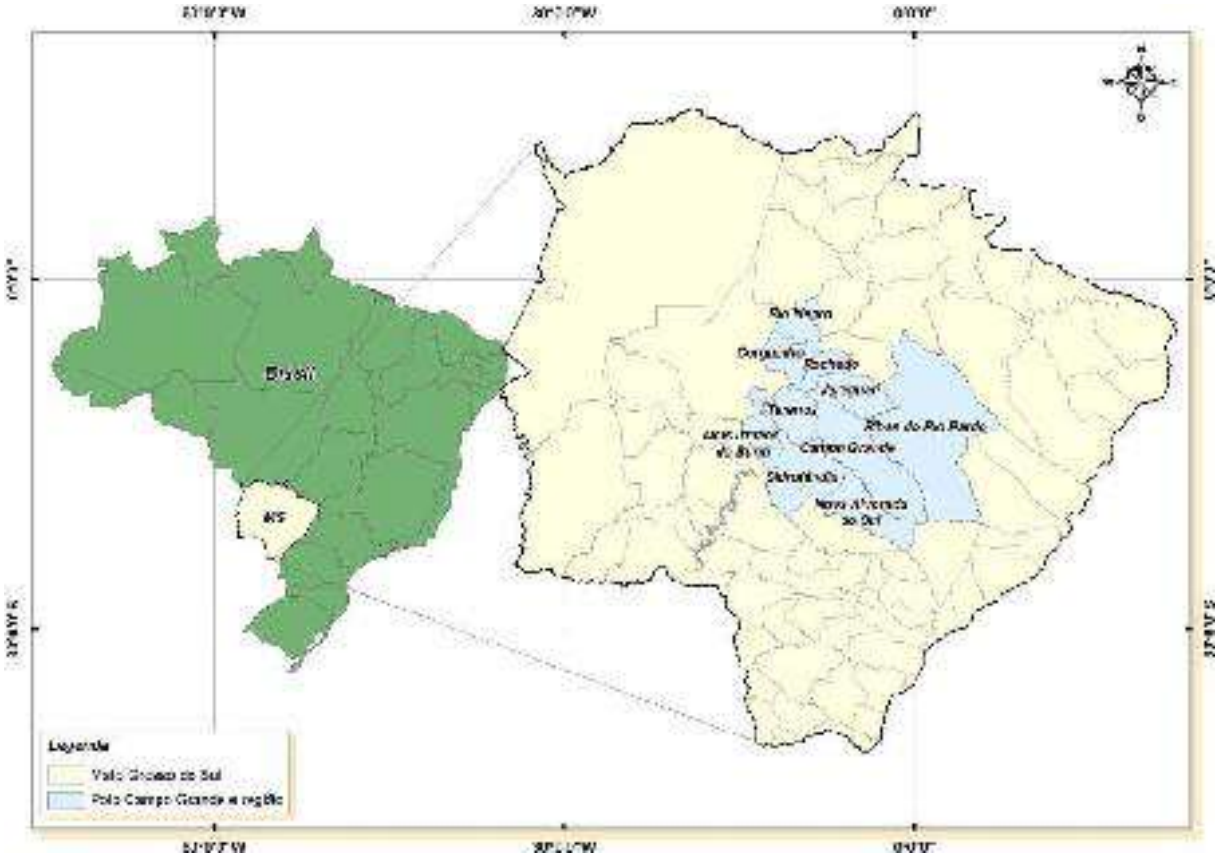


Figura 7 – Mapa de localização do Polo Campo Grande e Região.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2012).

4.2 CONTEXTO GERAL DO TURISMO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA

O Polo Campo Grande e Região tem destaque para o turismo de negócio e eventos, tendo a cidade de Campo Grande como principal destino devido à infraestrutura hoteleira, urbana e rural. A região apresenta também potencial turístico para o turismo rural, cultural e ecoturismo, com diversos rios e cachoeiras para banhos, prática de esportes e pesca, além de cavalgadas e atividades recreativas, entre outras.

A pesca tem destaque para o Município de Rochedo, realizada no rio Aquidauana, pertencente a Bacia Hidrográfica do Paraguai, pois além da atividade pesqueira existe infraestrutura de acomodação e recreação aos turistas.

A região do Polo está localizada na porção central do Estado de Mato Grosso do Sul, em posição privilegiada por estar na rota dos turistas que se destinam ao Pantanal, às cidades que compõem o Polo Turístico Serra da Bodoquena e também ao turismo de compra e negócios na fronteira com o Paraguai, no Município de Ponta Porã; e da Bolívia, nos municípios de Corumbá e Ladário.

O PDITS Campo Grande e Região (2011) enquadrou os diversos atrativos turísticos em hierarquias (Figura 8) utilizando uma simplificação da metodologia apresentada no Programa de Regionalização do Turismo “Roteiros do Brasil” do Ministério do Turismo (MTur).

HIERARQUIA I

Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.

HIERARQUIA II

Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.

HIERARQUIA III

Atrativo turístico muito importante, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes nacionais e internacionais, por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos.

HIERARQUIA IV

Atrativo turístico de excepcional valor e de grande significado para o mercado internacional, capaz por si só, de motivar importantes correntes de visitantes, atuais ou potenciais, tanto internacionais como nacionais

Figura 8 – Hierarquia dos atrativos turísticos.
Fonte: PDITS Campo Grande e Região (2011).

No Quadro 3 são apresentados os principais atrativos nos municípios do Polo e sua hierarquia, na qual se destaca o turismo de negócios e eventos.

Quadro 3 – Principais atrativos turísticos no Polo Campo Grande e Região e sua hierarquia.

Município	Hierarquia I	Hierarquia II	Hierarquia III	Hierarquia IV
Campo Grande	• Museus, feiras, mercado municipal • Monumentos • Parques e praças • Inferninho, Lago do Amor, Lagoa do Parque e Lagoa • Itatiaia • *Day-use* • Igrejas católicas, templos protestantes e diversas seitas	• Museus, feiras, mercado municipal • *City-tour* • Parque do Poderes, Parque das Nações Indígenas e Horto Florestal • Equipamentos para negócios e eventos, festas e eventos populares	• Parque Estadual do Prosa • Embrapa Gado de Corte	• Aquário Natural (ainda em fase de implantação e atrativo em potencial)
Ribas do Rio Pardo	• Balneário Municipal • Usina do Mimoso e agrotecnológico			
Corguinho		• Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Vale do Bugio - " Paraiso de Belezas Naturais"	• Projeto Portal • Agrotecnológico - Fazenda *Anew*	
Jaraguari	• Estância Lázara Sítio Pingo D'ouro	• Estância Lázara Sítio Pingo D'ouro • Furnas do Dionízio e Casarão (Histórico)		
Nova Alvorada do Sul	• Pesqueiro Campestre (Turismo Rural e Pesca)	• Indústrias		• Rampas de voo livre
Dois Irmãos do Buriti		• Agrotecnológico • Pousada Sol Amarelo • Rio Aquidauana		

Quadro 3 – Principais atrativos turísticos no Polo Campo Grande e Região e sua hierarquia. (Continuação)

Município	Hierarquia I	Hierarquia II	Hierarquia III	Hierarquia IV
Sidrolândia	• Fazenda Piana • Expo-Sidrolândia, festas e eventos			• Rampas de voo livre
Rochedo	• Rio Aquidauana • Fazenda Paraiso Tropical	• Rio Aquidauana		
Rio Negro	• Balneário Águas do Rio Negro, Balneário Novo Paraíso Inscrições Rupestres • Vale do Acantilado • Cachoeira Rio do Peixe e Cachoeira Córrego Rico			
Terenos	• Balneário Cantinho do Céu • Balneário Raio de Sol	• Agrotecnológico • Indústrias	• Agrotecnológico (Projeto Pacu)	• Rampas para voo livre

Com base na hierarquização apresentada observa-se a predominância dos níveis I e II, demonstrando a necessidade de planejamento estratégico, tático e operacional para a região, buscando explorar o potencial existente, diversificar a oferta turística, agregar valor e criar novas oportunidades de inclusão social e geração de renda.

Verifica-se que as atividades turísticas na região necessitam de um maior controle com relação ao uso e ocupação das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, maior controle do número de visitantes, maior exploração turística com a instalação de novos empreendimentos e captação de novos públicos, buscando o desenvolvimento sustentável da região.

Os segmentos turísticos da região estão classificados da seguinte forma:

- Ecoturismo;
- Turismo Cultural;
- Turismo de Estudos e Intercâmbio;
- Turismo de Esportes;
- Turismo de Aventura;
- Turismo Rural;
- Turismo de Pesca;
- Turismo de Negócios e Eventos;
- Turismo Tecnológico

Segundo informações do PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011), as atividades turísticas do Polo não possuem adequadas ferramentas para o controle de visitação, capacidade de carga e monitoramento turístico, prejudicando o desenvolvimento e a exploração da atividade.

O fluxo de turistas, mensurado com base na Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, da FUNDTUR/MS, apontou que, no ano de 2009, para uma amostragem de 10% do total de ficha de registro, 25,6% eram turistas do próprio estado, 27,2% eram do Estado de São Paulo, 43,7% dos demais estados brasileiros e apenas 3,5% eram turistas estrangeiros.

Não existe, no Polo, um banco de dados adequado para quantificar o volume de turistas, por este motivo utiliza-se o fluxo de turistas através da movimentação nos Meios de Hospedagem (MH) da capital do Estado e a partir de 2008 também passou a ser quantificado separadamente nos municípios do interior. Este levantamento é subestimado, mas atualmente consiste na única base de dados existente. Cabe ressaltar que, conforme levantamento *in loco*, os dados estatísticos mais atualizados, realizado pela FUNDTUR, quanto ao fluxo de turistas, perfil, tempo de permanência e outros, são de 2009.

Gráfico 1 – Volume estimado de turistas, em 2008 e 2009.
Fonte: Indicadores Básicos de Ocupação Hoteleira-MTur/FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

O Gráfico 1 representa a estimativa de turistas no Estado de Mato Grosso do Sul e no Polo Campo Grande e Região. Verifica-se um crescimento superior do Polo frente aos crescimentos do Estado, 27% e 13% respectivamente.

O grau de permanência dos turistas que chegam ao Aeroporto de Campo Grande, segundo questionário aplicado em pesquisa, demonstrou que 41% dos entrevistados seguiam viagem para outros destinos, como pode ser observado no Gráfico 2.

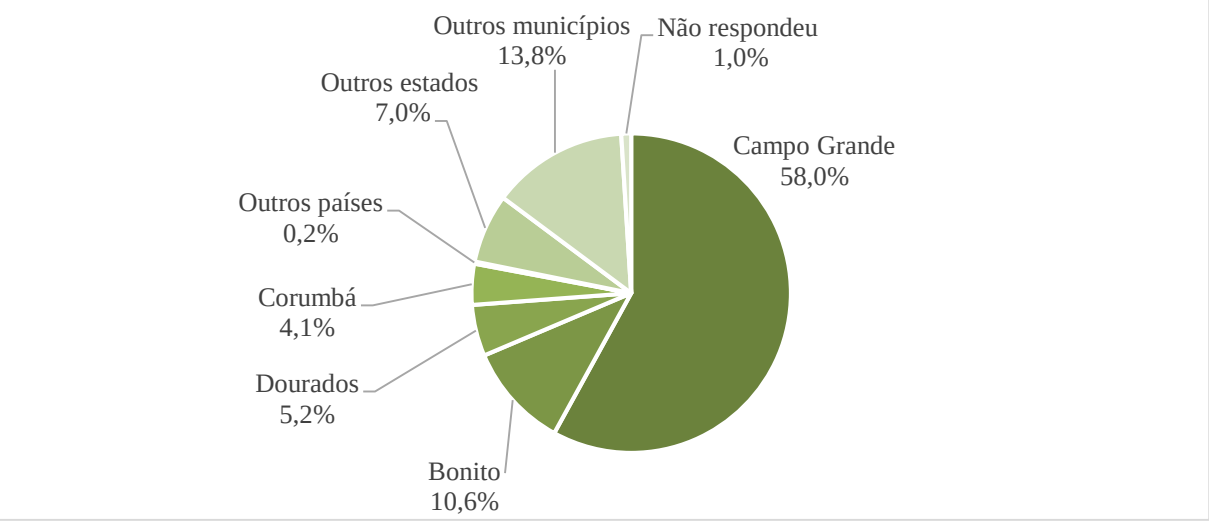


Gráfico 2 – Grau de permanência no Polo Campo Grande e Região.
Fonte: INFRAERO, SEDESC - PMCG, FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Com base nestas informações foi apresentado no PDITS do Polo Campo Grande e Região uma projeção futura no fluxo de turistas, através de um modelo linear simples (Gráfico 3).

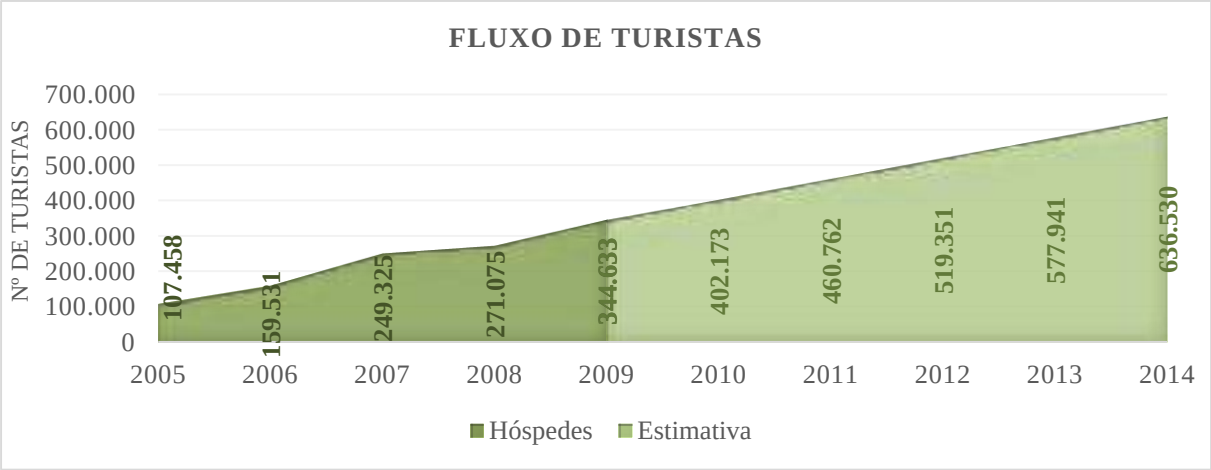


Gráfico 3 – Projeção futura do fluxo de turistas até o ano de 2014.
Fonte: PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011).

Neste sentido, segundo as estimativas do PDITS, o crescimento do número de turistas na região entre os anos de 2010 e 2014 é otimista, podendo não refletir a realidade devido a inúmeros fatores econômicos que envolvem a atividade turística.

O perfil qualitativo dos turistas, a ser definido através dos estudos, pesquisas, indicador e estatísticas ainda estão em construção pelos órgãos públicos responsáveis, sendo o perfil aqui apresentado embasado em pesquisa realizada pela FUNDTUR/MS e apresentada no PDITS, com uma amostragem de 10% das informações da FNRH, conforme pode ser observado no Quadro 4.

Quadro 4 – Perfil do Turista, conforme FNRH - Polo Campo Grande e Região - 2007 e 2009.

Descrição	2007	2009
Motivos da viagem	Negócios, turismo, eventos, lazer, estudo e saúde: 79,87%.	Negócios e convenções: 59,60%.
	Outros motivos: 20,13%.	Turismo e lazer: 24,70%.
		Outros motivos: 15,70%.
Nacionalidade	Brasileiras: 93,16%.	Brasileiras: 96,50%.
	Estrangeiras: 5,64%.	Estrangeiras: 3,50%.
	Não respondeu: 1,20%.	
Procedência do turista nacional	Próprio Estado: 26,35%.	Próprio Estado: 26,50%.
	São Paulo: 28,53%.	São Paulo: 28,20%.
	Outros estados: 45,12%.	Outros estados: 45,30%.
Nacionalidade do turista estrangeiro	Estados Unidos, Alemanha, Bolívia, França, Espanha, Itália, Argentina, Austrália, Holanda, Portugal, Suíça, Inglaterra, Japão, Uruguai, Paraguai, Noruega, Canadá, Chile, Colômbia, Dinamarca, Irlanda, México, Nicarágua, Bélgica, Áustria, Israel, Panamá, Peru, África do Sul, Ucrânia, Finlândia, Hungria, Jordânia, Luxemburgo, Nepal, China, República Dominicana, Rússia, Suécia.	Alemanha, França, Austrália, Itália, Japão, Portugal, Suíça, Canadá, Dinamarca, Inglaterra e Áustria.

Fonte: PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011). FUNDTUR (MATO GROSSO DO SUL, 2012c).

Conforme a amostragem das FNRH em 2009 estima-se um período de permanência no Polo de até uma semana como o mais frequente (Gráfico 4).

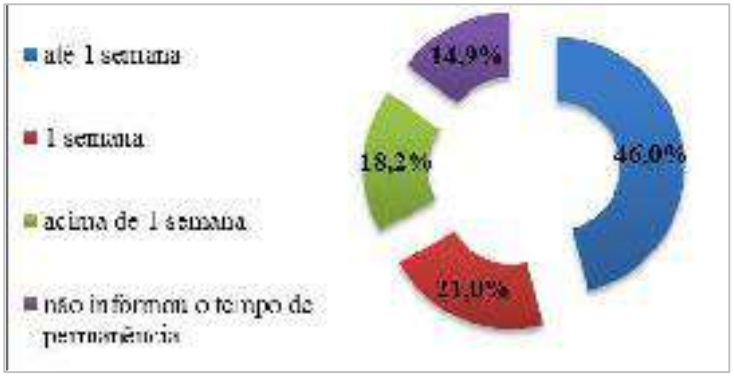


Gráfico 4 – Tempo de permanência do turista que desembarcou no Aeroporto Internacional de Campo Grande, MS, em 2005.
Fonte: PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011); FUNDTUR (MATO GROSSO DO SUL, 2012c).

A opinião dos turistas com relação à qualidade da oferta, segundo pesquisa realizada em parceria entre SEBRAE-MS, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) e MTUR, disponibilizada pela FUNDTUR/MS, apontou quais as melhores (Gráfico 5) e piores características (Gráfico 6) do Polo Turístico de Campo Grande e Região.

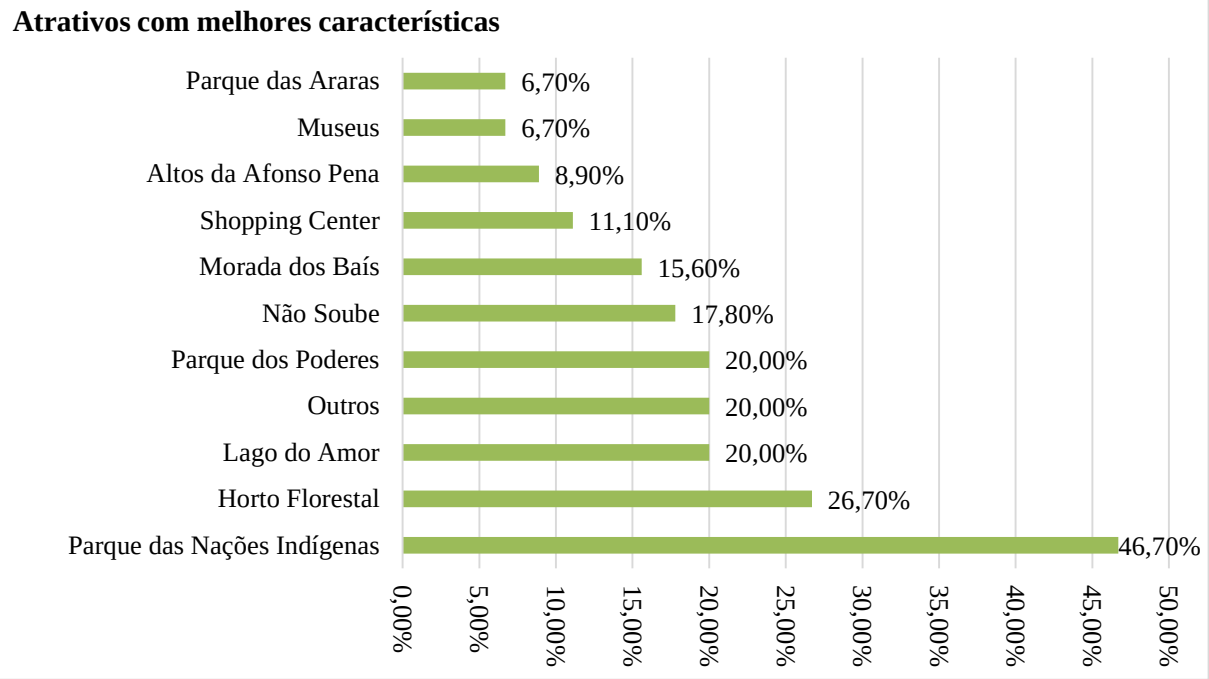


Gráfico 5 - Melhores características dos atrativos do Polo Campo Grande e Região para o turista, em 2010 – (respostas múltiplas).
Fonte: SEBRAE/MS, ABRASEL, MTur (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

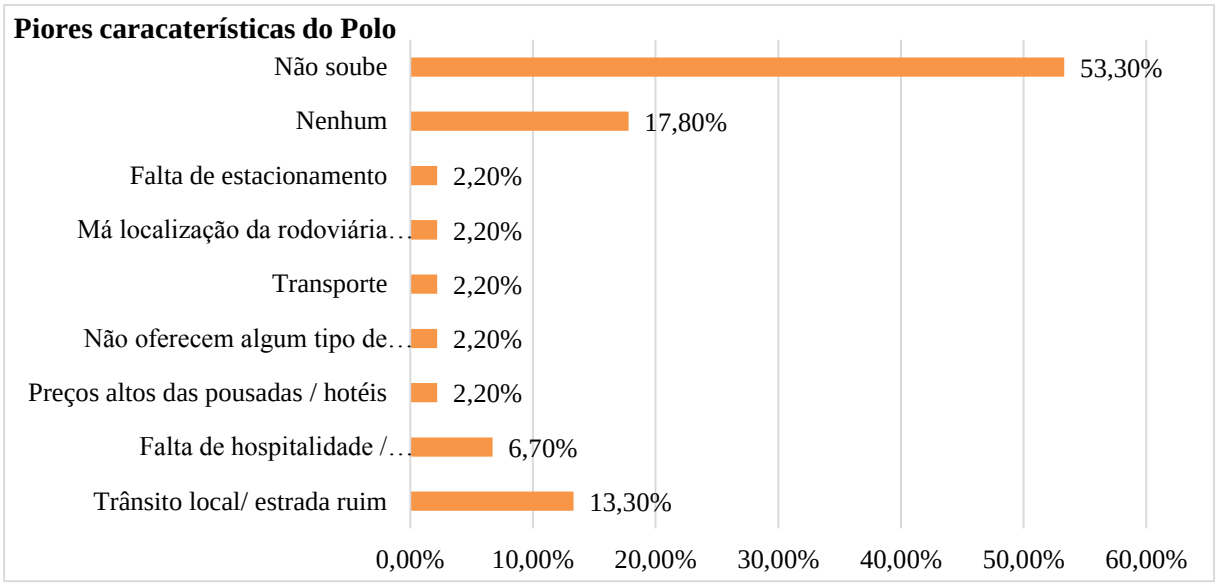


Gráfico 6 - Piores características do Polo Campo Grande e Região para o turista, em 2010 – (respostas múltiplas).
Fonte: SEBRAE/MS, ABRASEL, MTur (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Conforme pode ser verificado nesta pesquisa, as melhores e piores características do Polo Campo Grande e Região estão diretamente relacionadas às atividades turísticas da capital, Campo Grande, sendo as atividades dos demais municípios ainda em processo de desenvolvimento e consolidação.

Observa-se que além da característica referente ao trânsito local e estradas ruins o turista considera a falta de hospitalidade e receptividade como um ponto prejudicial ao turismo na região. Fator este que não envolve diretamente o principal atrativo turístico que são os eventos, mas de maneira indireta através da prestação de serviço pelo restante da cadeia de turismo, como os meios de hospedagem, restaurantes, transportes e outros, sendo a principal queixa relativa ao atendimento e cordialidade, onde a mão de obra deve passar por capacitações e treinamento.

Objetivando identificar as vocações e opções turísticas para cada município do Polo Campo Grande e Região, foi elaborado no PDITS o Quadro 5, o qual demonstra as vocações turísticas do município e quais os principais produtos relacionados a elas.

Quadro 5 – Vocação turística identificada nos municípios do Polo Campo Grande e Região.

Município	Vocação turística	Principais produtos relacionados
Campo Grande	Negócios e Eventos.	Infraestrutura de negócios e eventos existente.
	Negócios e Eventos (agrotecnológicos).	EMBRAPA, propriedades agrícolas, agroindústrias.
	Cultural (Histórico-Cultural).	Museus, teatros, mercado municipal, monumentos, *city-tour*, entre outros.
	Ecoturismo (Turismo de Natureza).	Parques e aquário natural (em implantação).
	Cultural (Étnico-Cultural).	Aldeia urbana, comunidade quilombola.

Quadro 5 – Vocação turística identificada nos municípios do Polo Campo Grande e Região. (Continuação).

Município	Vocação turística	Principais produtos relacionados
Corguinho	Cultural (místico).	Atrativo de ufologia.
	Ecoturismo (Turismo de Natureza).	Reserva Particular do Patrimônio Natural.
	Negócios e Eventos (agrotecnológicos).	Empreendimento agropecuário e hoteleiro multinacional voltado ao setor de bem-estar.
Dois Irmãos do Buriti	Cultural (Étnico-Cultural).	Seis aldeias indígenas.
	Vivência ou de Base Comunitária.	
Jaraguari	Cultural (Étnico-cultural).	Comunidade quilombola.
	Vivência ou de Base Comunitária.	
	Cultural (histórico-cultural).	Casarão histórico.
Nova Alvorada do Sul	Negócios e Eventos (agrotecnológicos).	Usinas e plantios de cana-de-açúcar.
	Turismo Rural.	
Ribas do Rio Pardo	Negócios e Eventos (agrotecnológicos).	Plantios florestais, empresas de reflorestamento e siderurgia.
	Turismo Rural.	
Rio Negro	Ecoturismo (Turismo de Natureza).	Balneários, cachoeiras e inscrições rupestres.
	Turismo Rural.	Cultura do maracujá e pecuária orgânica.
	Vivência ou de Base Comunitária.	Comunidade quilombola.
Rochedo	Ecoturismo (Turismo de Natureza).	Rios, cachoeiras.
	Turismo Rural.	Pousadas.
Sidrolândia	Turismo Rural.	Fazenda Piana.
	Negócios e Eventos (agrotecnológicos).	Fazendas e infraestrutura para eventos programados de pequeno porte. Agroindústrias e Indústrias.
Terenos	Negócios e Eventos (agrotecnológicos).	Centro tecnológico de aquicultura, propriedade pecuária com tecnologia de ponta e Fazenda modelo da Embrapa.

Fonte: PDITS Campo Grande e Região (2011); Secretarias Municipais de Turismo (2012b); FUNDTUR (2012c).

Uma importante estratégia para o desenvolvimento do turismo no Polo é a interação entre os produtos e vocações turísticas, possibilitando e incentivando a complementaridade ao principal produto, que são os eventos na capital, aos demais atrativos culturais, ecoturismo, turismo rural, agronegócios dentre outros, levando o desenvolvimento turístico às demais cidades do Polo.

Neste sentido, existe uma demanda potencial que o Polo Turístico pode vir a atender, tanto por turistas nacionais como internacionais. Os turistas potenciais permanecem de quatro a sete dias e podem ter um gasto superior aos atuais, desde que propiciadas às alternativas e instrumentos para agregar valor e possibilitar o desenvolvimento do turismo.

Da mesma forma existe um grande potencial de turistas estrangeiros ainda pouco explorado frente à grande quantidade de turistas que visitam o Brasil, principalmente considerando os gastos relacionados ao turismo de eventos e negócios que são superiores aos demais, o que demonstra uma grande potencialidade de receitas ao Polo Turístico, podendo ser ainda maior quando prolongada a sua estadia.

Os turistas que visitam o Polo Campo Grande e Região ressaltam suas expectativas principalmente quanto às opções de lazer que irão encontrar, seguidas pelos meios de hospedagem, gastronomia, qualidade e quantidade de informações turísticas, meios de transporte e segurança, respectivamente.

Quando se compara a expectativa média nacional quanto à infraestrutura e serviços turísticos para a região, verifica-se que quase todos os quesitos se encontram abaixo da média, exceto ao quesito segurança, que é superior à média nacional.

Verifica-se que os principais destinos turísticos potenciais para lazer, eventos e negócios são relacionados às atividades litorâneas, destacando-se o nordeste e sudeste, que apresentam infraestruturas para a realização de eventos e ao mesmo tempo oferecem diversificadas opções de lazer ao turista. O Polo Campo Grande e Região apresenta grande potencialidade de turismo em diversos segmentos, porém, todos em caráter complementar à vocação principal do Polo, que são negócios e eventos. No entanto, este produto principal não se encontra totalmente consolidado e apresenta grande concorrência nacional em virtude da distribuição dos centros de negócios, pesquisa, universidades e demais centros de referências.

Quando se objetiva o desenvolvimento do turismo com foco na realização de eventos e oportunidades de negócios as ofertas devem focar em temas relevantes, oportunidades de realização de intercâmbios de tecnologias, visitas técnicas e desenvolvimento de pesquisas.

Neste sentido, o Polo Campo Grande e Região busca o desenvolvimento local e regional com a realização de feiras agropecuárias, dentre elas a Expogrande, modernizando e aperfeiçoando os métodos tradicionais de agricultura e pecuária com a realização de palestras e seminários, além dos entretenimentos como os *shows* musicais e culturais, bem como a geração de uma elevada movimentação financeira envolvida nas negociações e consumo durante a realização dos eventos.

Durante a Expogrande a movimentação hoteleira registra taxas de ocupações elevadas, movimentando consideravelmente o mercado. Cabe destacar que além das feiras agropecuárias, a Capital é centro do poder político-administrativo do Estado, sede de órgãos públicos federais, empresas, universidades e serviços médico-hospitalares que alavancam os negócios, reuniões, cursos de capacitação e aperfeiçoamento, bem como a realização de concursos em nível federal que movimentam a infraestrutura disponível em Campo Grande.

Os demais municípios do Polo apresentam as potencialidades identificadas anteriormente, porém, nem todas têm sua demanda despertada, bem como ainda apresentam limitações ou gargalos pelo lado da oferta, que impedem sua consolidação como produto turístico.

Neste sentido, os demais municípios do Polo apresentam grande potencial de complementar o segmento de negócios e eventos, em ascensão o agrotecnológico, diversificando o portfólio de produtos do Polo com atrativos dos segmentos de ecoturismo, aventura, místico, visitas técnicas, pesca, contemplativo, turismo em espaço rural, piscinas naturais, étnico, de aventura, entre outros.

O segmento de negócios e eventos, compreendendo o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesses profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social, se apresentando em diferentes formatos - missões empresariais, visitas técnicas, viagens corporativas, rodadas de negócios, feiras, convenções, congressos, fóruns, seminários, conferências, cursos, jornadas, colóquios, assembleias, *workshops*, palestras, painel, mesa-redonda, simpósio, plenária e debates - têm em Campo Grande uma infraestrutura e suporte para atender simultaneamente inúmeros eventos de pequeno e médio porte, em função da capacidade de assentos, destacando-se neste setor como principais espaços de eventos: o Centro de Convenções e Exposições Albano Franco e o Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo.

No Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo localiza-se o Auditório Manoel de Barros, que é um dos principais espaços utilizado para *shows* e espetáculos. Há também os teatros Aracy Balabanian, Dom Bosco e Glauce Rocha que compõem a lista de principais teatros e espaços de *shows* em ambiente fechado do Polo e do Estado. Os demais teatros são utilizados para peças menores e regionais. Ressalta-se que, segundo a Associação de Promotores de Eventos de Mato Grosso do Sul, a locação do auditório e teatros supracitados é concorrida, visto que os espaços maiores conferem maior rentabilidade ao promotor de eventos.

Tratando de eventos esportivos, o Autódromo Internacional Orlando Moura tem a capacidade total de até 45 mil pessoas e recebe diferentes provas de automobilismo. Ainda no segmento esportivo destacam-se no Polo o Ginásio Guanandizão; o Estádio Pedro Pedrossian (Morenão); e os parques Airton Senna, das Nações Indígenas e o Belmar Fidalgo, onde são realizados eventos esportivos regularmente, porém, esses eventos são, em grande parte, eventos de âmbito regional e estadual (Quadro 6).

Quadro 6 – Equipamentos para Negócios & Eventos, Festas & Eventos Populares em Campo Grande.

Categoria	Nome	Capacidade/ Assentos	Infraestrutura	Gestão
Exposição (Cap. 51.000)	Centro de Exposições Albano Franco.	30.000	Área de 16.416m^2, pavilhão com 11.000 m^2; auditórios, lanchonetes, camarins, estacionamento.	Administração Privada.
	Parque de Exposições Laucídio Coelho	21.000	Área de 50.000 m2, salão de festas, anfiteatro, baias, *stands*, arena e pista de provas.	Administração Privada.
Centro de Convenções (Cap. 3.321)	Arquiteto Rubens Gil de Camillo.	1.488	Área de 8.000 m^2, sala *vip*, enfermaria, secretaria e estacionamento.	Administração Pública - Fundtur/Ms.
	Auditório Manoel de Barros.	1.049	Climatizado, seis camarins, mesa de som, mesa de iluminação cênica, cabine para tradução, mesas modulares para palco e púlpito.	Administração Pública - Fundtur/Ms.
	Auditório Germano Barros de Souza.	196	Climatizado, mesas modulares para palco e púlpito.	Administração Pública - Fundtur/Ms.
	Auditório Pedro de Medeiros.	135	Climatizado, mesas modulares para palco e púlpito.	Administração Pública - Fundtur/Ms.
	Auditório Tertuliano Amarilha.	108	Climatizado, mesas modulares para palco e púlpito.	Administração Pública - Fundtur/Ms.
	Sala de Comissões H. A Serra.	250 (Média)	Climatizado, disposição opcional.	Administração Pública - Fundtur/Ms.
	Salão de Exposições Loyd Bonfim.	750 (Média)	Disposição opcional.	Administração Pública - Fundtur/Ms.
	Salão de Convivência.	560 (Média)	Disposição opcional.	Administração Pública - Fundtur/Ms.
	Foyer.	-	Dispõe de cafeteria cuja administração é privada.	Administração Pública - Fundtur/Ms.
	Restaurante.	40	-	Administração Privada.
	Doutor Guinter Hans.	225	Climatizado, sala *vip*, quatro salas internas para grupos, uma sala para *stands* 2x2m, sala para *coffee break*, secretaria, mesa de som, mesa de iluminação, estacionamento para 100 veículos e três ônibus.	Administração Privada.

Quadro 6 – Equipamentos para Negócios & Eventos, Festas & Eventos Populares em Campo Grande. (Continuação)

Categoria	Nome	Capacidade/ Assentos	Infraestrutura	Gestão
Auditórios (Cap. 1.072) (continua)	ACRISUL	120	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada.
	Assembleia Legislativa	296	Climatizado e mesa de som.	Administração Pública.
	Associação Atlética Mace UNIDERP - AAMU	400	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
	Associação Comercial e da Indústria.	239	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada.
	Associação Médica de Campo Grande.	100	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada.
	ASSOMASUL.	130	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
	Câmara Municipal	400	Climatizado e mesa de som.	Administração Pública.
	Casa da Indústria / FIEMS.	180	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada.
	CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas).	150	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada.
	SEGOV	140	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada.
	FIEMS	190/189	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
	SEBRAE/MS.	176	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
	SENAC	169	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
	SENAI	170	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
	SENAR	193	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
	SESC Horto	108	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
	SEST/SENAT	149	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
	Sindicato Rural de Campo Grande.	144	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada

Quadro 6 – Equipamentos para Negócios & Eventos, Festas & Eventos Populares em Campo Grande. (Continuação)

Categoria	Nome	Capacidade/ Assentos	Infraestrutura	Gestão
Auditórios (Cap. 1.072) (continuação)	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá	250	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada.
	UCDB	330/280/430	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
	UFMS	250/200	Climatizado e mesa de som.	Administração Pública
	UNIDERP Anhanguera	139/298/132	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
Poliesportivo (Cap. 57.000)	Centro Poliesportivo Mace.	1.200	Possui quatro quadras, palco e arquibancadas.	Administração Privada.
	Belmar Fidalgo.	5.000	Possui duas quadras, palco fixo e móvel.	Administração Pública (Municipal).
	Círculo Militar	1.000	Possui ginásio	Administração Privada.
	Ginásio Dom Bosco.	4.500	Possui seis quadras cobertas, arquibancadas e palco.	Administração Privada.
	Ginásio Guanandizão.	9.000	Possui arquibancadas, cadeiras, tribuna para autoridades, vestuários e placar eletrônico.	Administração Pública (Municipal).
	Parque Ayrton Senna.	30.000	Possui quatro quadras cobertas, seis quadras descobertas, três campos suíços, um campo de futebol, três piscinas e um palco de 30 metros.	Administração Pública (Municipal).
	Parque Jacques da Luz.	7.000	Possui camarim, sala de administração e arte, três piscinas, arquibancadas e vestuários.	Administração Pública e Estadual - Governo Do Estado.
	Rádio Clube Campo.	1.300	Possui uma quadra, palco, camarim e portaria.	Administração Privada.
Estádio (Cap. 40.000)	Pedro Pedrossian (Morenão).	40.000	Possui vestuários, arquibancadas cobertas e descobertas, cabines de rádio e televisor, iluminação, placar eletrônico e estacionamento.	Administração Pública – Universidade Federal Do Mato Grosso Do Sul.
Autódromo (Cap. 45.000)	Autódromo Internacional.	45.000	Arquibancadas, Pista De 3.433 Metros Por 11 Metros De Largura, Quatro Salas *Vip*, Camarotes, 28 *Box*, Estacionamento.	Administração Pública (Municipal).

Quadro 6 – Equipamentos para Negócios & Eventos, Festas & Eventos Populares em Campo Grande. (Continuação)

Categoria	Nome	Capacidade/ Assentos	Infraestrutura	Gestão
Clubes (Cap. 13.300)	Clube Estoril.	1.200 sentadas e 5.000 em pé	Climatizado, palco, camarim, mesas, cadeiras, bar, cozinha industrial.	Administração privada.
	Círculo Militar.	800 sentadas e 1.200 em pé	Palco, camarim, mesas, cadeiras, cozinha industrial, câmara fria, ventiladores, bar, churrasqueira, piscinas e quadras .	Administração privada.
	Clube Libanês.	400 sentadas e 700 em pé	Palco, *hall* de entrada e bar.	Administração privada.
	Lions Clube.	300 a 400	Mesas, cadeiras e cozinha.	Administração privada.
	Rádio Clube Cidade.	400	Climatizado, palco e camarim.	Administração privada
	Clube União dos Sargentos.	1.300 sentadas e 4.000 em pé	Ventiladores, palco, mesas e cadeiras, bar e cozinha industrial.	Administração privada.
	SEDESC Clube.	1.000 sentadas e 2.000 em pé	Mesas, cadeiras, luzes florescente, estacionamento, duas piscinas de biribol, um piscina de lazer, uma piscina de competição, pista de atletismo e estacionamento.	Administração pública (municipal).
Teatros (Cap. 2.662)	**Teatro Aracy Balabanian.**	300	Climatizado, máquina de fumaça, iluminação, som e microfones.	Administração pública (estadual).
	Teatro Dom Bosco.	900	Climatizado, mesa de som, cinco microfones com fio, iluminação florescente e cadeiras.	Administração privada.
	Teatro Fernanda Montenegro.	450	Climatizado, dois camarins, iluminação e microfones sem fio.	Administração privada.
	Teatro Glauce Rocha	776	Climatizado, mesa de som e mesa de iluminação cênica.	Administração pública – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
	Teatro Prosa / Sesc Horto.	236	Climatizado, iluminação cênica, mesa de som, dois camarins e telão de projeção.	Administração privada.

Quadro 6 – Equipamentos para Negócios & Eventos, Festas & Eventos Populares em Campo Grande. (Continuação)

Categoria	Nome	Capacidade/ Assentos	Infraestrutura	Gestão
Auditórios em Hotéis (Cap. 1.786)	Advanced.	50	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
	Bahamas.	86	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
	Bistrol Exceler Plaza Hotel.	250	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
	Bistrol Jandaia Hotel	250	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
	Buriti Suite Hotel.	100	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
	Concord.	180	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
	Hotel Iguaçu.	50	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
	Indaiá Park Hotel.	90	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
	Internacional.	80	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
	Metropolitan.	60	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
	Novotel.	250	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
	Vale Verde.	120	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
	Grand Park	200	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
Buffets (Cap. 7.900)	Ondara.	850	Climatizado e mesa de som, palco com 90 cm de altura, camarim, cozinha industrial.	A Administração privada.
	Grand Mere Ltda.	800	Climatizado e mesa de som, cadeiras, mesas.	Administração privada.
	Sandra.	400	Palco, mesas e cadeiras.	Administração privada.
	Espaço D.	400	Climatizado, mesas, cadeiras, ambientes variados.	Administração privada.

Quadro 6 – Equipamentos para Negócios & Eventos, Festas & Eventos Populares em Campo Grande. (Continuação)

Categoria	Nome	Capacidade/ Assentos	Infraestrutura	Gestão
Buffets (Cap. 7.900)	Castelo Caporocci Ltda.	250 a 300	Climatizado, palco, bar, cozinha industrial, estacionamento, luz de emergência.	Administração privada.
	Lalai	300	Climatizado.	Administração privada.
	Megaron.	300	Climatizado, mesa de som, palco para comportar uma orquestra, cadeiras, mesas, bar e cozinha industrial .	Administração privada.
	Cenarium.	400 a 600	Climatizado, pátio ajardinado, sala executiva, 200 metros de varanda e estacionamento.	Administração privada.
	Maria Ltda.	250	Teto rebaixado em tecido, cozinha industrial, mesas e cadeiras.	Administração privada.
	Sonho de Festas.	450	Ventiladores, palco, cozinha industrial, mesas e cadeiras.	Administração privada.
	Yotedy	700	2 ambientes, varanda, projetor, som e iluminação para pista de dança, ar condicionado.	Administração privada.
	Paladar - Golden Class	1.800	Ambiente versátil, serviço completo de *Buffet*, manobristas e segurança.	Administração privada.
	Paladar - Golden Place	500	Local dinâmico para eventos, ar condicionado central, estacionamento	Administração privada.
	Versaillité	500	*Buffet* próprio, salão estruturado, auditório, palco com sistema de som	Administração privada.

Fonte: Elaborada a partir dos dados do PDITS Campo Grande e Região (2011); FUNDTUR (2012); SEDESC (2012).

Complementando a estrutura de eventos acima se tem, em Sidrolândia, a Fazenda Piana, com estrutura para receber cerca de 500 pessoas em seu restaurante, sendo também local de eventos da Federação Estadual de Motociclismo.

Essa infraestrutura de eventos listada apresenta os principais equipamentos referentes aos atrativos turísticos do Polo Campo Grande e Região, sendo todos consolidados e atendendo à demanda turística de negócios e eventos da região. Ressalta-se que, atualmente, os atrativos configurados como produtos turísticos estão localizados em sua maioria na capital do Estado, Campo Grande.

Existe a necessidade de se ampliar a disponibilidade de espaços de eventos devido à utilização constante dos já existentes, o que resulta em agendas lotadas, inviabilizando o desenvolvimento de novos

eventos, contribuindo para aumentar a necessidade de ampliação na oferta turística de eventos, tem-se o fato de alguns empreendimentos apresentarem irregularidades ambientais, no que tange à poluição sonora, promovendo eventos em horários e com níveis de ruídos inadequados à legislação municipal, segundo informações do PDITS.

Na análise de pontos fortes e fracos realizada pelo SEBRAE/MS, FAPEC e FCR (FAPEC, 2006), destacou-se esta infraestrutura de eventos como um dos pontos fortes de Campo Grande, sobretudo com a construção do Centro de Convenções e Exposições Albano Franco, que aumentou a capacidade da capital em captar eventos, por permitir em um único espaço a realização simultânea de convenções e exposições.

Com base nas informações do PDITS, a atual capacidade da infraestrutura de negócios e eventos do Polo Campo Grande e Região para comportar o crescimento do principal segmento turístico do Polo é limitada, visto que, conforme apresentado anteriormente, o destino apresenta limitações em sua infraestrutura para competir por eventos de grandes portes não realizáveis ao ar livre.

Outro ponto limitante para o desenvolvimento turístico do Polo, visto que seu atrativo principal é o turismo de eventos e negócios, é a rede hoteleira. Segundo informações da SEDESC (2012), na cidade de Campo Grande existem 6.192 leitos de hospedagem em 63 estabelecimentos, porém, com base em informações da FUNDTUR, faltam estabelecimentos com o padrão desejável pelo turista que viaja para negócios e eventos.

Para o mercado de eventos de pequeno e médio porte, a demanda atual é crescente, fazendo com que os centros de convenções tenham agendas de eventos com indisponibilidades em determinadas épocas do ano e também faz com que os eventos sejam programados com maior antecedência, cerca de dois anos, em função desta demanda crescente.

Em termos de atrativos turísticos, verifica-se a existência expressiva de atrativos em estruturação e potenciais nos demais municípios do Polo, que podem ser incorporados à oferta atual, concentrada na Capital. Para tanto, é imperativo o desenvolvimento de estratégias de consolidação desses atrativos, elaboração de roteiros específicos que integrem os municípios e atrativos sinérgicos, alicerçados em ações personalizadas de *marketing* e na gestão do fluxo de turistas.

Nota-se, assim, que a consolidação do Polo como destino turístico demanda uma reformulação na gestão da oferta para atender e acompanhar a evolução de sua demanda, sendo necessária, tanto para a demanda atual e principalmente para a demanda potencial, a organização de seus principais eventos, através de uma agenda única que otimize o uso dos atrativos e da infraestrutura existentes, além da necessidade de ampliação da disponibilidade de espaços e diversificação de produtos pela incorporação dos atrativos complementares e da estruturação dos potenciais.

Salienta-se, ainda, que as ações planejadas pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, como o Plano de Revitalização e a implantação de sinalização turística, entre outras, igualmente precisam ser introduzidas nos demais municípios, visando à gestão integrada da oferta turística do Polo e sua melhor comercialização.

Por fim, a avaliação da oferta turística do Polo demonstra a necessidade de maior integração entre os municípios, mas, também, entre os empreendimentos dentro da cadeia para adequadamente dirimir os pontos de estrangulamento do setor e aproveitar as oportunidades existentes. É necessário incrementar e direcionar não somente o fluxo de turista, como também os modelos de gestão da Capital para os outros nove municípios que compõem o Polo. Esta integração pode ser intensificada por meio do Fórum Regional Caminho dos Ipês, das associações e de instituições diretamente relacionados ao setor, como órgãos públicos, o Sistema S e universidades.

4.3 IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA

Nesta Avaliação Ambiental Estratégica foram definidas duas categorias de área de influência para o turismo: Direta e Estratégica. A primeira compreende os municípios que são objetos desta AAE, ou seja, são os que influenciam diretamente no turismo da região, enquanto que a segunda são regiões e municípios que influem de modo estratégico na região através do fluxo de turistas.

4.3.1 Área de Influência Direta (AID)

A Área de Influência Direta para o turismo no Polo Campo Grande e Região são os municípios nele inseridos: Campo Grande, Ribas do Rio Pardo, Nova Alvorada do Sul, Jaraguari, Dois Irmãos do Buriti, Terenos, Rochedo, Corguinho, Rio Negro e Sidrolândia (Figura 9). O Polo Campo Grande e Região possui uma extensão territorial correspondente a 13,67 % do Estado de Mato Grosso do Sul, ou seja, 49.287,39 km², sendo o Município de Ribas do Rio Pardo o mais extenso, com 17.308,107 km².

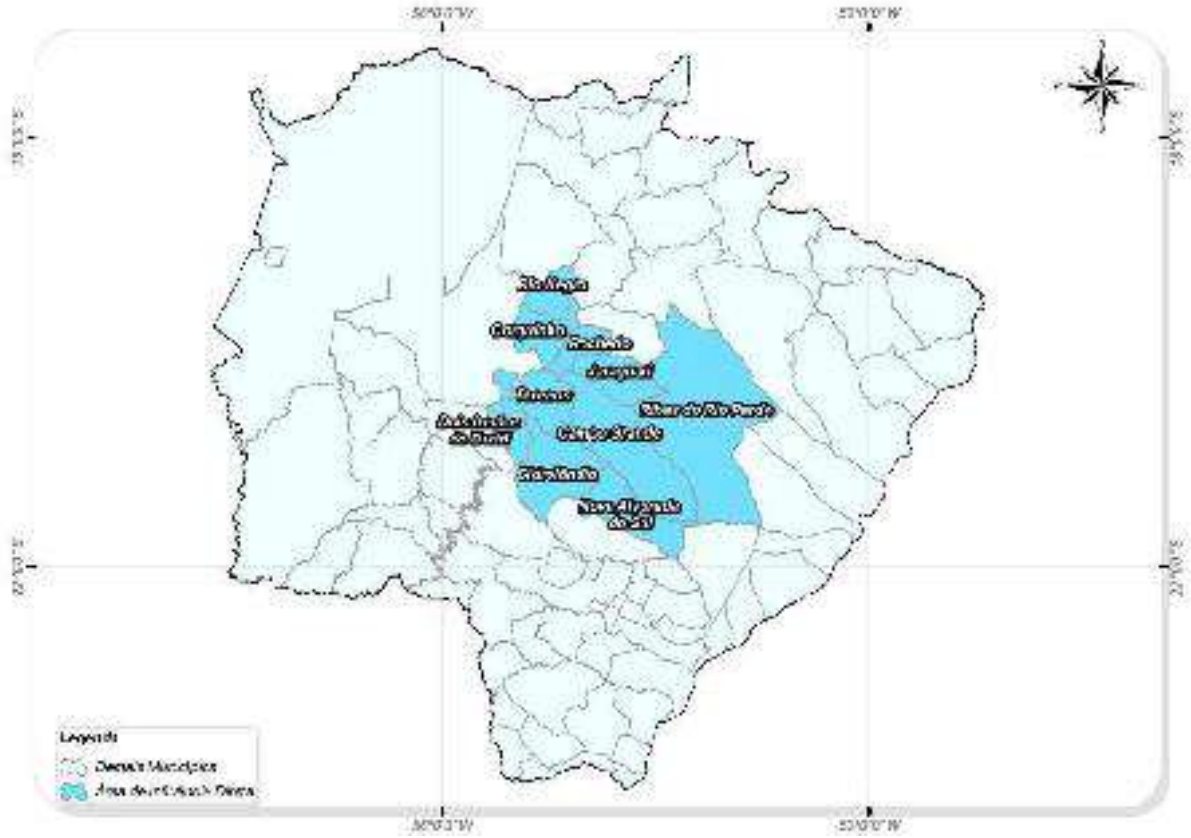


Figura 9 – Área de influência direta para o turismo no Polo Campo Grande e Região.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2012.

4.3.2 Área de Influência Estratégica (AIE)

O Estado de Mato Grosso do Sul possui três dos 65 destinos turísticos (Polo Campo Grande e Região, Polo Serra da Bodoquena e o Pantanal), definidos no Plano Nacional de Turismo 2007/2010, atribuindo a estes a capacidade de induzir o desenvolvimento nos respectivos roteiros e regiões turísticas em todas as Unidades Federadas. Deste modo, por meio da atuação do Ministério do Turismo e suas instituições parceiras, pretende-se que estes destinos sejam estruturados e possam alcançar o padrão de qualidade internacional.

Assim, o Polo Campo Grande e Região, principalmente a capital sul-mato-grossense, possui uma posição estratégica no que concerne ao fluxo de turista. O fato mencionado aliado com a infraestrutura de transporte existente (aéreo e rodoviário) torna o Polo o principal portão de entrada do Estado para os polos supracitados e seus principais atrativos turísticos, além do turismo de compra na região de fronteira.

Neste sentido, muitos turistas que se destinam aos atrativos turísticos das regiões do Pantanal e da Serra da Bodoquena se dirigem primeiramente à capital sul-mato-grossense, na qual buscam alternativas de transporte para chegar até os diversos destinos. Não diferente Campo Grande é rota de passagem para o turismo de compra na região de fronteira: Ponta Porã (MS) - Pedro Juan Caballero (PY) e Corumbá (MS) – Puerto Quijarro (BOL).

Portanto, foi definido que o Pantanal, formado pelos municípios de Corumbá, Ladário, Aquidauana, Miranda e Anastácio, a Serra da Bodoquena (Bodoquena, Bonito e Jardim) e Ponta Porã são as Áreas de Influência Estratégica deste Polo (Figura 10), uma vez que atraem turistas para o Polo Campo Grande e Região.

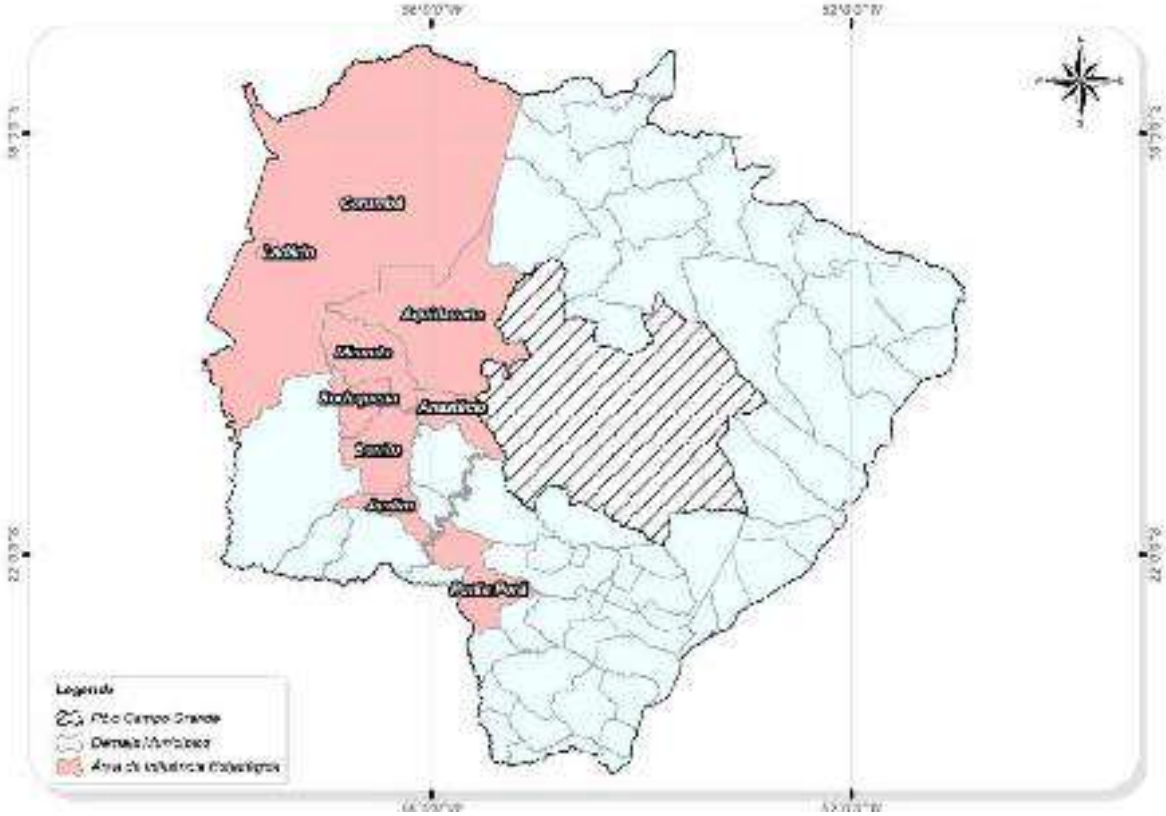


Figura 10 – Área de influência estratégica para o turismo no Polo Campo Grande e Região.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2012.

4.4 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA NO QUE TANGE À ATIVIDADE TURÍSTICA

4.4.1 Localização e Acessibilidade

O Estado de Mato Grosso do Sul conta com uma localização favorável ao desenvolvimento do turismo fazendo fronteira com Bolívia e Paraguai e tendo como Estados vizinhos Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Paraná, além de abranger 70% da planície pantaneira alagada, um dos maiores ecossistemas do mundo que ocupa 24% do território brasileiro.

A capital sul-mato-grossense, por possuir uma localização privilegiada, estando na região central do Estado, torna-se rota obrigatória para qualquer turista que queira visitar o Pantanal, as cidades do Polo Turístico Serra da Bodoquena e o turismo de compras nas fronteiras com Paraguai e Bolívia.

4.4.1.1 Acesso rodoviário

As principais rodovias são a BR-163 que corta o estado no sentido Norte-Sul e a BR-262 que corta no sentido Leste-Oeste integrando o estado com grandes centros distribuidores de turistas como São Paulo, Paraná e Mato Grosso, além de oportunizar ingressos de turistas estrangeiros em Corumbá.

A MS-080 possui uma das mais belas paisagens da região sendo grande alternativa para os turistas, além da BR-163, que possui intenso tráfego de caminhões devido à safra agrícola.

A Figura 11 apresenta as principais vias de acesso ao Polo Campo Grande e Região.

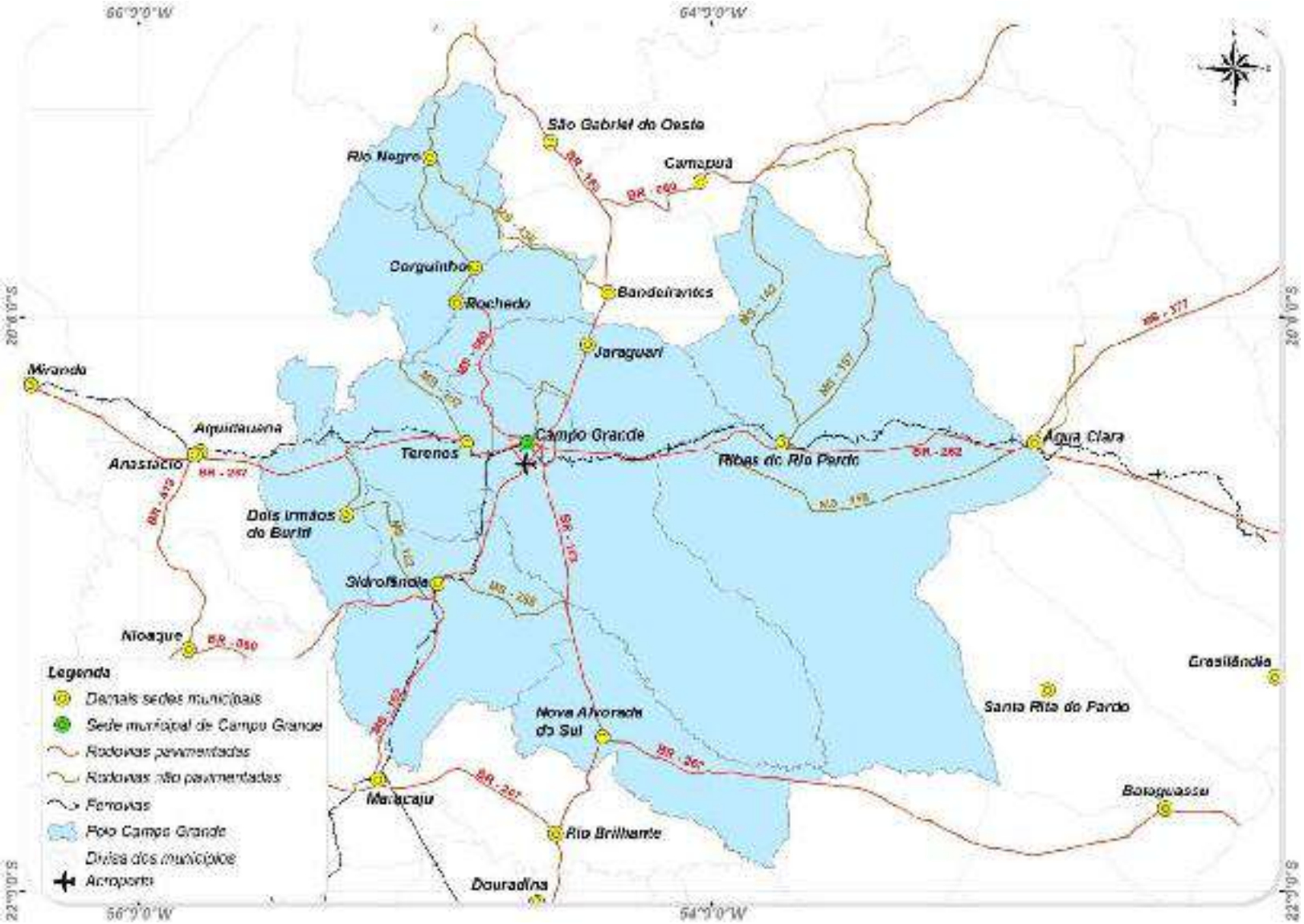


Figura 11 – Vias de acessos ao Polo Campo Grande e Região.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2012.

Buscando ilustrar as principais distâncias dos municípios do Polo Campo Grande e Região elaborou-se o Gráfico 7, onde são apresentadas as distâncias rodoviárias de Campo Grande as demais cidades do Polo.

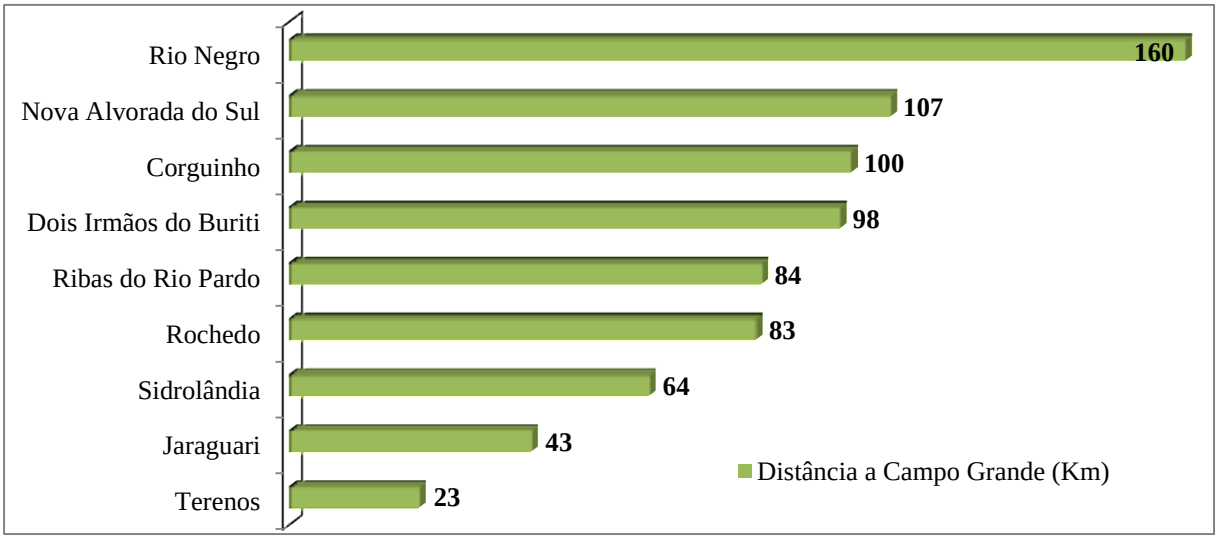


Gráfico 7 – Distâncias das cidades do Polo Campo Grande e Região à capital.
Fonte: MATO GROSSO DO SUL (2010c).

O PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011) apresenta as seguintes conexões e serviços do transporte rodoviário:

- **Internacional - Campo Grande,** provenientes de Asunción e Concepción (PY);
- **Interestadual - Campo Grande**, com linhas provenientes de São Paulo, Goiás/DF, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Tocantins e Rio de Janeiro, que dispõe de linha internacional para Puerto Suarez (BO);
- **Intermunicipal - Campo Grande,** com linhas para todos os municípios de MS, possibilitando conexão para os passageiros desembarcados de linhas interestaduais - aérea e rodoviária, para os destinos turísticos;
- **Transportadoras Turísticas:** disponível para fretamento eventual com uma frota de 649 veículos cadastrados na Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – AGEPAN/ e CADASTUR / FUNDTUR/MS / MTur.

Em se tratando de terminais rodoviários, com exceção de Campo Grande que possui um bom sistema de terminais, os demais municípios do Polo possuem apenas pontos de parada.

Segundo a AGEPAN/MS, no ano de 2006, as linhas de ônibus na região turística representou 25% do total da movimentação do Estado e em 2009 manteve o mesmo padrão.

Inaugurado em janeiro de 2010, o terminal rodoviário Senador Antônio Mendes Canale de Campo Grande possui 25 plataformas, 38 guichês, 12 salas comerciais, centro de atendimento ao turista, recepção, posto policial, estacionamento para 300 carros e 105 motos além de 63 táxis e 40 vagas para moto táxis, totalizando 6.475,96 metros quadrados de área construída.

4.4.1.2 Acesso Aéreo

Com relação ao transporte aéreo, Campo Grande abriga o Aeroporto Internacional "Antônio João" com capacidade de um milhão de passageiros por ano. Este recebe voos regulares de diversos estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Santa Cruz de La Sierra (BO).

Além do Aeroporto Internacional, existe na capital sul-mato-grossense dois aeroportos de pequeno porte, o Teruel e o Santa Maria, e um campo de pouso no Município de Corguinho.

O Aeroporto Internacional de Campo Grande é administrado pela INFRAERO e é suprido pelas seguintes empresas: Gol, Tam, Azul, Trip e Avianca Brasil.

O Aeroporto possui um fluxo diário de aproximadamente 3.000 passageiros, sendo que este número vem crescendo a cada ano, o que culminou na elaboração de um projeto de expansão. A fim de promover o incremento do transporte de cargas e da produção industrial estuda-se a alternativa de transformar parte da área em aeroporto industrial.

Dentre os aeroportos de grande porte das capitais brasileiras, o Aeroporto Internacional de Campo Grande é o único que não possui transportes alternativos como ônibus executivo, sendo a única opção o oneroso serviço de táxi. A INFRAERO conjuntamente com a AGETRAN está tomando medidas para solucionar o problema, tais como: aumentar o número de táxis, ampliar estacionamento para veículos de passeio, ônibus e vans e a ampliação da sala de embarque.

Quanto aos aeroportos de pequeno porte, o Aeroporto Municipal Estância Santa Maria foi reformado recentemente e entregue no dia 31/03/2012. Possui duas pistas pavimentadas, a de táxi aéreo que agora mede 1.500 m de comprimento por 23 m de largura e a pista principal, que passou para 1.500 m de extensão por 30 m de largura e recebeu aplicação de *grooving* – que são "ranhuras" obrigatórias e servem para evitar derrapagem ou aquaplanagem de aeronaves. O objetivo da reforma fora diminuir o fluxo de aviões de pequeno e médio porte do Aeroporto Internacional de Campo Grande, beneficiando principalmente as empresas de táxi aéreo que fazem voos dentro do Estado.

Também existe o Aeroporto Teruel, empreendimento privado com pista de decolagem com 1.500 m e taxiamento de aeronaves, compreende uma área de 100 hectares com 9 *hangares* e abriga cerca de 200 aeronaves de pequeno porte, em sua maioria da empresa de pulverização agrícola pertencente ao dono do aeroporto e associados.

Todos os municípios do Polo possuem pistas para pouso e decolagem de pequenas aeronaves.

4.4.1.3 Acesso Ferroviário

A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil nas primeiras décadas do século XX foi um dos grandes motivos do crescimento do Estado de Mato Grosso do Sul. O grande fluxo de pessoas e mercadorias facilitou o intercâmbio do Estado com outras regiões do Brasil, além de ajudar no desenvolvimento das localidades por onde a estrada passava.

O Estado de Mato Grosso do Sul possui cerca de 1.300 km de rede ferroviária, sendo estas integrantes da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, hoje denominada ALL - América Latina Logística Malha Oeste.

O Trem do Pantanal operou a travessia da Estrada de Ferro Noroeste durante 81 anos. Em 1995, com o fim da Rede Ferroviária Federal S.A. e a concessão da via, o passeio turístico foi suspenso e somente o transporte de cargas passou a operar o trajeto.

Em 2009, sob administração da Serra Verde Express, o Trem do Pantanal foi revitalizado e voltou a operar seu trajeto de 220 quilômetros de pura nostalgia e encanto, não sendo utilizado como meio de transporte de passageiros, e sim como um atrativo turístico.

O Trem do Pantanal parte de Campo Grande, passa por Aquidauana rumo a cidade de Miranda, onde os turistas podem apreciar os pontos turísticos e a beleza do pantanal. Possui a capacidade de 192 lugares, com saídas de Campo Grande aos sábados e retorno aos domingos.

4.4.2 Aspectos Físicos

4.4.2.1 Aspectos climáticos

A classificação climática é baseada no pressuposto de que a vegetação natural de cada grande região da Terra é essencialmente uma expressão do clima nela prevalecente. Na determinação dos tipos climáticos, à de se considerar a sazonalidade e os valores médios anuais e mensais da temperatura do ar e de precipitação.

Portanto, segundo a classificação climática supracitada, o Polo Campo Grande e Região está compreendido, predominantemente, no clima quente úmido com verão quente, e o restante do Polo é classificado como subquente úmido, com estação de seca de inverno (NIMER, 1979; IBGE, 2002), conforme ilustrado na Figura 12.

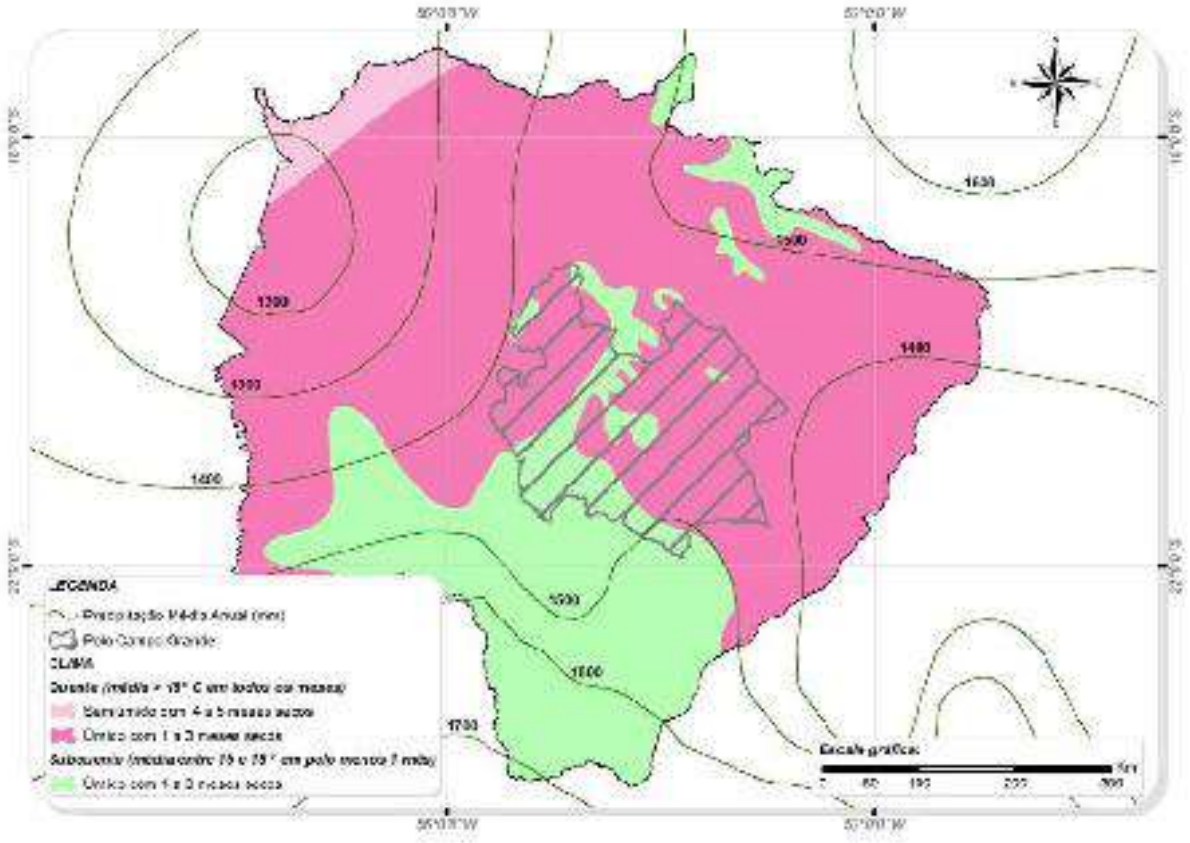


Figura 12 – Classificação climática para o Estado de Mato Grosso do Sul em destaque o Polo Campo Grande e Região.
Fonte: Nimer (1979); Atualizado pela Diretoria de Geociências, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais do IBGE, em 2002.

O Zoneamento Econômico Estratégico do Mato Grosso do Sul (2010e), apresenta as seguintes definições para os climas encontrados na região:

> "Cfa - Clima subtropical, com verão quente (mesotérmico úmido sem estiagem). As temperaturas são superiores a 22ºC no verão e com mais de 30 mm de chuva no mês mais seco. Com ocorrência localizada na região serrana do extremo sul de Mato Grosso do Sul.
>
> Aw - Clima tropical úmido, com inverno seco apresenta estação chuvosa no verão, de outubro a abril, e nítida estação seca no inverno, de maio a setembro (julho é o mês mais seco). A temperatura média do mês mais frio é superior a 18ºC. As precipitações são superiores a 750 mm anuais, atingindo 1800 mm. Este tipo de clima predomina na maior parte do Estado."

Com base nos dados de precipitação e balanço hídrico climatológico da EMBRAPA (2007), em termos anuais a estação meteorológica de Campo Grande indica uma evapotranspiração real de 1.107mm, um excedente hídrico de 361 mm e uma deficiência de 15 mm, concentrando esta deficiência hídrica nos meses de julho e agosto, onde o clima é seco, enquanto nos meses de verão são mais chuvosos (MATO GROSSO DO SUL, 2010e).

A estação meteorológica, para o período de 1961 a 1990 indicou uma temperatura anual média de 22,7 ºC, registrando a menor temperatura média em junho, 19,1 ºC, e a maior em janeiro e fevereiro, 24,4 ºC.

Em decorrência da atividade turística predominante no Polo ser a de eventos e negócios, o clima não tem uma influência direta no fluxo de turistas. Entretanto, cabe destacar que o clima local não possui características extremas que impossibilite a vinda de turistas durante épocas específicas do ano.

4.4.2.2 Geologia e Geomorfologia

Os municípios contidos no Polo Campo Grande e Região estão presentes em duas grandes bacias principais, a Bacia do Paraná, abrangendo Ribas do Rio Pardo, Nova Alvorada do Sul e boa parte de Campo Grande, Jaraguari e Sidrolândia, e a Bacia do Pantanal, onde se localizam os Munícipios de Dois Irmãos do Buriti, Terenos, Rochedo, Corguinho e Rio Negro.

A Bacia do Paraná é uma formação geológica que abrange a região sul-sudeste do Estado prosseguindo para os Estados de São Paulo e Goiás. Nesta bacia estão presentes unidades representativas do período Paleozoico ao Cenozóico, e teve como precursor de sua formação uma fratura no continente Gondwana. No Estado, as unidades da Bacia do Paraná correspondem às áreas do setor nordeste.

A Bacia do Pantanal é uma das mais importantes bacias sedimentares cenozóicas sul – americanas. Encontrada na porção sudoeste do Brasil, leste da Bolívia e parte norte do Paraguai, e ocupa boa parte da área noroeste do Mato Grosso do Sul. Sua evolução é atribuída ao terciário, com a deposição de espesso pacote de sedimentos fluviais da Formação do Pantanal e remodelados no Período Quaternário.

Como podem ser observadas na figura a seguir (Figura 13) as principais unidades geomorfológicas encontradas no Polo são os Piemontês da Serra de Maracaju e a Rampa Arenosa dos Planaltos Interiores.

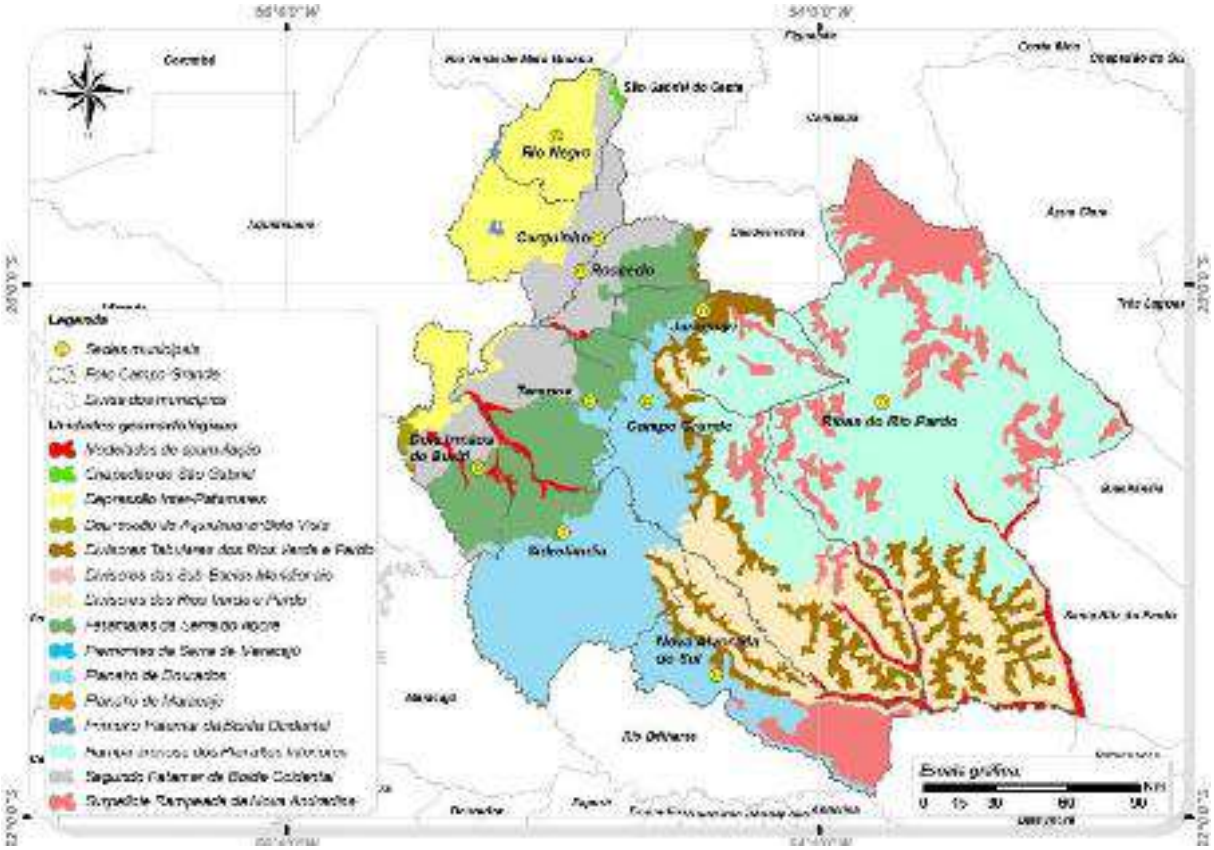


Figura 13 – Mapa Geomorfológico do Polo Campo Grande e Região.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012).

As características geológicas locais do Polo Campo Grande e Região favorecem o turismo de aventura, como a pratica de voo livre em regiões altas e propícias para esta modalidade, como exemplos os Municípios de Sidrolândia e Nova Alvorada do Sul.

4.4.2.3 Solos

No Polo Campo Grande e Região existe a ocorrência de diversos tipos de solo (Figura 14), sendo os principais as Areias Quartzosas, o Latossolo Vermelho-Escuro e o Latossolo Roxo que abrangem, respectivamente, 39,44%, 27,31% e 23,66% da área do Polo.

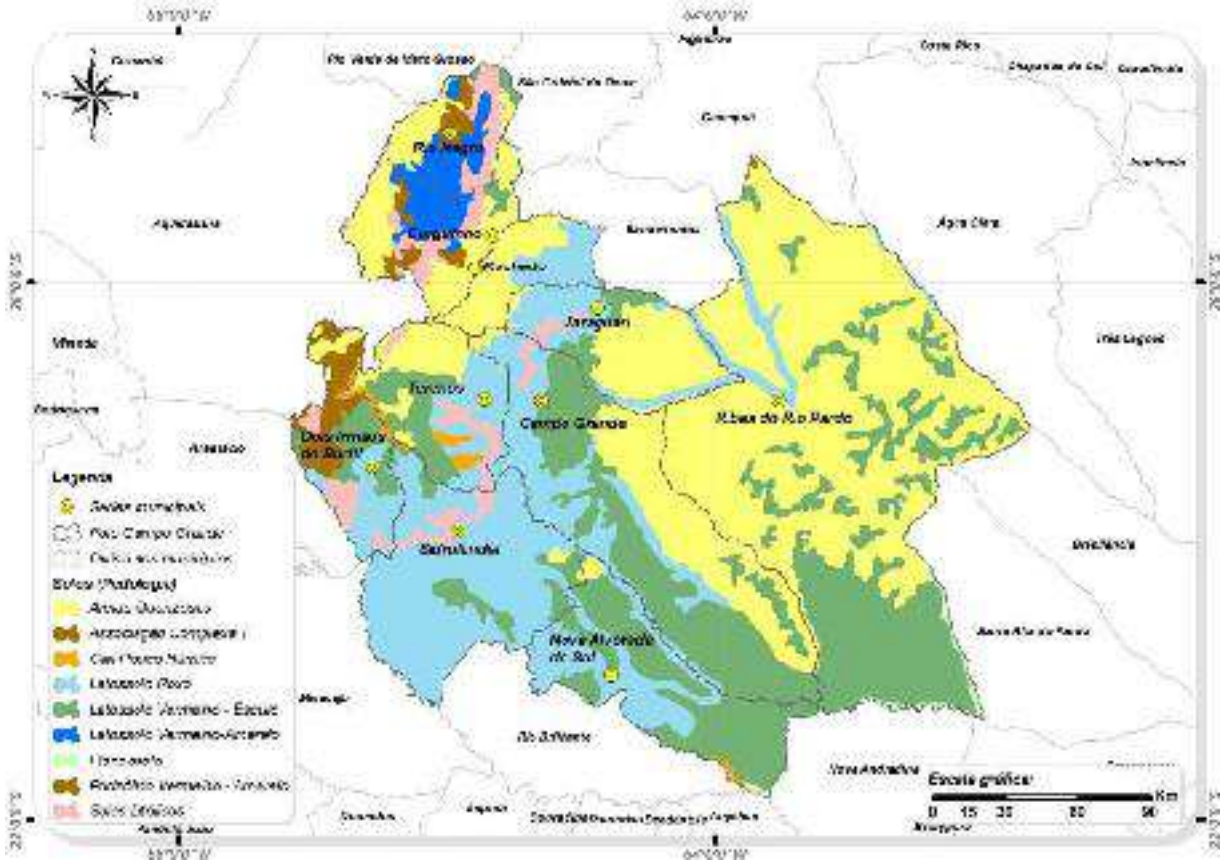


Figura 14 – Tipos de solos encontrados nos municípios do Polo Campo Grande e Região.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012).

As Areias Quartzosas são encontradas, principalmente, na região leste do Polo e por apresentar características de um solo mais pobre de nutrientes é utilizado principalmente para atividade de pecuária de corte. O Latossolo Roxo, encontrado a oeste, possui maior fertilidade (mais rico em nutrientes), sendo assim é utilizado para o desenvolvimento de agricultura cíclica, predominantemente da soja e milho.

A conservação dos solos é de grande importância ambiental e a ausência de medidas conservadoras pode acarretar em processos erosivos, vindo a ocasionar impactos negativos na atividade turística, uma vez que, causando erosões e assoreamento dos cursos d'água locais, as atividades produtivas locais, bem como as práticas de turismo rural e pesca são prejudicados.

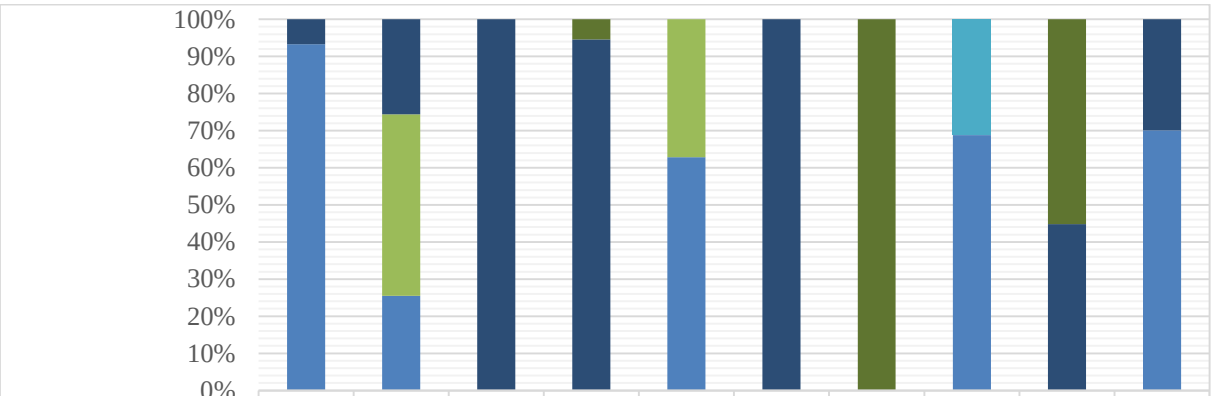
4.4.2.4 Águas superficiais

O Plano Estadual de Recursos Hídricos definiu Unidades de Planejamento e Gerenciamento (UPG) para o Estado de Mato Grosso do Sul, sendo estas correspondentes as sub-bacias com ocorrência no Estado. O Polo Campo Grande e Região distribui-se em cinco UPGs, três da bacia do Paraná e duas da Bacia do Paraguai).

Bacia do Paraná	Bacia do Paraguai
•UPG do Rio Pardo •UPG do Rio Ivinhema •UPG do Rio Verde	•UPG do Rio Miranda •UPG do Rio Negro

Figura 15 – UPGs no qual o Polo Campo Grande está inserido.
Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul, 2010.

A UPG do Pardo é a que apresenta maior abrangência no Polo (47% da área), sendo inseridos nesta os Municípios de Campo Grande, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo e Sidrolândia. No Município de Ribas do Rio Pardo, está inserido em pequena porção, ao norte, como tributário da Bacia do Taquari. O Gráfico 8 apresenta as porcentagens de área territorial dos municípios que estão inseridos nas UPGs.



	Campo Grande	Sidrolândia	Terenos	Dois Irmãos do Buriti	Nova Alvorada do Sul	Rochedo	Rio Negro	Ribas do Rio Pardo	Corguinho	Jaraguari
Bacia do Rio Negro				5,40%			100%		55,18%	
Bacia do Rio Miranda	6,72%	25,61%	100%	94,60%		100%			44,82%	29,91%
Bacia do Rio Verde								31,18%		
Bacia do Rio Ivinhema		48,86%			37,53%					
Bacia do Rio Pardo	93,28%	25,53%			63,47%			68,82%		70,09%

Gráfico 8 – Porcentagem da área dos municípios do Polo Campo Grande e Região inseridas nas UPGs.
Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul, (MATO GROSSO DO SUL, 2010d).

A atividade de pesca é realizada em todo o Polo Campo Grande e Região, sendo o rio Aquidauana e seus afluentes os principais cursos d'água utilizados para esta prática. Os Municípios de Campo Grande e Rochedo são os principais destinos procurados para esta prática no Polo devido à presença de pesqueiros bem estruturados.

Existem ainda na região diversas cachoeiras e piscinas naturais propícias para banhos e nados, além de alguns cursos d'água com correntezas propícias para as atividades de bóia-*cross*, canoagem, passeios de bote, entre outros.

A Figura 16 apresenta os principais cursos d'água do Polo Campo Grande e Região e suas sub-bacias.

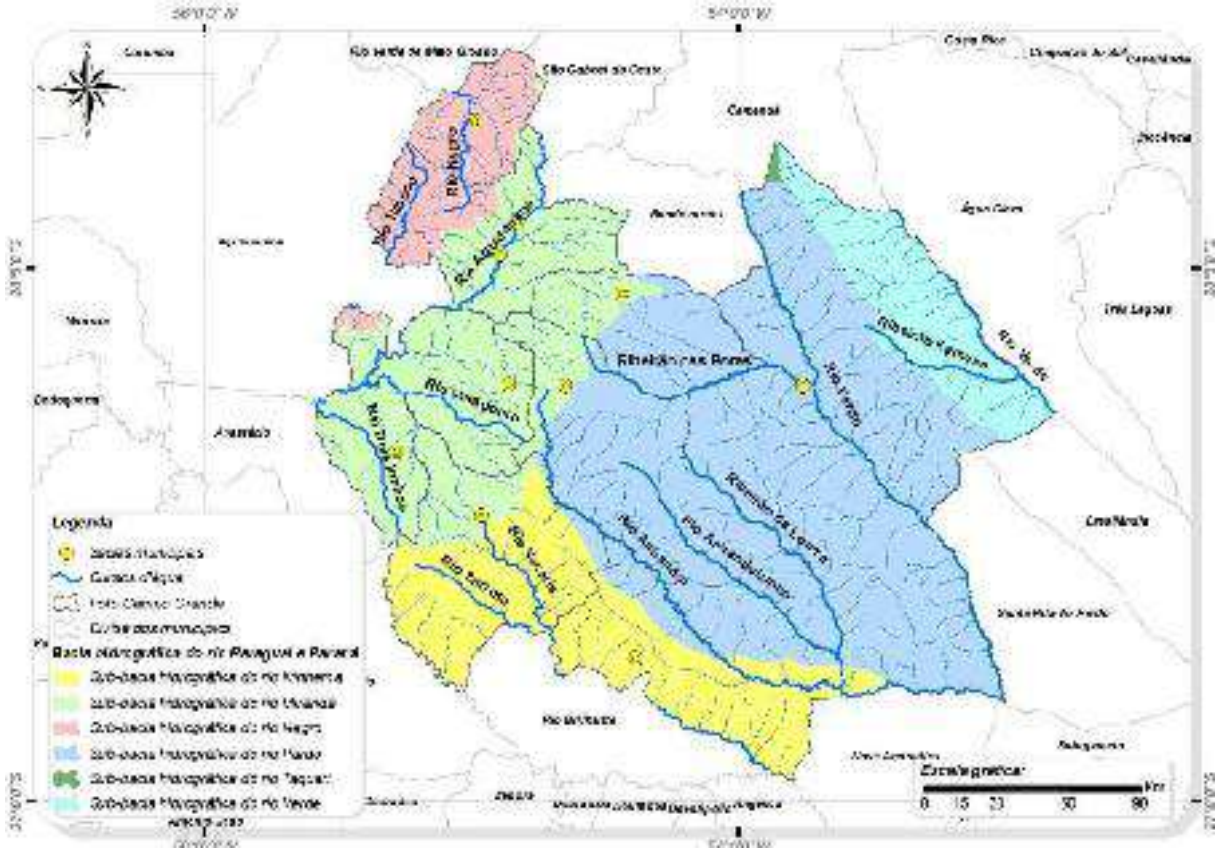


Figura 16 – Hidrografia do Polo Campo Grande e Região.
Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010d. Adaptado por Deméter Engenharia Ltda.(2012).

4.4.2.5 Águas subterrâneas

No Estado de Mato Grosso do Sul os sistemas aquíferos são identificados por dois grupos de rochas, as sedimentares, que formam os aquíferos porosos encontrados na Bacia do Paraná e Pantanal, e as ígneas – metamórficas, que constituem os aquíferos fraturados, onde encontram-se os embasamentos cristalinos e a Formação da Bacia do Paraná.

Segundo o PERH-MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010d), existe a ocorrência de sete unidades aquíferas no Polo (Figura 17), sendo os Aquíferos Bauru e Serra Geral os que abrangem maiores áreas, respectivamente, 50% e 33% da área da região.

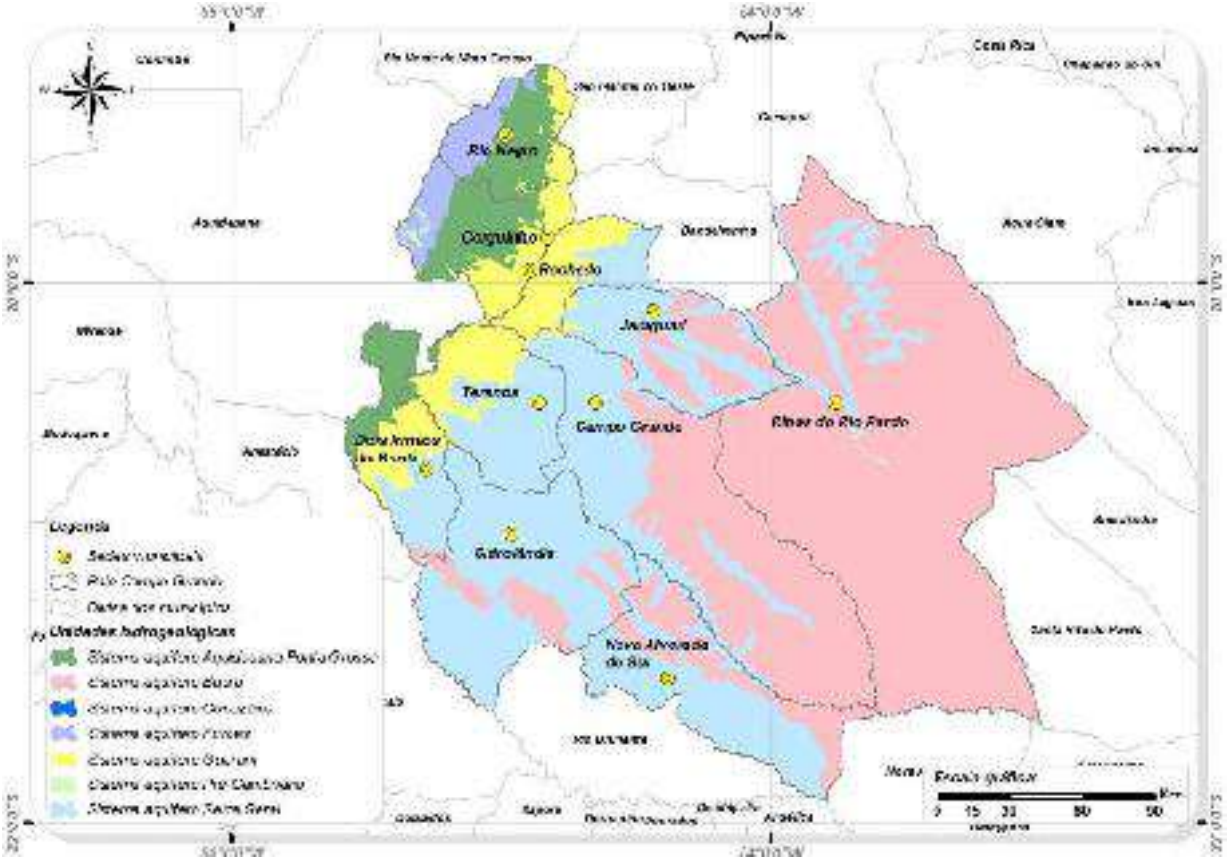


Figura 17 – Representação dos aquíferos encontrados no Polo Campo Grande e Região.
Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010d. Adaptado por Deméter Engenharia Ltda.(2012).

4.4.2.6 Vegetação

O Estado de Mato Grosso do Sul apresenta uma grande diversidade de formações vegetais com componentes florísticos particulares, formando um mosaico de formações, muitas vezes integradas e que demonstram um potencial para a atividade de turismo rural e também o turismo técnico cientifico, no desenvolvimento de pesquisas.

Dependendo da classificação a ser utilizada, o Polo turístico está inserido apenas no Bioma Cerrado (RIBEIRO & WALTER, 1998; BRASIL, 2005), conforme a Figura 18, Figura 19 e Figura 20, ou Cerrado e Mata Atlântica (BRASIL, 2002b; BRASIL, 2007b; REATTO & MARTINS, 2005; RAMOS *et al*., 2008), conforme a Figura 21.

Esta diferença na classificação ocorre pela falta de definição ou de categorização das Florestas Estacionais. Cabe reforçar que no Polo Campo Grande e Região existe a predominância do Bioma Cerrado, com 99,8% de sua área, sendo o restante caracterizado como Pantanal e Mata Atlântica.

Figura 18 - Distribuição geográfica do Bioma Cerrado (cinza).
Fonte: MMA, 2005.

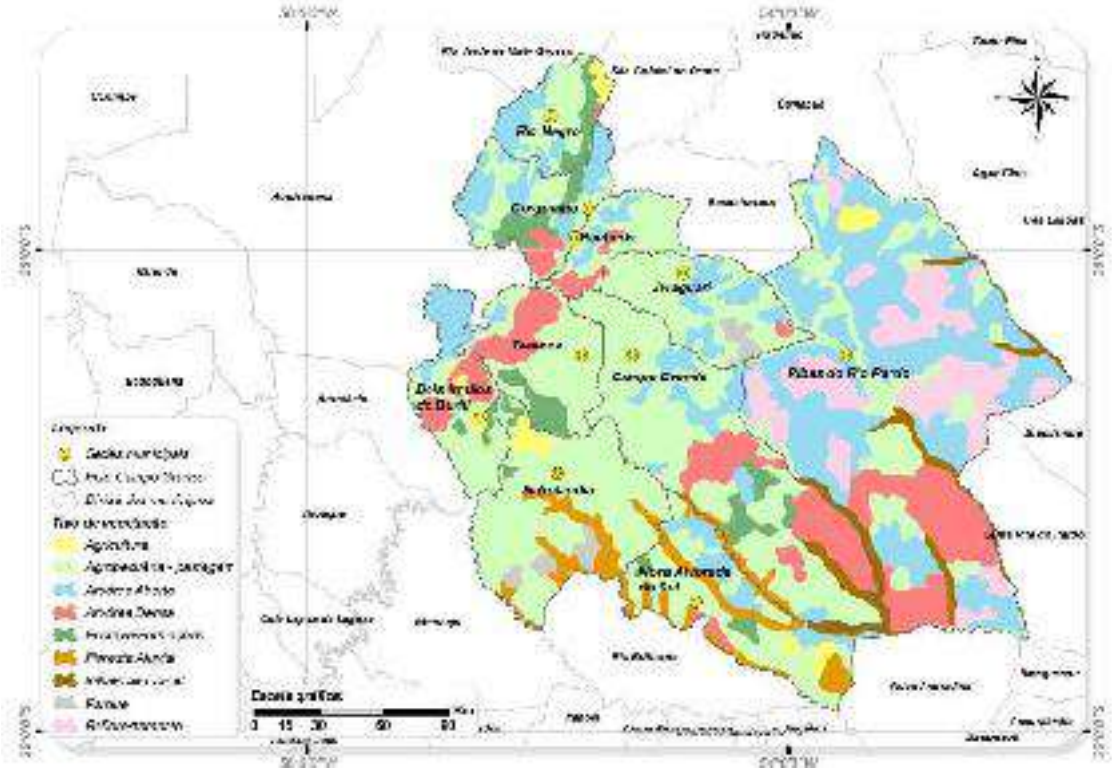


Figura 19 – Tipo de vegetação do Polo Campo Grande e Região.
Fonte: Demeter Engenharia Ltda. (2012).

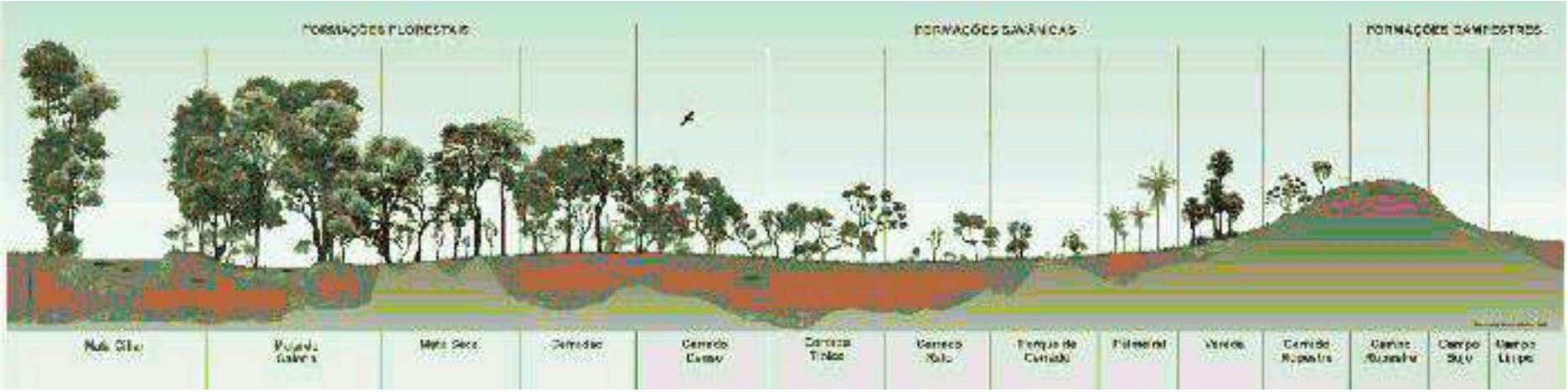


Figura 20 - Fitofisionomias do Bioma Cerrado, adapatado de Ribeiro & Walter (1998), note que Mata Seca (Mata Estacional) esta inserida em formações florestais do Cerrado.
Fonte: EMBRAPA (2012).

Figura 21 - Distribuição geográfica do Bioma Mata Atlântica.
Fonte: MMA, (2002).

4.4.3 Caracterização dos Aspectos Ambientais

4.4.3.1 Diversidade biológica

O Polo Campo Grande apresenta duas regiões fitoecológicas: Savana e Floresta Estacional Semidecidual. A região fitoecológica da Savana encontra-se distribuída por extensões de planícies aluviais, superfícies pediplanadas e áreas dissecadas. No Polo Campo Grande, a região fitoecológica da Savana apresenta-se com as fisionomias de Savana Arbórea Densa, Savana Arbórea Aberta, Savana Parque e Savana Gramíneo-Lenhosa.

A Savana Arbórea Densa também chamado de cerradão é uma formação florestal com características esclerófilas (grande ocorrência de órgãos vegetais rijos, principalmente folhas) e xeromórficas (com características como folhas reduzidas, suculência, pilosidade densa ou com cutícula grossa que permitem conservar água e, portanto, suportar condições de seca). Caracteriza-se pela presença preferencial de espécies que ocorrem no Cerrado *stricto sensu* e também por espécies de florestas, particularmente as da Mata Seca Semidecídua e da Mata de Galeria. Do ponto de vista fisionômico é uma floresta, mas floristicamente se assemelha mais ao Cerrado *stricto sensu* (RIBEIRO & WALTER, 1998). Apresenta dossel predominantemente contínuo e cobertura arbórea que pode oscilar em torno dos 70%, com altura média do estrato arbóreo variando entre oito e quinze metros, propiciando condições de luminosidade que favorecem a formação de estratos arbustivo e herbáceo diferenciados, com espécies de epífitas reduzidas (IBGE, 1992).

Quanto aos solos, são profundos, bem drenados, de média e baixa fertilidade, ligeiramente ácidos, pertencentes às classes de Latossolos Vermelho-Escuro, Vermelho-Amarelo ou Roxo, podendo ocorrer, também, Cambissolos distróficos. O teor de matéria orgânica nos horizontes superficiais é médio e recebe um incremento anual de resíduos orgânicos provenientes da deposição de folhas durante a estação seca.

De acordo com o Projeto Radambrasil (BRASIL, 1982) as espécies arbóreas mais frequentes no Cerradão são: *Callisthene fasciculata* (jacaré), *Caryocar brasiliense* (pequi*), Copaifera langosdorffii* (pau-d'óleo), *Emmotum nitens* (sobre), *Hirtella glandulosa* (oiti), *Lafoensia pacari* (mangaba- brava, pacari), *Magonia pubescens* (tingui), *Siphoneugenia densiflora* (maria-preta), *Vochysia haenkeana* (escorrega-macaco), *Xylopia aromática* (pimenta-de-macaco, pindaíba-do-campo), *Agonandra brasiliensis* (pau-marfim), *Bowdichia virgilioides* (sucupira-preta), *Dalbergia miscolobium* (jacarandá-do-cerrado), *Dimorphandra mollis* (faveira), *Kielmeyera coriacea* (pau-santo), *Machaerium opacum* (jacarandá-muchiba), *Platypodium elegans* (canzileiro), *Pterodon emarginattus* (sucupira-branca), *Qualea grandiflora* (pau-terra-grande) e *Sclerolobium paniculatum* (carvoeiro). Felfili *et al*. (1994) relata que as espécies encontradas no Cerradão, também são encontradas em outras formações florestais ou savânicas, e não encontraram espécies exclusivas de Cerradão, quer no estrato arbóreo, quer no estrato arbustivo.

A Savana Arbórea Aberta também chamado de Cerrado *stricto sensu* caracteriza-se pela presença de árvores baixas, inclinadas, tortuosas, com ramificações irregulares e retorcidas, geralmente com evidências de queimadas. Os arbustos e subarbustos encontram-se espalhados, com algumas espécies apresentando órgãos subterrâneos perenes (xilopódios), que permitem a rebrota após queima ou corte. Na época chuvosa os estratos subarbustivo e herbáceo tornam-se exuberantes devido ao seu rápido crescimento. Os troncos das espécies lenhosas em geral possuem cascas com cortiça grossa, fendida ou sulcada, e as gemas apiciais de muitas espécies são protegidas por densa pilosidade. As folhas em geral são rígidas e coriáceas.

Grande parte dos solos dessa formação herbácea é da classe dos Latossolos Vermelho-Escuro, Vermelho-Amarelo e Roxo, que apresentam boas características físicas. Apesar dessas boas características físicas, são solos fortes a moderadamente ácidos, com carência generalizada dos nutrientes essenciais, principalmente fósforo e nitrogênio. Apresentam, geralmente, altas taxas de alumínio. O teor de matéria orgânica varia de médio a baixo.

Como exemplos de espécies encontradas nessa fitofisionomia podemos destacar *Acosmium dasycarptum* (amargosinha), *Annona crassiflora* (araticum), *Astronium fraxinifolium* (gonçalo-alves), *Brosimum gaidichaudii*, *Bowdichia virgilioides* (sucupirapreta), *Byrsonima coccolobifolia* (murici), *Byrsonima verbascifolia* (murici), *Caryocar brasiliense* (pequi), *Connarus suberosus*, *Curatella americana* (lixeira), *Dimorphondra mollis*(faveira), *Erythoxylum suberosum*, *Hancornia speciosa* (mangaba), *Hymenaea stigocarpa* (jatobá-do-cerrado), *Kielmeyra cariacea*, *Lafoensia pacari*, *Machaerium acutifolium* (jacarandá), *Pouteria ramiflora* (currioloa), *Qualea grandiflora* (pau-terra*),*

Qualea multiflora (pau-terra-liso), *Qualea parviflora* (pau-terra-roxo), *Roupala montana* (carne-de-vaca), *Salvertia convallariaeodora* (bate-caixa), *Tabeluia áurea* (ipê), *Tabeluia ochracea* (ipê-amarelo) e *Tocyena formosa* (jenipapo-do-cerrado). Fatores como pH, condições edáficas, alumínio, fertilidade, condiçõeshídricas, profundidade, queimadas e ações antrópicas podem influenciar na densidade arbórea do cerrado *stricto sensu*, refletindo na sua composição florística e estrutura (RIBEIRO & WALTER, 1998).

A Savana Parque também chamada de Campo Sujo é um tipo fisionômico exclusivamente herbáceo-arbustivo, com arbustos e subarbustos esparsos cujas plantas, muitas vezes, são constituídas por indivíduos menos desenvolvidos das espécies do cerrado *stricto sensu*. É encontrado em solos rasos como os Neossolos, Cambissolos ou Plintossolos Pétricos ou ainda em solos profundos e de baixa fertilidade como os Latossolos de textura média e as Areias Quartzosa. Em função de particularidades ambientais, o Campo Sujo pode apresentar três subtipos fisionômicos distintos. Na presença de um lençol freático profundo, ocorre o Campo Sujo Seco; na presença do lençol freático alto, ocorre o Campo Sujo Úmido e, quando na área ocorrem microrelevos mais elevados, tipo murundus, ocorre o Campo Sujo com Murundus (RIBEIRO & WALTER, 1998). Quanto à vegetação, a família mais frequente é a Poaceae (Gramineae), destacando-se os gêneros *Aristida, Axonopus, Echinolaena, Ichnanthus, Laudetiopsis, Panicum, Paspalum, Trachypogon* e *Tristachya*.

Outra família importante é a Cyperaceae com os gêneros *Bulbostylis* e *Rhyncophora*. Diversas espécies de outras famílias destacam-se pela floração exuberante na época chuvosa ou mesmo logo após queimadas que venham a ocorrer, como *Alstroemeria* spp., *Gomphrena officinalis, Griffinia* spp., *Hippeastrum* spp. e *Paepalanthus* spp. Também são comuns as espécies dos gêneros *Andira, Aspilia, Baccharis, Crumenaria, Cuphea, Deianira, Diplusodon, Eryngium, Habenaria, Hyptis, Lippia, Mimosa, Polygala, Piriqueta, Syagrus, Vernonia* e *Xyris*. A composição florística e a importância fitossociológica das espécies nos três subtipos do Campo Sujo podem diferir se o solo for bem ou mal drenado, caracterizando a fisionomia da vegetação (RIBEIRO & WALTER, 1998).

A Savana Gramíneo-Lenhosa também conhecida de Campo Limpo é uma fitofisionomia predominantemente herbácea, com raros arbustos e ausência completa de árvores. Pode ser encontrado em diversas posições topográficas, com diferentes variações no grau de umidade, profundidade e fertilidade do solo. Contudo, é encontrado com mais frequência nas encostas, nas chapadas, nos olhos d'água, geralmente em solos Neossolos, Cambissolos ou Plintossolos Pétricos. Quando ocorrem em áreas planas,relativamente extensas, contíguas aos rios e inundadas periodicamente, também é chamado de "Campo de Várzea" ou "Brejo", sendo os solos do tipo hidromórfico, aluvial, Plintossolo ou solos orgânicos. O Campo Limpo apresenta variações dependentes de particularidades ambientais, determinadas pela umidade do solo e topografia. Na presença de um lençol freático profundo ocorre o Campo Limpo Seco; na presença de lençol freático alto, ocorre o Campo Limpo Úmido e, quando aparecem os murundus, tem-se o Campo Limpo com Murundus, cada qual com sua fitofisionomia específica (RIBEIRO & WALTER, 1998). As espécies comuns encontradas pertencem as seguintes

famílias e gêneros: Burmanniaceae (*Burmannia*), Cyperaceae (*Rhynchospora*), Droseraceae (*Drosera*), Iridaceae (*Cipura, Sisyrinchium*), Lentibulariaceae (*Utricularia*), Lythraceae (*Cuphea*), Orchidaceae (*Cleistes, Habenaria, Sarcoglottis*) e Poaceae (*Aristida, Axonopus, Panicum, Mesosetum, Paspalum, Trachypogon*).

De acordo com o Relatório da *Conservation International* (MITTERMEIER *et al*., 1997), divulgado em dezembro de 1997, aponta o Brasil como o País de maior megadiversidade no planeta, entre os 17 que reúnem em seus territórios 70% das espécies animais e vegetais do planeta. A diversidade brasileira é a maior entre todas em plantas superiores, peixes de água doce, mamíferos e anfíbios, a segunda em répteis e a terceira em. São 55 mil espécies vegetais ou 22% do total do planeta, 701 mamíferos, 946 anfíbios, 1832 aves e 732 répteis, além de 3 mil espécies de peixes de água doce e entre 10 e 15 milhões de insetos.

Essa grande diversidade também é observada para o Cerrado e Mata Atlântica. Segundo o MMA (BRASIL, 2002), o Cerrado apresenta em apenas três ordens de insetos, Lepidoptera, Hymenoptera e Isoptera, o número de espécies estimado de 14.425, 780 espécies de peixes, 113 espécies de anfíbios, 180 de répteis, 837 de aves e 251 de mamíferos. Já a Mata Atlântica apresenta 340 espécies de anfíbios, 198 de répteis, 1050 de aves e 298 de mamíferos (BRASIL, 2002).

Os impactos do turismo no meio ambiente são extremamente diversos, dependendo das características do meio físico e biológico, do modelo de ocupação e uso do espaço pelo turismo, da taxa de crescimento do turismo, e das ações de planejamento e gestão do território. Segundo Cruz (2001), os impactos do turismo em ambientes naturais estão associados tanto à colocação de infraestrutura nos territórios para que o turismo possa acontecer com a circulação de pessoas que a prática turística promove nos lugares. Os meios de hospedagem edificados em áreas não urbanizadas bem como outras infraestruturas a eles associados podem representar riscos importantes de desestabilização dos ecossistemas em que se inserem.

O grande impacto do turismo no meio ambiente é em decorrência da exploração desordenada e mal planejada, destacam-se três, sob a ação direta da sua utilização.

- **Fauna -** Os impactos em relação à fauna ainda não são bem conhecidos, mas sabe-se que existe uma alteração quanto ao número de espécies, tendo um aumento das espécies mais tolerante a presença do homem, uma diminuição aos mais sensíveis.
- **Solo -** Os principais impactos causados ao solo são: a compactação e a redução da capacidade de retenção de água pelo solo, alterando assim a capacidade de sustentar a vida vegetal e animal do ambiente, seguido pela erosão.
- **Vegetação -** Os impactos causados levam a extinção local de plantas por choque mecânico diretamente e indiretamente causado pela compactação do solo, a erosão deixa de maneira exposta às raízes das plantas comprometendo sua sustentação e tornando - as vulneráveis a contaminação de suas raízes por pragas, além das alterações que ocorrem no ambiente.

Verifica-se que os impactos negativos do turismo sobre o meio ambiente natural podem superar os impactos positivos causados pelo mesmo, como poluição sonora, lixo e resíduos sólidos, degradação de ecossistemas frágeis, perda da biodiversidade, compactação dos solos resultante do pisoteamento,

perda da cobertura vegetal e do solo, aceleramento de processos erosivos, fuga da fauna nativa, entre outros. É devido a estes motivos que há a necessidade de cuidados para o bom andamento da atividade turística, visto que resultados irreversíveis podem comprometer as áreas de visitação, já que o que a demanda desta modalidade turística busca são os ambientes conservados, mais próximos do natural possível.

Para isso, é de suma importância que ocorram reflexões e discussões sobre os impactos oriundos da atividade turística sobre o patrimônio natural, apontando propostas para minimizar os impactos negativos e aperfeiçoar os impactos positivos, é importante deixar claro que o turismo não apenas traz impactos negativos, existem vantagens em se desenvolver a atividade. E é por este motivo que a atividade deve ser bem conduzida e planejada. Desta forma, são necessários estudos que busquem minimizar ao máximo a degradação ambiental das áreas receptoras.

Para os estudos de impactos, é de relevante importância que sejam feitas análises das situações e de aspectos específicos, de forma isolada, a fim de obter resultados mais precisos. Posteriormente, é ideal que seja feito uma análise sobrepondo todas as informações adquiridas, de modo a contribuir positivamente para a recuperação da área e para prevenção de futuros problemas.

4.4.3.2 Principais ecossistemas existentes

O Polo Campo Grande e Região está inserido, em sua maioria (99,8%), no Cerrado, conforme ilustra a Figura 22. Este é o segundo maior Bioma da Brasil, abrangendo 21% do território nacional, formado pelo conjunto de vários ecossistemas: savanas, matas, campos, áreas úmidas e matas de galeria. Característica intrínseca desse Bioma é a sua biodiversidade, com um grande número de espécies endêmicas, tanto da fauna quanto da flora, tornando o Cerrado um grande *hotspot*[1] internacional de preservação.

[1] *Hotspot*: toda área prioritária para conservação, isto é, de alta biodiversidade e com grande ameaça de extinção (RICKLEFS,2009).

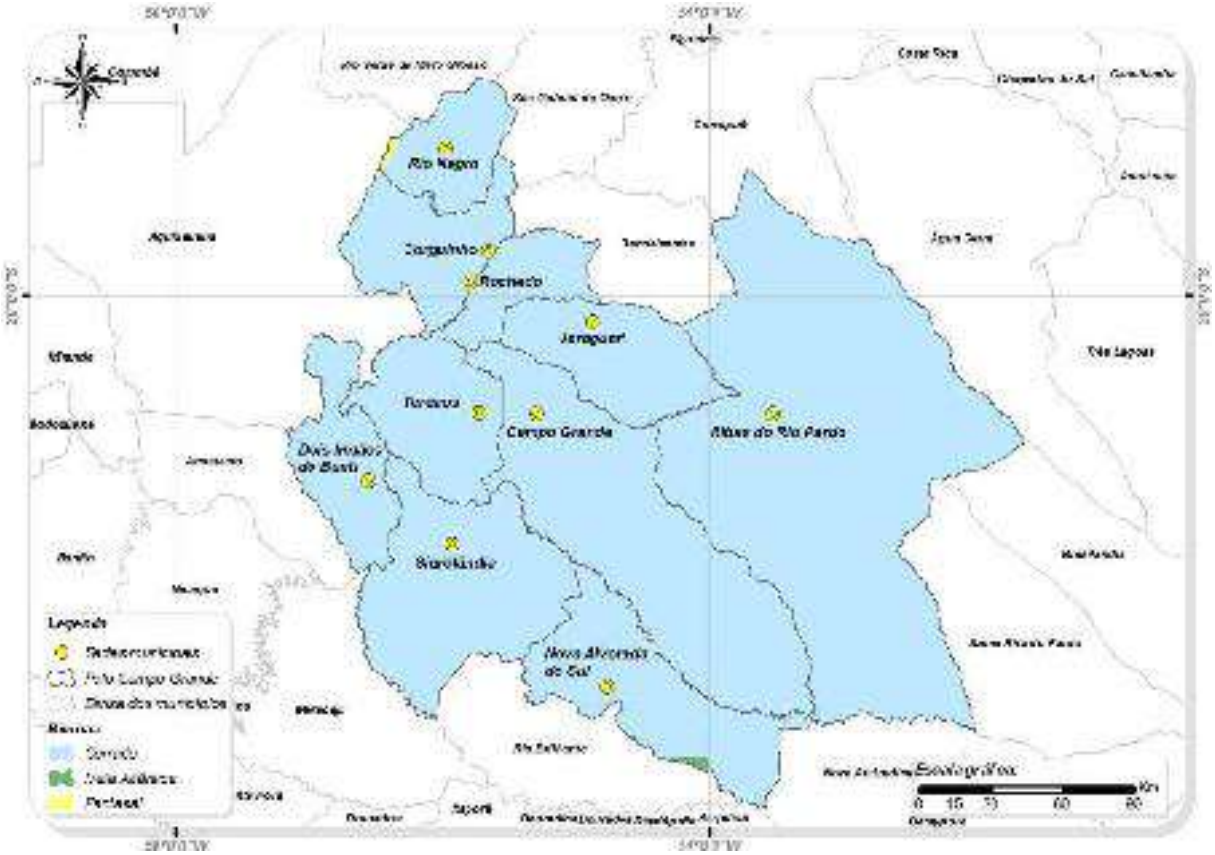


Figura 22 – Biomas presentes no Polo Campo Grande e Região.
Fonte: MMA (2007b).

Estima-se que 5% da fauna e flora do mundo são encontradas no Cerrado, com mais de 10.000 espécies de flora, 837 de aves, 195 de mamíferos, 150 de anfíbios e 120 de répteis. Em contraste com a rica biodiversidade desse Bioma observa-se uma ausência de conservação. Neste sentido, a lista de espécies ameaçadas de extinção divulgada pelo MMA apresenta um total de 472 espécies em risco para o Brasil, sendo que 27,75% destas são do Cerrado.

Segundo o MMA (BRASIL, 2002), existe apenas 17% da cobertura original do Cerrado brasileiro não antropizado, podendo esta extensa transformação antrópica ocasionar perdas na biodiversidade presente neste Bioma.

Segundo o IBAMA, o Cerrado é dividido em cinco subdivisões: Campo Limpo, Campo Sujo, Campo Cerrado, Cerrado e Cerradão. O Cerrado encontrado no Estado do Mato Grosso do Sul pode ser classificado como uma vegetação xerófita, com uma fisiologia bastante distinta, podendo ter formação de árvores densas e tortuosas até gramíneas.

Na região do Polo Campo Grande e Região a vegetação encontrada se divide em nove áreas distintas: Agricultura, Agropecuária-Pastagem, Arbórea Aberta, Arbórea Densa, Encrave/ Formação, Floresta Aluvial, Influência Fluvial, Parque e Reflorestamento (Figura 23).

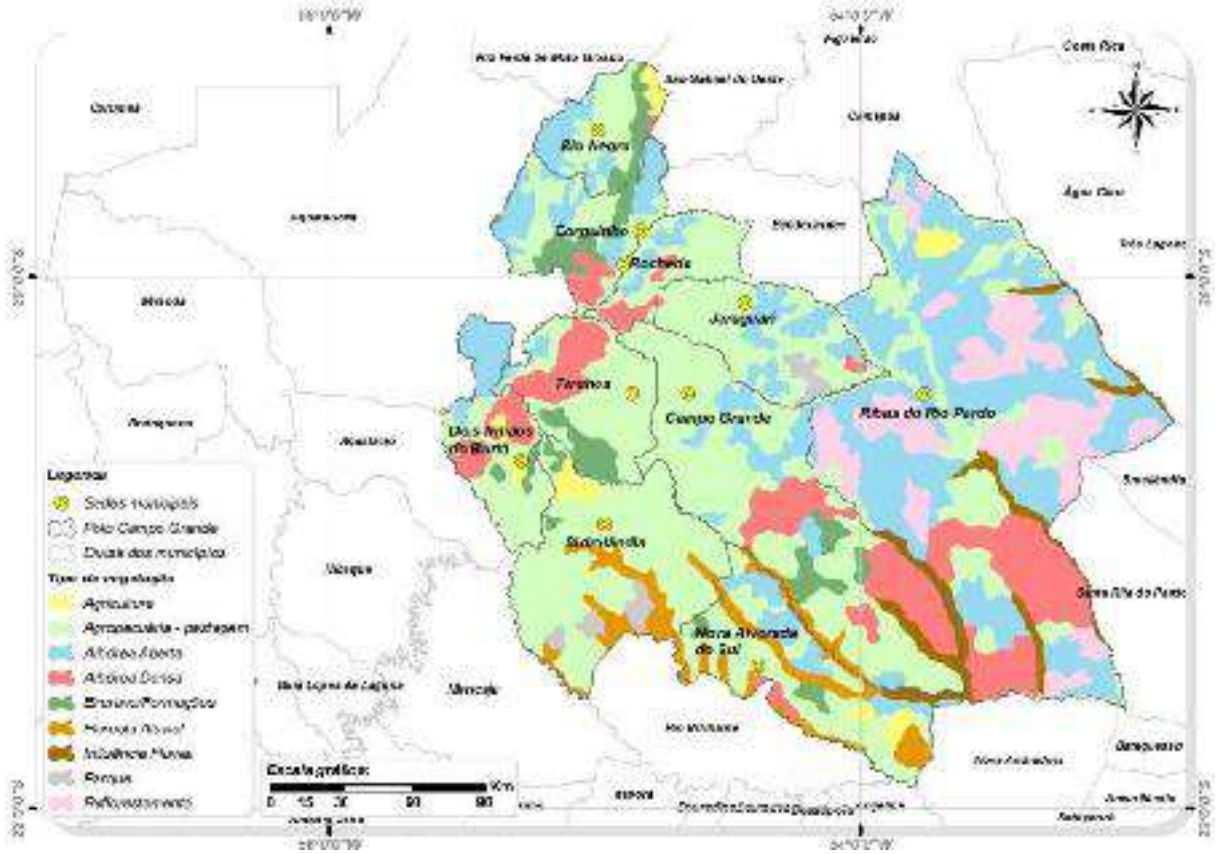


Figura 23 – Vegetação encontrada na região do Polo Campo Grande e Região.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012).

As vegetações com a denominação de Agricultura e Agropecuária-Pastagem são áreas destinadas às atividades econômicas rurais da região e as áreas de reflorestamento são locais destinados à produção de florestas ou para recuperações de áreas degradadas, ou seja, vegetações secundárias.

A região denominada Parque é composta por áreas que possuem características distintas, com vegetações bastante espaçadas, como se fossem plantadas, possuindo uma pseudo-ordenação de plantas lenhosas sobre um denso tapete de gramíneas.

A Formação Arbórea Aberta, também denominada Campo Cerrado, tem como característica um contínuo estrato de gramínea que seca durante o período de seca, árvores de médio porte, troncos tortuosos, cascas corticosas, em geral, queimadas todos os anos. A vegetação Arbórea Densa (Cerradão) é formada pelo agrupamento de vegetais arbóreos, tortuosas, com troncos grossos e rugosos, dispostas na sua maioria ordenada, com copas irregulares chegando a se tocar, dificultando a penetração de raios solares propiciando por sua vez a formação de húmus juntamente com as folhas perenes encontradas no solo.

A Floresta Aluvial é uma floresta de formação ribeirinha ou “floresta ciliar” que ocorre ao longo dos cursos d’água. As regiões de Influência Fluvial são comunidades de vegetais que refletem os efeitos das cheias dos rios em períodos chuvosos ou de áreas alagadas. As áreas de Encrave/Formações são regiões encontradas entre o encontro de duas áreas ecológicas, com delimitações exclusivamente cartográficas.

Conforme apresentado, a biodiversidade encontrada nos ecossistemas do Polo Campo Grande e Região proporciona um potencial para exploração de um turismo rural, agrotecnológico e científico.

4.4.3.3 Áreas protegidas

A Lei nº 9.985/2000 apresenta a seguinte definição de Unidade de Conservação (UC) como:

> (...) espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob-regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Um dos principais mecanismos para se preservar a fauna e flora consiste nas Unidades de Conservação (UC), que só atingem tal objetivo se gerenciadas corretamente. Hoje, no Brasil existem 310 UCs federais que são administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e 565 Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN).

Essas UCs são divididas em dois grandes grupos: Proteção Integral e de Uso Sustentável e subdivididos em 12 categorias.

A UC de Proteção Integral é aquela que tem como objetivo básico preservar a natureza evitando a possível à interferência humana. Existem cinco categorias de UCs no grupo Proteção Integral (Figura 24)

Figura 24 – Categorias de UCs de Proteção Integral.
Fonte: Dados da Lei 9.985. BRASIL, (2000).

Nas UCs de Uso Sustentável o objetivo principal é a conservação da biodiversidade juntamente com o uso sustentável dos recursos naturais, existem sete categorias de UCs de Uso Sustentável (Figura 25).

Figura 25 – Categorias de UCs de Uso Sustentável
Fonte: Dados da Lei 9.985. BRASIL (2000)

Segundo o Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e as informações repassadas pela Gerência de Unidades de Conservação do IMASUL (MATO GROSSO DO SUL, 2012a), existem no Polo de Campo Grande e Região 21 UCs, sendo 1 federal, 10 estaduais e 10 municipais (Quadro 7). As categorias de UCs de Uso Sustentável são as RPPN e Área de Proteção Ambiental (APA) e as de UCs de Proteção Integral são Monumento Natural e Parque Estadual.

Quadro 7 – Relação das Unidades de Conservação localizadas no Polo Campo Grande e Região.

Unidade	Unidade de Conservação	Localização
Federal	RPPN Fazenda Lageado	Dois Irmãos do Buriti
Estadual	APA Estrada Parque Piraputanga	Dois Irmãos do Buriti
	Parque Estadual do Prosa	Campo Grande
	Parque Estadual Matas do Segredo	Campo Grande
	RPPN UFMS	Campo Grande
	RPPN Gavião de Penacho	Corguinho
	RPPN Vale do Bugio	Corguinho
	RPPN Cabeceira da Lagoa	Corguinho
	RPPN Vale do Sol II	Ribas do Rio Pardo
	RPPN Laudelino Flores de Barcellos	Terenos
	RPPN Fazenda Nova Querência	Terenos

Quadro 7 – Relação das Unidades de Conservação localizadas no Polo Campo Grande e Região. (Continuação)

Unidade	Unidade de Conservação	Localização
Municipal	APA Lageado	Campo Grande
	APA Guariroba	Campo Grande
	APA Ceroula	Campo Grande
	APA do Rio Aquidauana	Corguinho
	APA do Rio Anhanduí	Nova Alvorada do Sul
	APA do Rio Vacaria	Nova Alvorada do Sul
	APA do Córrego Ceroula/Piraputanga	Terenos
	APA da Micro-bacia do Anhanduí-Pardo	Ribas do Rio Pardo
	APA da Sub-Bacia do Rio Cachoeirão	Terenos
	Monumento Natural Serra de Terenos	Terenos

Fonte: PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011), Gerência de Unidade de Conservação - IMASUL (2012a).

Cabe ressaltar que, tecnicamente, a criação de UCs vem atender as obrigações impostas na Convenção da Diversidade Biológica de proteção do território. Além da simples criação, estão sendo cobrados mecanismos efetivos de gestão sustentável para se atingir o completo objetivo, agregando interesses sociais, econômicos e ambientais.

A criação das UCs vem ao encontro ao desenvolvimento do Estado e também do Polo Campo Grande e Região, garantindo a manutenção de recursos naturais e contribuindo para a sustentabilidade das práticas econômicas desenvolvidas na região, diversificando a oferta e as modalidades de turismo com a prática do turismo ecológico.

Nas Unidades de Conservação (UCs) tanto de proteção integral como de uso sustentável é possível a prática do turismo, respeitando as categorias e respectivos zoneamentos. Várias RPPNs estão se estruturando para atender o segmento do turismo, sendo uma atividade com baixo impacto ambiental, inclusive como uma opção econômica para os proprietários.

No Polo de Campo Grande e Região, destaca-se o Parque Estadual do Prosa, Unidade de Proteção Integral, estruturada para as atividades de turismo, científicas e educativas.

4.4.3.4 Áreas potenciais para conservação

O Polo Campo Grande e Região encontra-se em um local com predomínio do Bioma Cerrado, com a existência de pequenas faixas dos Biomas Pantanal na divisa entre os Municípios de Rio Negro e Aquidauana e do Bioma Mata Atlântica na divisa entre Nova Alvorada do Sul e Rio Brilhante. Apresenta, conforme a Figura 26, as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade.

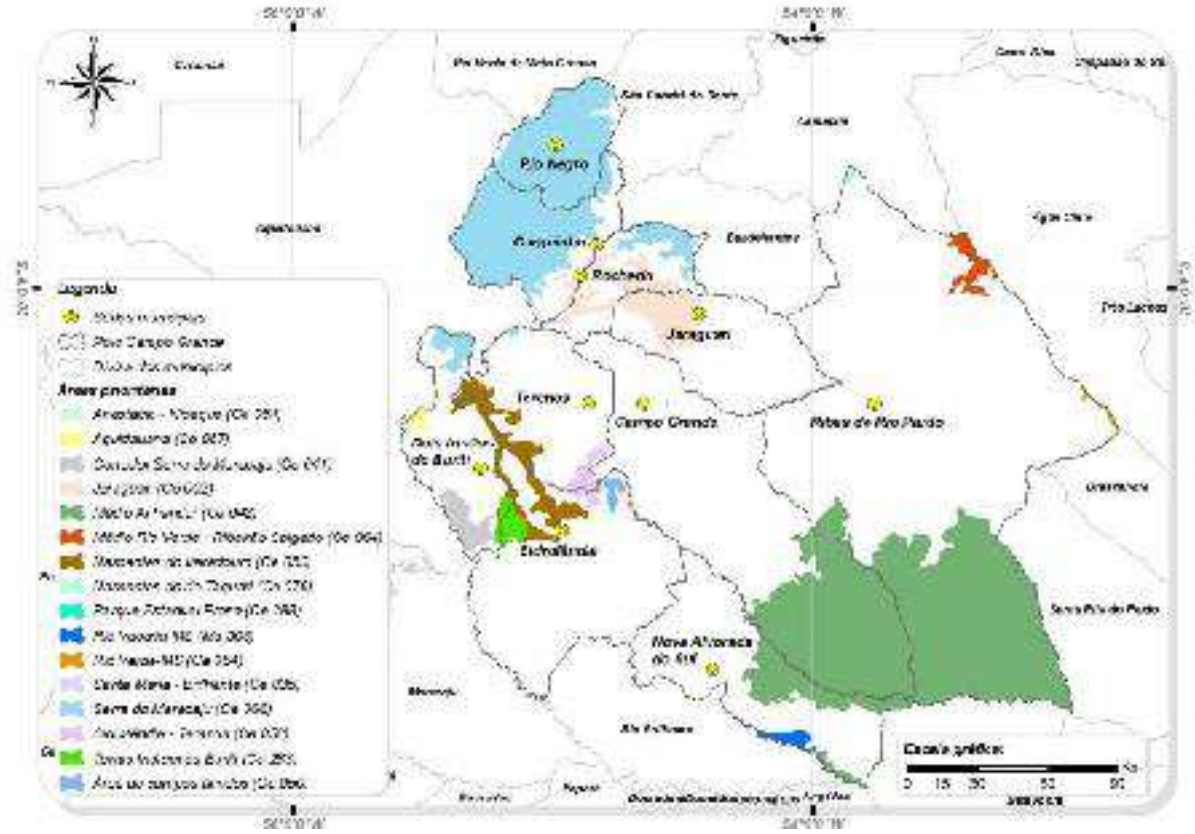


Figura 26 – Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no Polo Campo Grande e Região.
Fonte: Dados do IMASUL, (2012).

As áreas protegidas são importantes tanto para o equilíbrio do meio frente aos usos agrícolas e pecuários, como para o desenvolvimento de atrativos turísticos para a área rural na região do Polo Campo Grande e Região, uma vez que impõe legalmente a obrigação de conservação de determinadas áreas naturais. Sem tal imposição legal, os recursos naturais podem perder espaço frente a outras atividades econômicas que possuem um caráter mais exploratório, característica que pode conferir incompatibilidade com a preservação de locais com importante biodiversidade.

4.4.3.5 Fragilidades identificadas nos sistemas naturais

Em decorrência do principal segmento turístico desenvolvido no Polo Campo Grande e Região, como sendo o turismo de negócios e eventos, a utilização direta dos recursos naturais(ecoturismo, aventura e natureza) é reduzida. Entretanto, de maneira geral, as atividades correlacionadas ao turismo causam impactos ambientais que podem vir a prejudicar o desenvolvimento do setor e estão relacionados ao saneamento básico.

Os recursos hídricos de um município são de suma importância tanto para propiciar o desenvolvimento, quanto para o aspecto ambiental e social. Existe uma relação de dependência dos municípios com este recurso, como por exemplo, Campo Grande, que utiliza da captação superficial para o abastecimento de 60% da demanda hídrica municipal, bem como os demais municípios que utilizam a captação subterrânea.

O PDITS Campo Grande e Região (2011) apresenta o índice de qualidade de água (IQA) em alguns cursos d'água do Polo conforme o Quadro 8. Generalizando, os recursos hídricos do Polo Campo Grande e Região possuem uma qualidade considerada "boa".

Quadro 8 – Índice de qualidade da água na área de abrangência do Polo Campo Grande e Região, em 2008.

Bacia	Município	Curso d'água	IQA
Pardo	Campo Grande	Cor. Desbarrancado	Boa
Pardo	Campo Grande	Cor. Joaquim Português	Boa
Pardo	Campo Grande	Cor. Prosa	Boa
Ivinhema	Sidrolândia	Rio Vacaria	Boa
Miranda	Dois Irmãos do Buriti/Terenos	Cor.Canastrão	Boa
Miranda	Terenos	Rio Cachoeirão	Boa
Miranda	Rochedo/Corguinho	Rio Aquidauana	Boa/aceitável
Rio Negro	Rio Negro	Rio Negro	Boa à ótima

Fonte: PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011).

As regiões do Polo próximas à Serra de Maracaju e ao Morro da Boa Sorte, por possuírem uma beleza única, têm a capacidade de atrair um grande número de turistas, porém essas áreas apresentam uma grande fragilidade ambiental, principalmente nos topos de morros e nas áreas de preservação permanentes, que sofrem intensa pressão tanto da atividade turística como agropecuária.

Com o crescimento da cidade de Campo Grande houve um aumento das ocupações irregulares em locais de fragilidade ambiental, principalmente na faixa marginal dos cursos d'água, causando diversos problemas ambientais e sociais. Visando minimizar este problema e recuperar as áreas degradadas, a Prefeitura Municipal implantou parques públicos municipais (Figura 27).

Parques Públicos Municipais

- Parque Florestal Antônio de Albuquerque – Horto;
- Parque Ecológico do Sóter;
- Parque Ayrton Senna;
- Parque Jacques da Luz - Moreninhas;
- Parque Ecológico Anhandui;
- Parque Assaf Trad;
- Estação Ecológica Damha;
- Parque Linear;

Figura 27 – Parques públicos de Campo Grande.
Fonte: PDITS Campo Grande (BRASIL, 2011).

Os principais impactos ambientais no Polo Campo Grande e Região são os relacionados às APPs, onde a ocupação e uso irregular do solo que acarretam processos erosivos e assoreamento dos córregos, aos esgotos domiciliares que são lançados nas redes de drenagem pluvial, aos resíduos sólidos

que estão sendo dispostos em lixões, a poluição atmosférica da frota de veículos, a poluição sonora, principalmente no Município de Campo Grande, e atividades de pesca predatória nos municípios que possuem rios da Bacia do Paraguai, entre eles o principal é o rio Aquidauana.

4.4.4 Aspectos Sociais

4.4.4.1 Aspectos demográficos

Segundo o IBGE (2010), Quadro 9, o Polo Campo Grande e Região possuía, em 2010, uma população total de 914.983 habitantes, ou seja, aproximadamente 44% da população do Estado (2.078.001 habitantes). Conforme observado no Quadro 9, a população do Polo é, predominantemente, urbana com 93% (851.468 habitantes) do total.

Quadro 9 – População total, urbana e rural dos municípios do Polo Campo Grande e Região.

Municípios	População Total	População Urbana	População Rural
Campo Grande	786.797	776.242	10.555
Corguinho	4.862	1.872	2.990
Dois Irmãos do Buriti	10.363	4.705	5.658
Jaraguari	6.341	1.786	4.555
Nova Alvorada do Sul	16.432	12.286	4.146
Ribas do Rio Pardo	20.946	12.965	7.981
Rio Negro	5.036	3.665	1.371
Rochedo	4.928	2.889	2.039
Sidrolândia	42.132	27.783	14.349
Terenos	17.146	7.275	9.871
TOTAL	914.983	851.468	63.515

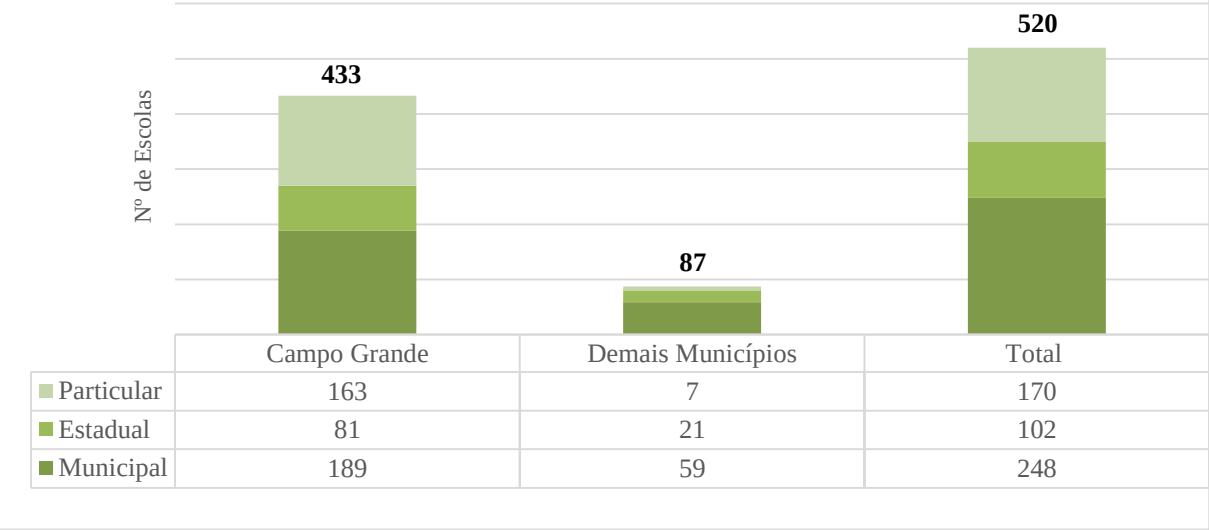
Fonte: IBGE (2010).

A maior concentração demográfica dessa região está presente na capital sul-mato-grossense com 97,22 hab./km², compreendendo 786.797 habitantes, ou seja, 86% do Polo.

No período de 2000 até 2010, houve um aumento considerável da população do Polo que inicialmente era de 753.549 habitantes e, em 2010, atingiu o número de 914.983 habitantes, ou seja, um crescimento de 23,06%. As cidades de Sidrolândia, Nova Alvorada do Sul e Terenos obtiveram os maiores aumentos com, respectivamente, 79,41%, 65,05% e 47,02%.

4.4.4.2 Educação

Os municípios pertencentes ao Polo Campo Grande e Região são contemplados com 520 escolas, sendo 248 municipais, 102 estaduais e 170 particulares. A grande maioria, 83,27%, está localizada em Campo Grande, conforme se observa no Gráfico 9. Para representar as escolas situadas nos demais municípios elaborou-se o Gráfico 10.



	Campo Grande	Demais Municípios	Total
Particular	163	7	170
Estadual	81	21	102
Municipal	189	59	248

Gráfico 9 – Escolas presentes no Polo Campo Grande e Região.
Fonte: IBGE (2010); Secretarias Municipais (2012).

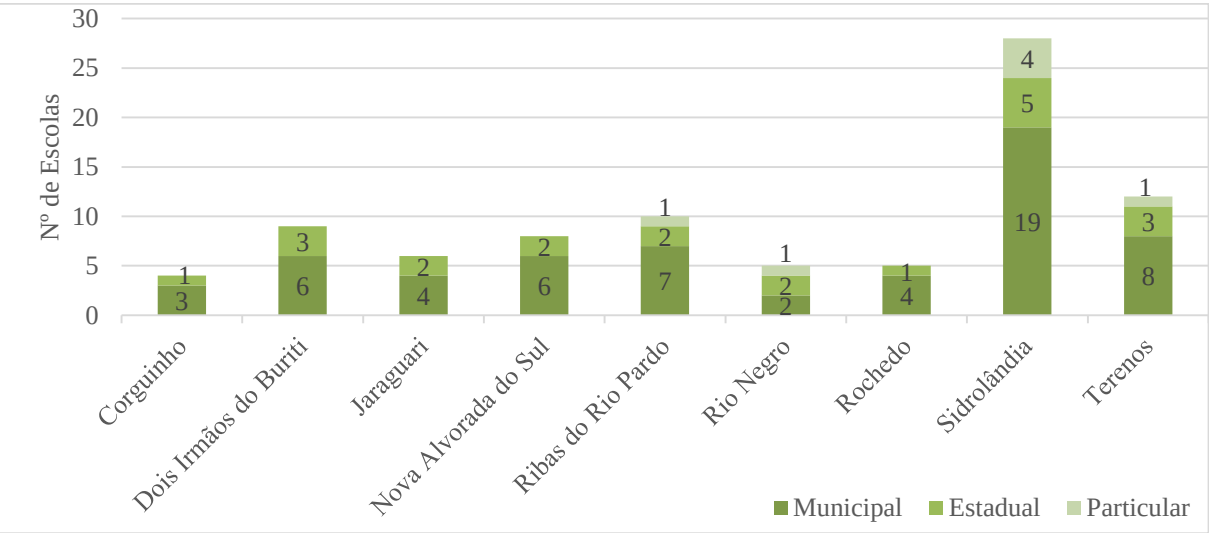


Gráfico 10 – Quantificação das escolas encontradas nas demais cidades pertencentes ao Polo Campo Grande e Região.
Fonte: IBGE (2010); Secretarias Municipais (2012).

Dentre as 520 escolas inseridas no Polo, apenas 23 são direcionadas a educação de crianças especiais, sendo que 19 estão localizadas na capital e o restante em Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Sidrolândia e Terenos.

De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 2012), foram matriculados, no ano de 2010, 112.833 alunos na rede

municipal de ensino, 34.454 na rede particular e 68.493 alunos na rede estadual, totalizando 215.780 alunos no Polo Campo Grande e Região no ano de 2010. A maior concentração de matriculas está no ensino fundamental, representando 51% do total, seguido pela educação infantil com 31% e por fim o ensino médio 18% (Gráfico 11).

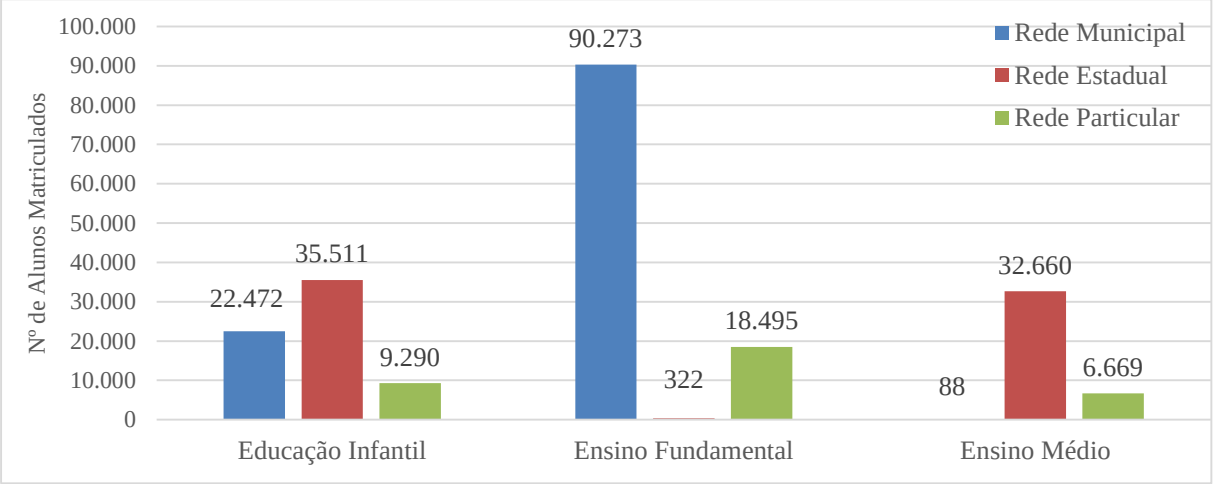


Gráfico 11 – Distribuição dos alunos matriculados no Polo Campo Grande e Regiao,2010.
Fonte: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (2012).

Com relação à formação profissional, buscou-se elencar desde as Instituições de Ensino e Pesquisa ao Sistema "S", que oferecem cursos de graduação e pós-graduação à mão de obra especializada.

No portal do MEC (e-MEC) consta uma lista com 15 Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados ofertantes de Curso de Turismo, Graduação e Tecnológico, nas modalidades presencial e a distância. Das instituições listadas, duas oferecem o Bacharelado a Distância, o Centro Universitário do Instituto de Ensino Superior (COC) e a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL); a Faculdade de Campo Grande (FCG) oferece Bacharel em Turismo; Tecnológico em Eventos e em Turismo Receptivo. O Instituto de Ensino Superior São Paulo, unidade de Selvíria/MS consta para Tecnólogo. Como ofertante de Bacharelado Presencial a Faculdade Estácio de Sá (FESCG), a Universidade Anhanguera (UNIDERP/Anhanguera), a Universidade Católica Dom Bosco, o Centro Universitário Anhanguera, Faculdade Mato Grosso do Sul (FACSUL), Instituto de Ensino Superior da FUNLEC (IESF) unidades de Campo Grande e de Bonito/MS, a Faculdade Salesiana de Santa Teresa (FSST) em Corumbá/MS, as Faculdades Integradas de Cassilândia (FIC) Cassilândia/MS e de Três Lagoas/MS (AEMS). Destas instituições somente as Universidades Federal e Estadual de Mato Grosso do Sul ofertam o curso hoje.

A Universidade Católica do Bosco (UCDB) oferece o Mestrado em Desenvolvimento Local com duas linhas de pesquisa nas quais atendem os profissionais da área de Turismo e de Sistemas Produtivos. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) conta com o Bacharelado nas unidades de Campo Grande com Ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas iniciado em 2011.

O Centro de Educação Profissional Ezequiel Ferreira Lima (CEPEF), Escola de Governo de Mato Grosso do Sul a partir de 2006 ofereceu vários cursos profissionalizantes na área, o de Técnico em Turismo e Hotelaria.

Desde 2008 a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem oferecido cursos a distância para atender o Programa de Qualificação para o Desenvolvimento do Turismo, dentre eles o Cursos de Regionalização; Segmentação; Formatação e Gerenciamento de Projetos, Produtos, Serviços e Roteiros na Cadeia Produtiva; Formação de Gestores das Políticas Públicas do Turismo, além do Curso Bem Receber no Turismo Acessível.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) na sua Sede da Administração Regional em Mato Grosso do Sul funciona a Escola de Turismo e Hotelaria. Para o segundo semestre de 2012 o SENAC disponibilizará diversos cursos para a área de Turismo, Hospitalidade e Lazer, com carga horária variando de 10 a 452 horas/aulas, em Campo Grande e Três Lagoas/MS, tais como: capacitação em barman, cozinheiro, recepcionista de hotel, técnico em guia de turismo, higiene e manipulação de alimentos, consultoria e técnicas de comercialização para agentes, além de cursos que visam a geração de renda como salgados diversos, bombons e trufas, tortas finas e tantos outros. Dos cursos ofertado pelo SENAC a Distância, existem as Especializações em Gestão da Segurança de Alimentos, e em Educação Ambiental.

O Serviço Social do Transporte (SEST) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) oferece educação profissional por meio do Programa de Formação Especializada em Transporte, tais como, Transporte de Cargas, de Passageiros, de Produtos Perigosos e de Taxistas. No de transporte de passageiros, um específico para ônibus de turismo, com carga horária de 162 a 222 horas/aulas. O de taxista inclusive consta na ementa inglês e espanhol instrumental para o turismo com carga que pode alcançar 128 horas/aulas.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) mantém em sua estrutura vários cursos que potencializam o desenvolvimento econômico na área rural – artesanato com palha de milho, bananeira, taboa e outros; processamento e produção de alimentos – embutidos, derivados do leite, conservas de frutas e hortaliças, doces, salgados, pães; bem como organização e gestão de associações de agricultores familiares. Considerando a vocação dos municípios, pode colaborar para alavancar o turismo local.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado pela Lei nº 12.513 (26/10/2011) objetiva expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população. Neste sentido surgiu o PRONATEC Copa e Idiomas, uma parceria entre o Ministério do Turismo e da Educação, buscando qualificar os profissionais para a Copa do Mundo da FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado) de 2014, sendo este considerado um dos principais eventos mundiais. Assim o governo federal pretende com este programa preparar seus trabalhadores, oferecendo um serviço de qualidade e feito com competência a todos os

visitantes, fortalecendo a imagem do Brasil de ser um país com destino turístico que acolhe todos os públicos (BRASIL, 2012c).

O PRONATEC – Copa e Idiomas – oferecerá, segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2012c), cerca de 40 mil vagas por semestre, que vai capacitar quem já trabalha com turismo e também quem pretende se profissionalizar no setor. Serão 29 atividades ligadas ao receptivo turístico, além dos cursos de inglês, espanhol e libras. Os participantes também receberão auxílio estudantil, entre alimentação e transporte (BRASIL, 2012c).

Até o ano de 2012 serão ofertadas 24 mil vagas, através do Sistema "S" (SENAC, SESC, SESI e SENAI) juntamente com instituições federais de educação profissional nas 12 cidades-sede da Copa e do seu entorno e nos destinos turísticos de maior visibilidade internacional.

O Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Econômico dos Municípios (PROLOCAL) é um projeto do SEBRAE que tem como principal objetivo a promoção do desenvolvimento territorial sustentável por meio do empreendedorismo legal, propondo diversas ações voltadas ao crescimento das micro e pequenas empresas, possibilitando que estas aumentem e desenvolvam uma maior participação do mercado, que hoje é tão concorrido (SEBRAE, 2012).

Este projeto abre os horizontes destes pequenos empreendedores, levando ao conhecimento destes a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPEs), além disso, dá a chance deles readequarem suas atividades de acordo com a legislação, o que poderá gerar uma maior comercialização dos produtos e serviços oferecidos, expandindo seus negócios, gerando mais renda, empregos, enfim, contribuindo para o desenvolvimento do seu município, e consequentemente melhorando a qualidade de vida da população. Procurando obter uma melhor preparação destas empresas, garantindo seu desenvolvimento e expansão, o que resultará no desenvolvimento do mercado onde se localiza e assim de toda a cadeia produtiva consequentemente (SEBRAE, 2012).

Dos 21 municípios do Mato Grosso do Sul participante do PROLOCAL, destaca-se os municípios de Ribas do Rio Pardo, Rio Negro e Sidrolândia pertencentes ao Polo de Campo Grande e Região, nos quais foram levantadas diversas informações tais como: economia, logística, meio ambiente, investimento, análise técnica, demografia, infraestrutura, cultura, lazer e ambiente legal, entre outras (SEBRAE, 2012).

Dos resultados do PROLOCAL, além das informações disponíveis nos estudos materiais (cadernos) de Sustentabilidade - cidades sustentáveis em ambientes de fronteira, biomas Cerrado e Pantanal, e de Gestão de Resíduos. Os quais buscam orientar e apoiar a transição do modelo econômico em direção a uma economia verde, inclusiva e incentivadora de empreendimentos local, o qual orienta sobre a gestão de resíduos sólidos de acordo com a nova legislação (SEBRAE, 2012).

4.4.4.3 Saúde

No que concerne à saúde, Campo Grande é referência para o Polo e frente ao Estado, onde são encontrados hospitais e clínicas especializadas, dando suporte a população e também aos turistas que visitam o Polo e eventualmente necessitam de atendimento.

No Polo Campo Grande e Região são encontrados ao todo 432 estabelecimentos de saúde, sendo 154 públicos e 278 privados, e que somados abrigam um total de 2.146 leitos de internação, dos quais 605 públicos e 1.541 privados (IBGE, 2009).

Na capital existe uma concentração e diversificação dos estabelecimentos de saúde. Campo Grande possui 83,56% dos estabelecimentos de saúde do Polo e 93,94% dos leitos (Gráfico 12).

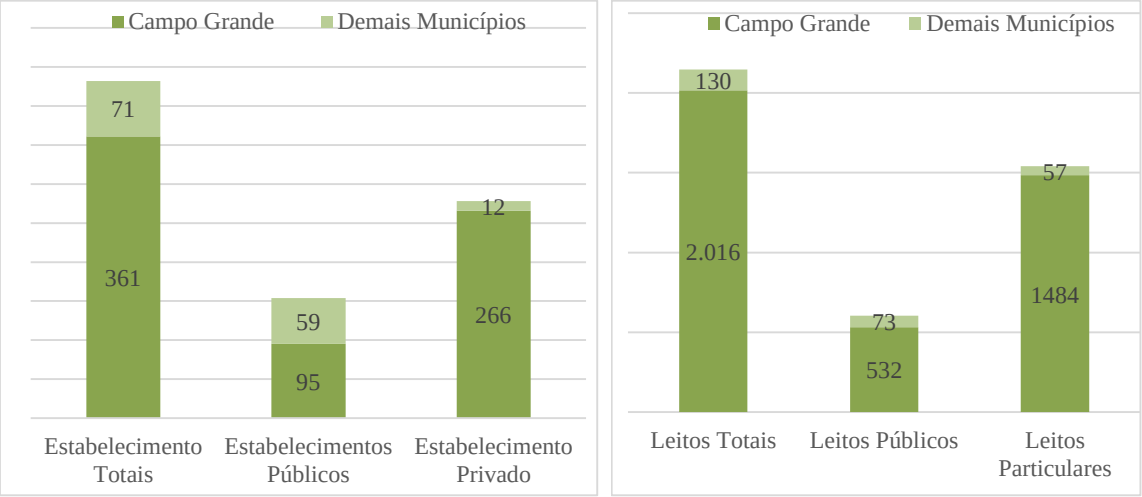


Gráfico 12 – Estabelecimentos e Leitos presentes no Polo Campo Grande e Região com destaque a capital sul-mato-grossense.
Fonte: IBGE (2009).

Dentre os demais municípios do Polo, Sidrolândia é o que possui melhor infraestrutura de saúde com 48 estabelecimentos (Gráfico 13) e 78 leitos (Gráfico 14).

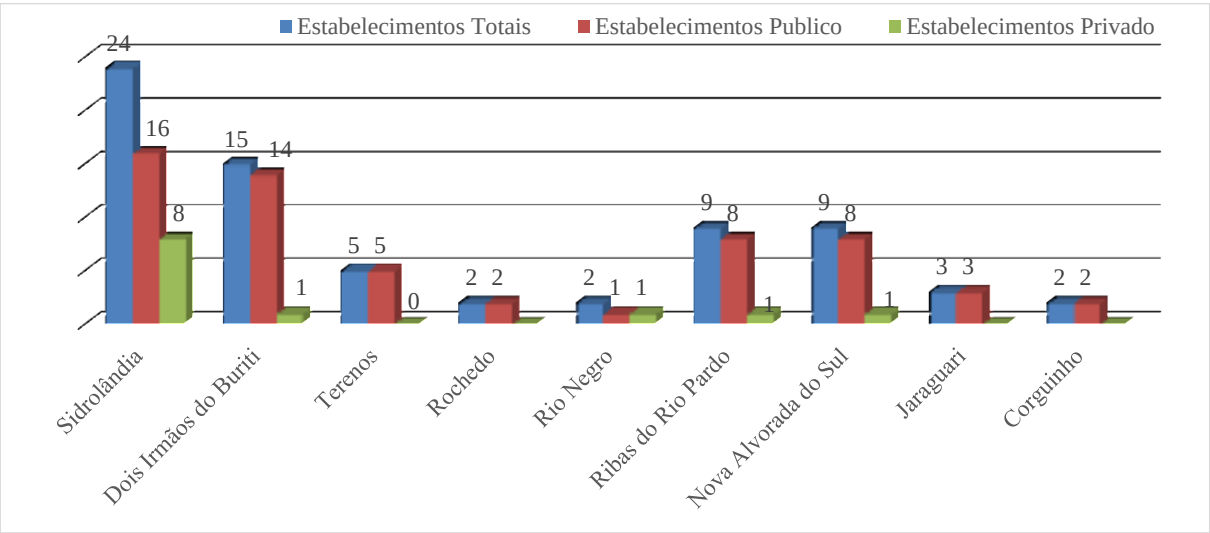


Gráfico 13 – Unidades de Saúde encontradas nos demais munícipios do Polo Campo Grande e Região.
Fonte: IBGE (2009).

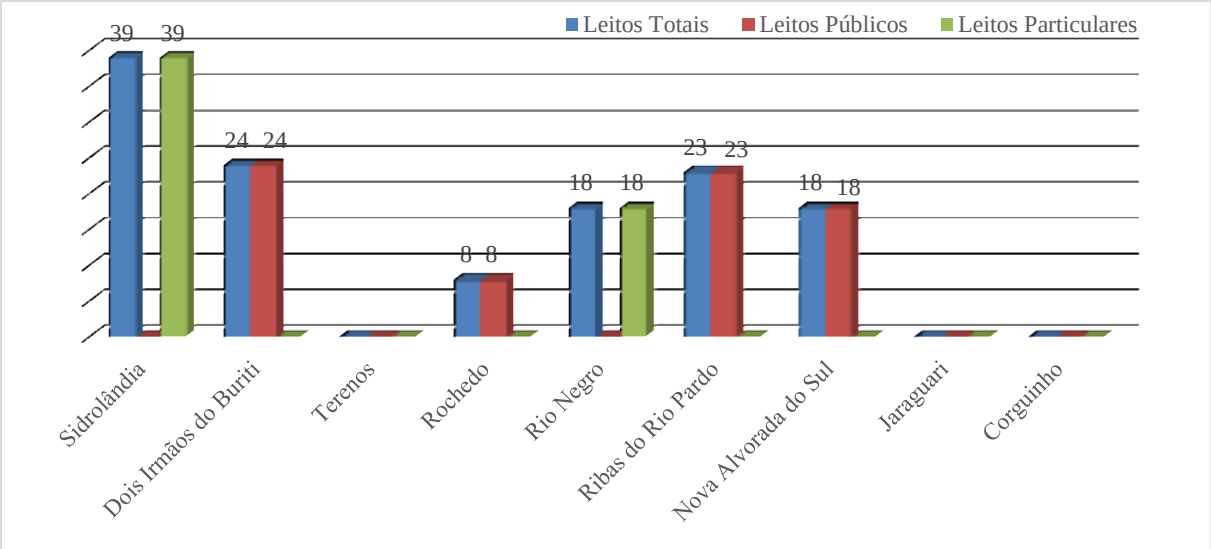


Gráfico 14 – Leitos existentes nos demais municípios do Polo Campo Grande e Região.
Fonte: IBGE (2009).

Verifica-se que a capital e em menores proporções os municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti possuem estrutura para atender o aumento considerado na quantidade de turistas, o que difere dos restantes municípios do Polo, que necessitam de uma maior quantidade de leitos para um aumento na demanda de turistas e também necessitam de suporte do serviço de saúde de Campo Grande em casos mais graves.

4.4.4.4 Segurança

A segurança pública do Polo Campo Grande e Região é a mais bem estruturada e com o maior efetivo policial do Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente em Campo Grande, que concentra a administração e o Comando Geral de Segurança Pública Estadual, bases do Exército e Aeronáutica, sede do Comando Militar do Oeste, da Polícia Militar Ambiental (PMA) e do Corpo de Bombeiro Militar.

A segurança fica a cargo do 1º Batalhão da Policia Militar, guardas municipais e, eventualmente, pelo 9º Batalhão do Comando Militar do Oeste, envolvendo as esferas municipal, estadual e federal. A Base Aérea de Campo Grande é responsável por garantir a segurança do espaço aéreo.

Na capital, a Polícia Civil¸ conta com delegacias de polícia, sete unidades de perícia e dezesseis delegacias especializadas, como a Delegacia Especializada na Repreensão a Crimes Ambientais e Proteção ao Turista (DECAT), e no interior se encontram unidades em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia e Terenos. Buscando sintetizar a infraestrutura de segurança no Polo Campo Grande e Região é apresentado o Quadro 10.

Quadro 10 – Número de delegacias e Corpo de Bombeiros ou de salvamento existentes no Polo Campo Grande e Região, em 2008.

Município	Delegacia da Polícia Civil	Delegacia de atendimento ao turista		Corpo de bombeiros ou de salvamento	
		Sim	Não	Sim	Não
Campo Grande	24	x		x	
Corguinho	1		x		x
Dois Irmãos do Buriti	1		x		x
Jaraguari	1		x		x
Nova Alvorada do Sul	1		x		x
Ribas do Rio Pardo	1		x		x
Rio Negro	1		x		x
Rochedo	1		x		x
Sidrolândia	1		x		x
Terenos	1		x		x

Fonte: PDITS Campo Grande e Região (2011).

Os índices de criminalidade no Polo são altos quando comparados com o restante do Estado em decorrência de Campo Grande, onde ocorrem 85% dos crimes praticados no Polo (Quadro 11), ou seja, aproximadamente 34% do Estado.

Quadro 11 – Indicadores de criminalidade do Polo Campo Grande e Região em 2006.

Município	Crimes contra o patrimônio	Crimes com morte	Crimes contra a liberdade sexual	Crimes - Legislação especial	Crimes contra pessoa sem morte
Campo Grande	16.326	254	228	1.079	6.873
Corguinho	18	1	1	9	29
Dois Irmãos do Buriti	64	2	7	6	79
Jaraguari	40	8	3	23	25
Nova Alvorada do Sul	95	11	4	31	71
Ribas do Rio Pardo	193	10	7	50	247
Rio Negro	40	4	1	12	55
Rochedo	49	4	4	11	81
Sidrolândia	461	14	13	56	289
Terenos	132	5	10	17	154
Total do Polo	**17.418**	**313**	**278**	**1.294**	**7.903**
MS	**37.482**	**1.056**	**839**	**4.196**	**25.421**

Fonte: PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011).

Analisando o Quadro 11, observa-se que o tipo de crime com maior ocorrência no Polo são os furtos em geral. Esse fato é preocupante para o turismo, pois o turista, em sua maioria, carrega consigo

objetos de valores, tornando-se alvo desses criminosos. O Gráfico 15 apresenta o detalhamento dos crimes ao patrimônio no Polo Campo Grande e Região no ano de 2006.

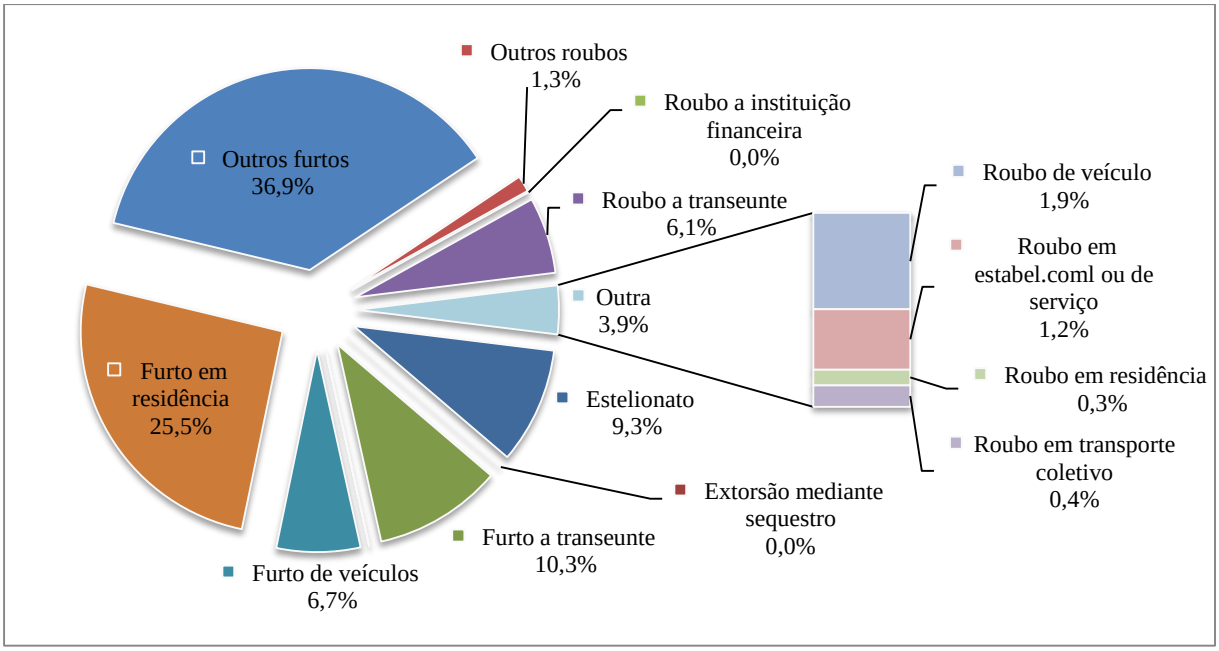


Gráfico 15 – Detalhamento dos crimes contra o patrimônio no Polo Campo Grande e Região, em 2006. Fonte: PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011).

No que se refere a segurança ao turista, Campo Grande possui uma estrutura satisfatória, pois dispõe de Delegacia Especializada de atendimento ao Turista, atuando em conjunto com a FUNDTUR/MS, órgão oficial do Estado que atende todas as demais regiões.

Além da delegacia, o Estado possui atendimento telefônico gratuito (0800) para que os turistas possam realizar denúncias, sugestões e pedir informações. No Polo Campo Grande e Região existem 7 Centros de Atendimento ao Turista (CAT), todos situados na capital.

4.4.4.5 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) busca aferir o avanço da população levando em consideração, além dos aspectos econômicos, características sociais, culturais e políticas que influenciam na qualidade de vida humana.

Neste sentido, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) descreve que este índice, além de considerar o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* corrigido pelo poder de compra dos países, o IDH também leva em consideração a longevidade e a educação.

O PNUD apresenta os valores de IDH-M para os anos de 1991 e 2000 (Gráfico 16). Analisando estes dados observa-se que, no ano de 1991 os Municípios de Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro e Rochedo apresentaram valores abaixo da média estadual que era de 0,667. Os resultados do ano 2000 apontaram que os Municípios de Corguinho, Dois Irmãos

do Buriti, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo e Terenos apresentaram valores abaixo da média estadual que era de 0,740.

Cabe ressaltar que apesar de ser um importante indicador encontra-se defasado, visto que seus últimos resultados são referentes a 2000, ou seja, há uma defasagem de 12 anos nestes.

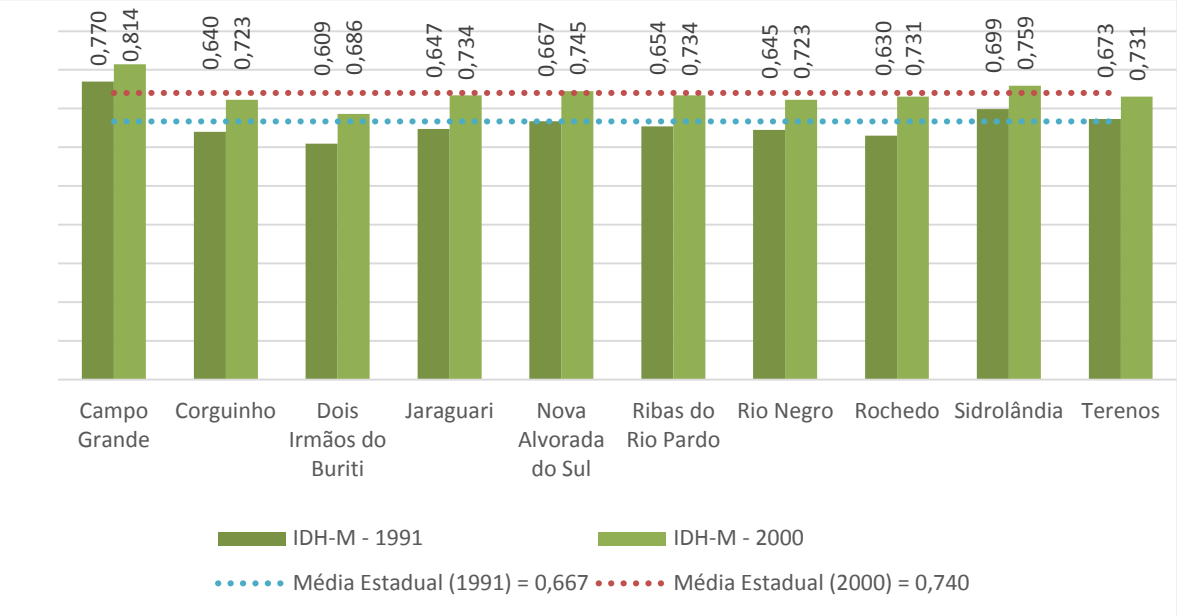
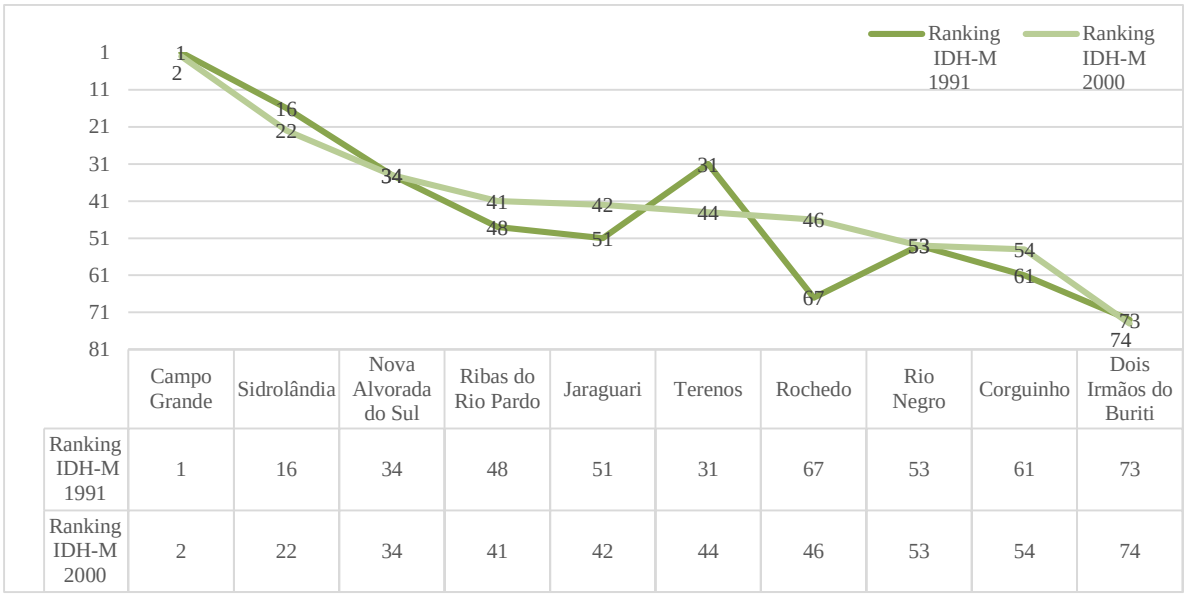


Gráfico 16 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Polo Campo Grande e Região.
Fonte: Elaborado a partir de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Analisando-se o IDH-M dos municípios do Estado se pode elaborar um *ranking* estadual deste índice, identificado no Gráfico 17. Assim, Campo Grande é o município com o maior valor de IDH-M em 1991 e 2000 do Polo. Estava posicionado em 1º lugar em 1991, entretanto, no ano de 2000, apesar da elevar o indicador, caiu uma posição no *ranking* estadual. Ademais, Dois Irmãos do Buriti possuía a pior posição em 1991 (73º lugar) e em 2000 (74º). Rochedo apresentou uma evolução significativa no período saindo do 67º lugar em 1991 para o 46º em 2000.



	Campo Grande	Sidrolândia	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Jaraguari	Terenos	Rochedo	Rio Negro	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti
Ranking IDH-M 1991	1	16	34	48	51	31	67	53	61	73
Ranking IDH-M 2000	2	22	34	41	42	44	46	53	54	74

Gráfico 17 – Posição dos municípios integrantes do Polo Campo Grande e Região no *ranking* do IDH-M do Mato Grosso do Sul.
Fonte: Elaborado a partir de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010).

Os Municípios de Sidrolândia e Terenos tiveram uma queda no *ranking* no ano de 2000, passando para a 22ª e 44ª posição, respectivamente. Já os Municípios de Ribas do Rio Pardo, Jaraguari e Corguinho tiveram uma melhoria de posição, chegando as colocações de 41ª, 42ª e 54ª, respectivamente. Apenas os Municípios de Nova Alvorada do Sul e Rio Negro mantiveram suas colocações, 34ª e 53ª, respectivamente.

Todas as alterações neste índice refletem o avanço ou a redução de cada município frente as ações de educação e saúde, além dos dados econômicos. O desenvolvimento do turismo no Polo poderá contribuir significativamente com uma melhoria destes índices.

4.4.5 Aspectos Institucionais

Desde a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1979, MS consta em sua estrutura administrativa instituições responsáveis pelo turismo, sendo a Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul (TURISUL), criada pelo Decreto-Lei nº 9/1979 e regulamentada pelo Decreto nº 132, do mesmo ano, a primeira.

Em 2001 foi criada a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR), Lei nº 2.307, regulamentada pelo Decreto nº 10.552/2001, órgão responsável pelo apoio, fomento, incentivo e promoção de serviços e atividades voltados para a identificação, seleção e divulgação de oportunidades de investimentos em turismo, a exploração econômica dos recursos turísticos do Estado e a indução ao desenvolvimento e implantação de serviços de infraestrutura de interesse turístico, seguido de várias alterações.

O Fundo para o Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul, conforme Lei nº 2.652/2003, regulamentado pelo Decreto nº 11.340/2003, tem a finalidade de apoiar ações da Fundação

de Turismo de Mato Grosso do Sul, fomentar, estimular e divulgar o turismo do Estado, selecionar e identificar oportunidades de investimentos turísticos, equipar, estruturar e capacitar o setor de turismo, promover a pesquisa, o controle de qualidade, a participação em eventos e manter banco de dados do produto turístico do Estado.

A atual estrutura administrativa responsável pelo turismo no Estado é a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR) conforme Decreto nº 12.936/2010, na qual está vinculada a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR).

O PRODETUR Nacional é uma Linha de Crédito Condicional (CCLIP) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e inclui ações nos âmbitos regional, estadual e municipal, tendo por objetivo contribuir para o fortalecimento da Política Nacional de Turismo, bem como consolidar a gestão turística cooperativa e descentralizada, avançando rumo a um modelo de desenvolvimento turístico a partir do qual os investimentos dos governos estaduais e municipais respondam tanto às especificidades próprias como a uma visão integral do turismo no Brasil.

O PRODETUR/MS tem como objetivo fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando os investimentos regionais, estaduais e municipais a um modelo de desenvolvimento turístico nacional, buscando, com isso, a geração de emprego e renda, em especial para a população local. Tem como meta dinamizar os processos de consolidação e de conservação dos atrativos turísticos, dos patrimônios físico-natural e cultural do Estado de Mato Grosso do Sul, cuja coordenação é realizada pela Unidade de Coordenação de Projetos (UCP), vinculada a SEPROTUR.

No âmbito do Governo do Estado, por meio da Fundação de Turismo do MS (FUNDTUR), foram elaborados os Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul para o período de 2008/2020, compreendendo dez Regiões Turísticas do Estado: Bonito – Serra da Bodoquena, Caminho dos Ipês, Costa Leste, Caminhos da Fronteira, Pantanal, Grande Dourados, Vale das Águas, Rota Norte, Vale do Aporé e Cone Sul, criadas com o objetivo de realizar as ações estabelecidas pelo Plano Nacional de Turismo e no Plano Estratégico de Turismo (PETUR), da FUNDTUR. Neste Plano Estratégico todas as cidades do Polo Campo Grande e Região fazem parte da região turística Caminho dos Ipês. Existe também o Fórum Estadual de Turismo que promove a articulação entre as regiões turísticas do Estado. Essas estruturas têm como objetivo principal promover, desenvolver e incentivar o turismo no Estado de Mato Grosso do Sul.

No Estado, hoje, o órgão responsável por fiscalizar as atividades turísticas é a Fundação do Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR/MS), em parceria com as Prefeituras Municipais. O órgão estadual responsável por fiscalizar as questões ambientais é o Instituto de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul (IMASUL).

No Polo Campo Grande e Região, o município melhor estruturado é Campo Grande, com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e do Agronegócio (SEDESC).

Um dos problemas encontrados na gestão do turismo é a ausência, em algumas Prefeituras, de uma instância autônoma para desenvolver, promover e organizar a atividade turística. Entretanto, todos os municípios do Polo possuem um organismo interno na Prefeitura próprio para estas atividades. Campo Grande possui um local específico para prestar informações aos turistas, o CAT.

O Fórum Regional Caminho dos Ipês, que tem representação dos municípios do Polo, é uma instância de governança do turismo criado com o objetivo de convergir às ações de desenvolvimento do turismo de acordo com o Plano Nacional de Turismo que, dentre suas metas, consta a necessidade de descentralização da gestão do turismo.

Existe, também, um mecanismo de articulação entre os fóruns das dez regiões turísticas do estado, o Fórum de Turismo de Mato Grosso do Sul, que procura articular e organizar ações de planejamento, controle, promoção, comercialização e monitoramento do desenvolvimento das atividades turísticas nestas regiões.

A participação dos diferentes grupos da área ambiental e turística nos municípios do Polo Campo Grande e Região, exceto Campo Grande, é baixa, pois nem atuações tidas como básicas estão presentes nos mesmos (Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR), Consórcios Intermunicipais e ONGs).

É de suma importância a existência de uma instância municipal (COMTUR), de uma regional (Fórum), e uma participação estadual, para que se comece a trabalhar em consonância com o Plano Nacional de Turismo, que visa descentralizar a gestão do turismo por meios dessas instâncias.

Sediam-se na Capital instituições de classe que exercem importante papel no fortalecimento e representatividade do setor: Fórum Estadual de Turismo de MS, Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), Associação Brasileira dos Bacharéis de Turismo (ABBTUR), Associação Brasileira de Indústria de Hotéis (ABIH), Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis (ABLA), Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (ABRAJET), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), Associação Campo-grandense de Turismo Rural (ACTUR), Associação dos Artesãos, Sindicato dos Táxistas do MS (SINTÁXI), Cooperativa Prestadora de Serviço de Van (COOPERVANS) e Campo Grande *Convention Visitors &Bureau*. E, como instituições de apoio, a Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Ambientais e Proteção ao Turista, os consulados do Paraguai, da Itália e Bolívia.

Visando identificar outras instituições atuantes no Polo Campo Grande e Região, no Apêndice B é apresentada uma lista com algumas das instituições educacionais, municipais, estaduais, federais, hotéis, pousadas, agências de turismo, meio de comunicação e ONGs atuantes no Polo.

4.4.6 Aspectos Econômicos

Uma das características do Polo em questão é o fato de sua estrutura fundiária ser estritamente rural com 85% dos municípios ocupados pela agropecuária, o que representa a importância dessa atividade para a economia local.

Segundo o IBGE (2009), esses municípios foram responsáveis por uma receita total de R$ 1.647.027.214,00 em 2009 (Quadro 12), sendo Campo Grande responsável por 85% dessa arrecadação, ou seja, apresentando o valor de R$ 1.405.797.197,00.

Quadro 12 – Relação de receita e despesa dos municípios do Polo Campo Grande e Região.

Municípios	Receita (R$)	Despesa (R$)
Campo Grande	1.405.797.197	1.181.166.883
Corguinho	12.526.309	12.726.692
Dois Irmãos do Buriti	18.884.301	15.667.135
Jaraguari	12.982.208	11.055.593
Nova Alvorada do Sul	25.319.977	23.225.730
Ribas do Rio Pardo	44.164.478	32.391.953
Rio Negro	10.797.941	10.199.257
Rochedo	12.246.818	8.982.098
Sidrolândia	77.227.797	63.173.356
Terenos	27.080.188	20.643.841
Total	**1.647.027.214**	**1.379.232.538**

Fonte: IBGE (2009).

As Atividades Características do Turismo (ACT) são um conjunto de atividades que representam a maior parte dos gastos dos turistas. Segundo o IBGE, o valor da produção das ACTs chegou a R$ 149,64 bilhões, representando 7,1% da produção do setor de serviços, e 3,6% da economia nacional.

Em 2007, no Estado de Mato Grosso do Sul, o mercado turístico por ACTs empregou 8.113 pessoas, onde o setor de maior destaque foi o de transporte, conforme Gráfico 18.

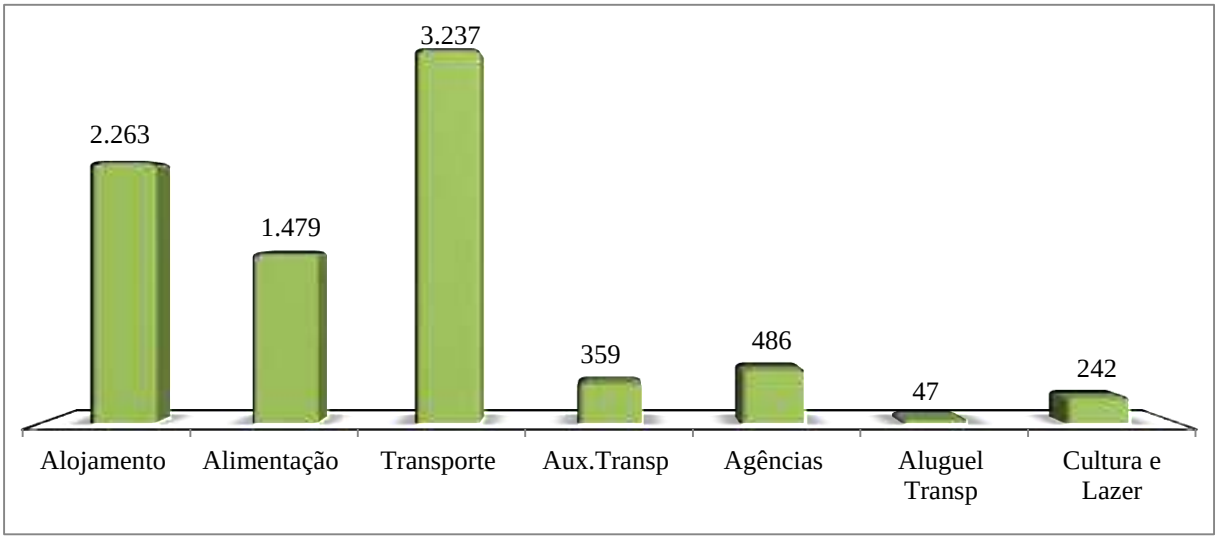


Gráfico 18 – Estimativa do número de empregos formais por ACTs, em Mato Grosso do Sul - Dezembro 2007.
Fonte: PDITS (BRASIL, 2011).

Resultados de uma pesquisa realizada pela empresa Agricon Consultoria demonstrou que no que se refere a atividades turísticas, o setor de hotelaria é o principal gerador de empregos, sendo as pequenas e médias empresas responsáveis pela maioria das oportunidades de trabalho (Gráfico 19).

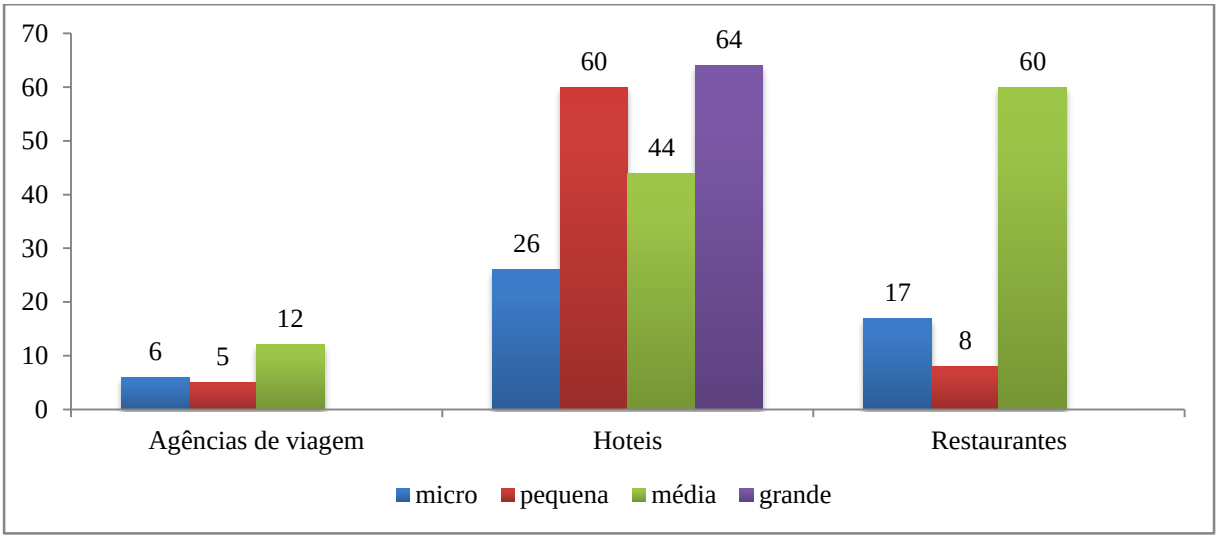


Gráfico 19 – Número médio de empregos gerados por empreendimento, por categoria e por dimensão da empresa.
Fonte: PDITS (2011).

Fazendo uma analogia, observa-se que este comportamento também é observado nas empresas do setor alimentício situadas no Polo Campo Grande e Região, onde 55% dos funcionários empregados na região são de Pequenas Empresas, seguidos das Microempresas com 37% e Média Empresa com 8%.

Segundo o IBGE (2009), o Polo Campo Grande e Região, em 2009, foi responsável por um PIB total de R$ 13.427.561.334,00, sendo Campo Grande o município com a maior arrecadação, R$ 11.645.483.890,00, seguido por Sidrolândia com R$ 568.997.714,00 e Ribas do Rio Pardo com R$ 407.836.167,00, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução do Produto Interno Bruto dos municípios integrantes do Polo Campo Grande e Região.

Municípios	PIB municipal (1.000.000 R$)				
	2005	2006	2007	2008	2009
Campo Grande	6945,59	7817,01	8956,50	10460,82	11645,48
Corguinho	41,99	45,74	52,58	62,88	68,08
Dois Irmãos do Buriti	61,85	68,54	71,48	86,30	97,03
Jaraguari	51,24	56,10	64,42	80,44	85,22
Nova Alvorada do Sul	143,83	161,81	188,48	226,73	239,14
Ribas do Rio Pardo	317,14	331,48	339,87	402,98	407,84
Rio Negro	34,10	36,34	39,59	48,75	55,24
Rochedo	40,77	37,23	40,02	56,19	80,85
Sidrolândia	328,28	394,79	467,44	581,47	569,00
Terenos	112,01	138,88	141,09	156,27	179,69

Fonte: IBGE (2009).

Analisando a tabela anterior observa-se que em todos os municípios houve um crescimento significativo do PIB no período de 2005 a 2009. De acordo com o PIB *per capita*, os municípios do Polo Campo Grande e Região seguiram a tendência de crescimento do PIB total, sendo assim, em 2009 (Tabela 2), Ribas do Rio Pardo apresentou o maior valor com R$ 20.313,60, seguido por Nova Alvorada do Sul, R$ 18.869,65 e Rochedo, R$ 18.046,82. A capital teve, em 2009, um PIB *per capita* de R$ 15.422,30. A elevação do PIB tem como consequência direta o maior desenvolvimento das cidades, bem como o incremento das ações voltadas para o turismo.

Tabela 2 – PIB *per capita* dos municípios do Polo Campo Grande e Região

MUNICÍPIOS	PIB *per capita* (2009)
Campo Grande	R$ 15.422,30
Corguinho	R$ 15.579,89
Jaraguari	R$ 14.754,63
Nova Alvorada do Sul	R$ 18.869,65
Ribas do Rio Pardo	R$ 20.313,60
Rio Negro	R$ 10.929,07
Rochedo	R$ 18.046,82
Terenos	R$ 11.762,95

Tabela 2 – PIB *per capita* dos municípios do Polo Campo Grande e Região (Continuação)

MUNICÍPIOS	PIB *per capita* (2009)
Dois Irmãos do Buriti	R$ 10.061,76
Sidrolândia	R$ 13.790,21

Fonte: IBGE (2009).

A qualificação da mão de obra voltada ao turismo é uma importante ação para o Polo turístico, necessitando esforços não apenas por parte da esfera governamental, mas também da esfera privada.

Assim, visando minimizar a questão da baixa qualificação e garantir uma melhor remuneração aos trabalhadores, faz-se necessário um planejamento econômico que distribua investimentos em três segmentos essenciais:

- Educação: com treinamentos objetivando um avanço na formação em todas as esferas de mão de obra;
- Tecnologia: utilização de ferramentas tecnológicas voltadas para o aprimoramento da mão-de-obra e que alavanquem o desenvolvimento do turismo;
- Meio ambiente: através do auxílio dos novos desdobramentos científicos que propiciem melhoria na qualidade de vida e no bem estar social.

Em dezembro de 1994 a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul aprovou a Lei Complementar n.º 077, introduzindo o conceito de ICMS Ecológico e determinando o repasse de 5% do ICMS Estadual para rateio entre os municípios que tivessem parte de seu território integrando Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

Os municípios que compõem o Polo Campo Grande e Região são beneficiados pelo ICMS Ecológico. Devido a isto, em 2011, o Polo recebeu 0,2271 % dos 5% do ICMS Estadual destinados aos municípios beneficiados, o que corresponde a um valor líquido anual de R$ 2.326.238,88 (Tabela 3).

Tabela 3 – Valor líquido total de repasse de ICMS Ecológico, em 2011, para os municípios do Polo Campo Grande e Região.

Município	Índice 2011 (%)	Valor anual (R$)
Campo Grande	0,0117	119.845,86
Corguinho	0,0080	81.945,88
Jaraguari	-	
Nova Alvorada do Sul	0,0161	164.916,10
Ribas do Rio Pardo	-	
Rio Negro	-	
Rochedo	-	
Terenos	0,0513	525.478,00

Tabela 3 – Valor líquido total de repasse de ICMS Ecológico, em 2011, para os municípios do Polo Campo Grande e Região. (Continuação)

Município	Índice 2011 (%)	Valor anual (R$)
Dois Irmãos do Buriti	0,1386	1.419.712,52
Sidrolândia	0,0014	14.340,52

Fonte: IMASUL, (2012)

Além do ICMS Ecológico, o turismo indutor serve como um excelente gerador de renda para os municípios do Polo, tendo efeitos diretos e indiretos sobre a economia local, como estímulos sobre o setor de comércio e serviços, elevação da arrecadação e geração de novos empregos.

Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), elaborou-se a Tabela 4 com as classes de rendimento nominal mensal para a população acima de 10 anos ou mais de idade. Os valores estão representados em porcentagem do total de pessoas enquadradas em cada uma das classes de rendimentos, as quais contabilizam em quantidade de Salário Mínimo (SM). Ainda, confeccionou o Gráfico 23 para representar o valor médio do rendimento nominal mensal para o Polo Campo Grande e Região.

Tabela 4 - Classes de rendimento nominal mensal para a população acima de 10 anos ou mais de idade.

Município	Distribuição das Pessoas com 10 anos ou mais por classes de rendimento nominal mensal (%)							
	Até 1/2 S.M.	Mais de 1/2 a 1 S.M.	Mais de 1 a 2 S.M.	Mais de 2 a 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 a 20 S.M.	Mais de 20 S.M.	Sem rendi-mento
Campo Grande	2,84%	18,89%	23,02%	14,56%	5,58%	1,87%	0,71%	32,50%
Corguinho	7,54%	23,85%	20,88%	7,91%	1,78%	0,24%	0,19%	37,53%
Dois Irmãos do Buriti	11,50%	23,20%	13,99%	5,17%	1,28%	0,27%	0,24%	44,34%
Jaraguari	8,57%	25,39%	21,92%	7,01%	1,40%	0,40%	0,20%	35,10%
Nova Alvorada do Sul	5,11%	17,38%	23,91%	14,88%	2,42%	0,56%	0,35%	35,35%
Ribas do Rio Pardo	4,81%	20,35%	25,38%	9,82%	1,89%	0,35%	0,17%	37,23%
Rio Negro	7,02%	30,75%	18,57%	9,81%	1,77%	0,23%	0,21%	31,64%
Rochedo	8,08%	23,42%	22,22%	8,78%	1,90%	0,31%	0,19%	35,10%
Sidrolândia	8,06%	22,43%	21,96%	7,89%	1,93%	0,44%	0,21%	37,08%
Terenos	6,17%	21,77%	20,42%	7,50%	1,44%	0,33%	0,12%	42,25%

Fonte: IBGE (2010).
Nota: S. M : Salário mínimo no ano de 2010.

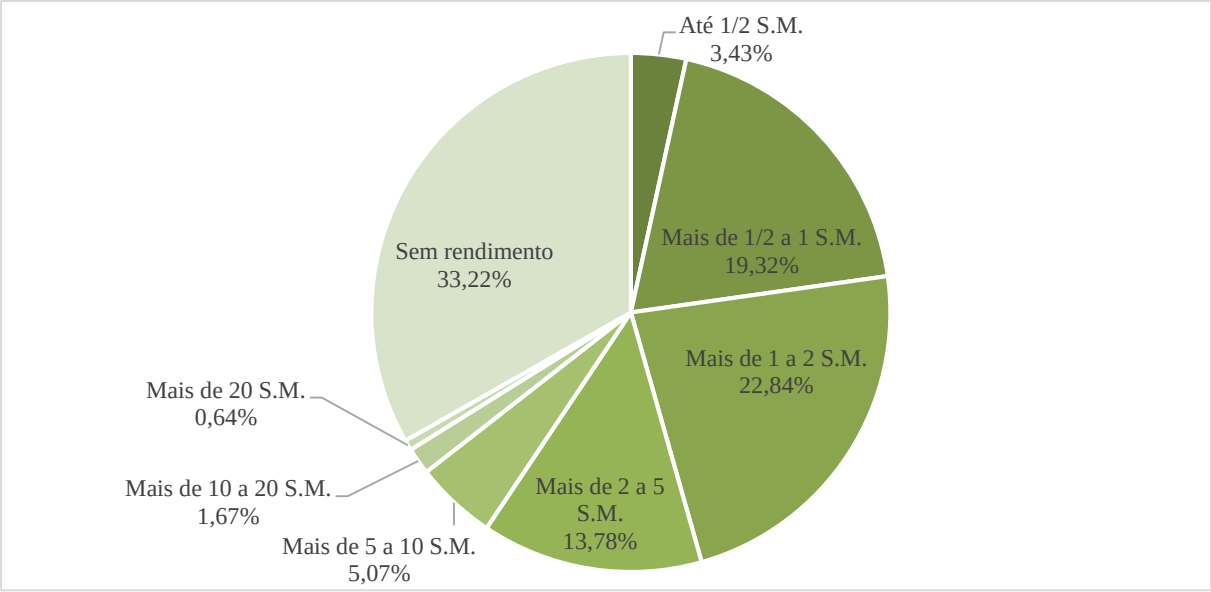


Gráfico 23 – Valor médio de rendimento nominal mensal para a população acima de 10 anos ou mais de idade por classe para o Polo Campo Grande e Região.
Fonte: IBGE (2010).

Observa-se características distintas dos rendimentos das populações por classes nominais mensais nos municípios do Polo Campo Grande e Região, sendo a classe predominante a dos sem rendimentos, umas vez que envolve a população de 10 anos de idade em diante. Dos rendimentos existentes a média mais representativa do Polo foi a classe de mais de 1 a 2 salários mínimos e a média menos representativa do Polo foi a de mais de 20 salários mínimos.

4.4.7 Infraestrutura Urbana e Serviços Gerais

4.4.7.1 Abastecimento de água

No Polo de Campo Grande e Região o serviço de abastecimento de água é realizado pelas Empresas Águas Guariroba, Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e pela SANESUL (Figura 28).

Águas Guariroba	Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)	SANESUL
• Campo Grande	• Corguinho • Jaraguari • Rochedo	• Ribas do Rio Pardo • Nova Alvorada do Sul • Dois Irmãos do Buriti • Terenos • Rio Negro • Sidrolândia

Figura 28 – Empresas responsáveis pelo serviço de abastecimento de água no Polo e os municípios em que prestam o serviços.
Fonte: Dados do PDITS Campo Grande e Região (2011); Secretarias Municipais de Meio Ambiente (2012).

Para o abastecimento de Campo Grande é realizada a captação superficial em dois cursos d'água, o Guariroba e o Lageado, além da utilização de poços tubulares profundos (captação subterrânea). A principal fonte de suprimento é a captação superficial com 60% do total, sendo 43% provenientes do córrego Guariroba e 17% do Lageado (Quadro 13). Estima-se um atendimento de 98,25% da população, segundo dados do Ministério das Cidades (2008).

Quadro 13 – Sistema de abastecimento de água de Campo Grande – 2010.

Manancial	Sistema produtor	Contribuição para o sistema	Contribuição total	Volume produção m³/h	Entrada em operação
Captação Superficial	Guariroba	43%	60%	3.697,00	1985
	Lajeado	17%		1.439,00	1969
Captação Subterrânea	Poços	23%	40%	1.965,00	-
	Poços Especiais	17%		1.498,00	-

Fonte: Perfil Socioeconômico de Campo Grande (2011), Águas Guariroba S/A, 2008-2030 adaptado por Deméter Engenharia Ltda., (2012).

É realizado, diariamente, o monitoramento da qualidade da água através de exames microbiológicos e físico-químicos com os quais são elaborados relatórios mensais. Existe, ainda, o controle da qualidade da água servida em diversos pontos.

Nos demais municípios do Polo o serviço é realizado através da captação subterrânea, principalmente do Aquífero Guarani, com o uso de poços tubulares profundos e cloração como tratamento (Quadro 14).

Quadro 14 – Captação e tratamento do sistema público de água nos municípios do Polo.

Município	Tipo de captação	Aquífero	Tipo de Tratamento	População atendida %
Rochedo*	Subterrâneo	Guarani	Cloração	93,9
Corguinho*	Subterrâneo	Guarani	Cloração	92
Rio Negro**	Subterrâneo	Guarani	Cloração	100
Terenos**	Subterrâneo	Serra Geral	Cloração	59,98
Dois Irmãos do Buriti**	Subterrâneo	Serra Geral	Cloração	73,90
Jaraguari*	Subterrâneo	Guarani	Cloração e fluoretação	97
Sidrolândia**	Subterrâneo	Guarani	Cloração	70,65
Ribas do Rio Pardo**	Subterrâneo	Bauru	Cloração	82,26
Nova Alvorada do Sul**	Subterrâneo	Serra Geral	Cloração e fluoretação	92,41

Fonte: PDITS (BRASIL, 2011); Secretarias Municipais de Meio Ambiente (2012).
*dados do IBGE (2000)
**dados do Ministério das Cidades (2008)

A AGEREG, em seu Diagnóstico do Saneamento Básico (2011), apresenta um índice de atendimento do serviço em 2011 de 93,47%. Segundo informações das Secretarias Municipais de Meio Ambiente (2012), atualmente, o sistema de abastecimento de água nos municípios atendem quase que a totalidade da população, ficando apenas uma pequena porcentagem sem atendimento em possíveis áreas de expansão das redes ou em áreas de ocupação irregular.

Quanto a extensão da rede de abastecimento do Polo, observa-se um aumento médio de 7,25% da região entre o período de 2004 e 2009, destacando o Município de Nova Alvorada do Sul, 98%, e de Sidrolândia, 18,8% (Quadro 15).

Quadro 15 – Evolução da rede de abastecimento de água do Polo, entre 2004 e 2009.

Município	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Campo Grande	3.159.090	3.221.730	3.252.270	3.268.311	3.352.923	3.388.000
Ribas do Rio Pardo	42.089	42.089	42.089	42.190	45.746	45.746
Jaraguari	-	-	19.100	-	-	-
Rochedo	22.167	22.167	-	-	-	-
Rio Negro	25.924	25.924	27.028	27.028	27.028	27.028
Sidrolândia	66.737	67.391	67.391	71.939	76.891	79.333
Corguinho	-	-	-	-	-	-
Dois Irmãos do Buriti	27.908	28.213	29.829	28.829	29.452	29.452
Nova Alvorada do Sul	17.746	20.536	20.536	22.074	24.130	35.137
Terenos	34.120	34.780	34.780	34.852	35.921	37.137
Total do Polo	**3.395.781**	**3.462.830**	**3.493.023**	**3.495.223**	**3.592.091**	**3.641.833**

Fonte: PDITS Campo Grande e Região (2011).

A partir das informações deste diagnóstico, pode-se concluir que as concessionárias vem estendendo a cobertura do sistema à medida que cresce a demanda, inclusive com redução de perdas e aumento da reservação, garantindo portanto, o atendimento mesmo com um possível pico de consumo em alta temporada, assim como com o crescimento gradativo do consumo frente a demanda turística.

4.4.7.2 Esgotamento sanitário

O sistema de esgotamento sanitário é deficiente no Polo Campo Grande e região, sendo que, apenas Campo Grande e Ribas do Rio Pardo possuem sistema instalado e operando.

Em 2010, o índice de cobertura do esgoto na capital era de 62,01%, porém o índice de atendimento era de 51,79%. A discrepância nos valores apresentados está diretamente associada a não adesão da população à rede, seja pelo custo da ligação, da tarifa ou pelo desconhecimento referente ao

assunto. O Quadro 16 apresenta a estimativa de população atendida no Plano Diretor de Esgotamento de Campo Grande do período de 2008 a 2030.

Quadro 16 – População atendida e projeções de atendimento pelo sistema de esgotamento sanitário, em Campo Grande.

Descrição	2008	2009	2010	2021	2026	2030
População adotada	755.777	771.218	786.526	943.231	1.019.610	1.085.143
População atendida	470.671	485.089	518.112	565.939	713.727	759.600

Em Ribas do Rio Pardo, 25% da população é atendidas pelo sistema de esgotamento sanitário, sendo prevista a ampliação desse atendimento para 60%, com a conclusão dos investimentos realizada no final de 2009.

A cidade de Sidrolândia possui um pré-projeto para implantação de um sistema sanitário com um tratamento do tipo Reator Anaeróbico de Lodo Fluidizado (RALF) com eficiência de 80%. Por enquanto, devido à ausência do sistema, existe apenas sistemas individuais de tratamento do tipo fossa/sumidouro.

No Município de Terenos foram implantadas redes coletoras e Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), porém tal sistema não começou o funcionamento devido à falta de licença ambiental. Em Corguinho uma ETE está sendo construída com recurso vindo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), no valor de R$ 1.200.000,00, com sistema de tratamento tipo RALF.

A SANESUL possui pré-projetos para a implantação de esgotamento sanitário nos Municípios de Dois Irmãos do Buriti, Nova Alvorada do Sul e Rio Negro. Em Rochedo a ETE já está instalada, porém, não encontra-se em funcionamento. Jaraguari não possui projeto e nem previsão para a implantação do sistema de esgoto sanitário.

Visando apresentar uma síntese da situação do sistema de esgotamento sanitário nos municípios do Polo Campo Grande e Região elaborou-se a Figura 29.

Em funcionamento

- Campo Grande
- Ribas do Rio Pardo

Aguardando Licença Ambiental

- Terenos

Em construção

- Corguinho

Pré projeto

- Rio Negro
- Sidrolândia
- Dois irmãos do Buriti
- Nova Alvorada do Sul

Sem previsão

- Jaraguari

Figura 29 – Situação dos municípios do Polo Campo Grande e Região no que concerne ao serviço de esgotamento sanitário.
Fonte: PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011); Secretarias Municipais de Meio Ambiente (2012).

Com base nas informações diagnosticadas, pode-se concluir que as concessionárias vem ampliando a rede coletora de esgoto, bem como ampliando o sistema de tratamento. Desta forma, para garantir o atendimento, mesmo com um possível pico na geração de esgoto em alta temporada, devido ao desenvolvimento do turismo e crescimento populacional, o sistema deverá estar em constante crescimento e monitoramento, garantindo a qualidade e eficiência do serviço prestado.

4.4.7.3 Drenagem pluvial

Nos municípios do Polo Campo Grande e Região, com exceção de Campo Grande, não existem relatos de alagamentos ou riscos de ocorrência, uma vez que, os municípios possuem uma parcela substancial de área permeável e, atualmente, os financiamentos das obras de pavimentação exigem que estas sejam acompanhadas de obras de drenagem.

Em fevereiro de 2010, Campo Grande foi acometida por intensas chuvas, que acabaram danificando algumas estruturas da cidade. Assim, visando evitar problemas futuros a cidade passou por reformas em diferentes pontos críticos a fim de adequar essas localidades ao Plano Diretor de Drenagem estabelecido, sendo necessária a desapropriação de imóveis irregulares e em desacordo com a Lei de Ocupação do Solo, que obriga uma área permeável de no mínimo 12% do imóvel.

Destaca-se que as informações referentes ao sistema de drenagem urbana de Campo Grande são escassas e de difícil acesso, contudo, está sendo elaborado o Plano de Drenagem Urbana. Segundo informações do PLANURB Campo Grande possui 2.350 km de redes de drenagem.

De modo sistematizado é apresentada a situação dos demais municípios do Polo Campo Grande e Região através do Quadro 17.

Quadro 17 – Quadro de infraestrutura de drenagem dos demais municípios do Polo Campo Grande e Região.

Município	Situação	Destino da Drenagem	Observação
Rochedo	41.889 m de rede de drenagem	Rio Aquidauana	-
Corguinho	60% da área urbana	Rio Aquidauana	-
Dois Irmãos do Buriti	2 km da Rua Aquidauana	Represa do Varjão	Previsão de investimento
Jaraguari	50% 1º microbacia	Córrego Jatobá	Investimento na 2º microbacia
Nova Alvorada do Sul	45% da região central	Córrego Labanca	-
Ribas do Rio Pardo	60% da área urbana	Córregos Lagoa, Areia e Botas	Previsão de investimento
Rio Negro	50% da área urbana	Rio Negro	-
Sidrolândia	12.135,43 m de rede implantada	-	Previsão de investimento
Terenos	70% da região central	Córrego Dioguinho	Previsão de investimento

Fonte: PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011); Secretarias Municipais de Meio Ambiente (2012).

4.4.7.4 Limpeza pública e manejo de resíduos sólidos

Os serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos são responsabilidades das Prefeituras Municipais e compreendem a varrição, manutenção, coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos. Essas atividades variam nas cidades devido às necessidades da população.

Segundo informações das Secretarias Municipais de Meio Ambiente (2012), nos municípios do Polo Campo Grande e Região a destinação final é o ponto mais preocupante, uma vez que todos utilizam os "lixões" para dispor os resíduos sólidos coletados.

Em Campo Grande está em processo de licitação o serviço de limpeza pública e manejo de resíduos, o qual determinará a empresa que estará gerenciando os resíduos da capital, com a instalação e operação do aterro sanitário. A atual situação na capital demonstra a existência de catadores no lixão e de uma Unidade de Triagem de Resíduos em construção ao lado do lixão para alocar os catadores.

Em Campo Grande, diferentemente dos demais municípios do Polo, o serviço de coleta é executado por uma empresa terceirizada. O serviço contempla, aproximadamente, 98% da população da cidade, com exceção dos domicílios irregulares. Pode-se visualizar na Figura 30 a área de atuação deste serviço e sua frequência.

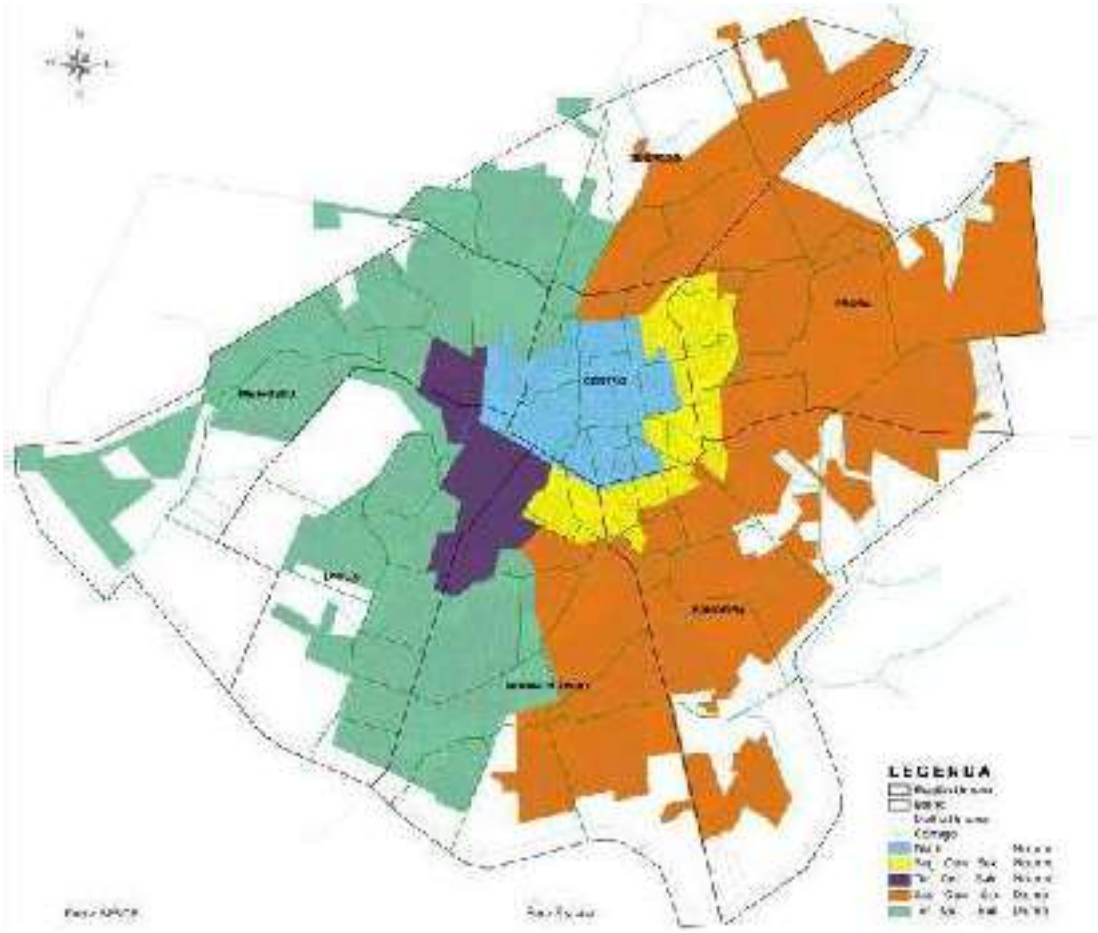


Figura 30 – Coleta urbana de resíduos sólidos no município de Campo Grande.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande (PLANURB, 2011).

Apesar dos municípios não possuírem aterros sanitários adequados e licenciados, estão sendo elaborados projetos para implantação e adequação dos locais de disposição final, bem como Usinas de Processamento de Lixo, buscando atender aos prazos estabelecidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305 de 2010.

A partir das informações levantadas neste diagnóstico, pode-se concluir que para os municípios atenderem as exigências legais devem implantar seus aterros sanitários, de forma a atender a demanda atual e futura, com base no crescimento populacional e o desenvolvimento do turismo. Além da disposição final dos rejeitos nos aterros sanitários, deverão ser implantados ou intensificados os programas de coleta seletiva dos resíduos recicláveis, com a inclusão social de catadores.

De modo a descrever sinteticamente a situação atual do sistema de gerenciamento dos demais municípios do Polo Campo Grande e Região, elaborou-se a Figura 31.

Dois Irmãos do Buriti:

- 100% da população urbana atendida
- Existência de uma Unidade de Triagem de Resíduos
- Existência de um aterro controlado

Ribas do Rio Pardo:

- Lixão de área de 3,0ha. sem licença ambiental
- Coletas separadas entre lixo domiciliar e hospitalar
- Lixo hospitalar incinerados em autoforno
- 100% da população urbana atendida

Sidrolândia:

- Coleta em veiculo impróprio
- Lixão sem isolamento
- Resíduos separados e reutilizados
- Unidade de Triagem de Resíduos desativada
- Catadores registrados
- Lixo orgânico reutilizado como adubo
- Lixo hospitalar com mesmo destino do lixo domiciliar
- 100% da população urbana atendida

Nova Alvorada do Sul:

- Lixão de área de 5,0ha. com isolamento do perímetro
- Unidade de Triagem de Resíduos terceirizada operando
- Lixo hospitalar com mesmo destino do lixo domiciliar
- 100% da população urbana atendida
- Possui um Plano de Coleta Seletiva (Projeto piloto no Distrito para 450 famílias)

Corguinho:

- Lixão de 3,0ha. em área particular
- Coleta realizada por um trator acoplado a uma carreta
- Lixo hospitalar queimado no próprio lixão
- 100% da população urbana atendida e do Distrito Fala Verdade

Terenos:

- Lixão de 3,5 ha. sem licença ambiental
- Coleta realizada por caminhão basculante
- Lixo compactado no lixão por trator esteira
- Área com isolamento
- Separação de materiais recicláveis
- Unidade de Triagem de Resíduos instalado e não operando
- Lixo hospitalar é queimado no forno de uma cerâmica
- 100% da população urbana atendida

Jaraguari

- 100% da população atendida
- Lixo destinado para o Município de Bandeirantes

Rio Negro:

- 100% da população urbana atendida
- Lixo hospitalar com mesmo destino do lixo domiciliar

Rochedo:

- 100% da população urbana atendida
- Lixo hospitalar queimado no próprio lixão

Figura 31 – Situação do gerenciamento dos resíduos sólidos nos municípios do Polo.
Fonte: Dados PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011); Secretarias Municipais de Meio Ambiente (2012).

Não existe, na maioria dos municípios, a segregação de pneumáticos usados oriundos de veículos automotores e bicicletas ou seu recolhimento pelas empresas fabricantes e importadoras, que são obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis existentes no território nacional, de acordo com a Resolução CONAMA nº 301, de 2002. Também não existe segregação e destinação final adequada de pilhas e baterias usadas, conforme a Resolução CONAMA nº 257, de 1999.

4.4.7.5 Energia elétrica

O Polo Campo Grande e Região está incorporado ao Sistema Interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste, tendo como empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica a Empresa Energética do Mato Grosso do Sul (ENERSUL), empresa pertencente ao Grupo Rede Energia S.A., atendendo 98% das residências do Polo.

A luz na zona rural vem sendo expandida gradativamente através do programa do Governo Federal, "Luz para Todos".

De modo geral, o sistema elétrico de atendimento possui uma boa disponibilidade para expansão, suportando o crescimento populacional e também o desenvolvimento do turismo.

4.4.7.6 Comunicação

Diversos serviços de comunicação estão à disposição no Polo Campo Grande e Região como: correio, telefonia fixa e móvel, acesso aos canais de televisão via torre ou antenas parabólicas e internet.

As agências de Correios estão presentes em todos os municípios, sendo observado um aumento considerável no período de 2004 a 2009, aproximadamente, 33% atingindo no final do período 28 agências (Tabela 5). Observa-se que a capital sul-mato-grossense concentra o maior número de agências, com 18.

Tabela 5 – Evolução das agências dos Correios, em unidades operacionais, por município do Polo Campo Grande e Região, entre 2004 e 2009.

Município	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Campo Grande	12	13	13	13	18	18
Corguinho	1	1	1	1	1	1
Dois Irmãos do Buriti	1	1	1	1	1	1
Jaraguari	1	1	1	1	1	1
Nova Alvorada do Sul	1	1	1	1	1	1
Ribas do Rio Pardo	1	1	1	1	1	1
Rio Negro	1	1	1	1	1	1

Tabela 5 – Evolução das agências dos Correios, em unidades operacionais, por município do Polo Campo Grande e Região, entre 2004 e 2009. (Continuação)

Município	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Rochedo	1	1	1	1	1	1
Sidrolândia	1	2	2	2	2	2
Terenos	1	1	1	1	1	1
Total (Polo)	**21**	**23**	**23**	**23**	**28**	**28**

Fonte: PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011).

Houve um grande incremento de acesso às telecomunicações móveis no Polo, seguindo uma tendência nacional. Mato Grosso do Sul foi o terceiro estado no *ranking* da ANATEL em teledensidade em 2009, apresentando 105,75 celulares por 100 habitantes, mais de um celular por habitante, ficando atrás somente do Distrito Federal e São Paulo. Este fato foi motivado pelo aumento do poder aquisitivo da população que facilitou o acesso a esses serviços.

O Quadro 18 apresenta uma síntese do perfil de comunicação dos municípios do Polo Campo Grande e Região com exceção da capital.

Quadro 18 – Representativo do perfil de comunicação dos demais municípios do Polo Campo Grande e Região.

Município	Televisão	Rádio Local	Site da Prefeitura	Internet	Jornal Local	Jornal Semanal	Revista Estadual	Revista Nacional
Rochedo	X	X	X	X	-	X	X	X
Corguinho	X	X	X	X	-	X	X	X
Dois Irmãos do Buriti	X	-	X	X	-	-	X	X
Jaraguari	X	-	X	X	-	-	X	X
Nova Alvorada do Sul:	X	X	X	X	X	-	X	X
Ribas do Rio Pardo	X	-	X	X	X	-	X	X
Rio Negro	X	X	X	X	-	-	X	X
Sidrolândia	X	X	X	X	X	-	X	X
Terenos	X	X	X	X	-	X	X	X

Fonte: PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011); Prefeituras Municipais (2012).

Os serviços de comunicação auxiliam os municípios no desenvolvimento da atividade turística, garantindo o acesso e a circulação de informações, divulgações e contato entre os visitantes e os

prestadores de serviços da região, atendendo a demanda atual e ao desenvolvimento do turismo na região.

4.4.7.7 Sistema de transporte urbano

Campo Grande iniciou a implantação do Sistema Integrado de Transporte (SIT) em 1991 com a inauguração do Terminal General Osório e Terminal Bandeirantes, sendo que hoje são ao todo oito terminais (Figura 32).

Em janeiro de 2007, começou a funcionar o Sistema de Integração Temporal que permite aos usuários que usufruem do sistema utilizar, através de um cartão eletrônico, outra linha de ônibus com a mesma passagem em um período máximo de 60 minutos sem a necessidade do uso de um terminal de ônibus. Visando facilitar a utilização do sistema, foi inaugurado, em agosto de 2009, o Ponto de Integração Hércules Maymone que atende uma região com demanda de 20 mil usuários nos dias úteis.

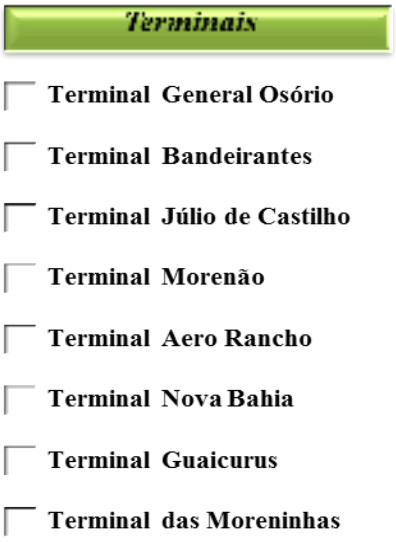


Figura 32 – Terminais do SIT da capital

Em Campo Grande o transporte coletivo é realizado por meio de empresas privadas contratadas via concessões: Jaguar Transporte Urbano; Serrana Transporte Urbano; Viação Cidade Morena; Viação São Francisco e; Viação Campo Grande.

Segundo a ASSETUR (2012), a frota de ônibus chega a 533, sendo 202 ônibus simples, 48 ônibus articulados, 30 micro-ônibus, 23 micro-ônibus executivos e 230 ônibus com elevador para cadeirantes (Tabela 6).

Tabela 6 – Frota de Ônibus das empresas concessionadas de Campo Grande, MS.

Empresa	Frota	Ônibus Simples	Ônibus Articulados	Micro-Ônibus	Micro-Ônibus Executivos	Elevador Hidráulico
Viação Campo Grande	90	31	7	6	5	41
Viação Cidade Morena	125	46	11	7	6	55
Viação São Francisco	125	51	11	7	5	51
Jaguar Transportes Urbanos	113	39	11	7	5	51
Serrana Transporte Urbano	80	35	8	3	2	32
Total	533	202	48	30	23	230

Fonte: ASSETUR, 2012.

Segundo dados da AGETRAN, em 2009 essas empresas tiveram uma média de 225.203 passageiros/dia, rodando 100.663 km/dia, sendo que a média por ônibus foi de 471 passageiros, representando 2,24 passageiros/km. A Tabela 7 demonstra a evolução dos serviços de transporte coletivo de Campo Grande no período de 2005 e 2009.

Tabela 7 – Transporte coletivo por ônibus em Campo Grande – 2005 a 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Média de passageiros/dia transportados	197.822	194.578	198.775	229.510	225.203
Média de quilômetros rodados/dia	94.041	96.569	97.850	100.071	100.663
Média de passageiros/ônibus (Operacional)	454	433	427	482	471
Passageiros/km (bruto)	2,10	2,01	2,03	2,29	2,24

Fonte: AGETRAN (2012).

Além da frota de ônibus, Campo Grande possui frota de táxi e de moto-táxi. A Tabela 8 apresenta a frota de táxi e moto-táxi em Campo Grande.

Tabela 8 – Frota de táxi e moto-táxi de Campo Grande, MS.

Serviço	Frota	Ponto
Táxi	438	71
Moto-táxi	447	70

Fonte: AGETRAN (2012).

Segundo pesquisas realizadas pelo PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011) e informações repassadas pelas Secretarias Municipais (2012), segue a relação dos meios de transportes públicos encontrados nas demais cidades do Polo Campo Grande e Região.

- Rochedo:
  - Transporte escolar: 11 ônibus
- Corguinho:
  - Transporte escolar: 30 veículos (ônibus e Kombi)
  - Moto-táxi
- Dois Irmãos do Buriti:
  - Transporte escolar: 32 veículos (ônibus, vans e Kombi)
  - Táxi e moto-táxi
- Jaraguari:
  - Transporte escolar: 15 ônibus
  - Táxi e moto-táxi
- Nova Alvorada do Sul:
  - Transporte escolar: 30 ônibus
  - Táxi, moto-táxi e vans
- Ribas do Rio Pardo:
  - Transporte escolar: 53 ônibus

  - Táxi e moto-táxi
- Rio Negro:
  - Transporte escolar: 30 veículos (ônibus, vans e Kombi).
- Sidrolândia:
  - Transporte escolar: 70 ônibus
  - Táxi, moto-táxi e vans
- Terenos:
  - Transporte escolar: 50 ônibus
  - Táxi

Existem empresas que realizam transportes intermunicipais em todas as cidades, sendo assim nenhum município do Polo Campo Grande e Região carece desse serviço. Os veículos dos serviços autônomos deste setor estão em sua maioria regulamentados.

Com o crescimento populacional e o desenvolvimento do turismo no Polo Campo Grande e Região os sistemas de transporte urbano nos municípios deverão ser planejados de forma a garantir uma mobilidade urbana satisfatória aos habitantes e aos turistas. Identificação e Análise da Base Legal Estadual e Municipal Ambiental e Turística, bem como dos Instrumentos de Ordenamento do Uso do Solo (Aspectos Legais Relevantes)

4.4.8 Base Legal Turística

4.4.8.1 Federal

A Lei Geral do Turismo nº 11.771, 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional do Turismo foi um grande marco para a legislação deste setor, por meio da qual as empresas atuantes neste ramo são obrigadas a se cadastrar junto ao Ministério do Turismo, deste modo havendo um incremento no Sistema de Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR) no Estado através da FUNDTUR. Entretanto ainda existem poucos prestadores de serviços inscritos no CADASTUR.

Outra importante determinação da Lei nº 11.771/2008 é a regulamentação do funcionamento desta atividade, unificando a legislação turística nacional. Dessa maneira o Governo Federal soluciona problemas relacionados as várias leis próprias dos estados e municípios voltados para o turismo e cria o Fundo Geral do Turismo com intuito financiar atividades turísticas.

No Quadro 19 podem ser verificadas as leis federais que regem sobre as atividades turísticas.

Quadro 19 - Legislação Federal sobre o Turismo

Lei nº 11.637/2007	Dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo.
Lei nº 11.771/2008	Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, no desenvolvimento e no estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, sobre atividades e serviços turísticos, e condições para o seu funcionamento e fiscalização; o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, relacionado ao exercício e à exploração de atividades e serviços turísticos; e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, que renomeia a EMBRATUR e dá outras providências.
Portaria nº 160/2009	Regulamenta as competências a serem observadas pelo Ministério do Turismo - MTur e pela Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua forma de atuação nos procedimentos administrativos relacionados aos contratos de repasse e outros instrumentos congêneres.
Decreto nº 7.381/2010	O Decreto nº 7.381, regulamenta a Lei no 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências.
Portaria nº 126/2011	Dispõe sobre a criação do Centro de Informações Turísticas 2014- CIT-14 e dá outras providências
Portaria nº 127/ 2011	Dispõe sobre delegação de competência do Ministério do Turismo - MTUR a órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, para cadastramento, classificação e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.
Portaria nº 128/2011	Instituir o Comitê Interministerial de Facilitação Turística - CIFAT, criado pela Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e designar seus membros titulares e suplentes.
Portaria nº 130/2011	Institui o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR, o Comitê Consultivo do CADASTUR - CCCad e dá outras providências.
Portaria nº 162/2011	Cria o Programa Turismo de Fronteiras - Frontur e dá outras providências.

Fonte: MTUR (2012).

Verifica-se a existência da Lei Nº 11.637/2007 que define as diretrizes para a qualificação dos serviços turísticos e do selo de qualidade nacional de turismo, garantindo assim o suporte legal para o desenvolvimento de um turismo de qualidade, com a possibilidade de certificação e uma maior visibilidade.

Analisando as Portarias Federais apresentadas, observa-se a existência de regulamentações quanto aos procedimentos administrativos relacionados aos contratos de repasse entre o MTur e a Caixa Econômica Federal, direcionando as ações relacionadas ao turismo e os respectivos processos econômicos e financeiros.

As atribuições do Governo Federal quanto ao planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico estão descritas no Decreto nº 7.381/2010, deixando claro a atuação institucional no direcionamento e no crescimento sustentável do setor no Brasil.

O cadastramento dos prestadores de serviços está embasado legalmente nas Portarias nº 127/2011, com a delegação das competências pelo processo de cadastramento, classificação e fiscalização, e a Portaria nº 130/2011, com a instituição do sistema CADASTUR para o cadastro dos prestadores de serviços turísticos e a criação de seu comitê consultivo. Este cadastramento é uma importante ferramenta de controle e monitoramento da atividade, proporcionando uma base de dados para o planejamento e desenvolvimento da atividade.

Desta forma, verifica-se a existência de uma Base Legal Turística Federal bem desenvolvida, tendo como instrumento norteador a Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008).

4.4.8.2 Estadual

No Estado, o órgão responsável por fiscalizar as atividades turísticas é a Fundação do Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR/MS), em parceria com as Prefeituras Municipais.

Um dos maiores entraves sofridos pelo turismo é a falta de articulação entre as instituições do turismo, meio ambiente e infraestrutura, principalmente no que se refere às inter-relações de suas legislações. No Quadro 20 pode ser verificadas as leis estaduais que regem sobre as atividades turísticas.

Quadro 20 - Legislação Estadual sobre o turismo

Decreto-Lei nº 9/1979	Cria a primeira instituição responsável pelo turismo após a divisão do Estado Autoriza - Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul (TURISUL), regulamentada pelo Decreto nº 132/1979.
Lei nº 1.557/1994	Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Guias de Turismo do Brasil, Subseção Corumbá.
Lei nº 2.135/2000	Institui a Política para o Desenvolvimento do Ecoturismo do Estado de Mato Grosso do Sul.
Decreto nº 10.055/2000	Cria o Conselho Estadual de Gestão das Políticas de Desenvolvimento Sustentável, modificado pelo Decreto nº 10.170/2000.
Decreto nº 10.081/2000	Dispõe sobre a regulamentação das atividades de Monitor Ambiental e Monitor de Pesca Amadora, no qual considera Monitor Ambiental e Monitor de Pesca Amadora, os profissionais que, devidamente credenciados pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, exerçam as atividades de acompanhamento, orientação e disseminação de informações a pessoas ou a grupos, em visita aos atrativos turísticos do Estado, na qualidade de auxiliar de guia de turismo. Alterado pelos Decretos nº 10.602/2001 e 10.798/2002.
Decreto nº 10.097/2000	Cria a Secretaria de Estado da Produção e do Turismo e Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, alterada pelo Decreto nº 11.664/2004.

Quadro 20 - Legislação Estadual sobre o turismo. (Continuação)

Decreto nº 10.199/2001	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo – SEMACT, órgão integrante do grupo responsável pela função de indução ao desenvolvimento, tem como atribuição básica estudos e proposição de política públicas objetivando orientar os agentes públicos e privados em suas atividades de desenvolvimento sustentável do Estado. b) Superintendência de Políticas de Turismo, alterada pelo Decreto nº 10.663/ 2002 renomeando como Superintendência de Articulação de Políticas de Meio Ambiente, Cultura e Turismo.
Decreto nº 10.328/2001	Estabelece normas e procedimentos sobre a organização e o funcionamento da Lei de Incentivo à Cultura, Programa Fazendo Cultura, alterado pelo Decreto nº 10.398/2001.
Decreto nº 10.545/2001	Dispõe sobre o cadastro e o certificado de habilitação para "vans" de turismo e dá outras providências, alterado pelo Decreto nº 10.644/2002.
Lei nº 2.307/2001	Autoriza a criação da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, regulamentada pelo Decreto nº 10.552/2001, com a finalidade de fomentar, incentivar e promover serviços e atividades voltados para a identificação, seleção e divulgação de oportunidades de investimentos em turismo, a exploração econômica dos recursos turísticos do Estado e a indução ao desenvolvimento e implantação de serviços de infraestrutura de interesse turístico. Altera o Estatuto pelos Decretos nº 11.221/2003 e 11.717/2004.
Lei nº 2.405/2002	Dispõe sobre a atividade turística no território do Estado de Mato Grosso do Sul disciplinando sobre a obrigatoriedade de Guia de Turismo Local, com formação especifica, para acompanhar grupos e excursões durante a visitação no Estado.
Decreto nº 10.680/2002	Cria o Programa de Desenvolvimento do Turismo na região do Estado de Mato Grosso do Sul – PRODETUR/SUL – MS; estabelece esquema para seu gerenciamento e dá outras providências. Revogado pelos Decretos 12.346/ 2007 e 12.995/2010.
Decreto nº 10.719/2002	Instituiu o "Selo Turismo" alterando o Decreto nº 7.121/1993. O Decreto nº 12.395/2007 altera o nome para "Selo Pesca Turismo" à nova denominação.
Decreto nº 11.113/2003	Cria o Conselho de Turismo da Serra da Bodoquena (CONTURB) definindo no âmbito do Programa a prática das ações Desenvolvimento do Turismo no Estado do Mato Grosso do Sul PRODETUR/SUL–MS.
Lei nº 2.752/2003	Dispõe sobre a sinalização de locais de interesse ecológico e turístico.
Lei nº 2.652/2003	Cria o Fundo para o Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul. Regulamentado pelo Decreto nº 11.340/2003.
Decreto nº 11.417/2003	Institui o "Prêmio Tuiuiú" de turismo, a ser conferido às pessoas físicas e jurídicas que contribuam para o desenvolvimento do Turismo no Estado de Mato Grosso do Sul, visa a contemplar pessoas físicas, empresas, organizações não governamentais e órgãos da imprensa que contribuam decisivamente para o desenvolvimento do turismo no Estado de Mato Grosso do Sul, como forma de reconhecimento público
Decreto nº 11.460/2003	Constitui Grupo de Trabalho para o detalhamento da implantação do Projeto Trem do Pantanal
Decreto nº 11.536/2004	Disciplina a distribuição da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Quadro 20 - Legislação Estadual sobre o turismo. (Continuação)

Decreto nº 11.680/2004	Transfere competência da Secretaria de Estado da Produção e do Turismo para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário. Fica transferida à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário a competência conferida à Secretaria de Estado da Produção e do Turismo no inciso XVII do art. 16 da Lei nº 2.152, de 26 de outubro de 2000, na redação dada pelo art. 5o da Lei nº 2.598, de 26 de dezembro de 2002.
Decreto nº 11.715/2004	Dispõe sobre a competência e aprova a estrutura básica da Secretaria de Estado da Produção e do Turismo - SEPROTUR, e dá outras providências
Lei nº 2.794/2004	Institui o Projeto Turismo Educativo com a finalidade de possibilitar o acesso de alunos das escolas da rede pública estadual ao acervo cultural, artístico e turístico do Estado. Bem como a Lei nº 1.352/1992 assegura a estudantes o direito ao pagamento de meia entrada em espetáculos culturais, esportivos e de lazer.
Lei nº 2.793/2004	Dispõe sobre as normas sanitárias e estabelece tratamento simplificado e diferenciado para a produção e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal em Mato Grosso do Sul.
Lei nº 3.375/2007	Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Guias de Turismo de Bonito (AGTB), com sede e foro no Município de Bonito/MS.
Lei nº 3.391/2007	Cria o Selo de Qualidade Artesanal, e dá outras providências.
Lei nº 3.402/2007	Institui o Programa Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso e dá outras providências.
Lei nº 3.403/2007	Institui o "Selo Qualidade Turismo", no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.
Lei nº 3.593/2008	Institui o Sistema de Certificação de produtos industrializados no Estado de Mato Grosso do Sul e dá providências correlatas
Lei nº 3.596/2008	Cria a "Semana de Valorização da Cultura Pantaneira" e dá outras providências.
Lei nº 3.609/2008	Institui a Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural no Estado de Mato Grosso do Sul.
Decreto nº 12.936/2010	Dispõe sobre a estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR) alterando o Decreto nº 12.342/2007
Decreto nº 12.995/2010	Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul (PRODETUR/NACIONAL-MS), conforme Lei nº 3.582/2008 que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O PRODETUR/NACIONAL-MS tem como objetivo ou meta dinamizar os processos de consolidação e de conservação dos atrativos turísticos dos patrimônios físico-natural e cultural deste Estado. Revogando os Decretos nº 10.680/ 200, 11.215/2003, 11.113/2003 e 11.436/2003.
Decreto nº 13.412/ 2012	Altera dispositivo do Decreto nº 9.938, de 5 de junho de 2000, que institui o Comitê Gestor da Área Especial de Interesse Turístico, denominada Estrada-Parque.

Fonte: Legislação Estadual (MATO GROSSO DO SUL, 2012)

A base legal estadual referente a atividade turística, conforme demonstrado no Quadro 20, conta com uma série de Leis e Decretos que orientam e definem quais as exigências e ações institucionais e operacionais do setor turístico no Estado de Mato Grosso do Sul.

Dentre as leis descritas, observam-se as leis de criação da Secretaria de Estado da Produção e do Turismo (SEPROTUR) e também a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR), responsáveis pela viabilização da exploração econômica dos seus recursos, promoção e divulgação dos atrativos turísticos do Estado de Mato Grosso do Sul. Dentre as finalidades da FUNDTUR estão o fomento, incentivo e promoção da exploração do turismo no Estado; identificação de oportunidades de investimentos turísticos no território estadual; viabilização da exploração econômica dos recursos turísticos do Estado e divulgar seus atrativos; indução ao desenvolvimento e a implantação de serviços de infraestrutura em área de interesse turístico; e a assistência técnica aos empreendimentos turísticos no Estado.

Como forma de orientar a atividade foi criada a Lei nº 2.405/2002 que disciplina a atividade turística, bem como o fundo para o desenvolvimento do turismo de Mato Grosso do Sul (Lei nº 2.652/2003), os quais direcionam tecnicamente e economicamente as ações a serem desenvolvidas nas regiões turísticas do Estado.

Visando proporcionar um maior controle da atividade, bem como possibilitar o seu planejamento de crescimento e melhorias nos serviços prestados aos turistas, foi criado o Decreto nº 11.536/2004 que disciplina a distribuição da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes no Estado de Mato Grosso do Sul. Da mesma forma, com o objetivo de certificar a qualidade do trabalho, foi criado o Selo Qualidade Turismo (Lei nº 3.403/2007), divulgando as ações desenvolvidas e valorizando as regiões certificadas.

A Lei nº 12.995/2010 dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul (PRODETUR/NACIONAL-MS), conforme Lei nº 3.582/2008 que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O PRODETUR/NACIONAL-MS tem como objetivo ou meta dinamizar os processos de consolidação e de conservação dos atrativos turísticos dos patrimônios físico-natural e cultural deste.

Portanto, verifica-se a existência de uma série de leis e decretos demonstrando que o Estado possui um base legal turística que vem atendendo a demanda atual e em constantes aperfeiçoamentos, revisões e novas criações, buscando atender todos os envolvidos na atividade de forma correta e integrada com o desenvolvimento do Estado.

4.4.8.3 Municipal

O Município de Campo Grande conta com diversas leis voltadas ao turismo, sendo que em 1994 foram instituídas as Leis nº 3.073 e nº 3.074 que criaram o Conselho Municipal de Turismo e o fundo

Municipal de Turismo. Em 2000, foi aprovada a Lei nº 3.718 que dispõe sobre as atividades turísticas no Município de Campo Grande.

O Quadro 21 apresenta o rol da legislação turística dos municípios pertencentes ao Polo Campo Grande e Região, sendo possível observar que Ribas do Rio Pardo, Dois Irmãos do Buriti e Corguinho não possuem legislação específica ao turismo.

Quadro 21 – Base legal turística dos municípios integrantes do Polo Campo Grande e Região.

Município	Legislação	Enunciado
Campo Grande	Lei Ordinária nº 3074/1994	Autoriza o poder executivo a criar o COMTUR de Campo Grande - MS.
	Lei Ordinária nº 3073/1994	Autoriza o poder executivo a criar o Fundo Municipal para o Desenvolvimento de Atividades Turísticas.
	Lei Complementar nº 29/1999	Institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande (PRODES), revoga dispositivo da Lei nº 2.977, e dá outras providências.
	Lei Ordinária nº 3789/2000	Autoriza o poder executivo municipal a criar a Secretaria Municipal de Turismo e dá outras providências.
	Lei Ordinária nº 3718/2000	Dispõe sobre atividades turísticas no município de Campo Grande, disciplinando quanto o acompanhamento de grupos e excursões por guias de turismo (locais) devidamente cadastrados nos órgãos competentes.
	Lei Ordinária nº 3709/2000	Condiciona a expedição de Alvará de Localização às agências de viagens e turismo e dá outras providências.
	Lei Ordinária nº 4219/2004	Dispõe sobre atividades do Guia de Turismo no município de Campo Grande, e revoga a Lei Ordinária nº 3.718/2000.
	Lei Ordinária nº 4171/2004	Altera a Lei nº 3.453, de 11/05/98, que alterou os dispositivos da Lei nº 3.074, de 12/07/94 (autoriza o poder executivo a criar o COMTUR de Campo Grande).
Nova Alvorada do Sul	Lei nº 294/2005	Reorganização da administração pública do poder executivo - Aborda o órgão municipal de turismo.
	Lei nº 318/2006	Criação do COMTUR de Nova Alvorada do Sul.
Jaraguari	Lei nº 690/2008	Criação do COMTUR e do Fundo Municipal de Turismo.
Rochedo	Lei nº 561/2007	Criação do COMTUR e do Fundo Municipal de Turismo.
Rio Negro	Lei nº 373/1997	Cria o COMTUR de Rio Negro.
	Lei nº 388/1997	Criação do Fundo Municipal de Turismo.
Sidrolândia	Lei nº 1.370/2008	Cria o Conselho Municipal de Turismo.
	Lei nº 1.371/2008	Cria o Fundo Municipal de Turismo.
	Lei nº 1.369/2008	Cria a Politica Municipal de Turismo.
Ribas do Rio Pardo, Dois Irmãos do Buriti, Corguinho e Terenos	Não possuem e/ou não informaram a existência de legislação municipal referente ao turismo.	

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012) a partir de informações dos órgãos gestores dos municípios.

O grande problema enfrentado pelos municípios do Polo de Campo Grande e Região são as lacunas deixadas nas legislações turísticas municipais e ausência, nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Dois Irmãos do Buriti e Corguinho, de uma legislação que ordene a atividade, regulamentando a prestação dos serviços, fortalecendo a cadeia produtiva, promovendo o desenvolvimento sustentável, a distribuição de renda, a geração de emprego e a conservação do patrimônio cultural, proporcionando oportunidades iguais a todos os segmentos da sociedade.

Deste modo, é importante que seja realizada uma revisão sobre vários aspectos do conjunto de leis que as municipalidades dispõem para o setor de turismo e meio ambiente. Percebe-se que são muito frágeis, tanto na questão de abrangência, de consistência, da clareza e precisão do texto, quanto da forma de apresentação; e os diplomas legais devem ser concatenados com base na elaboração de uma política de turismo que fundamente as ações de planejamento, normatização, regulação e de fiscalização do município.

4.4.9 Base Legal Ambiental

4.4.9.1 Federal

O desenvolvimento sustentável do turismo no Polo representa a adoção de estratégias pautadas em ações que não agridam o meio ambiente. Em virtude da importância e fragilidade dos recursos naturais da região é fundamental a adequação aos aparatos legais. A base legal que disciplina o uso dos recursos naturais de modo a garantir a sustentabilidade é constituída por leis federais, estaduais e municipais, além de decretos e portarias.

A legislação ambiental brasileira é considerada uma das mais completas do mundo, entretanto, para que seja garantida a preservação ambiental nela estabelecida deve-se buscar fielmente cumpri-la.

Algumas das principais leis que compõem a Legislação Ambiental Brasileira são citadas a seguir:

Quadro 22 – Legislação Ambiental Federal

Decreto-Lei nº 25/1937	Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incluindo como patrimônio nacional os bens de valor etnográfico, arqueológico, os monumentos naturais, além dos sítios e paisagens de valor notável pela natureza ou a partir de uma intervenção humana.
Lei nº 4.771/1965	Determina a proteção de florestas nativas e define como áreas de preservação permanente (onde a conservação da vegetação é obrigatória) uma faixa de 30 a 500 m nas margens dos rios, de lagos e de reservatórios, além de topos de morro, encostas com declividade superior a 45 graus e locais acima de 1.800 m de altitude.
Lei nº 5.197/1967	Classifica como crime o uso, perseguição, apanha de animais silvestres, caça profissional, comércio de espécies da fauna silvestre e produtos derivados de sua caça, além de proibir a introdução de espécie exótica (importada) e a caça amadorística sem autorização do IBAMA.

Quadro 22 – Legislação Ambiental Federal (Continuação)

Lei nº 6.766/1979	Prescreve regras para loteamentos urbanos, proibidos em áreas de preservação ecológicas, naquelas onde a poluição representa perigo à saúde e em terrenos alagadiços.
Decreto nº 84.017/1979	Define regulamento para Parques Nacionais Brasileiros.
Lei nº 6.803/1980	Atribui aos estados e municípios o poder de estabelecer limites e padrões ambientais para a instalação e licenciamento das indústrias, exigindo o Estudo de Impacto Ambiental.
Lei nº 6.902/1981	Criou as "Estações Ecológicas", áreas representativas de ecossistemas brasileiros, dispondo que 90% delas devem permanecer intocadas e 10% podem sofrer alterações para fins científicos; instituiu também as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), áreas que podem conter propriedades privadas e onde o poder público limita as atividades econômicas para fins de proteção ambiental.
Lei nº 6.938/1981	Institui a Política Nacional do Meio Ambiente; é a lei ambiental mais importante e define que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independentemente da culpa; criou a obrigatoriedade dos estudos e respectivos relatórios de Impacto Ambiental (EIA/ RIMA).
Lei nº 7.347/1985	Trata da ação civil pública de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico.
Constituição Federal de 1988	Formulada no sentido de garantir os direitos à cidadania para o povo brasileiro.
Lei nº 7.735/1989	Criou o IBAMA, incorporando a Secretaria Especial do Meio Ambiente e as agências federais na área de pesca, desenvolvimento florestal e borracha.
Lei nº 7.802/1989	Regulamenta a pesquisa, fabricação, comercialização, aplicação, controle, fiscalização e destino da embalagem de agrotóxicos.
Lei nº 8.171/1991	Coloca a proteção do meio ambiente entre seus objetivos e como um de seus instrumentos e define que o poder público deve disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora; realizar zoneamentos agroecológicos para ordenar a ocupação de diversas atividades produtivas, desenvolver programas de educação ambiental, fomentar a produção de mudas de espécies nativas, entre outros.
Lei nº 9.433/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos; define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (consumo humano, produção de energia, transporte, lançamento de esgotos); prevê também a criação do Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos para a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.
Lei nº 9.605/1998	Institui a Lei de Crimes Ambientais, reordenando a legislação ambiental brasileira no que se refere às infrações e punições.
Lei nº 9.985/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.
Decreto nº 4.340/2002	Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.
Lei nº 11.455/2007	Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.
Lei nº 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos.

Fonte: MMA (2012)

Um importante órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) é o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) instituído pela Lei nº 6.938/81, sendo atos do CONAMA:

- resoluções, quando se tratar de deliberação vinculada a diretrizes e normas técnicas, critérios e padrões relativos à proteção ambiental e ao uso sustentável dos recursos ambientais;
- moções, quando se tratar de manifestação, de qualquer natureza, relacionada com a temática ambiental;
- recomendações, quando se tratar de manifestação acerca da implementação de políticas, programas públicos e normas com repercussão na área ambiental, inclusive sobre os termos de parceria de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999;
- proposições, quando se tratar de matéria ambiental a ser encaminhada ao Conselho de Governo ou às Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados;
- decisões, quando se tratar de multas e outras penalidades impostas pelo IBAMA, em última instância administrativa e grau de recurso, por meio de deliberação da Câmara Especial Recursal (CER).

As Resoluções do CONAMA abrangem diversos temas ambientais, tais como: áreas protegidas; biomas; gestão de fauna e flora; qualidade de água; controle da poluição sonora e do ar; gestão de resíduos e produtos perigosos; licenciamento ambiental, e outros.

Portanto, verifica-se que existem inúmeras leis e instrumentos que direcionam as atividades para estarem em conformidade com o meio ambiente, evitando a ocorrência de impactos significativos. No entanto, para o cumprimento destas leis deve-se fortalecer os órgãos de fiscalização, que estarão vistoriando as atividades, orientando e punindo aqueles que estiverem em desacordo.

A partir das Leis e Decretos apresentados no Quadro 22 verifica-se que o Brasil possui um acervo de instrumentos legais que envolvem diferentes áreas de atuação na busca por um desenvolvimento de forma equilibrada, sem comprometer o meio ambiente, fiscalizando e punindo aqueles que descumprem os padrões e procedimentos estabelecidos em lei.

Desta forma, a base legal ambiental federal vem instrumentando-se ao longo dos anos e possui hoje um grande acervo de leis e decretos, ao mesmo tempo que são realizadas constantes revisões, adequações e criação de novas, conforme a demanda, sendo aplicadas pelos órgãos gestores nos estados e municípios brasileiros.

4.4.9.2 Estadual

Os empreendimentos turísticos e/ou recreativos que se instalarem no Polo Campo Grande e Região deverão se regularizar através de licenciamento ambiental, regulamentado pelo Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), através da Resolução SEMADES nº 331, de 1º de abril de 1998. O artigo 1º desta Resolução define os tipos de empreendimentos que estão sujeitos ao licenciamento ambiental e, este é transcrito a seguir.

Art. 1° Ficam sujeitos ao licenciamento ambiental a ser fornecido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMADES, os empreendimentos turísticos e/ou recreativos a seguir especificados:

I – aqueles situados e/ou praticados na zona rural, nas áreas de proteção de mananciais, nas unidades de conservação e no entorno destas, inclusive, tais como:

a) hotéis;
b) ranchos pesqueiros;
c) balneários;
d) campings;
e) embarcações de turismo pesqueiro;
f) passeios ecológicos em áreas de fragilidade ambiental;
g) pousadas;
h) clubes; e
i) similares, assim considerados pela SEMADES;

II – Parques temáticos;

III – Autódromo;

IV – Kartódromo;

V – Pista de motocross.

Recentemente, foi instituído pelo Estado a obrigatoriedade de cada atrativo ter um técnico habilitado responsável por estudos e monitoramentos da capacidade de carga, para que seja fornecida licença ambiental, com relatório semestral. A licença é renovável a cada dois anos.

Algumas das principais leis que compõem a Legislação Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul são citadas a seguir:

Quadro 23 – Legislação ambiental estadual

Lei nº 1.067/1990	Dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e o Conselho Estadual de Controle Ambiental (CECA), alterado pela Lei nº 2.256, de 9 de julho de 2001.
Lei n°. 2.193/2000	Regulamentou o ICMS Ecológico, que dispõe sobre o rateio do índice de 5% (cinco por cento) previsto no art. 1º, III, "f", da Lei Complementar nº 57, de 4 de janeiro de 1991, com redação dada pela Lei Complementar nº 77, de 7 de dezembro de 1994, e dá outras providências.
Decreto nº 10.394/2001	Cria o Monumento Natural das Grutas do Lago Azul, objetivando preservar o patrimônio espeleológico e a manutenção dos ecossistemas que o compõem, bem como a qualidade do lençol freático da região. A área foi desapropriada pelo Decreto nº 10.393/ 2001.
Lei nº 2.257/2001	Dispõe sobre as diretrizes do licenciamento ambiental estadual, estabelece os prazos para a emissão de Licenças e Autorizações Ambientais, e dá outras providências.
Lei nº 2.406/200n	Instituiu a Política Estadual dos Recursos Hídricos (PERH) e criou o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e dá outras providencias.
Decreto nº 10.633/2002	Estabelece regime especial para pesca e navegação no Rio Salobra e no Córrego Azul.

Quadro 23 – Legislação ambiental estadual (Continuação)

Decreto nº 11.036/2002	Altera dispositivos do Decreto nº 10.707, de 22 de março de 2002, que institui o Sistema de Recomposição, Regeneração e Compensação da Reserva Legal no Estado do Mato Grosso do Sul
Decreto nº 11.453/2003	Cria o Monumento Natural do Rio Formoso, com o objetivo de preservar sítios com características bióticas e abióticas naturais excepcionais, favorecer a pesquisa científica e a educação ambiental, proteger belezas cênicas e propiciar turismo ecológico e recreação compatíveis com a conservação da área. O Decreto nº 11.690/2004 amplia os limites do Monumento Natural do Rio Formoso.
Decreto nº 11.612/2004	Institui Grupo de Trabalho para elaborar estudos sobre a viabilidade e operacionalização do Corredor Bioceânico nos limites do Estado de Mato Grosso do Sul.
Resolução CERH nº. 002/2005	Cria o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda, o primeiro do estado de Mato Grosso do Sul.
Lei nº 3.550/2008	Cria o Parque Estadual do Prosa com o objetivo de preservar amostra representativa do ecossistema do Cerrado, espécies da flora e fauna nele associados, a manutenção da qualidade de vida, da bacia hidrográfica e do patrimônio cultural e paisagístico de Campo Grande, proporcionando sua utilização para fins de pesquisa científica, educação ambiental, recreação e turismo em contato com a natureza. Alterando o Decreto nº 10.783/ 2002. O Decreto nº 11.550/2004 institui o Conselho Consultivo do Parque Estadual do Prosa.
Lei nº 3.593/2008	Institui o Sistema de Certificação de produtos industrializados no Estado de Mato Grosso do Sul e dá providências correlatas
Decreto nº 12.528/2008	Institui o Sistema de Reserva Legal (SISREL) no Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Alterado pelos Decretos nº 13.391/2012.
Decreto nº 12.897/2009	Criou o Geopark Bodoquena-Pantanal, alterado pelo Decreto nº 13.220, de 17 de junho de 2011, o qual institui o Conselho Gestor.
Lei nº 3.839/2009	Institui o Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul (PGT/MS); aprova a Primeira Aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS), e dá outras providências
Decreto nº 13.303/2011	Institui o núcleo regional de integração da faixa de fronteira do estado de mato grosso do sul.
Resolução SEMAC nº 008/2011	Estabelece o manual de licenciamento ambiental do Estado

Para a regularização ambiental dos empreendimentos é necessário à apresentação de diversos documentos, sendo que, dentre estes, é solicitado a certidão da Prefeitura Municipal, atestando que o local e a atividade estão em conformidade com as normas municipais de uso do solo.

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento do município, sendo sua principal finalidade orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural, na oferta dos serviços públicos essenciais, visando a assegurar melhores condições de vida para a população.

O modelo sul-mato-grossense se fundamenta na oportunidade do repasse de recursos do ICMS aos municípios que possuem unidades de conservação de várias categorias de manejo e das áreas de terras indígenas.

Devido à grande demanda junto ao órgão estadual por processos de licenciamento ambiental e objetivando garantir uma maior celeridade aos processos de licenciamento ambiental, o Estado de Mato Grosso do Sul estabeleceu uma política de municipalização da gestão ambiental, delegando aos municípios o licenciamento de algumas atividades. Dentre os municípios que já municipalizaram o seu licenciamento estão Campo Grande, Ribas do Rio Pardo e Sidrolândia, integrantes do Polo Campo Grande e Região e ainda os Municípios de: Amambai, Corumbá, Dourados, Itaquiraí, Maracaju, Naviraí, Nova Andradina e Três Lagoas. Os demais municípios do Estado ainda precisam se adequar aos requisitos institucionais definidos pelo programa para poderem exercerem a atividade de licenciamento. Evidencia-se que a municipalização do processo de licenciamento facilita a fiscalização e a análise dos processos, apoiando assim o órgão Estadual.

As leis ambientais estaduais visam direcionar as ações, seguindo as diretrizes das leis federais, de maneira que proporcione as limitações de atividades, projetos, áreas de conservação, dentre outras.

Verifica-se que o Estado vem desenvolvendo e criando seus instrumentos legais, de forma a envolver, de forma sustentável, todas as atividades e regiões, visando o crescimento em equilíbrio com o meio ambiente. A base legal ambiental do Estado vem sendo construída, passando por revisões e, conforme a demanda, são criados novas leis, decretos e resoluções.

4.4.9.3 Municipal

A seguir no Quadro 24 são elencados os instrumentos regulatórios da gestão ambiental no âmbito municipal para o Polo Campo Grande e Região, sendo possível observar que Corguinho, Nova Alvorada do Sul e Rochedo não possuem legislação específica ao meio ambiente.

Quadro 24 – Base legal ambiental para os municípios do Polo Campo Grande e Região.

Campo Grande	Lei Municipal nº. 3612/99	Cria o Sistema Municipal de Licenciamento e Controle Ambiental de Campo Grande, ou SILAM;
	Lei Complementar nº 74/2005	Uso e Ocupação do Solo;
	Lei Complementar nº76/2005	Altera a lei de Uso e Ocupação do Solo;
	Lei Complementar nº96/2006	Altera a lei de Uso e Ocupação do Solo;
	Lei Complementar nº94/2006	Política de Desenvolvimento e Plano Diretor;
	Decreto nº 9.817/2007	Regulamenta a emissão de GUIV (Geradores de Impacto de Vizinhança);
	Decreto nº 9.440/2005	Categorias de Usos.

Quadro 24 – Base legal ambiental para os municípios do Polo Campo Grande e Região. (Continuação)

Campo Grande	Lei Complementar nº 107/07	Altera a lei de Uso e Ocupação do Solo;
	Decreto nº 7884	Licenciamento Ambiental;
	Lei nº 1866/1979	Código de Obras.
Jaraguari	Lei nº 600/2005	Cria o Conselho de Meio Ambiente
	Lei nº 691/2008	Cria o Fundo de Meio Ambiente
Rio Negro	Lei nº 542/2006	Cria a Política Ambiental Municipal
Sidrolândia	Lei nº 1368/2008	Instituiu o Programa Municipal de Educação Ambiental e dá outras providências;
	Lei nº 1290/2006	Institui a Política Municipal de Meio Ambiente e o Fundo Municipal de Meio Ambiente;
	Lei nº 1374/2008	Regulamenta a queima controlada de palha de cana-de-açúcar:
Ribas do Rio Pardo	Lei nº 010/2011	Cria a Política Municipal de Meio Ambiente;
	Decreto nº 02/2011	Cria o Sistema de Licenciamento Ambiental Municipal;
Dois Irmãos do Buriti	Lei nº 09/2009	Dispõe sobre o Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo;
Corguinho, Nova Alvorada do Sul, Terenos e Rochedo	Não possuem e/ou não informaram a existência de legislação ambiental municipal;	

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012) a partir de informações dos órgãos gestores dos municípios.

Para a regularização ambiental dos empreendimentos é necessário à apresentação de diversos documentos para o órgão ambiental estadual, sendo que, dentre estes, é solicitado a certidão da Prefeitura Municipal, atestando que o local e a atividade estão em conformidade com as normas municipais de uso e ocupação do solo.

A criação das leis municipais visa disciplinar e organizar o desenvolvimento dos municípios, em conformidade e buscando garantir à adequação as exigências legais estadual e federal. As leis ambientais municipais instruem as ações quando ao uso do solo, criação de conselhos e definição dos processos das atividades potencialmente poluidoras. Desta forma, verifica-se que existem leis ambientais municipais no Polo Campo Grande Região, devendo ser reforçada a criação naqueles que não possuem e de novas leis seguindo as necessidades encontradas em cada região e garantindo o apoio ao órgão estadual na fiscalização e emissão de licenças.

4.4.10 Instrumentos de Uso e Ordenamento do Solo

A Constituição Federal obriga que toda cidade com população superior a 20.000 habitantes tenha um Plano Diretor. Entretanto, a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul é mais restritiva e estabelece que todos os municípios do Estado devem possuir um Plano Diretor.

Neste sentido, o Polo Campo Grande e Região encontra-se inadequado, visto que apenas as cidades de Campo Grande, Sidrolândia e Terenos possuem algum instrumento de uso ou ordenamento do solo. Ademais, nenhum município possui um Plano Diretor para o turismo.

Um importante instrumento de uso e ordenamento do solo, o Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano, está em fase de elaboração pela Secretaria Estadual de Habitação e Cidades, envolvendo os setores de uso do solo, transporte coletivo, habitação, saneamento básico, entre outros. Estas ações, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida em cada cidade, fomentará uma capacidade própria de sustentabilidade econômica, social e ambiental de cada município.

O Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano objetiva promover a elaboração de planos diretores nos municípios que ainda não possuem.

Outro importante instrumento de ordenamento territorial é o Zoneamento Ecológico-Econômico do Mato Grosso do Sul, que foi elaborado com o objetivo de promover a identificação dos fatores ecológicos e da intensidade da ocupação do solo em um processo de zoneamento, visando a organização do espaço, indicando as áreas que deverão ser preservadas e aquelas que estarão liberadas (ainda que parcialmente) à exploração econômica.

Verifica-se que o Polo Campo Grande e Região necessita ainda adequar alguns municípios quanto ao uso e ordenamento do solo, de forma a garantir o crescimento organizado e planejado aos municípios.

A presença destes planos e normas municipais certamente vem a contribuir para uma legislação urbanística mais completa e eficiente, sendo estes importantes instrumentos para a gestão pública, servindo como mecanismo orientador para a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural, e na oferta dos serviços públicos essenciais.

4.5 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS INTERAÇÕES INSTITUCIONAIS DAS ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E SOCIAIS ATUANTES NO TURISMO DA REGIÃO

Um dos grandes desafios enfrentados pelo turismo no Polo de Campo Grande e Região é que poucas prefeituras possuem uma organização autônoma para promover e organizar as atividades turísticas. Campo Grande possui um órgão específico para essa atividade, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e do Agronegócio (SEDESC).

No Polo existe uma organização responsável pela administração do turismo na região, denominado Fórum Regional Caminho dos Ipês, criado com o objetivo de realizar as ações estabelecidas pelo Plano Nacional de Turismo, com representação de todas as cidades do Polo em questão. Existe também o Fórum de Turismo de Mato Grosso do Sul que articula todas as dez regiões turísticas do Estado. Essas estruturas têm como objetivo principal promover, desenvolver e incentivar o turismo no Estado de Mato Grosso do Sul.

Apesar da maioria dos municípios não possuírem um plano ou legislação especifica para o desenvolvimento do turismo, estes já possuem algum tipo de unidade administrativa, quer seja uma

diretoria ou um setor na prefeitura, demonstrando o interesse em consolidar o turismo como atividade econômica.

A nível estadual a FUNDTUR realiza um trabalho importante no Polo, fomentando e incentivando a exploração turística da região, identificando oportunidades de investimentos, viabilizando a sua exploração turística e possibilitando a assistência técnica aos empreendimentos. Outro importante órgão estadual é a SEPROTUR, que tem como um dos objetivos o desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo, qualificando o setor de forma a integrar e capacitar os agentes de forma a ampliar a oferta turística no Polo. O PRODETUR Nacional no MS também vem apoiando o desenvolvimento da região através de processos de planejamento e propostas de intervenções públicas a serem implantadas visando o crescimento econômico do Polo.

Todas as ações dos órgãos, entidades e organizações tem como finalidade o desenvolvimento sustentável do turismo na região, no entanto é de fundamental importância a integração entre os seus planejamentos, reunindo esforços e garantindo um produto de qualidade e com garantias de implantação e operacionalização.

Verifica-se que existe uma falta de articulação entre as instituições do turismo, meio ambiente e infraestrutura, principalmente no que se refere às inter-relações de suas legislações e o trabalho realizado de forma independente, bem como devido à falta de sensibilização e adequação dos proprietários de atrativos turísticos, uma vez que são desenvolvidas ações pelo Estado e também pelos municípios para orientação aos empresários.

O Polo Campo Grande e Região apresenta uma disparidade de gestão, com o Município de Campo Grande destoando dos demais, com infraestrutura técnica para atuar na questão do turismo e meio ambiente. Porém, observou-se uma falta de interação entre os municípios no intuito do desenvolvimento conjunto da região e capacidade de governança, necessitando um fortalecimento para a gestão do turismo no Polo.

4.5.1 Identificação dos Principais Planos, Programas e Projetos de Turismo, Infraestrutura e de Meio Ambiente Relevantes, Previstos para o Polo e suas Implicações para O PRODETUR Nacional no Estado

Incentivos fiscais fazem parte do conjunto de políticas econômicas que visam o aquecimento econômico de determinada área. No setor de turismo na região de Campo Grande cabe ao chefe do Poder Executivo municipal incentivar esta área através de várias ações como: redução de impostos, doação de áreas para construção, doação de obras de construção civil para o empreendimento, etc.

O Estado do Mato Grosso do Sul possui um plano de desenvolvimento do turismo, porém não é elemento suficiente parta especificar as reais necessidades de investimentos no setor, dificultando o desenvolvimento da estrutura turística.

No Estado, apenas a cidade de Campo Grande dispõe de uma política de atração de empresas pelo Decreto nº 9.166, de 25 de fevereiro de 2005 com a criação do Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Campo Grande (PRODES), que concede benefícios e incentivos fiscais para empreendimentos no setor turístico.

Existe também, a Lei nº 5034, de 22 de dezembro de 2011, que institui a Política de Apoio e Incentivo ao Turismo Rural em Assentamentos no Município de Campo Grande - MS, que objetiva criar condições econômicas e técnicas de desenvolvimento sustentável para as famílias rurais.

Conforme o PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011), as ações propostas pela política de incentivo reúne informações, diagnósticos e metas para estimular o turismo (FUNDTUR). A lei prevê um Sistema Estadual, com agentes que irão executar as políticas definidas e um Fundo Estadual, com recursos financeiros para reunir e canalizar investimentos para o turismo rural no Estado, financiando novos investimentos, reformas e ampliações de empreendimentos rurais, que atuam na recepção e hospedagem de turistas.

Existem financiamentos com taxas atrativas para estimular o turismo, como os disponíveis no Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), podendo ser acessado pelo Banco do Brasil. Ressalta-se, também, o desconhecimento dos empresários em relação aos financiamentos existentes e sua resistência em buscar esse tipo de capital em decorrência da documentação e garantia exigidas.

Segundo o PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011) e informações levantadas nas Secretarias Municipais, o Polo Campo Grande e Região necessita:

Aprimorar o planejamento, implementação e execução das políticas públicas voltadas para o turismo:

- sensibilizar a classe política sobre a importância do turismo;
- eliminar as descontinuidades das políticas públicas voltadas para o turismo;
- criar um sistema de dados e informações sobre o turismo;
- incrementar as políticas públicas para promoção do desenvolvimento do turismo;
- aumentar os recursos para o desenvolvimento do turismo;
- promover o envolvimento da iniciativa privada;
- mobilizar o *trade* e fortalecer a governança;
- evitar a perda de potencialidades de um local para outros fins;
- evitar a redução do mercado de trabalho para os profissionais do turismo;
- promover o melhor aproveitamento do pessoal qualificado na área;
- sensibilizar a sociedade, mercado e governos para firmar o turismo como atividade econômica;
- despertar o interesse de investidores;
- promover a alocação de recursos para investimentos no turismo;
- sensibilizar e envolver a sociedade local;
- evitar a degradação e subutilização dos recursos ambientais e culturais.
- melhorar a infraestrutura turística existente:
- desenvolver produtos turísticos na região;
- incentivar investimentos no setor;
- melhorar a articulação política para captação de recursos;
- aumentar a disponibilidade de recursos;

- promover a melhor articulação entre as esferas governamentais no desenvolvimento de ações;
- incentivar agentes de comercialização de produtos;
- desenvolver uma formatação comercial de produtos e roteiros turísticos;
- motivar investimentos empresariais;
- melhorar as condicionantes de desenvolvimento regional pelo Estado;
- melhorar a infraestrutura básica do Polo.
- promover a articulação da iniciativa privada entre si e o poder público:
- promover a organização da cadeia produtiva e eliminar conflitos entre seus agentes;
- fortalecer a governança;
- melhorar a oferta de projetos de média e longa maturação;
- promover práticas associativas;
- tornar a rentabilidade do setor mais atrativa;
- minimizar a descontinuidade de ações;
- aprimorar a regulação do setor, motivar os agentes da cadeia produtiva;
- promover o empreendedorismo, satisfazer o turista;
- melhorar a qualidade dos serviços turísticos;
- aproveitar adequadamente as potencialidades turísticas;
- utilizar eficaz e eficientemente os recursos ambientais (culturais, naturais, socioculturais, biológicos e econômicos);
- formatar e consolidar produtos e roteiros turísticos;
- melhorar o sistema de concorrência.

Com o objetivo de melhorar e qualificar gratuitamente os serviços em estabelecimentos que oferecem serviços alimentícios ao longo das rodovias de Mato Grosso do Sul a FUNDTUR lançou o Programa Parada Legal. Neste programa é oferecida qualificação, gratuitamente, aos comerciantes e funcionários de estabelecimentos que trabalham com alimentos - bares, restaurantes e similares, oferecendo conteúdos como: gerenciamento de negócios do segmento turístico; qualidade e presteza no atendimento ao turista; higiene e segurança no manuseio de alimentos e produtos; ética; respeito às diversidades e ao meio ambiente; Informações turísticas e como receber críticas e sugestões.

Os municípios do Polo informaram participar de eventos, como o Salão do Turismo, porém, excetuando-se a capital, os demais municípios dependem diretamente das ações de Planos, Programas e Projetos desenvolvidos e implantados na região como um todo.

O Polo de Campo Grande e Região conta com investimentos direto nos municípios pelo Governo Federal em ações que fazem parte ou atendem as estratégias elencadas no Plano de Ação - PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011), visando melhoria para o polo, tanto em questão de serviços básicos, ambientais e turísticos, conforme o Portal da Transparência (2012) com as seguintes ações:

- Apoio a programas de recuperação e conservação da bacia hidrográfica do córrego Guariroba - APA Guariroba; financiamento de pequenos projetos de educação ambiental, em Campo Grande; recuperação e conservação de áreas de preservação permanente e reserva legal (RL) e práticas tecnológicas que visem a recuperação do solo dos Assentamentos Pana, Bebedouro e Sucesso, no município de Nova Alvorado do Sul; e, recuperação da área degradada da orla do rio Aquidauana com implantação de áreas de passeio público e arborização em Rochedo, estas ações estão dentro da estratégia que visa melhoraria da qualidade ambiental da área turística;

- Ações para melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos: com a melhoria de infraestrutura do Centro de Atendimento ao Turista da Morada dos Baís em Campo Grande; infraestrutura turística Feira Central; infraestrutura na orla fluvial em Corguinho; apoio na elaboração e implantação do plano municipal de saneamento básico em Dois Irmãos do Buriti; em Nova Alvorada do Sul a implantação de infraestrutura turística no Parque Nelson de Oliveira; a revitalização e ampliação do balneário municipal Mantena em Ribas do Rio Pardo; a revitalização da praça central em Rochedo; reforma e ampliação do Mercado Municipal na cidade de Terenos, entre outras ações.

Junto ao Portal da Transparência (2012) foram obtidas informações referentes aos diversos investimentos executados por instituições públicas, privadas e não governamentais, que influenciam ou atendem as estratégias e ações descritas no PDITS Campo Grande e Região (Quadro 25, Quadro 26, Quadro 27, Quadro 28, Quadro 29, Quadro 30, Quadro 31 e Quadro 32).

Quadro 25 – Investimentos em planos, programas e projetos em Campo Grande.

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Meio ambiente	Apoiar a realização Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação da Bacia Hidrográfica do Córrego Grariroba - APA da Guariroba - Fase II, Sub Bacia	Gestão de Recursos Hídricos/MMA Prefeitura Municipal de Campo Grande	1.000.000,00	30/12/2011	Em Execução	Gestão ambiental para melhorar os serviços básicos e a qualidade ambiental.
Meio ambiente	Programa de Recuperação e Conservação da Bacia Hidrográfica do Córrego Guariroba - APA Guariroba	Gestão de Recursos Hídricos/MMA Prefeitura Municipal de Campo Grande	800.000,00	31/12/2009	Em execução	Gestão ambiental para melhorar os serviços básicos e a qualidade ambiental.
Meio ambiente	Financiamento de pequenos projetos de educação ambiental	Fundo Nacional do Meio Ambiente Prefeitura Municipal de Campo Grande	300.000,00	27/12/2007	Adimplente	Fortalecimento institucional - modernizar a estrutura administrativa do polo visando o fortalecimento da gestão do turismo
Infraestrutura	Construção de Terminal Intermodal no Município de Campo Grande/MS.	Departamento de Infraestrutura e Transporte	22.107.960,38	01/11/2009	Adimplente	Infraestrutura e serviços básicos - melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.
Infraestrutura	Reforma do Teatro Jose Octavio Guizzo no Município de Campo Grande - MS.	MTUR Prefeitura Municipal de Campo Grande	487.500,00	31/12/2011	Em execução	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.

Quadro 25 – Investimentos em planos, programas e projetos em Campo Grande.(Continuação)

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Infraestrutura	Implantação do Museu Histórico e Filosófico de Campo Grande/MS - 3a etapa	MTUR Prefeitura Municipal de Campo Grande	195.000,00	30/12/2011	Em execução	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.
Infraestrutura	Apoiar a revitalização do Mercado Municipal de Campo Grande-MS	MTUR Prefeitura Municipal de Campo Grande	585.000,00	26/12/2011	Em execução	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.
Infraestrutura	Implantação do Museu Histórico e Filosófico de Campo Grande/MS - 2a etapa	MTUR Prefeitura Municipal de Campo Grande	390.000,00	15/12/2010	Em execução	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.
Infraestrutura	Construção do Centro Municipal de Belas Artes 2 etapa em Campo Grande/MS	MTUR Prefeitura Municipal de Campo Grande	2.925.000,00	08/10/2010	Em execução	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.
Infraestrutura	Implantação do Museu Casa da África em Campo Grande-MS.	MTUR Prefeitura Municipal de Campo Grande	195.000,00	31/12/2009	Em execução	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.
Infraestrutura	Implantação do Museu Histórico e Filosófico de Campo Grande/MS - 1a etapa	MTUR Prefeitura Municipal de Campo Grande	195.000,00	31/12/2009	Em execução	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.
Infraestrutura	Construção do Centro Municipal de Belas Artes 1 etapa	MTUR Prefeitura Municipal de Campo Grande	5.850.000,00	30/12/2008	Adimplente	Infraestrutura e serviços básicos - melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.
Infraestrutura	Ampliação da Cobertura da Feira Central de Campo Grande MS 1ª etapa	MTUR Prefeitura Municipal de Campo Grande	975.000,00	30/12/2008	Adimplente	Infraestrutura e serviços básicos - melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.
Infraestrutura	Infraestrutura turística Feira Central	MTUR Prefeitura Municipal de Campo Grande	975.000,00	30/12/2008	Adimplente	Infraestrutura e serviços básicos - melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.

Quadro 25 – Investimentos em planos, programas e projetos em Campo Grande.(Continuação)

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Infraestrutura	Centro de excelência esportiva Parque Ayrton Senna em Campo Grande/MS	CEF/Ministério do Esporte Prefeitura Municipal de Campo Grande	3.506.300,00	31/12/2011	Em execução	Infraestrutura e serviços básicos - melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.
Infraestrutura	Construção da Praça da Juventude em Campo Grande/MS	CEF/Ministério do Esporte Prefeitura Municipal de Campo Grande	975.000,00	31/12/2009	Em execução	Infraestrutura e serviços básicos - melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.
Infraestrutura	Reforma do ginásio Guanandizão em Campo Grande MS	CEF/Ministério do Esporte Prefeitura Municipal de Campo Grande	97.500,00	30/12/2008	Adimplente	Infraestrutura e serviços básicos - melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.
Turismo	Melhoria de Infraestrutura do Centro de Atendimento ao Turista da Morada dos Baís.	MTUR Prefeitura Municipal de Campo Grande	97.500,00	31/12/2009	Em execução	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.
Turismo	Sinalização Turística - Campo Grande - MS.	MTUR Prefeitura Municipal de Campo Grande	487.500,00	31/12/2009	Em execução	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Turismo	13º Encontro do Laço Comprido e 2ª Taça Campo Grande de Laço Comprido.	MTUR Prefeitura Municipal de Campo Grande	50.345,08	25/04/2008	Concluído	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.
Turismo	70ª Exposição Agropecuária de Campo Grande - EXPOGRANDE	MTUR Prefeitura Municipal de Campo Grande	296.767,15	28/12/2007	Concluído	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012). Elaborado a partir de dados do Portal da Transparência (2012).

Quadro 26 – Investimentos em planos, programas e projetos em Corguinho.

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Turismo	Infraestrutura em orla fluvial.	CEF/MTUR	243.750,00	31/12/2009	Em execução	Infraestrutura e serviços básicos - melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.
Turismo	Construção do Terminal Rodoviário Municipal	CEF/MTUR	503.100,00	31/12/2009	Adimplente	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012). Elaborado a partir de dados do Portal da Transparência (2012).

Quadro 27 – Investimentos em planos, programas e projetos em Dois Irmãos do Buriti .

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Meio ambiente	Apoio na elaboração e implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico em Dois Irmãos do Buriti/MS.	MS/FUNASA/ DF	250.000,00	31/12/2009	Em execução	Infraestrutura e serviços básicos e gestão ambiental para melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012). Elaborado a partir de dados do Portal da Transparência (2012).

Quadro 28 – Investimentos em Planos, Programas e Projetos em Nova Alvorada do Sul.

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Infraestrutura	Revitalização da Praça Antônio Dias da Costa, na área central do município.	CEF/MTur	90.000,00	31/12/2010	Em execução	Infraestrutura e serviços básicos - melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.
Infraestrutura	Implantação de Infraestrutura Turística no Parque Nelson de Oliveira	CEF/MTur	682.500,00	16/12/2010	Em execução	Infraestrutura e serviços básicos - melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.
Infraestrutura	Construção de uma Praça Pública localizada no Bairro Jardim Guanabara no Município de Nova Alvorada do Sul MS	CEF/MTur	487.500,00	16/12/2010	Em execução	Infraestrutura e serviços básicos - melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.
Meio ambiente	Recuperação e conservação de áreas de preservação permanente e reserva legal e práticas tecnológicas que visem a recuperação do solo dos Assentamentos Pana, Bebedouro e Sucesso.	Superintendência Estadual - 16-SR/MS	459.832,13	31/12/2009	Em execução	Infraestrutura e serviços básicos - melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012). Elaborado a partir de dados do Portal da Transparência (2012).

Quadro 29 – Investimentos em planos, programas e projetos em Ribas do Rio Pardo.

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Turismo	Revitalização e ampliação do Balneário Municipal Mantena - Ribas do Rio Pardo - MS	CEF/MTur	292.500,00	30/12/2011	Em execução	Infraestrutura e serviços básicos - melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.
Infraestrutura	Construção do Parque dos Ipês - 2ª Etapa.	CEF/MTur	458.250,00	30/12/2011	Em execução	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.
Infraestrutura	Construção do Parque dos Ipês - 1ª Etapa.	CEF/MTur	487.500,00	22/12/2010	Em execução	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.
Infraestrutura	Pavimentação asfáltica e drenagem na Av. Julio Viana entre a Br-262 e Av. Jesuíno Alvares de Barros no município de Ribas do Rio Pardo.	CEF/MTur	975.000,00	31/12/2009	Em execução	Infraestrutura e serviços básicos - melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012). Elaborado a partir de dados do Portal da Transparência (2012).

Quadro 30 – Investimentos em planos, programas e projetos em Rochedo.

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Meio ambiente	Revitalização da margem esquerda da orla fluvial do rio Aquidauana em área turística no Município de Rochedo/MS.	CEF/MTur	390.000,00	27/12/2010	Em Execução	Infraestrutura e serviços básicos - melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.
Meio ambiente	Recuperação da área degradada da orla do rio Aquidauana com implantação de áreas de passeio público e arborização	CEF/MTur	97.500,00	23/12/2008	Adimplente	Infraestrutura e serviços básicos - melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.

Quadro 30 – Investimentos em planos, programas e projetos em Rochedo.(Continuação)

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Turismo	Construção de centro de múltiplo uso	CEF/MTur	146.250,00	30/12/2008	Adimplente	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.
Turismo	Revitalização da Praça Central da cidade	CEF/MTur	82.875,00	26/12/2007	Adimplente	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012). Elaborado a partir de dados do Portal da Transparência (2012).

Quadro 31 – Investimentos em planos, programas e projetos em Sidrolândia.

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Infraestrutura	Construção de Parque de Eventos Vacaria	CEF/MTur	682.500,00	28/12/2007	Adimplente	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012). Elaborado a partir de dados do Portal da Transparência (2012).

Quadro 32 – Investimentos em planos, programas e projetos em Terenos.

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Infraestrutura	Reforma e ampliação do Mercado Municipal na cidade de Terenos/MS.	CEF/MTur	1.755.000,00	17/12/2010	Em Execução	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo

Quadro 32 – Investimentos em planos, programas e projetos em Terenos.(Continuação)

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Infraestrutura	Construção de palco e camarins na Praça de Eventos da cidade de Terenos/MS.	CEF/MTur	292.500,00	26/11/2010	Em Execução	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Infraestrutura	Construção de Terminal Rodoviário do município de Terenos/MS.	CEF/MTur	585.000,00	26/11/2010	Em execução	Estratégia de produto turístico - diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.
Infraestrutura	Execução de sistema de esgotamento sanitário.	MS-FUNASA/DF	500.000,00	31/12/2007	Adimplente	Infraestrutura e serviços básicos - melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012). Elaborado a partir de dados do Portal da Transparência (2012).

Não foram identificados, junto ao Portal da Transparência Investimentos do Governo Federal nos municípios de Rio Negro e Jaraguari no período de 2007 a 2012 nas áreas de turismo, meio ambiente e infraestrutura.

O turismo no Polo Campo Grande e Região têm como atividades principais os negócios e eventos, sendo a sua arrecadação ainda baixa frente às outras categorias que geram receitas ao Polo. Neste sentido, visando um aumento considerado no desenvolvimento do turismo, têm-se a necessidade da realização de alguns investimentos em áreas estratégicas não somente na região do Polo, mas também, em todo o Estado. Devido à localização do Polo, que serve como ponto de transição para os demais pontos turísticos do Estado, o Governo estadual tem priorizado investimentos com o Governo Federal, e em parceria com os Municípios, tem realizado investimentos, como:

- Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): prevê grandes investimentos na área de urbanização, logística e saneamento básico principalmente. Corumbá, por exemplo, foi contemplada com recurso para três projetos, sendo um referente à urbanização e dois referentes a saneamento, com isso receberá 121,1 milhões de reais.
- Plano Plurianual (PPA): contempla a manutenção de trechos da BR 262 além do projeto de recuperação da BR 359 (fronteira Brasil-Bolívia) com meta de recuperação de 755,6 km.
- Ministério dos Transportes: recuperação da BR 262, BR 359 e BR 163.
- Programa Monumenta: trata-se de um programa estratégico do ministério da cultura que atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com objetivo de promover restaurações e recuperações dos bens e sítios tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto.

- Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: de âmbito nacional tem como principal objetivo estruturar, ampliar, diversificar e melhorar a qualidade de oferta turística brasileira, promovendo a inserção competitiva de produtos turísticos no mercado internacional e aumentando seu consumo no mercado interno.
- Macro plano MS 2020: fortalecer o ecossistema pantaneiro no sentido do turismo ecológico.
- Programa de Desenvolvimento do Turismo: Programa formulado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – (SEMAC) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção e Turismo (SEPROTUR/MS), onde são pontuados temas prioritárias e diretrizes para apoiar o desenvolvimento do turismo no Estado, entre eles:
    - Turismo e agricultura familiar;
    - Turismo e escola;
    - Melhoria das estradas e implantação de sinalização turística;
    - Implantação de estradas parques;
    - Otimização do espaço aéreo;
    - Melhoria de estações rodoviárias em regiões turísticas;
    - Turismo e meio ambiente;
    - Estruturação dos roteiros integrados nacionais e internacionais e qualificação dos serviços turísticos;
    - Fomento à promoção e divulgação dos atrativos turísticos de MS no cenário internacional e nacional.

O Governo de Mato Grosso do Sul, com recursos do Governo Federal tem investido na área do turismo, infraestrutura e meio ambiente uma vez que tem dentro de seus limites três destinos indutores de grande potencial – Polo Serra da Bodoquena, Polo de Campo Grande e Região e Polo do Pantanal, específico para o Polo de Campo Grande e Região, destaca-se algumas ações que atendem estratégias estabelecidas no Plano de Ação – PDITS Campo Grande e Região (MATO GROSSO DO SUL, 2011), conforme o Portal da Transparência (2012) sendo possível identificar:

- fortalecimento do segmento de negócios e eventos, com a atualização do inventário turístico da região e promovendo o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do turismo no sistema CADASTUR.
- diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo, com a elaboração de estudo de controle da capacidade de carga dos produtos turísticos, regularizar os empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental, elaborar e implementar um projeto de um sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo, entre muitas ações.
- desenvolver estratégias de *marketing* turístico, apoiando o Congresso Internacional da Carne; Evento Internacional para o fomento da Pecuária no Brasil; Fórum Nacional do Mercado de Ecoturismo; elaboração de material promocional do Destino Turístico Mato Grosso do Sul, inclusive para o mercado internacional; Feira internacional e 1º Salão de Turismo de Mato Grosso do Sul; promoção e *marketing* do Mato Grosso do Sul dentro do contexto do Brasil Central; V Seminário Internacional de Turismo de Fronteiras.
- modernizar a estrutura administrativa do polo visando o fortalecimento da gestão do turismo, com o fortalecimento institucional da Fundação de Turismo de Mato Grosso Do Sul (FUNDTUR/MS) para atender o sistema CADASTUR.
- melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos, tais como construir aterro sanitário; realizando a reforma do prédio do Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo, assim como a reforma e ampliação da pista de pouso/decolagem do aeroporto Santa Maria e Internacional, em Campo Grande.

- melhorar a qualidade ambiental da área turística, elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) e Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do polo; elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos.

Está em fase de construção na capital do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, o Aquário do Pantanal, que será o maior aquário de água doce do mundo. A construção do prédio do Centro de Pesquisa e de Reabilitação da Ictiofauna Pantaneira, com uma área de 18,6 mil metros quadrados sob responsabilidade da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (AGESUL) e da Secretaria de Estado de Obras Públicas e de Transportes (SEOP), integra o Programa MS Forte, do Governo do Estado. Segundo o Tribunal de Contas do Estado (2012) contará com investimentos de R$ 84.749.754,23 (oitenta quatro milhões, setecentos e quarenta e nove mil, setecentos cinquenta quatro reais e vinte três centavos), as obras foram iniciada em abril de 2011, com término previsto para outubro de 2013 (TCE/MS, 2012).

O empreendimento irá aliar as práticas de turismo, lazer, educação ambiental e pesquisa científica. O espaço terá um centro de conferências, laboratórios e biblioteca para livros e teses sobre o Pantanal, além de 24 tanques com volume de mais de 6,5 milhões de litros para abrigar sete mil animais e cerca de 260 espécies diferentes. (MATO GROSSO DO SUL, 2012).

O local será uma das instituições culturais mais visitadas do Brasil e será economicamente sustentável, transformando-se no principal centro impulsionador do turismo sul-mato-grossense, o que deverá aumentar significativamente o fluxo de turistas, beneficiando também o setor hoteleiro, de alimentação e de transportes aéreos e rodoviários. O espaço servirá ainda como maior centro do País de difusão do conhecimento sobre a biodiversidade pantaneira (MATO GROSSO DO SUL, 2012).

4.6 IDENTIFICAÇÃO DE OUTRAS INICIATIVAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

Existem inúmeras atividades com potencial de incrementar as já existentes, dentre elas o turismo rural, de aventura e de pesquisa, que caso implementados, corroboram para o crescimento sustentável do Polo Turístico, dentre elas:

- envolvimento da população local: sensibilização da população local da importância do turismo para o crescimento socioeconômico do município;
- infraestrutura básica e turística: destacando a Saúde e Segurança Pública;
- qualidade na prestação de serviços turísticos;
- fortalecimento institucional;
- estruturação da oferta turística;
- incentivo a investimentos privados em infraestrutura turística;
- desenvolvimento de produtos turísticos diversificados;
- gestão socioambiental;

Para o Polo Campo Grande e Região, além de investimentos na área do turismo, existem outros setores que merecem destaque e que têm sido fomentados pelos governos federal, estadual e municipal,

com a elaboração e execução de planos na área socioambiental: recursos hídricos; saneamento; resíduos sólidos; mudança climática; zoneamento ecológico econômico; desenvolvimento territorial rural e agrário; habitação; dentre outros, os quais direta ou indiretamente influenciam na implementação do PRODETUR Nacional em Mato Grosso do Sul. Na área da indústria, comércio e serviços, ao atenderem as legislações ambientais pertinentes, minimizam as pressões e impactos aos recursos naturais, recursos esses que são fundamentais para o desenvolvimento do ecoturismo e outros segmentos existentes no Polo.

Segundo o Plano Estratégico Estadual de Turismo (PETUR) elaborado pela FUNDTUR/MS, atendendo as premissas do PDITS, segue no Quadro 33, Quadro 34, Quadro 35, Quadro 36 e Quadro 37 alguns aspectos e suas respectivas estratégias.

Quadro 33 – Objetivos estratégicos estabelecidos para Governança e Gestão Pública pela FUNDTUR/MS para o Polo Campo Grande e Região.

Governança e Gestão Pública	Estratégias
Fortalecimento dos órgãos de turismo dos municípios	Implementar as articulações entre as diversas pastas administrativas.
	Implementar o processo de captação de recursos junto aos ministérios para melhoria das infraestrutura turísticas e de apoio ao turista.
	Fomento à iniciativa privada.
Fortalecimento das relações entre o poder público, iniciativa privada e sociedade civil	Implementar as ações dos conselhos locais e regionais de turismo.
	Sensibilizar o empresariado e a comunidade para a atividade turística.
	Expandir a atividade turística em toda a região.
Implantação de sistemas de informações	Gerar indicadores para conhecer e decidir sobre a atividade turística na região.
	Gerar indicadores básicos para avaliar o impacto da atividade na economia e nas condições socioambientais.

Fonte: PDITS (BRASIL, 2011).

Quadro 34 – Objetivos estratégicos estabelecidos para Estruturação dos Segmentos Turísticos e Roteirização pela FUNDTUR/MS para o Polo Campo Grande e Região.

Estruturação dos Segmentos Turísticos e Roteirização	Estratégias
Ampliação e diversificação da oferta turística	Segmentar a oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento.
	Estruturar roteiros turísticos integrados.
	Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta.

Fonte: PDITS (BRASIL, 2011).

Quadro 35 – Objetivos estratégicos estabelecidos para Infraestrutura Turística e de Apoio FUNDTUR/MS para o Polo Campo Grande e Região.

Infraestrutura Turística e de Apoio	Estratégias
Melhoria na infraestrutura de informação e logística	Melhorar a infraestrutura de acesso à região e aos atrativos - rodoviário, aéreo, fluvial e ferroviário.
	Melhorar a infraestrutura de informações turísticas e de produção associada inclusive nas paradas ao longo das rodovias.
	Melhorar a infraestrutura dos atrativos e unidades de conservação.
Melhoria na infraestrutura dos equipamentos turísticos	Incentivar a implantação e melhoria de equipamentos turísticos que agreguem valor à atividade.

Fonte: PDITS (BRASIL, 2011).

Quadro 36 - Objetivos estratégicos estabelecidos para Qualificação da Atividade Turística pela FUNDTUR/MS para o Polo Campo Grande e Região.

Qualificação da Atividade Turística	Estratégias
Qualificação dos equipamentos e serviços	Promover a qualificação e o aperfeiçoamento dos agentes atuantes em toda a cadeia produtiva do turismo.
	Apoiar a instituição e aplicação da Lei Geral do turismo.
	Estimular a adoção de boas práticas, por meio de mecanismo de certificação.

Fonte: PDITS (BRASIL, 2011).

Quadro 37 - Objetivos estratégicos estabelecidos para *Marketing* pela FUNDTUR/MS para o Polo Campo Grande e Região.

Marketing	Estratégias
Posicionamento da região como destino turístico	Implementação de políticas regionais de comercialização.
	Participar de eventos regionais, estaduais, nacionais e internacionais.
	Fomentar o turismo interno.
	Dar visibilidade aos atrativos da região.

Fonte: PDITS (BRASIL, 2011).

4.7 IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS TENSÕES E POTENCIAIS CONFLITOS ENTRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E OUTRAS PROPOSTAS DE USO DE ATIVOS AMBIENTAIS NA REGIÃO

Conforme apontado neste diagnóstico, verifica-se que os principais atrativos turísticos do Polo Campo Grande e Região estão relacionados aos eventos e negócios, principalmente na capital do Estado, Campo Grande. O crescimento natural da cidade, aliado ao desenvolvimento deste atrativo turístico, demandará esforços por parte da administração pública no planejamento e execução de medidas para evitar o crescimento insustentável da cidade.

Dentre os pontos possíveis de gerar tensões entre os cidadãos campo-grandenses e os turistas está o trânsito, com o aumento dos congestionamentos, causando desconforto aos motoristas além da grande emissão de gases veiculares e seus impactos atmosféricos relacionados. Outro motivo de tensões são os locais para a realização de grandes eventos, como os *shows*, que provoca desconforto a população local, devido à poluição sonora, trânsito, disposição de resíduos sólidos pelas ruas e aumento na criminalidade nas vizinhanças dos empreendimentos utilizados para estes eventos.

Outro fator importante são as ações de saneamento básico, que deverão estar alinhadas com o desenvolvimento do turismo, garantindo a destinação correta dos resíduos sólidos gerados pelo setor, o tratamento dos efluentes e o consumo consciente de água, garantindo o crescimento do setor de forma sustentável com o desenvolvimento do município.

Da mesma forma, porém, em menor escala, o desenvolvimento do turismo nos demais municípios do Polo deverá estar alinhado aos planejamentos municipais no que diz respeito às questões do saneamento básico, segurança e mobilidade urbana. Para o desenvolvimento dos atrativos que envolvem áreas rurais é necessário uma fiscalização de forma a garantir que as ações por eles realizadas estejam de acordo com as exigências legais não ocasionando impactos ambientais.

Identificou-se a necessidade de investimentos nos municípios do Polo, com exceção de Campo Grande, no setor do turismo e também a falta de articulação dos gestores municipais junto ao Fórum Regional Caminho dos Ipês. Esta interação e participação conjunta é fundamental para se promover um incremento e efetividade nas ações e consequentemente no desenvolvimento do Polo Turístico.

Portanto, através da linha de base, foram identificadas as características do Polo Campo Grande e Região que demonstraram sua situação, e serão utilizadas para a avaliação dos impactos relacionados as ações inseridas no PDITS Campo Grande e Região e financiáveis pelo PRODETUR.

PROJETO PORTAL
Corguinho/MS
Foto: FUNDTUR/MS

5 DIAGNÓSTICO INTEGRADO

Baseado nos dados disponíveis no PDITS Campo Grande e Região, além de outros materiais bibliográficos consultados e das visitas aos órgão gestores de turismo e meio ambiente dos municípios, a etapa de diagnóstico foi elaborada a partir das informações presentes na Linha de Base, identificando os fatores críticos e elementos centrais a serem considerados nas recomendações da AAE frente às ações propostas no PDITS.

A estrutura deste diagnóstico contemplará: a situação geral do polo, identificando e caracterizando as condições e implicações ambientais, sociais e econômicas para o desenvolvimento do turismo nas regiões; a questão institucional, de governança e os principais planos e programas; os fatores críticos internos e externos ao polo e as oportunidades estratégicas de desenvolvimento; as considerações e conclusões finais.

Além da identificação das condições socioambientais dos programas, a participação dos atores sociais se torna relevante, contribuindo no debate e na construção da AAE.

As avaliações das informações levantadas e dos impactos potenciais envolvidos nas propostas do PDITS e sua correlação são analisadas no Capítulo 6 desta Avaliação Ambiental Estratégica, sob as perspectivas ambientais, sociais e econômicas.

Portanto, este diagnóstico visa subsidiar as avaliações seguintes, apresentando informações e considerações que contribuirão com a formulação das recomendações frente às propostas de ações dos PDITS.

5.1 SITUAÇÃO GERAL DO POLO

O Polo Turístico de Campo Grande e Região abrange os Municípios de Campo Grande, Rochedo, Rio Negro, Terenos, Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Dois Irmãos do Buriti, Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia, ocupando uma área total de 49.287,39 km².

Está localizado na porção central do Estado de Mato Grosso do Sul, em posição privilegiada, na rota dos turistas que se destinam ao Pantanal, às cidades que compõem o Polo Turístico Serra da Bodoquena e também ao turismo de compra e de negócios nas fronteiras do Paraguai, em Ponta Porã e da Bolívia, em Corumbá.

A região tem destaque para o turismo de negócios e eventos, tendo a cidade de Campo Grande como principal destino devido à boa infraestrutura hoteleira, urbana e rural, com capacidade para receber os turistas nacionais e internacionais. A região apresenta também potencial turístico para o turismo rural, cultural e ecoturismo, com diversos rios e cachoeiras para banhos, prática de esportes e pesca, além de cavalgadas e atividades recreativas.

O segmento de negócios e eventos, compreendendo o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesses profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social, se apresentando em diferentes formatos, têm em Campo

Grande uma infraestrutura e suporte para atender eventos de pequeno e médio porte, em função da capacidade de assentos, porém, por outro lado, se tem um número reduzido de meios de hospedagem no padrão dos turistas que visitam o Polo neste segmento de turismo.

Ressalta-se que, segundo a Associação de Promotores de Eventos de Mato Grosso do Sul, a locação dos principais auditórios e teatros de Campo Grande é concorrida, visto que são espaços maiores e conferem maior rentabilidade ao promotor de eventos.

Observa-se que para o crescimento do segmento turístico no Polo Campo Grande e Região, a atual capacidade de infraestrutura de negócios e eventos é limitada para se competir por eventos de grandes portes não realizáveis ao ar livre.

O Polo encontra-se em uma região de Cerrado e apresenta cinco sub–bacias hidrográficas, sendo a de maior abrangência a Bacia do Rio Pardo, onde estão inseridos os Municípios de Campo Grande, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo e Sidrolândia. Diante destas características e atributos naturais as atividades de pesca e esportes aquáticos e/ou recreativos demonstram grande potencial de desenvolvimento do turismo, conforme apontamentos realizados pelos gestores municipais de turismo (2012). Os Municípios de Corguinho e Rio Negro possuem também uma ligação com a pesca realizada no rio Aquidauana.

Tratando de eventos esportivos, o Autódromo Internacional Orlando Moura tem a capacidade total de até 45 mil pessoas e recebe diferentes provas de automobilismo. Ainda no segmento esportivo destaca-se no Polo o Ginásio Guanandizão; o Estádio Pedro Pedrossian (Morenão); e os Parques Ayrton Senna, Jacques da Luz, das Nações Indígenas e o Belmar Fidalgo, onde são realizados eventos esportivos regularmente, porém, esses eventos são, em grande parte, eventos de âmbito regional e estadual.

O turismo tecnológico tem um grande potencial de desenvolvimento para o Polo, como por exemplo, o agrotecnológico em Ribas do Rio Pardo, com o desenvolvimento do setor de agronegócios e florestal, atraindo empresários do ramo da silvicultura. No Município de Sidrolândia a presença das agroindústrias Seara/Cargil atrai turistas interessados na produção e processamento de grãos e aves, além de exposições relacionadas ao setor agropecuário realizadas em Sidrolândia e Campo Grande.

Outro atrativo importante para a região é o Projeto Portal no Município de Corguinho, que desenvolve pesquisas ufológicas e conta com infraestrutura tecnológica e hospedagem para os visitantes, movimentando anualmente aproximadamente 500 visitantes nacionais e internacionais com um suporte de 15 guias de turismo, segundo informações do órgão gestor municipal de turismo de Corguinho (2012).

Verifica-se uma necessidade de planejamento estratégico, tático e operacional para a região, buscando explorar o potencial existente, diversificar a oferta turística, agregar valor e criar novas oportunidades de inclusão social e geração de renda. As atividades turísticas na região necessitam de um maior controle com relação ao uso e ocupação das áreas de preservação permanente e reserva legal, maior controle do número de visitantes, maior exploração turística com a instalação de novos empreendimentos e captação de novos públicos, buscando o desenvolvimento sustentável da região.

Para um maior desenvolvimento do turismo de maneira global e sustentável devem ser aplicadas ao Polo Campo Grande e Região políticas de investimentos públicos e/ou privados para todos os municípios integrantes ao Polo, explorando as potencialidades regionais e locais. Uma importância estratégica para o desenvolvimento do turismo neste Polo é a interação entre os produtos e vocações turísticas, possibilitando e incentivando a complementaridade ao principal produto, que são os eventos na capital, aos demais atrativos culturais, ecoturismo, turismo rural e agronegócios, levando o desenvolvimento turístico às demais cidades do Polo.

5.2 INSTITUCIONALIDADE E GOVERNANÇA DO TURISMO

O segmento turístico no Polo Campo Grande e Região, devido a sua capacidade de canalizar investimentos e fomentar a mobilização de uma cadeia produtiva, tem sido apontado como uma atividade geradora de desenvolvimento, permitindo incrementar a economia de um país, região ou localidade que possua vocação turística. De forma a garantir a sua implementação de maneira sustentável o planejamento aparece como um instrumento necessário e que deve ser realizado de forma eficiente e aplicável.

Aliados aos instrumentos de planejamento e desenvolvimento do turismo estão os planos de ordenamento urbanos e ambientais. A Constituição Federal exige que toda cidade com mais de 20.000 habitantes tenha um Plano Diretor, porém a Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul, mais restritiva, obriga que todos os municípios tenham Plano Diretor.

Também se encontra em elaboração pela Secretaria Estadual de Habitação e Cidades, um Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano, que envolve as atividades de uso do solo, transporte coletivo, habitação e saneamento básico.

O Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano servirá principalmente para aqueles municípios que não possuem um Plano Diretor, como é o caso dos Municípios de Rio Negro, Dois Irmãos do Buriti e Jaraguari, em elaboração nos municípios de Rochedo, Nova Alvorada do Sul e Ribas do Rio Pardo. No Polo em questão apenas Campo Grande, Sidrolândia e Terenos possuem um Plano Diretor. Dois Irmãos do Buriti apresenta um zoneamento de uso e ocupação do solo e código de postura, assim como Rio Negro, Terenos e Rochedo, segundo informações dos órgãos gestores ambientais municipais (2012). Porém, nenhum dos municípios do Polo possui um plano diretor do turismo.

Segundo observado junto aos órgãos gestores de turismo nos municípios um dos grandes desafios enfrentados pelo turismo no Polo de Campo Grande e Região é a subestimação do turismo como atividade econômica potencial, assim poucas prefeituras possuem uma secretaria específica para promover e organizar unicamente as atividades turísticas, estando na maioria dos municípios vinculada a outros órgão, como o de meio ambiente, cultura, desenvolvimento econômico e obras, os quais demandam grande infraestrutura física e humana, prejudicando as ações exclusivas ao turismo.

Campo Grande possui um órgão específico para essa atividade, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e do Agronegócio; Jaraguari conta com uma Secretaria de

Turismo e Meio Ambiente; Rochedo possui uma Diretoria de Turismo e Meio Ambiente vinculada à Secretaria de Obras e Desenvolvimento Sustentável; Ribas do Rio Pardo conta com o Núcleo de Turismo, inserido da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Terenos possui o Departamento de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Turismo; em Rio Negro o órgão gestor do turismo no município é a Secretaria Municipal de Produção, Meio Ambiente e Turismo; Nova Alvorada do Sul possui uma Coordenadoria de Cultura e Turismo; Corguinho tem uma Divisão de Turismo, junto ao Departamento de Cultura e Turismo da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer; e Sidrolândia conta com uma Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

No Polo existe uma organização para administrar o turismo na região denominado Fórum Regional Caminho dos Ipês, criado com o objetivo de realizar as ações estabelecidas pelo Plano Nacional de Turismo e também no Plano Estratégico de Turismo - PETUR, da FUNDTUR. Neste fórum todas as cidades do Polo em questão estão representadas. Existe também o Fórum Estadual de Turismo que articula todas as dez regiões turísticas do Estado. Essas estruturas têm como objetivo principal promover, desenvolver e incentivar o turismo no Estado de Mato Grosso do Sul.

Existem Conselho de Turismo nos municípios de Sidrolândia, Nova Alvorada do Sul, Rio Negro, Terenos, Rochedo, Jaraguari e Corguinho, porém, conforme verificado junto aos órgãos gestores do turismo nestes municípios os conselhos ainda são pouco atuantes nas atividades turísticas, muitos com a sua constituição figurando somente no papel.

Apesar dos municípios não possuírem planos municipais de turismo, os mesmos estão inseridos no Plano Estadual de Turismo (PDTUR/FUNDTUR) para o desenvolvimento do setor na região. Conforme informado anteriormente os municípios já possuem uma unidade administrativa, sendo ela uma diretoria ou um setor na prefeitura, mostrando que a atividade turística está se iniciando, porém, deve ser reforçada a relevância e o potencial econômico desta atividade para os municípios.

Conforme enfocado também no Polo Serra da Bodoquena, o turismo bem planejado pode contribuir para a preservação do patrimônio ambiental e fortalecer a identidade cultural de um povo e uma região, através de uma política pública que garanta o desenvolvimento sustentável das localidades. Entretanto, se mal gerido, poderá provocar sérios impactos ao meio ambiente e comprometer o modo de vida das populações envolvidas. Assim, a Institucionalidade da política de turismo deve ser interpretada quanto à gestão do turismo, à gestão do meio ambiente e a interface entre suas visões.

Contudo, a gestão do turismo no Estado vem sendo marcada pela multiplicidade de iniciativas e de diretrizes para o seu desenvolvimento tanto a nível federal como estadual e, em alguns casos municipais. A cada programa ou projeto estão associadas ações de natureza diversa, muitas vezes complementares, porém desarticuladas.

O Estado de Mato Grosso do Sul possui um plano de desenvolvimento do turismo, porém este não consegue especificar as reais necessidades de investimentos no setor dificultando o desenvolvimento da estrutura turística.

No Estado apenas a cidade de Campo Grande dispõe de uma política de atração de empresas pelo PRODES[2] (Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Campo Grande), que concede benefícios e incentivos fiscais para empreendimentos no setor turístico.

Existe também a Lei de Incentivo ao Turismo Rural[3] que deve ser comprometido com o turismo ambientalmente sustentável, valorização da atividade rural, diversificação dos negócios, preservação das raízes, hábitos e costumes da cultura local.

Conforme o PDITS Campo Grande e Região (BRASIL, 2011) as ações propostas pela política de incentivo serão norteadas pelo PDTUR da Fundação de Turismo do MS, que reúne informações, diagnósticos e metas para estimular o turismo. A lei prevê um Sistema Estadual, com agentes que irão executar as políticas definidas e um Fundo Estadual, com recursos financeiros para reunir e canalizar investimentos para o turismo rural no Estado, financiando novos investimentos, reformas e ampliações de empreendimentos rurais, que atuam na recepção e hospedagem de turistas.

Existem financiamentos com taxas atrativas, sendo na parte do turismo o FCO o mais atrativo ultimamente e podendo ser acessado pelo Banco do Brasil. Ressalta-se, também, o desconhecimento dos empresários em relação aos financiamentos existentes e sua resistência em buscar esse tipo de capital em decorrência da documentação e garantias exigidas.

No que se refere ao desenvolvimento ambiental do Polo de Campo Grande e Região tem-se o Plano de Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE), que foi criado através da Lei nº 6.938/81, considerado uma ferramenta essencial para a ocupação do território sul mato-grossense de forma ecológica e sustentável.

O ZEE dividiu o Estado em 10 zonas, onde o Polo em questão abrange cinco dessas zonas, sendo elas: Zona Alto Taquari, Zona Depressão do Miranda, Zona Proteção da Planície Pantaneira, Zona Serra de Maracaju e Zona das Moções. Esses planos recomendam quais atividades cada município pode realizar de acordo com a zona o qual está inserido, conforme detalhado na linha de base.

O poder público, em vista de um desenvolvimento sustentável, necessita implementar um grande esforço visando articular as ações governamentais, no sentido de que a atividade turística possa ser o instrumento transformador do desenvolvimento regional.

Existe também a Lei Estadual nº 3.609/08 de Incentivo ao Turismo Rural que deve ser comprometido com o turismo ambientalmente sustentável, valorização da atividade rural, diversificação dos negócios, preservação das raízes, hábitos e costumes da cultura local, além dos financiamentos com taxas atrativas, sendo na parte do turismo o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), o qual pode ser acessado pelo Banco do Brasil. Outro atrativo financeiro é o Fundo Geral do

2 Decreto n. 9.166, de 22 de fevereiro de 2005, alterado pelos decretos n. 9.193, de 22 de março de 2005 e 9.547, de 01 de março de 2006. Estabelece normas para o funcionamento do programa de incentivos para o desenvolvimento econômico e social de campo grande - PRODES, e dá outras providências.
3 Lei Estadual nº. 3.609, de 19 de dezembro de 2008, que "institui a Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural no Estado de Mato Grosso do Sul

Turismo (FUNGETUR) para fomentar e prover recursos para o financiamento de obras e serviços em empreendimentos considerados de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional.

Ressalta-se o desconhecimento por parte dos empresários de ambos o polo turísticos com relação aos financiamentos existentes e sua resistência em buscar esse tipo de capital em decorrência da documentação e garantias exigidas.

O Governo Federal, na tentativa de incentivar e normatizar a atuação no setor, elaborou o Plano Nacional de Turismo (PNT) para o período 2007/2010, como um instrumento de planejamento e gestão que garanta tornar o turismo um indutor de desenvolvimento, por meio da geração de emprego e renda no país, porém, de forma descentralizada, contando com um trabalho integrado e de cooperação de diversos setores do poder público, da iniciativa privada e do terceiro setor. Cabe ressaltar que foi atualizado o Plano Nacional de Turismo para o período de 2011/2014.

Nesse sentido, o PNT conta com o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR NACIONAL) que é uma Linha de Crédito Condicional (CCLIP) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e inclui ações nos âmbitos regional, estadual e municipal, tendo por objetivo contribuir para o fortalecimento da Política Nacional de Turismo, bem como consolidar a gestão turística cooperada e descentralizada, avançando rumo a um modelo de desenvolvimento turístico a partir do qual os investimentos dos governos estaduais e municipais respondam tanto às especificidades próprias como a uma visão integral do turismo no Brasil.

No Estado de Mato Grosso do Sul o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR/Nacional-MS) criado pela Lei nº 3.582/2008 que autorizou o Poder Executivo a realizar operação de crédito com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), regulamentado pelo Decreto nº 12.995/2010. O PRODETUR/Nacional-MS tem como objetivo ou meta dinamizar os processos de consolidação e de conservação dos atrativos turísticos dos patrimônios físico-natural e cultural deste Estado, sendo coordenado pela Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) a qual está vinculada a SEPROTUR.

A gestão da política do turismo também pode ser avaliada a partir dos investimentos aplicados nos planos, programas e projetos apoiados pelo setor público. No Polo Campo Grande e Região foram desenvolvidos projetos com a perspectiva atual e futura do setor. A elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) busca orientar e propor os objetivos, metas e diretrizes para o desenvolvimento da atividade turística, gerando economia aos municípios, oportunidades de trabalho e ao mesmo tempo à melhoria da qualidade de vida das populações residentes nos municípios integrantes do Polo.

Na área ambiental existem leis que direcionam para a integração de ações entre as políticas de turismo e de proteção ambiental. Em regiões em que os principais atrativos estão relacionados aos atributos naturais e protegidos pela legislação ambiental, a inexistência de uma ação articulada pode comprometer os objetivos de desenvolvimento sustentável proposto para a atividade.

No Polo Campo Grande e Região, conforme proposta do PDTUR e incorporação ao PDITS a maioria dos programas e projetos não foram propostos com a perspectiva do turismo e sim ao crescimento urbano e ao zoneamento ecológico e econômico das regiões. Contudo, através da elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) para orientar e propor os objetivos, metas e diretrizes para o desenvolvimento da atividade turística, visando à melhoria da qualidade das populações residentes nas áreas do Polo a gestão do turismo será fortalecida.

Na área ambiental referente ao Polo Campo Grande e Região, foram identificadas leis que direcionam para a integração de ações entre as políticas de turismo e de proteção ambiental. A maioria visa o controle e monitoramento ambiental, de abrangência regional e outros de âmbito estadual e complementar em termos de gestão ambiental e controle no uso dos recursos naturais. Em regiões em que os principais atrativos estão relacionados aos atributos naturais e protegidos pela legislação ambiental, a inexistência de uma ação articulada pode comprometer os objetivos de desenvolvimento sustentável proposto para a atividade.

5.3 FATORES CRÍTICOS INTERNOS E EXTERNOS QUE CONDICIONAM O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO POLO

Diante das informações presentes na linha de base foi possível identificar os fatores críticos capazes de influir significativamente no desenvolvimento do turismo do Polo.

Fatores críticos são aqueles aspectos identificados como determinantes no diagnóstico realizado, conforme o comportamento esperado/projetado de seus critérios, ou seja, os condicionantes do desenvolvimento do turismo no Polo. Tais fatores podem ser externos (ou exógenos) ou internos (ou endógenos).

Os primeiros relacionam-se às condições sobre as quais o setor de turismo exerce pouca ou nenhuma influência. Já os segundos são aqueles considerados de controle, ou seja, que podem ser ajustados e adequados à realidade da região, sendo condicionantes para a obtenção de melhores resultados no processo de implementação e expansão das atividades turísticas, não apenas enquanto polos específicos, mas, em especial, quando se busca a integração sustentável do ponto de vista das alternativas de turismo como de preservação ambiental dos ativos naturais envolvidos nesse processo.

Além de condicionarem a atividade turística conforme vem se desenvolvendo no Polo, estes fatores também orientaram a proposição das ações do PRODETUR, que visam estruturar, aumentar e diversificar a oferta turística do Polo Campo Grande e Região, por meio do estímulo da oferta de novas modalidades de turismo e da exploração de novos nichos de mercado, oportunizando emprego/negócios na exploração turística destes novos empreendimentos, podendo beneficiar as comunidades locais, além do licenciamento ambiental dos empreendimentos turísticos.

Por outro lado, o desenvolvimento futuro das atividades turísticas no Polo Campo Grande e Região, segundo o que é proposto nas ações programadas, por ser potencial, estes fatores constituem-se em ameaças que podem restringir o seu desenvolvimento de forma integrada.

Ou seja, estes fatores críticos devem ser entendidos, de um lado, como áreas críticas que no momento estão impedindo ou dificultando o desenvolvimento do turismo no polo, cujo entendimento, portanto, é essencial para a compreensão das tendências do desenvolvimento atual do turismo no Polo Campo Grande e Região e, de outro lado, servem também como ameaças para o alcance dos objetivos e metas pretendidos para as diferentes ações propostas, considerados os estudos diagnósticos e os impactos ambientais potenciais identificados.

Para a identificação dos fatores críticos, foram considerados os seguintes critérios:

- separação em fatores externos e internos;
- inclusão das ameaças conforme sua incidência sobre as dimensões: ambiental, social, econômica, cultural e institucional.

A consideração desses critérios resultou na identificação de nove fatores críticos, sendo quatro externos e cinco internos, os quais são relacionados no Quadro 38 e Quadro 39, juntamente com seus respectivos indicadores.

Quadro 38 – Fatores críticos externos e respectivos indicadores no Polo Campo Grande e Região.

Fatores Críticos Externos	Indicadores
Baixa capacidade de articulação interinstitucional dos municípios relacionada ao turismo nos níveis federal, estadual e intermunicipal	Baixo nível de organização dos colegiados e de articulação entre as instituições da sociedade civil e os agentes políticos.
	Desigualdade entre os órgãos e instâncias de governança existentes nos municípios demais municípios do Polo com relação à Campo Grande (normalização insuficiente).
	Insuficiente integração entre instituições responsáveis pelo desenvolvimento do turismo, segurança e de infraestrutura viária e de saneamento básico.
	Insuficiente capacidade operacional dos órgãos oficiais ambientais (estadual e municipais) para licenciar e fiscalizar os empreendimentos.
Descontinuidade das ações de gestão pública do setor turístico	Descontinuidade da execução de programas, projetos e planos ambientais e turísticos (políticas públicas).
Falta de visão estratégica da importância econômica e social do turismo sustentável	Desconhecimento das possibilidades do turismo e do perfil quantitativo e qualitativo dos turistas.
	Insuficiência de incentivos fiscais e benefícios específicos para a implantação de empreendimentos turísticos.
	Falta de planejamento de comercialização e promoção dos atrativos (comercialização empírica).
Baixa capacidade de atendimento tendo em vista o alto nível de exigência do turista internacional	Precariedade da infraestrutura e dos equipamentos urbanos;
	Precariedade da capacitação de recursos humanos.
	Precariedade da infraestrutura viária de acesso, de segurança, de saúde e saneamento e dos equipamentos urbanos.

Quadro 39 - Fatores críticos internos e respectivos indicadores no Polo Campo Grande e Região.

Fatores Críticos Internos	Indicadores
Baixa capacidade municipal de gestão e de articulação institucional para execução de ações programadas	Desarticulação do turismo com as políticas socioeconômicas
	Baixo nível de organização e de integração entre os setores administrativos.
	Insuficiência de recursos humanos qualificados para a gestão pública do turismo.
	Baixo nível de organização dos colegiados e de articulação entre as instituições da sociedade civil e os agentes políticos.
	Insuficiente normalização ambiental e baixa capacidade operacional dos órgãos oficiais ambientais (estadual e municipais).
Desarticulação entre os componentes do *trade* turístico	Baixo grau de integração entre os empreendimentos do setor e presença de conflitos entre elos isolados da cadeia.
	Alta sazonalidade do fluxo turístico pela ausência de controle integrado de visitação nos atrativos.
	Falta de estratégia de *marketing* coletivo e marginalização de pequenos empresários.
	Baixo desenvolvimento de roteiros regionais integrados dentro do Polo e inexistência de calendário único de eventos).
Fragilidade dos ecossistemas naturais e do patrimônio cultural nas áreas turísticas	Precariedade da infraestrutura viária de acesso, de segurança e saneamento e dos equipamentos urbanos.
	Inadequação técnica na definição da capacidade de carga dos atrativos.
	Ocupação irregular do entorno e das áreas de preservação permanente de atividades turísticas.
	Falta de elaboração e/ou implantação de planos de manejo de Unidades de Conservação.
Desinteresse de proprietários de produtos e serviços em investir no negócio turístico, em novas unidades ou equipando as existentes	Baixo aproveitamento da potencialidade de exploração do patrimônio natural e cultural (baixa diversificação de tipologias de atrativos)
	Estruturação deficiente dos atrativos e serviços turísticos (precariedade de equipamentos e da capacitação dos recursos humanos).
	Existência de estoque de atrativos ainda não comercializados adequadamente.
	Concentração do fluxo turístico em Campo Grande.
Baixa sensibilização e participação da sociedade no processo de desenvolvimento do turismo	Insuficiente organização e articulação entre as instituições da sociedade civil e os agentes políticos (órgãos colegiados).
	Insuficientes mecanismos de estímulo ao envolvimento e participação da sociedade.
	Baixo incentivo a práticas ecologicamente corretas e insuficientes projetos de educação ambiental.
	Envolvimento insuficiente de empresários, instituições políticas e população com as questões ambientais e sociais relacionadas ao turismo.

BALNEÁRIO
Rio Negro/MS
Foto: FUNDTUR/MS

6 IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS

Este Capítulo consiste na identificação e avaliação dos potenciais impactos resultantes da implementação do conjunto de ações propostas pelo PRODETUR Nacional no Estado de Mato Grosso do Sul, através do PDITS do Polo Campo Grande e Região.

A identificação, avaliação e classificação dos impactos abordaram os impactos diretos (positivos e negativos), os impactos indiretos ou estratégicos (positivos e negativos), os impactos cumulativos ou sinérgicos (positivos e negativos) e os fatores críticos internos e externos das ações do Programa, sob as óticas ambiental, social, econômica, cultural e institucional. Na sequência foram descritas medidas para evitar, mitigar ou compensar os impactos das ações do PRODETUR Nacional em Mato Grosso do Sul e também medidas para potencializar os impactos positivos.

6.1 IMPACTOS POTENCIAIS E MEDIDAS POTENCIALIZADORAS /MITIGADORAS

Os resultados dos impactos ambientais das ações do PDITS Campo Grande e Região foram identificados pela inter-relação dos componentes: estratégia de produto turístico, estratégia de comercialização, fortalecimento institucional, infraestrutura e serviços básicos e gestão ambiental, considerando as dimensões de sustentabilidade ambiental, social, econômica, cultural e institucional.

Dentro das dimensões de sustentabilidade foram elencados os impactos positivos e negativos diretos, indiretos, cumulativos/sinérgicos (aqui considerados impactos estratégicos) e os fatores críticos internos e externos. Cada impacto foi também avaliado quanto ao seu Grau de Importância.

São também identificadas e apresentadas as medidas para evitar/mitigar ou compensar os impactos envolvidos e quais as medidas para potencializar os impactos positivos do PRODETUR Nacional no Mato Grosso do Sul. A síntese dos resultados é apresentada na forma de matriz de interação em Quadro Síntese ao final da descrição de cada Componente.

6.1.1 Componente 1 – Estratégia do Produto Turístico

De acordo com o PDITS Polo Campo Grande e Região, o Componente 1 - Estratégia de Produto Turístico “agrupa as iniciativas necessárias para a geração de uma oferta turística competitiva, inovadora e criativa. Prioriza a exploração da diversidade turística da região, a formatação de novos produtos e a capacitação profissional” (PDITS CG, 287).

O diagnóstico realizado no PDITS, juntamente com a atualização das informações desta Avaliação Ambiental Estratégica, identificou como principais forças e fraquezas relativas a este componente os itens apresentados no Quadro 40. Estas são as áreas críticas detectadas que justificaram a proposição das ações.

Quadro 40 - Forças e fraquezas do componente estratégia do produto turístico.

Forças	Fraquezas
• Presença de atrativos turísticos consolidados que atraem fluxo expressivo de turistas em variados segmentos: negócios e eventos, cultural (místico), esporte/aventura. • Diversidade de segmentos turísticos potenciais. • Reativação do Trem do Pantanal. • Polo Campo Grande e Região integrado aos outros principais polos turísticos: Bonito-Serra da Bodoquena e Pantanal. • Existência de atrativos culturais (patrimônios históricos) estruturados, com fluxo constante, porém acanhado, que complementam o produto turístico, por exemplo: Morada dos Baís; Obelisco, Museu José Antônio Pereira, Conjunto dos Ferroviários, Igreja de São Francisco, dentre outros. • Atrativos de eventos em reformas, ampliação e readequação para aumentar a qualidade e oferta turística. • Forte presença das tradições e cultura de origem da região: comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas. • Construção do Aquário do Pantanal de Campo Grande, maior aquário de água doce do mundo, atrativo considerado como um "divisor de águas" que inserirá o destino no mercado mundial. • Existência do Sistema S atuante, facilitando a qualificação.	• Inventário desatualizado dos atrativos presentes no Polo (o inventário mais recente é o que embasa o PDTUR/2002 e é datado de 1999). • Segmentação turística desorganizada e mal explorada. • Concentração do fluxo turístico do Polo em Campo Grande. • Controle do fluxo turístico recente e insuficiente, pois é limitado à movimentação hoteleira enviada em grande parte somente pelos empreendimentos da Capital. • Falta de controle de visitação nos atrativos e ausência de um calendário único dos principais eventos promovidos no Polo. • Presença de irregularidades ambientais, referente à poluição sonora, dos atrativos de eventos voltados a *shows* em ambientes abertos (Parque Laucídio Coelho). • Necessidade de ampliar a oferta de espaços para eventos de médio e grande porte em ambientes fechados. • Pequena quantidade de empreendimentos cadastrados no MTur. • Baixo grau de integração entre os empreendimentos do setor e presença de conflitos entre elos isolados da cadeia (hotel-espaço de eventos; agência de viagens – agentes de viagens; restaurantes - operadores de cartões, entre outros). • Mão de obra desqualificada. • Ausência de estruturação dos atrativos naturais existentes no Polo e exploração desordenada dos mesmos. • Ausência de um sistema de qualidade turística e outros sistemas de certificação no Polo.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013). Adaptado do PDITS, (BRASIL, 2011).

Considerando tais forças e fraquezas, foram definidas duas estratégias, para as quais foram indicadas 23 ações.

Estas, de acordo com o agrupamento apresentado no PDITS (MATO GROSSO DO SUL, 2011, p. 384-391) e devido a sua similaridade de impactos foram segmentadas em 8 grupos de ações. No Grupo 1 foram agrupadas todas as ações relacionadas à Estratégia 1, de fortalecer o segmento de negócios e eventos e 3 ações referentes à Estratégia 2, para diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do Polo. Nos Grupos 2 a 8 foram distribuídas as demais ações da Estratégia 2.

GRUPO 1:

Ação 1 - Atualizar o inventário turístico da região;

Objetivo: Aprimorar o planejamento, a implementação e execução das políticas públicas voltadas para o turismo e aprimorar os produtos turísticos para comercialização.

Ação 2 - Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do Turismo no Sistema CADASTUR;

Objetivo: Aprimorar o planejamento, a implementação e execução das políticas públicas voltadas para o turismo e aprimorar os produtos turísticos para comercialização.

Ações 3 e 4 – Elaborar e implantar estudos de capacidade de carga dos produtos turísticos;

Objetivo: Garantir a continuidade da oferta turística e a preservação ambiental.

Ação 5 - Segmentar a oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento;

Objetivo: Promover a ampliação e diversificação do consumo do produto turístico, incentivar aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista. Facilitar o processo de comercialização.

GRUPO 2:

Ação 1 - Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta;

Objetivo: Fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializar a competitividade dos produtos turísticos da região.

Ação 2 - Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas;

Objetivo: Promover a integração da atividade turística em todos os municípios do Polo. Ampliar e diversificar a oferta turística da região e fortalecer a interiorização do turismo.

GRUPO 3:

Ações 1 e 2 - Regularizar os empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental e Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos;

Objetivo: Promover a qualidade da oferta turística do Polo, considerando a satisfação do turista, a conservação do território e a sustentabilidade dos empreendimentos turísticos. Referenciar o mercado e os consumidores nas decisões de compra, como também estimular a adoção de boas práticas, contribuindo para a elevação do padrão de qualidade de serviços e produtos do segmento turístico, sendo disseminado como ferramenta da busca pela excelência na prestação dos serviços.

GRUPO 4:

Ação 1 - Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos;

Objetivo: Estimular os proprietários de fazendas potencialmente turísticas a investirem em suas propriedades e disponibilizá-las ao uso turístico, concomitante a isso, realizar levantamento das instituições de crédito e respectivas linhas de financiamento, no sentido de torná-las acessíveis aos empreendedores regionais, tendo em vista suas condições econômicas, democratizando o crédito.

GRUPO 5:

Ação 1 - Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor;

Objetivo: Identificar a real demanda por qualificação no setor.

Ação 2 - Implantar Programa de Qualificação;

Objetivo: Melhorar a mão de obra do setor, com a inserção de portadores de necessidades especiais.

Ação 3 - Implantar programas de capacitação pública em turismo;

Objetivo: Ampliar as ações de organização do turismo local, criando o programa "Turismo e sua Interface no setor Público".

GRUPO 6:

Ações 1 e 2 – Elaborar e implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo;

Objetivo: Monitorar a economia do turismo - fluxo, permanência, gastos e perfil dos turistas; empregos gerados e as condições ambientais dos empreendimentos e as condições da infraestrutura básica e de serviços de atendimento ao turista e à comunidade.

GRUPO 7:

Ações 1 e 2 - Elaborar e executar o projeto de sinalização turística para o Polo;

Objetivo: Orientar turistas. Garantir a eficiência e a segurança do sistema viário.

GRUPO 8:

Ações 3 e 4 - Elaborar projeto e construir o CAT na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro;

Objetivo: Prestar informações e serviços aos visitantes.

Ações 5 e 6 - Elaborar projeto do CAT no centro de Sidrolândia; Construir CAT no centro de Sidrolândia;

Objetivo: Prestar informações e serviços aos visitantes.

Os impactos potenciais oriundos dessas diferentes ações foram analisados segundo sua distribuição entre as diferentes dimensões da sustentabilidade: ambiental, social, econômica, cultural e institucional, o que é feito a seguir.

6.1.1.1 Dimensões

6.1.1.1.1 Dimensão ambiental

Os estudos diagnósticos mostraram que é em grande parte ineficiente a exploração sustentável dos atrativos e produtos turísticos, por falta, entre outros requisitos, de informações sobre os empreendimentos da cadeia produtiva do turismo, sua situação frente ao IMASUL e o volume de

usuários suportado pelos atrativos, de maneira a se conhecer a situação atual das áreas exploradas, a determinação dos limites para a visitação, os indicadores de impacto e o sistema de monitoramento e manejo da visitação.

Também não há ou é muito frágil à interface com o meio ambiente nas estruturas do turismo. A região necessita assim de qualificação de mão de obra de forma integrada, envolvendo as entidades que dispõem de competência técnica para sua execução, de acordo com o que se pretende para o turismo na região, incluindo as temáticas relacionadas à dimensão ambiental.

Uma oferta turística competitiva, inovadora e criativa, objetivo das ações propostas neste componente, trará inegáveis efeitos positivos para a conservação dos recursos naturais passíveis de exploração pelo turismo, concorrendo em especial para nortear o uso ambientalmente sustentável desses recursos do Polo, embasado no conhecimento das suas condições ecológicas, na sensibilização quanto ao seu valor pelas comunidades locais, no melhor planejamento e controle da visitação nos atrativos e seleção das áreas de visitação, na capacitação dos agentes públicos e privados quanto aos requisitos de sustentabilidade e de qualidade, e na adequação das disposições legais.

Particularmente importante para a observação dos princípios do turismo sustentável são as ações que estimulam a regularização e certificação e, assim, a melhoria contínua da qualidade e da segurança dos empreendimentos de turismo, trazendo como resultado maior comprometimento no desenvolvimento de ações não impactantes e de medidas de contenção e mitigação de impactos. Além disso, com a instituição de incentivos fiscais poderão ser melhor orientados os serviços turísticos e ecoturismo em áreas protegidas.

O levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo, juntamente com o cadastramento obrigatório das atividades no Sistema CADASTUR, executado pelo MTur em parceria com os órgãos oficiais de turismo das unidades da federação, devem promover o reconhecimento dos recursos naturais como produto turístico e através disso imprimir maior efetividade às ações de planejamento, gestão, controle e promoção da atividade turística com base em recursos naturais.

A sinalização turística do sistema viário, além de garantir a eficiência e a segurança para os usuários das vias urbanas, rurais e das principais rodovias de entradas e saídas de turistas, oportunizará a comunicação visual de mensagens e ícones de interesse para a preservação ambiental da região.

Importantes ainda do ponto de vista da dimensão ambiental, são as estruturas que visam oferecer espaços físicos organizados para orientar os turistas e/ou moradores da região, inclusive sobre questões relacionadas ao meio ambiente.

Entretanto, as ações propostas no âmbito do Componente 1, ao ter como foco o crescimento e competitividade da oferta turística da região, também podem, frente ao esperado aumento do fluxo de visitantes e da implantação de novos atrativos e serviços turísticos, resultar em ameaças à integração dos ecossistemas naturais.

Tais ameaças são representadas pela construção e operação de novos atrativos eventualmente sem levar em conta as boas práticas de sustentabilidade, com a geração de resíduos sólidos, efluentes líquidos e poluentes atmosféricos e impactos sobre a flora e a fauna, nem a efetiva participação da comunidade científica. Impõe-se, portanto, que tais ameaças sejam administradas no sentido de que não se concretizem em impactos negativos sobre os recursos ambientais do Polo.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Ambiental dos Impactos positivos e negativos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 1 e apresentados, respectivamente, no Quadro 41 e Quadro 42.

Quadro 41 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	• Atualizar o inventário turístico da região; • Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do Turismo no Sistema CADASTUR; • Segmentar a oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento; • Elaborar e implantar estudos de capacidade de carga dos produtos turísticos;	✓ Aumento da eficiência da exploração sustentável dos atrativos e produtos turísticos; ✓ Redução de pressão sobre recursos naturais;
3	• Regularizar os empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental e criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos;	✓ Redução e controle de impactos socioambientais; ✓ Melhoria de qualidade ambiental dos atrativos;
4	• Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos;	✓ Redução de impactos socioambientais devido aos investimentos privados na sustentabilidade da atividade turística;
5	• Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor; • Implantar programas de capacitação pública em turismo; • Implantar Programa de Qualificação;	✓ Melhoria na orientação dos turistas quanto à preservação dos recursos naturais;
6	• Elaborar e implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo;	✓ Melhoria da qualidade ambiental dos atrativos;
7	• Elaborar e executar o projeto de sinalização turística para o Polo;	✓ Preservação da flora e redução nos atropelamentos de animais silvestres; ✓ Orientação aos turistas e usuários não turistas quanto ao trânsito e práticas socioambientais;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

Quadro 42 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
2 4	• Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta; • Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas; • Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos;	✓ Aumento do fluxo em áreas não controladas e não fiscalizadas; ✓ Maior pressão sobre recursos naturais e bens culturais; ✓ Maior pressão sobre recursos naturais.
8	• Elaborar projeto do CAT no centro de Sidrolândia; Construir CAT no centro de Sidrolândia; • Elaborar projeto e construir o CAT na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro;	✓ Geração de impactos ambientais;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.1.1.2 Dimensão social

Os diagnósticos detectaram deficiências relacionadas à desorganização e exploração ineficiente dos segmentos turísticos, o que dificulta quando não inviabiliza a consideração de aspectos sociais juntamente com a conservação dos recursos naturais, a qualidade dos serviços e a viabilidade econômica. É muito pouco explorada a produção associada ao turismo de relevância social, como artesanato, cultura, folclore, artes, gastronomia, etc. Faltam mecanismos de participação dos segmentos sociais no planejamento e nas decisões, assim como a própria desqualificação destes segmentos para opinar sobre os diversos assuntos.

Nas ações propostas para o Componente Estratégia do Produto Turístico a dimensão social é fundamental, pois a inclusão social está inserida na própria conceituação do turismo sustentável.

Estima-se que a dinamização da atividade turística resultará em aumento da oferta de empregos qualificados e aumento da renda de segmentos sociais, com a consequente melhoria da qualidade de vida, pelo estímulo a novas oportunidades comerciais relativas à produção de relevância social, bem como o ordenamento, formalização e legalização dos prestadores de serviços turísticos, inclusive dos profissionais do setor. Os reflexos sobre o mundo do trabalho significarão ainda a diminuição da informalidade com suas consequências sobre o acesso a direitos previstos na legislação, em vista do incremento de empreendedores e empresários aptos a participar da dinamização do turismo.

Ao se formalizarem no CADASTUR, as pequenas empresas e profissionais estarão aptos a participarem de eventos de promoção e comercialização promovidos pela FUNDTUR/MS, além de comporem o banco de informações dos Centros de Informações Turísticas.

As informações mais confiáveis para elaboração de planos, programas e projetos de desenvolvimento do turismo na região, possibilitarão melhor direcionamento das políticas públicas

voltadas ao pequeno empresário e aos profissionais do turismo. A definição da Capacidade de Carga de empreendimentos turísticos implicará, entre outros resultados, na redução de efeitos adversos sobre a sociedade receptora, sem reduzir a satisfação do turista.

A integração dos roteiros turísticos e o acesso a informações atualizadas serão estimuladores da ação de organizações sociais voltadas à obtenção e manutenção de direitos sociais.

O licenciamento ambiental e o estímulo à certificação dos empreendimentos, com a implantação de selo de qualidade, em vista da inclusão de itens incluídos nos estudos e nos requisitos operacionais demandados, trarão benefícios sociais às comunidades anfitriãs.

Entretanto, há também ameaças que podem se acarretados pela falta de acesso a recursos financeiros por empresas de menor poder aquisitivo e os empreendimentos que não sejam favorecidos no novo ordenamento do turismo, além da especulação imobiliária nos locais procurados para a implantação dos novos empreendimentos e a falta de acesso dos empreendimentos sem recursos.

Em vista da dinamização do turismo, principalmente em períodos sazonais, deve-se atentar para a possibilidade de saturação da infraestrutura de serviços públicos urbanos e rurais, assim como uma eventual ociosidade dos segmentos e trabalhadores capacitados.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Social dos Impactos positivos e negativos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 1 e apresentados no Quadro 43 e Quadro 44.

Quadro 43 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	• Atualizar o inventário turístico da região; • Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do Turismo no Sistema CADASTUR; • Segmentar a oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento; • Elaborar e implantar estudos de capacidade de carga dos produtos turísticos;	✓ Geração de emprego e renda;
2	• Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta; • Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas;	✓ Geração de emprego e renda; ✓ Fortalecimento das Organizações Sociais e das redes de associativismo;

Quadro 43 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. (Continuação)

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
3	• Regularizar os empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental e criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos;	✓ Maior segurança social e econômica para a implantação e ampliação das atividades;
4	• Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos;	✓ Geração de emprego e renda; ✓ Redução de impactos ambientais devido aos investimentos privados na sustentabilidade da atividade turística; ✓ Estímulo à criação de empresas domésticas;
5	• Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor; • Implantar programas de capacitação pública em turismo; • Implantar Programa de Qualificação;	✓ Melhoria na qualidade do atendimento aos turistas; ✓ Inclusão social da mão de obra; ✓ Geração de emprego e renda;
6	• Elaborar e implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo;	✓ Aumento da satisfação do turista;
7	• Elaborar e executar o projeto de sinalização turística para o Polo;	✓ Redução dos índices de acidentes;
8	• Elaborar projeto do CAT no centro de Sidrolândia; Construir CAT no centro de Sidrolândia; • Elaborar projeto e construir o CAT na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro;	✓ Melhoria da qualidade de atendimento ao turista; ✓ Geração de emprego e renda;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

Quadro 44 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
1	• Atualizar o inventário turístico da região; • Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do Turismo no Sistema CADASTUR; • Segmentar a oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento; • Elaborar e implantar estudos de capacidade de carga dos produtos turísticos;	✓ Geração de expectativas desfavoráveis pelo favorecimento de determinados segmentos turísticos; ✓ Estímulo à especulação imobiliária

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.1.1.3 Dimensão econômica

De acordo com os estudos diagnósticos, obstáculos importantes relacionados à dimensão econômica manifestam-se no Polo Campo Grande e Região, e entravam o pleno desenvolvimento e a competitividade dos produtos e serviços turísticos. Estes são desorganizados, mal explorados, pouco desenvolvidos e concentrados em Campo Grande. Os atrativos potenciais e consolidados não se constituem como principal atividade dinamizadora das economias dos demais municípios.

O Polo não dispõe, segundo os estudos diagnósticos, de roteiros formatados com qualidade comercial, exceto o município de Campo Grande no que se refere a ser um portal de entrada e sede de eventos. A produção associada ao turismo é muito pouco explorada. Também não há registro atualizado dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo. Muitos também não estão inscritos no CADASTUR.

A viabilidade econômica do turismo em longo prazo depende da autenticidade cultural, inclusão social, conservação dos recursos naturais e qualidade dos serviços. Assim, na dimensão econômica do Componente Estratégia do Produto Turístico incluem-se expressivos impactos potenciais positivos, acarretados pela dinamização das atividades turísticas, em vista da busca de maior competitividade e empreendedorismo dos produtos turísticos do Polo Campo Grande e Região, em vista da maior visibilidade, credibilidade e reconhecimento das potencialidades naturais e culturais e da diversificação da oferta, bem como dos produtos passíveis de comercialização em feiras e eventos.

É fundamental para o desenvolvimento do turismo que a região possa fornecer atividades inovadoras, diversificadas de maneira a atrair e reter turistas. A elaboração de roteiros turísticos integrados contribuirá para a dinamização das economias dos municípios, podendo gerar efeitos positivos para todo o Polo.

Estima-se que haverá aumento da eficiência da exploração sustentável dos atrativos e produtos turísticos, devido ao maior embasamento na elaboração de estudos, projetos e programas requeridos aos atrativos turísticos pelos órgãos gestores, garantindo gestão de qualidade na manutenção dos atrativos naturais e culturais.

A promoção da atividade turística, a disponibilização de novos atrativos, o aumento da permanência média do turista no Polo com a exploração das complementaridades locais por meio da diversificação e integração entre roteiros turísticos, além da qualificação esperada de mão de obra nos diversos segmentos trarão novas oportunidades de trabalho, emprego e renda.

A disponibilização de ferramenta para sistematização das informações será útil para a captação e adequação de recursos financeiros para a região. O desenvolvimento de ações de *marketing* para públicos específicos contribuirá para campanhas mais adequadas de comercialização. Nesse sentido, a criação de um selo de turismo e a certificação de atividades e serviços turísticos são eficientes ferramentas de *marketing* por proporcionar credibilidade internacional aos roteiros oferecidos.

Finalmente, é importante que os empresários possam contar com uma rede de incentivos aos negócios empresariais, e sejam sensibilizados e capacitados para captar recursos, aproveitando o momento atual de apoio que as instituições de financiamento estão oferecendo ao setor turístico.

Há, entretanto, situações de ameaças que poderão ser criadas com a implementação das ações, principalmente em termos de oportunizar o aumento de despesas, mas facilmente administráveis, quais sejam: os requisitos aumentados de treinamentos de mão de obra, o surgimento de novas formas desorganizadas de expressão do turismo por falhas na comercialização e favorecimentos eventuais de determinados segmentos, o risco de exclusão das novas oportunidades de trabalho e renda devido à desqualificação da mão de obra local.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Econômica dos Impactos positivos e negativos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 1 e apresentado no Quadro 45 e Quadro 46.

Quadro 45 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	• Atualizar o inventário turístico da região; • Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do Turismo no Sistema CADASTUR; • Segmentar a oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento; • Elaborar e implantar estudos de capacidade de carga dos produtos turísticos;	✓ Geração de emprego e renda; ✓ Promoção da atividade turística; ✓ Direcionamento e adequação de recursos financeiros para a região; ✓ Contribuição para a criação de campanhas mais adequadas de comercialização;

Quadro 45 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. (Continuação)

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
2	• Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta; • Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas;	✓ Dinamização da economia; ✓ Aumento do gasto pela ampliação da permanência média do turista no Polo; ✓ Geração de emprego e renda; ✓ Integração econômica dos municípios;
3	• Regularizar os empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental e criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos;	✓ Maior segurança social e econômica para a implantação e ampliação das atividades; ✓ Aumento da competitividade; ✓ Agregação de valor ao atrativo turístico regularizado e certificado;
4	• Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos;	✓ Estímulo a novos empreendimentos e investimentos no setor; ✓ Geração de emprego e renda; ✓ Estímulo à criação de empresas domésticas;
5	• Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor; • Implantar programas de capacitação pública em turismo; • Implantar Programa de Qualificação;	✓ Melhoria na qualidade do atendimento aos turistas; ✓ Valorização e melhor aproveitamento dos recursos naturais; ✓ Geração de emprego e renda;
6	• Elaborar e implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo;	✓ Maior segurança social e econômica para a implantação e ampliação das atividades;
7	• Elaborar e executar o projeto de sinalização turística para o Polo;	✓ Maior divulgação dos empreendimentos situados à margem das rodovias sinalizadas;
8	• Elaborar projeto do CAT no centro de Sidrolândia; Construir CAT no centro de Sidrolândia; • Elaborar projeto e construir o CAT na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro;	✓ Melhora dos serviços de atendimento ao turista; ✓ Geração de emprego e renda;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

Quadro 46 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
1	• Atualizar o inventário turístico da região; • Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do Turismo no Sistema CADASTUR; • Segmentar a oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento; • Elaborar e implantar estudos de capacidade de carga dos produtos turísticos;	✓ Geração de expectativas desfavoráveis pelo favorecimento de determinados segmentos turísticos;
3	• Regularizar os empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental e criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos;	✓ Marginalização de empreendimentos sem recursos;
5	• Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor; • Implantar programas de capacitação pública em turismo; • Implantar Programa de Qualificação;	✓ Aumento de custos de mão de obra nos empreendimentos do setor de turismo;
7	• Elaborar e executar o projeto de sinalização turística para o Polo;	✓ Necessidade de investimento com manutenção;
8	• Elaborar projeto do CAT no centro de Sidrolândia; Construir CAT no centro de Sidrolândia; • Elaborar projeto e construir o CAT na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro;	✓ Custos de instalação e manutenção;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.1.1.4 Dimensão cultural

O turismo sustentável considera a autenticidade cultural, entre os requisitos fundamentais para a viabilidade econômica do turismo em longo prazo. Entretanto, como demonstraram os estudos diagnósticos, o Polo Campo Grande e Região, embora detentor de expressiva potencialidade dos bens culturais para atrair o fluxo turístico para os municípios do Polo, não dispõe ainda do conhecimento atualizado das formas de manifestação cultural que possam se tornar bens passíveis de exploração turística e os poucos existentes estão desorganizados e mal explorados.

Um banco de dados ativo com informações confiáveis sobre os produtos e atrativos da região deverá apoiar as pesquisas científicas e, associado ao estímulo à criação de arranjos produtivos locais de turismo e consolidação do município como referência, poderá embasar o melhor direcionamento das políticas públicas de maneira a preservar as características culturais da região, valorizando-as. Trata-se do resgate do patrimônio histórico-cultural, que resulta em sua revalorização e resignificação, e, em consequência, a conservação dos lugares de memória.

O acompanhamento contínuo, sistemático e integrado das atividades turísticas propiciará intervenções prontas orientadas pela análise de indicadores socioambientais, garantindo assim a sustentabilidade e manutenção da qualidade das relações entre os visitantes com respeito às características culturais no Polo.

Há, porém, prováveis impactos negativos que deverão ser considerados na Dimensão Cultural referentes aos riscos de que, para tender a demanda, a identidade cultural seja descaracterizada e haja interferências nos hábitos e costumes (cotidiano) das comunidades locais.

Daí a necessidade de critérios de sustentabilidade na definição e uso de indicadores de monitoramento e acompanhamento da atividade turística.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Cultural dos Impactos positivos e negativos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 1 e apresentados no Quadro 47 e Quadro 48.

Quadro 47 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	• Atualizar o inventário turístico da região; • Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do Turismo no Sistema CADASTUR; • Segmentar a oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento; • Elaborar e implantar estudos de capacidade de carga dos produtos turísticos;	✓ Construção da identidade turística (vocação) do município; ✓ Disponibilização de dados para embasamento de pesquisas científicas;
2	• Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta; • Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas;	✓ Integração econômica e cultural entre os municípios;
3	• Regularizar os empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental e criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos;	✓ Agregação de valor econômico e cultural ao atrativo turístico regularizado e certificado;

Quadro 47 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. (Continuação)

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
5	• Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor; • Implantar programas de capacitação pública em turismo; • Implantar Programa de Qualificação;	✓ Valorização da identidade cultural;
6	• Elaborar e implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo;	✓ Prevenção de desrespeito às características culturais das comunidades locais;
7	• Elaborar e executar o projeto de sinalização turística para o Polo;	✓ Maior conhecimento das características culturais das comunidades locais;
8	• Elaborar projeto do CAT no centro de Sidrolândia; Construir CAT no centro de Sidrolândia; • Elaborar projeto e construir o CAT na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro;	✓ Maior conhecimento das características culturais das comunidades locais;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

Quadro 48 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
2	• Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta; Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas;	✓ Perda da identidade cultural da população anfitriã;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.1.1.5 Dimensão institucional

Entre as fraquezas diagnosticadas no Polo e que interferem na capacidade do Estado e dos municípios para a gestão das políticas públicas de fortalecimento da governança relativa à atividade turística segundo os pressupostos da sustentabilidade, ressaltam-se: a desatualização e desorganização das informações referentes aos produtos e serviços turísticos, a insuficiência de estrutura e pessoal capacitado nas instituições públicas para as atividades de gestão e de controle e fiscalização, a

ineficiência e insegurança do sistema viário, falta de integração entre os sistemas de gestão estadual e municipais, enfim, a falta de capacidade institucional para atendimento das demandas e aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão.

O banco de dados atualizado dos recursos naturais e culturais e o registro no CADASTUR constituir-se-ão em importantes ferramentas informações atualizadas e uniformizadas de acordo com um padrão nacional que apoiarão as políticas públicas e a normatização do controle e fiscalização pelos órgãos gestores municipais e estaduais de turismo e meio ambiente.

Outros impactos positivos importantes advirão do estímulo à integração entre os municípios e entre órgãos municipais e estaduais de meio ambiente e turismo, bem como da promoção do ordenamento, formalização e legalização dos atrativos e serviços turísticos e do sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região. Nesse sentido, os pressupostos do turismo sustentável implicam estabelecer uma política que estimule a melhoria contínua da qualidade e da segurança dos serviços prestados, principalmente no que tange a regularização dos empreendimentos de turismo. Daí a importância de políticas instituídas pelo poder público de estímulo à regularização e à certificação.

Ressaltam-se ainda nesta Dimensão as ações voltadas à capacitação de pessoal e os benefícios a serem gerados decorrentes do aumento da receita pública que perpassa a maioria das ações propostas.

Observa-se que a boa atuação do poder público pode levar ao aumento da satisfação dos segmentos sociais envolvidos e uma melhoria das relações entre o governo, os empresários, os profissionais envolvidos na atividade e a sociedade em geral. Daí a necessidade de que o repasse de informações e as políticas públicas não redundem em estímulo à exploração turística de ecossistemas e bens culturais vulneráveis.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Institucional dos Impactos positivos e negativos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 1 e apresentados, respectivamente, no Quadro 49 e Quadro 50.

Quadro 49 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	• Atualizar o inventário turístico da região; • Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do Turismo no Sistema CADASTUR; • Segmentar a oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento; • Elaborar e implantar estudos de capacidade de carga dos produtos turísticos;	✓ Fortalecimento da gestão pública da atividade turística; ✓ Fortalecimento da integração entre os municípios e entre órgãos municipais e estaduais de meio ambiente e turismo; ✓ Promoção do ordenamento, formalização e legalização dos atrativos e serviços turísticos;

Quadro 49 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. (Continuação)

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
2	• Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta; • Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas;	✓ Aumento da arrecadação municipal e estadual; ✓ Incentivo ao desenvolvimento de políticas de produção associada ao turismo;
3	• Regularizar os empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental e criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos;	✓ Fortalecimento do sistema de controle e fiscalização das atividades turísticas; ✓ Disponibilização das Informações requeridas para o licenciamento e monitoramento da atividade turística;
4	• Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos;	✓ Aumento da arrecadação de tributos;
5	• Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor; • Implantar programas de capacitação pública em turismo; • Implantar Programa de Qualificação;	✓ Melhoria do sistema de gestão pública;
6	• Elaborar e implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo;	✓ Redução e prevenção da pressão sobre a infraestrutura básica e de serviço público; ✓ Fortalecimento da gestão do turismo e da capacidade de fiscalização local;
7	• Elaborar e executar o projeto de sinalização turística para o Polo;	✓ Disponibilização de uma ferramenta de gestão para o setor público;
8	• Elaborar projeto do CAT no centro de Sidrolândia; Construir CAT no centro de Sidrolândia; • Elaborar projeto e construir o CAT na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro;	✓ Disponibilização de uma ferramenta de gestão para o setor público;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

Quadro 50 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
7	• Elaborar e executar o projeto de sinalização turística para o Polo;	✓ Custos de instalação e manutenção;
8	• Elaborar projeto do CAT no centro de Sidrolândia; Construir CAT no centro de Sidrolândia; • Elaborar projeto e construir o CAT na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro;	✓ Custos de instalação e manutenção;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.1.2 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras

O conjunto de medidas potencializadoras e mitigadoras propostas representa uma importante ferramenta de gestão ambiental das ações propostas no PRODETUR para o Polo Campo Grande e Região, com o objetivo de otimizar e/ou ampliar os efeitos positivos e eliminar ou reduzir a consequência das alterações ambientais negativas identificadas e avaliadas.

A seguir, no Quadro 51 são relacionadas as medidas potencializadoras dos impactos positivos e no Quadro 52 as medidas mitigadoras dos impactos negativos, de acordo com os diversos grupos de ações considerados, para os Componente Gestão Ambiental.

Quadro 51 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região.

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializados
GRUPO 1: AÇÕES 1, 2, 3, 4 E 5 **Atualizar o inventário turístico da região em sistema de banco de dados;** **Elaborar estudo e implantar controle da capacidade de carga dos produtos turísticos;** **Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a lei geral do turismo no sistema CADASTUR;** **Segmentar a oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento.**	Fortalecimento da gestão pública da atividade turística;	• Promover a capacitação e qualificação dos profissionais; • Consolidar e atualizar continuamente o banco de dados;
	Aumento da eficiência da exploração sustentável dos atrativos e produtos turísticos;	• Promover estudo continuado de controle da capacidade dos produtos turísticos, inclusive contemplando o viés ambiental;
	Redução de pressão sobre recursos naturais;	• Implementar maior fiscalização junto aos atrativos visando controlar a capacidade de carga, os possíveis impactos ambientais e o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas;
	Fortalecimento da integração entre os municípios e entre órgãos municipais e estaduais de meio ambiente e turismo;	• Implementar maior fiscalização junto aos atrativos visando controlar a capacidade de carga, os possíveis impactos ambientais e o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas;
	Geração de emprego e renda;	• Promover a capacitação e qualificação dos profissionais;;
	Promoção do ordenamento, formalização e legalização dos atrativos e serviços turísticos;	• Implementar maior fiscalização junto aos atrativos visando controlar a capacidade de carga, os possíveis impactos ambientais e o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas;
	Construção da identidade turística do município;	• Promoção e divulgação dos diferentes segmentos turísticos da região, enfatizando suas características diferenciais;
	Disponibilização de dados para embasamento de pesquisas científicas;	• Padronizar os dados, transformando e digitalizando os existentes; • Consolidação e atualização continuada do banco de dados;
	Direcionamento e adequação de recursos financeiros para a região;	• Atualizar continuamente o inventário turístico da região;
	Contribuição para a criação de campanhas mais adequadas de comercialização;	• Promover e divulgar os diferentes segmentos turísticos da região; • Elaboração e divulgação de cartilhas informativas/ educativas quanto à importância do CADASTUR;

Quadro 51 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região.(Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializados
GRUPO 2: AÇÕES 1 E 2 **Estruturar a produção associada ao turismo como forma de ampliar e diversificar a oferta;** **Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas.**	Dinamização da economia dos municípios;	• Fortalecer os COMTUR e do fórum regional do turismo, para a gestão integrada e melhor desenvolvimento dos roteiros do Polo;
	Aumento do gasto pela ampliação da permanência média do turista no Polo;	• Estimular a produção e venda de artesanato e produtos regionais; • Incentivar continuamente produção associada ao turismo;
	Geração de emprego e renda;	• Priorizar a contratação de mão de obra local, quando possível; • Promover a capacitação e qualificação profissional;
	Fortalecimento das organizações sociais e das redes de associativismo;	• Incentivar continuamente a produção associada ao turismo;
	Aumento das receitas municipais e estadual;	• Promover a gestão integrada entre municípios (reuniões, intercâmbios, trocas de experiências);
	Integração econômica e cultural dos municípios;	• Divulgar continuamente os novos roteiros integrados; • Incentivar roteiros turísticos integrados; • Implantar sinalização indicativa e turística para as rodovias, considerando os novos roteiros integrados;
	Incentivo ao desenvolvimento da produção associada ao turismo;	• Incentivos fiscais como isenção tributária;
GRUPO 3: AÇÕES 1 E 2 **Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental;** **Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos.** **(continua)**	Redução e controle de impactos ambientais;	• Capacitar os proprietários e funcionários de empreendimentos turísticos;
	Melhoria de qualidade ambiental dos atrativos;	• Identificar e padronizar procedimentos de certificação, de acordo com a tipologia e porte dos empreendimentos;
	Fortalecimento do sistema de controle e fiscalização das atividades turísticas;	• Promover maior integração entre os órgãos participantes do processo de certificação;
	Maior segurança social e econômica para a implantação e ampliação das atividades;	• Apoiar as discussões sobre a regulamentação do ecoturismo no conselho nacional de meio ambiente – CONAMA;
	Aumento da competitividade;	• Sensibilizar o mercado turístico sobre as vantagens de se ter um produto/ serviço com maior qualidade e confiabilidade;

Quadro 51 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região.(Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializados
GRUPO 3: AÇÕES 1 E 2 **Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental;** **Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos.**	Disponibilização das informações requeridas para o licenciamento e monitoramento da atividade turística;	• Identificar e padronizar procedimentos de certificação, de acordo com a tipologia e porte dos empreendimentos;
	Agregação de valor econômico e cultural ao atrativo turístico regularizado e certificado;	• Sensibilizar o mercado turístico sobre as vantagens de se ter um produto/ serviço com maior qualidade e confiabilidade;
GRUPO 4: AÇÃO 1 **Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos.**	Estímulo a novos empreendimentos e investimentos no setor;	• Capacitar os proprietários e funcionários de empreendimentos turísticos;
	Geração de emprego e renda;	• Identificar e padronizar procedimentos de certificação, de acordo com a tipologia e porte dos empreendimentos;
	Aumento da arrecadação de tributos;	• Promover maior integração entre os órgãos participantes do processo de certificação;
	Redução de impactos ambientais devido aos investimentos privados na sustentabilidade da atividade turística;	• Participar das discussões sobre a regulamentação do ecoturismo no Conselho Nacional de Meio Ambiente.
	Estímulo à criação de empresas domésticas;	• Sensibilizar o mercado turístico sobre as vantagens de se ter um produto/ serviço com maior qualidade e confiabilidade;
GRUPO 5: AÇÕES 1, 2 E 3 **Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programa de qualificação de recursos humanos para o setor;** **Implantar o programa de qualificação; implantar programas de capacitação pública em turismo.** **(Continua)**	Melhoria na qualidade do atendimento aos turistas;	• Ampliar as parcerias para a capacitação profissional para o turismo; • Instituir pesquisas sistemáticas de satisfação do atendimento e serviços turísticos prestados junto aos turistas, para direcionar as necessidades de capacitação do Polo;
	Inclusão social da mão de obra;	• Promover o desenvolvimento de convênios e parcerias com instituições de ensino superior e outras instituições educacionais e especializadas em capacitação profissional;
	Valorização da identidade cultural;	• Implementar continuamente a capacitação profissional para o turismo no Polo, alinhando o recurso humano com os objetivos do setor;
	Valorização e melhor aproveitamento dos recursos naturais;	• Implementar continuamente a capacitação profissional para o turismo no Polo, alinhando o recurso humano com os objetivos do setor;

Quadro 51 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região.(Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializados
(Continuação) **GRUPO 5: AÇÕES 1, 2 E 3** **Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programa de qualificação de recursos humanos para o setor;** **Implantar o programa de qualificação; implantar programas de capacitação pública em turismo.**	Melhoria do sistema de gestão pública;	• Promover o desenvolvimento de convênios e parcerias com instituições de ensino superior e outras instituições educacionais e especializadas em capacitação profissional;
	Melhoria na orientação dos turistas quanto à preservação dos recursos naturais;	• Inserir a preservação ambiental entre as temáticas incluídas nas ações de pesquisa;
	Geração de emprego e renda;	• Priorizar a mão de obra local, quando possível; • Promover a capacitação e qualificação profissional; • Levantar sistematicamente por técnicos especializados em pesquisas a demanda profissional do mercado de trabalho no setor de turismo, de maneira integrada com os demais setores;
GRUPO 6: AÇÕES 1 E 2 **Elaborar e implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento** **da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo.**	Melhoria da qualidade ambiental dos atrativos;	• Integrar ao sistema de monitoramento todos os itens relativos à sustentabilidade (ambiental, social, econômica, cultural e institucional);
	Redução e prevenção da pressão sobre a infraestrutura básica e de serviços públicos;	• Incluir o posicionamento geográfico para posterior elaboração de mapas integrados com outras informações nos municípios; • Alinhar as decisões decorrentes do sistema de informação com outros planos, programas e projetos de turismo ou que sejam voltadas para a área turista em questão;
	Fortalecimento da capacidade de fiscalização local na gestão do turismo;	• Criar interface do sistema de informações com outros sistemas de monitoramento socioambientais e econômicos do Polo; • Manter sistema automatizado e atualizado de informações turísticas; • Equipar as instituições envolvidas;
	Prevenção de desrespeito às características culturais das comunidades locais;	• Divulgar informações sobre as características culturais das comunidades locais, definir regras de conduta e fiscalizar o seu cumprimento;
	Aumento da satisfação do turista;	• Buscar melhoria contínua dos serviços oferecidos;
	Maior segurança social e econômica para a ampliação das atividades turísticas;	• Ampliar a divulgação das ações sustentáveis do Polo;

Quadro 51 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região.(Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializados
GRUPO 7: AÇÕES 1 E 2 **Elaborar e executar projeto de sinalização turística para o Polo.**	Disponibilização de uma ferramenta de gestão para o setor público;	• Promover a gestão integrada entre os municípios que compõem os roteiros ligados a estas rodovias;
	Redução dos índices de acidentes;	• Promover programas e campanhas de sensibilização e educação ambiental para usuários e residentes das margens das rodovias;
	Redução nos atropelamentos de animais silvestres;	• Integrar a sinalização com a educação ambiental;
	Maior divulgação dos empreendimentos situados à margem das rodovias sinalizadas;	• Capacitar e orientar as comunidades situadas às margens das rodovias para o desenvolvimento de empreendimentos e a geração de renda;
	Orientação aos turistas e usuários não turistas quanto às práticas ambientalmente sustentáveis;	• Promover programas e campanhas de sensibilização e educação ambiental para usuários e residentes das margens das rodovias;
	Maior conhecimento das características culturais das comunidades locais;	• Promover a gestão integrada entre os municípios que compõem os roteiros ligados a estas rodovias;
GRUPO 8: AÇÕES 3, 4, 5 E 6 **Elaborar projeto e construir o CAT na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro;** **Elaborar projeto e construir o CAT no centro de Sidrolândia.**	Disponibilização de uma ferramenta de gestão para o setor público;	• Manter o CAT com boa infraestrutura de funcionamento e promover a capacitação continuada de profissionais para atendimento ao turista;
	Maior conhecimento das características culturais das comunidades locais;	• Manter atualizado o banco de dados com informações turísticas;
	Melhoria na qualidade do atendimento aos turistas;	• Manter o CAT com boa infraestrutura de funcionamento; • Promover a capacitação continuada de profissionais para atendimento ao turista;
	Geração de emprego e renda;	• Priorizar a mão de obra local, quando possível; • Promover a capacitação continuada de profissionais para atendimento ao turista;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

Quadro 52 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região.

Grupo de ações	Impactos negativos indicados	Medidas mitigadoras
GRUPO 1: AÇÕES 1, 2, 3, 4 E 5 **Atualizar o inventário turístico da região em sistema de banco de dados;** **Elaborar estudo e implantar controle da capacidade de carga dos produtos turísticos;** **Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a lei geral do turismo no sistema CADASTUR;** **Segmentar a oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento.**	Geração de expectativas desfavoráveis pelo favorecimento de determinados segmentos turísticos.	• Promover ampla divulgação e desenvolver calendário único de eventos do Polo para evitar sub ou sobreutilização dos empreendimentos;
	Estímulo à especulação imobiliária;	• Elaborar, ajustar e implantar os planos diretores e legislação municipal de uso e ordenamento dos solos;
	Geração de expectativas desfavoráveis pelo favorecimento de determinados segmentos turísticos;	• Promover ampla divulgação e desenvolver calendário único de eventos do Polo para evitar sub ou sobreutilização dos empreendimentos;
GRUPO 2: AÇÕES 1 E 2 **Estruturar a produção associada ao turismo como forma de ampliar e diversificar a oferta; formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas.** **(continua)**	Aumento do fluxo em áreas não controladas e não fiscalizadas;	• Fomentar a sensibilização ambiental dos turistas através de campanhas de uso racional de água, da energia e de outros recursos nos empreendimentos turísticos (hotéis e outros); • Estimular a organização da produção local e a capacitação de seus responsáveis; • Fortalecimento institucional da gestão da segurança pública; • Incentivar a adoção de certificados e selos de qualidade ambientais nos empreendimentos;
	Maior pressão sobre recursos naturais e bens culturais;	• Implantar programas de coleta seletiva e de educação ambiental; • Adotar sistemas de controle ambiental para tratamento de efluentes; • Adotar sistemas de controle ambiental para acondicionamento, transporte e tratamento de resíduos; • Adotar sistemas de controle ambiental para controlar a emissão atmosférica por particulados; • Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de gases;

Quadro 52 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região.(Continuação)

Grupo de ações	Impactos negativos indicados	Medidas mitigadoras
(continuação) **GRUPO 2: AÇÕES 1 E 2** **Estruturar a produção associada ao turismo como forma de ampliar e diversificar a oferta; formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas**	Perda da identidade cultural da população anfitriã;	• Integrar todos os atores das comunidades locais e desenvolver mecanismos de monitoramento das interferências culturais, principalmente sobre as comunidades tradicionais, indígenas e de quilombolas;
GRUPO 3: AÇÕES 1 E 2 **Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental;** **Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos.**	Marginalização de empreendimentos sem recursos;	• Diluir os custos com o processo de certificação nos produtos turísticos oferecidos; • Desenvolver e divulgar linhas de financiamento para a certificação; • Identificar e padronizar procedimentos de certificação, de acordo com a tipologia e porte dos empreendimentos;
GRUPO 4: AÇÃO 1 **Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos.**	Maior pressão sobre recursos naturais;	• Estimular continuamente os empreendedores a investirem em tecnologias limpas e em sistemas de certificação e de controle ambiental;
GRUPO 5: AÇÕES 1, 2 E 3 **Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programa de qualificação de recursos humanos para o setor;** **Implantar o programa de qualificação; implantar programas de capacitação pública em turismo.**	Aumento de custos de mão de obra nos empreendimentos do setor de turismo;	• Instituir pesquisas sistêmicas de satisfação do atendimento e serviços turísticos prestados junto aos turistas, para direcionar as necessidades de capacitação do Polo e ampliar as parcerias para a capacitação profissional para o turismo; • Elaborar plano de capacitação profissional para o turismo no Polo, alinhando o recurso humano com os objetivos do setor.
GRUPO 7: AÇÕES 1 E 2 **Elaborar e executar projeto de sinalização turística para o Polo.**	Custos de instalação e manutenção;	• Prever verbas relacionadas ao turismo para subsidiar os custos de manutenção das instalações e capacitação dos profissionais; • Planejar a instalação e manutenção da sinalização de maneira a otimizar a demanda e a utilização dos materiais visando obter boa infraestrutura de funcionamento com o menor custo;

Quadro 52 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região.(Continuação)

Grupo de ações	Impactos negativos indicados	Medidas mitigadoras
GRUPO 8: AÇÕES 3, 4, 5 E 6 **Elaborar projeto e construir o CAT na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro;** **Elaborar projeto e construir o CAT no centro de Sidrolândia.**	Custos de instalação e manutenção;	• Prever verbas relacionadas ao turismo para subsidiar os custos de manutenção das instalações e capacitação dos profissionais; • Planejar a instalação e manutenção da sinalização de maneira a otimizar a demanda e a utilização dos materiais visando obter boa infraestrutura de funcionamento com o menor custo;
	Geração de impactos ambientais na execução da obra;	• Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de gases; • Implantar programas de coleta seletiva e de educação ambiental; • Adotar sistemas de controle ambiental de efluentes; • Adotar sistemas de controle ambiental para acondicionamento, transporte e tratamento de resíduos e adotar sistemas de controle ambiental de emissões atmosféricas e de efluentes líquidos;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.2 Componente 2 – Estratégia de Comercialização

De acordo com o PDITS Polo Campo Grande e Região, o Componente Estratégia de Comercialização agrupa as iniciativas necessárias para organizar o processo de promoção e comercialização dos produtos turísticos da região, possibilitando uma maior visibilidade do destino turístico.

O diagnóstico realizado no PDITS, juntamente com a atualização das informações desta Avaliação Ambiental Estratégica, identificou como principais forças e fraquezas relativas a este componente os itens apresentados no Quadro 53.

Quadro 53 - Forças e fraquezas do componente estratégia de comercialização.

FORÇAS	FRAQUEZAS
• Principal portal de entrada do Estado. • Destino divulgado e promovido pelo órgão oficial do turismo em diversos eventos nacionais e internacionais ao longo do ano. • Oportunidade de participação em eventos junto com a FUNDTUR/MS. • Existência do C&VB de Campo Grande. • Consolidação do *City-tour* como atrativo e como meio de promoção e comercialização dos demais atrativos urbanos do município de Campo Grande. • Aumento da realização de eventos de grande porte e de âmbito internacional no Polo, promovendo o destino turístico junto à promoção do evento em si. • Inserção do Polo no calendário anual de eventos automobilísticos de grande porte.	• Roteiros regionais pouco desenvolvidos. • Ausência de roteiros que integrem atrativos que se complementam dentro do Polo, como um roteiro de estudos agrotecnológicos. • Inexistência de um Plano de *Marketing* para o planejamento e direcionamento da comercialização e promoção do Polo em si. • *Marketing* isolado. • Agências de viagens de Campo Grande não vendem os atrativos do Polo. • Inexistência de único calendário de eventos do Polo, ou mesmo que agreguem os principais eventos de cada município. • Ausência de informação e estudos sobre o perfil quantitativo e qualitativo do turista específico do Polo. • Ausência de estudos sobre os segmentos específicos do Polo: cultural (místico), negócios e eventos (agrotecnológicos), etc.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013). Adaptado do PDITS, (BRASIL, 2011).

Considerando tais forças e fraquezas, foi definido como estratégia o desenvolvimento do *marketing* turístico, para as quais foram indicadas 7 ações. Estas, de acordo com o PDITS e com as similaridades de impactos, foram distribuídas em 3 grupos (MATO GROSSO DO SUL, 2011, p. 392-393), e estão detalhadas a seguir.

GRUPO 1:

Ação 1 - Fomentar o turismo interno;

Objetivo: Dar maior visibilidade e aumentar o fluxo turístico na região e a permanência dos turistas na região.

Ação 2 - Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil;

Objetivo: Dar maior visibilidade e aumentar o fluxo turístico na região e a permanência dos turistas na região.

Ação 3 - Intensificar o programa de captação de eventos;

Objetivo: Fortalecer o *Convention & Visitors Bureau* de Campo Grande.

GRUPO 2:

Ações 4 e 5 - Elaborar e implantar o Plano de *Marketing* para o Polo;

Objetivo: Obter maior eficácia, eficiência e efetividade no processo de promoção e comercialização do Polo turístico.

GRUPO 3:

Ação 1 - Realizar pesquisa do perfil de demanda real e potencial;

Objetivo: Ampliar e atualizar a base de dados existente sobre o perfil da demanda turística e seu potencial.

Ação 2 - Implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos;

Objetivo: Orientar e avaliar as participações em feiras e eventos.

Os impactos potenciais oriundos dessas diferentes ações foram analisados segundo sua distribuição entre as diferentes dimensões da sustentabilidade: ambiental, social, econômica, cultural e institucional, o que é feito a seguir.

6.1.2.1 Dimensões

6.1.2.1.1 Dimensão ambiental

Ao contribuir para o planejamento da melhor forma de divulgação e comercialização dos produtos e serviços turísticos, levando em conta as características, potencialidades e limitações do Polo, do ponto de vista da dimensão ambiental as ações previstas neste Componente concorrerão para divulgar e promover os atributos naturais como atrativos turísticos e destino escolhido para a realização de grandes eventos.

O turismo no Polo Campo Grande e Região ainda está se consolidando e não há fluxos regulares de turistas. Pode-se dizer que o segmento de turismo mais dinâmico hoje é o de negócios, em virtude das diversas atividades econômicas que se processam na região. Nesse contexto, as ações propostas para o componente visam fortalecer, principalmente, a marca do Polo, por meio do planejamento operacional de *marketing* a fim de dar maior eficácia e eficiência às ações de comunicação e divulgação dos destinos, conquistando novos nichos de mercado e utilizando-se de diversos tipos de mídia. Nesse contexto, os impactos positivos na dimensão ambiental relacionam-se mais ao reconhecimento do valor dos recursos naturais.

Entretanto, há de se considerar algumas ameaças como possibilidade de degradação desses recursos ambientais, em vista da possibilidade do aumento desordenado do fluxo de visitantes motivado pela própria divulgação, requerendo ações complementares inseridas em outros componentes, tais como os estudos da capacidade de carga dos atrativos e da própria infraestrutura dos municípios integrantes do Polo.

No Quadro 54 e Quadro 55 são elencados os impactos positivos e negativos esperados com a implementação das ações propostas sobre a Dimensão Ambiental.

Quadro 54 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Fomentar o turismo interno; • Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil; • Intensificar o programa de captação de eventos;	✓ Reconhecimento do valor dos recursos naturais e dos bens culturais;
2	• Elaborar e implantar o Plano de *Marketing* para o Polo;	✓ Reconhecimento do valor dos recursos naturais e dos bens culturais;
3	• Realizar pesquisa do perfil de demanda real e potencial; • Implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos;	✓ Reconhecimento do valor dos recursos naturais e dos bens culturais;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

Quadro 55 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Negativos
1	• Fomentar o turismo interno; • Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil; • Intensificar o programa de captação de eventos;	✓ Sobrecarga dos serviços e infraestrutura de saneamento básico, hotelaria e mobilidade urbana; ✓ Maior pressão sobre recursos naturais e culturais;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.2.1.2 Dimensão social

O aumento da atividade turística perseguido pelas ações propostas trará novos e crescentes fluxos de turistas e de investimentos, com a expectativa de geração de emprego e renda.

A inserção da região no Programa Nacional Vai Brasil, a intensificação da captação de eventos, os estudos do perfil da demanda, o monitoramento da participação em eventos e o Plano de *Marketing* proposto contribuem para aumentar a capacidade de governança na gestão da atividade turística, ao oferecer instrumentos de planejamento e controle do crescimento desejável da demanda turística. Trata-se de impactos positivos na dimensão social da região, na medida em que há um processo contínuo de planejamento com controle social.

São, porém, instrumentos que devem ser bem administrados, sob pena de ocorrerem efeitos não desejáveis, tais como a sazonalidade do crescimento da população, principalmente nas temporadas, com

as decorrentes consequências sobre a infraestrutura e serviços urbanos, que certamente afetarão negativamente a população local.

Os impactos negativos nos projetos de comercialização e divulgação dos destinos turísticos são bastante variados e numerosos, sendo o planejamento prévio fundamental para o sucesso e a minimização destes impactos. Entre eles, pode-se destacar que, na busca pelas oportunidades geradas pelo turismo, muitos trabalhadores abandonam seus modos de vida no meio rural para tentar um emprego nos centros urbanos mais próximos. No entanto, essa mão de obra, sem a devida formação e qualificação profissional e mal sucedidos em suas tentativas de ingresso no mercado de trabalho, acabam às margens do desenvolvimento turístico, formando bolsões de pobreza na periferia dos destinos.

A AAE tem entre suas diretrizes assegurar que os impactos promovidos pelos Planos, Programas e Projetos de desenvolvimento do turismo não comprometam o bem-estar das populações receptoras, no que se referem aos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Desse modo, as ações propostas pelo PDITS CG têm que estar em sintonia com essas orientações institucionais. Nesse sentido, a elaboração, implantação e execução de um Plano de *Marketing*, conforme está proposto no Programa, poderá favorecer positivamente os municípios do Polo Campo Grande e Região através da valorização da identidade cultural da comunidade local, ao divulgar os atrativos culturais, como os monumentos arquitetônicos, o artesanato, a gastronomia, as festas religiosas e manifestações populares de modo geral, e, em última instância, fortalecer o planejamento contínuo da atividade turística.

Entretanto, vislumbram-se impactos negativos decorrentes da sazonalidade do turismo, quando ocorre um aumento populacional em determinadas períodos do ano (férias escolares, finais de semana e feriados) causando implicações diversas nos destinos, incluindo, exploração maciça dos atrativos, a excessiva circulação de veículos nas vias públicas, o barulho, a elevada utilização da infraestrutura básica e o aumento do preço das mercadorias, provocando transtornos para as populações autóctones. Além disso, pode haver além de problemas de saneamento básico.

O turismo necessita de mão de obra para os setores de serviços e construção civil, o que contribui para a desestruturação da economia de subsistência das comunidades anfitriãs. Também influencia na mobilidade geográfica de trabalhadores -- gerando, consequentemente, conflitos pelas ofertas de trabalho entre os moradores das comunidades e os trabalhadores que vêm de fora. Outras consequências do aumento do número de trabalhadores nas comunidades anfitriãs são a escassez de moradias e a falta de escolas, centros de saúde e remédios para atender a todos.

A especulação imobiliária eleva o preço dos terrenos e conduz à descaracterização do ambiente e ao desalojamento dos moradores tradicionais do lugar -- que são, em geral, confinados a locais mais pobres e distantes.

É importante observar também que o deslocamento de pessoas pelo espaço geográfico constitui um enorme desafio para o controle de endemias (doenças próprias de um lugar e seus habitantes) e epidemias (doenças eventuais que têm caráter de visitação).

No Quadro 56 e Quadro 57 são relacionados os impactos das ações previstas no Componente Estratégia de Comercialização, relacionados à Dimensão Social.

Quadro 56 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Fomentar o turismo interno; • Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil; • Intensificar o programa de captação de eventos;	✓ Geração de emprego e renda; ✓ Ampliação das redes de fomento dos quilombolas, do artesanato e dos produtos da agricultura familiar locais; ✓ Oportunização de lazer aos habitantes locais;
2	• Elaborar e implantar o Plano de *Marketing* para o Polo;	✓ Geração de emprego e renda;
3	• Realizar pesquisa do perfil de demanda real e potencial; • Implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos;	✓ Adequação dos programas de estímulo à atividade turística às necessidade da sociedade;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

Quadro 57 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Negativos
1	• Fomentar o turismo interno; • Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil; • Intensificar o programa de captação de eventos;	✓ Sobrecarga dos serviços públicos; ✓ Aumento de tráfego nas áreas turísticas e na região; ✓ Estímulo à especulação imobiliária; ✓ Aumento do preço das mercadorias de consumo da população local; ✓ Riscos à saúde da população anfitriã.
2	• Elaborar e implantar o Plano de *Marketing* para o Polo;	✓ Sobrecarga dos serviços públicos; ✓ Estímulo à especulação imobiliária.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.2.1.3 Dimensão econômica

As ações previstas no PDITS CG relativas ao Componente Comercialização concentram investimentos, basicamente, na elaboração e implantação do Plano de *Marketing* e no fomento ao turismo interno, fortalecendo os mecanismos de comercialização e divulgação dos produtos e destinos do Polo, gerando, do ponto vista econômico, impactos positivos representados pelo acesso a informação

sobre tais produtos e destinos, o que favorece o aumento da competitividade e empreendedorismo, uma vez que incluem estudos de mercado (perfil da demanda e monitoramento da participação em eventos), de forma integrada às outras atividades econômicas que caracterizam a economia da região.

O Plano de *Marketing*, ao possibilitar o planejamento estratégico da comercialização e divulgação dos destinos, torna as ações mais efetivas, ao atingir os mercados de interesse, e, entre outras coisas, torna o destino mais competitivo.

No entanto, como impactos negativos, há o risco de que as mudanças na forma de exploração econômica da região, com o aumento da afluência e a partir do direcionamento da prestação de serviços aos turistas, possa provocar impactos na economia da população residente, com aumento dos preços de produtos e serviços, tornando o custo de vida mais caro. Do mesmo modo, a partir do momento de que os instrumentos propostos atraiam mais visitantes, há o risco de massificação da atividade turística.

Assim, há necessidade de se definir instrumentos para evitar que mudanças indesejáveis ocorram nas formas de exploração econômica da região afetada, com o direcionamento excessivo para a prestação de serviços ao turista.

Nos Quadro 58 e Quadro 59 são relacionados os impactos positivos e negativos decorrentes das ações propostas sobre a Dimensão Econômica.

Quadro 58 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Fomentar o turismo interno; • Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil; • Intensificar o programa de captação de eventos;	✓ Geração de emprego e renda; ✓ Valorização dos recursos turísticos do Polo;
2	• Elaborar e implantar o Plano de *Marketing* para o Polo;	✓ Valorização dos recursos turísticos do Polo; ✓ Fortalecimento da competitividade entre os serviços e produtos turísticos; ✓ Geração de emprego e renda;
3	• Realizar pesquisa do perfil de demanda real e potencial; • Implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos;	✓ Orientação dos investimentos;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

Quadro 59 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Negativos
2	• Elaborar e implantar o Plano de *Marketing* para o Polo;	✓ Aumento desordenado no fluxo de turistas;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.2.1.4 Dimensão cultural

Como considerado nos objetivos da AAE, a elaboração, implantação e execução de um Plano de *Marketing* e demais ações previstas no Componente em análise, poderão favorecer positivamente os municípios do Polo Campo Grande e Região através da valorização da identidade cultural da comunidade local ao divulgar os atrativos culturais como os monumentos arquitetônicos, o artesanato, a gastronomia, as festas religiosas e manifestações populares de modo geral, e, em última instância fortalecer o planejamento contínuo da atividade turística baseada em bens culturais. É gerada uma expectativa de valorização da identidade cultural, a partir de informações qualificadas sobre os lugares e sua população.

Entretanto, vislumbram-se impactos negativos decorrentes da exploração maciça dos atrativos culturais, o que poderá acarretar o comprometimento das estruturas dos bens históricos com ações depredatórias dos turistas e o fenômeno da arrogância cultural, provocando transtornos para as populações autóctones.

Corre-se o risco de os benefícios gerados pela atividade não atenderem às comunidades receptoras, acentuando mudança de valores e formas de comportamentos tradicionais da população local, influenciadas pelo modo de vida dos visitantes.

Para prevenir tais efeitos indesejáveis, é fundamental o planejamento prévio para o sucesso e a minimização destes impactos, em sintonia com as orientações institucionais, e, assim, alcançar os objetivos e diretrizes da AAE de assegurar que os impactos promovidos pelos Planos, Programas e Projetos de desenvolvimento do turismo não comprometam a identidade cultural local.

No Quadro 60 e Quadro 61 são elencados os impactos positivos e negativos decorrentes das ações propostas sobre a Dimensão Cultural.

Quadro 60 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Fomentar o turismo interno; • Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil; • Intensificar o programa de captação de eventos;	✓ Reconhecimento do valor dos recursos naturais e dos bens culturais; ✓ Ampliação das redes de fomento dos quilombolas, do artesanato e dos produtos da agricultura familiar locais; ✓ Estímulo a políticas de intercâmbio cultural;
2	• Elaborar e implantar o Plano de *Marketing* para o Polo;	✓ Valorização dos recursos turísticos do Polo; ✓ Reconhecimento do valor dos recursos naturais e dos bens culturais;
3	• Realizar pesquisa do perfil de demanda real e potencial; • Implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos;	✓ Reconhecimento do valor dos recursos naturais e dos bens culturais;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

Quadro 61 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Negativos
1	• Fomentar o turismo interno; • Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil; • Intensificar o programa de captação de eventos;	✓ Maior pressão sobre recursos naturais e culturais;
2	• Elaborar e implantar o Plano de *Marketing* para o Polo;	✓ Maior pressão sobre recursos naturais e bens culturais;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.2.1.5 Dimensão institucional

A estratégia de *marketing* para a comercialização dos produtos e serviços turísticos por meio das ações propostas no Componente em análise propiciará uma importante ferramenta na gestão do turismo, fortalecendo o planejamento e disponibilizando informação atualizada sobre a dinâmica de comercialização e, assim, maior eficácia e eficiência às ações de comunicação e *marketing*. Novos nichos de mercado serão conquistados e será ampliada a atratividade do Polo, tornando as ações mais efetivas ao atingir os mercados de interesse e, principalmente, o destino mais competitivo.

Nesse contexto, as ações propostas no PDTIS para o Componente Estratégia de Comercialização - ao observarem as recomendações do Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental, que estabelece como objetivo das ações do componente fortalecer a imagem dos destinos turísticos e garantir a

eficiência e eficácia dos meios de comercialização - geram sobre a dimensão institucional impactos positivos, disponibilizando para o setor os instrumentos de planejamento e gestão necessários ao ordenamento da atividade turística.

Tais impactos poderão ser negativos à medida que o aparato institucional não tenha capacidade para acompanhar e avaliar as informações providas por estas ferramentas. Também porque o incremento da comercialização e divulgação tende a concentrar investimentos no Polo, acentuando o movimento migratório em direção aos principais destinos, reduzindo oportunidades no meio rural e nos municípios do entorno, que não se beneficiam diretamente do turismo, uma vez que não há integração da cadeia produtiva. No médio prazo pode ser aumentada a demanda de serviços sociais nos destinos mais desenvolvidos, agravados pela deficiência de aparato institucional para acompanhamento e avaliação na implementação das ações do componente.

A promoção dos destinos turísticos de uma maneira planejada disponibiliza mecanismos que fortalecem a ação de governança que se volta para a informação, divulgação e comercialização do produto turístico de forma competitiva.

No Quadro 62 e Quadro 63 são elencados os impactos positivos e negativos do Componente em análise sobre a Dimensão Institucional.

Quadro 62 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Fomentar o turismo interno; • Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil; • Intensificar o programa de captação de eventos;	✓ Estímulo a políticas de intercâmbio cultural; ✓ Aumento da arrecadação de tributos;
2	• Elaborar e implantar o Plano de *Marketing* para o Polo;	✓ Disponibilização de um instrumento de gestão do turismo; ✓ Orientação dos investimentos e da busca de recursos para o desenvolvimento de ações e projetos; ✓ Aumento da arrecadação de tributos;
3	• Realizar pesquisa do perfil de demanda real e potencial; • Implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos;	✓ Melhoria no direcionamento do processo de promoção e comercialização do destino; ✓ Apoio a políticas de comercialização e promoção do turismo na região; ✓ Melhoria da organização do crescimento do setor turístico;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

Quadro 63 – Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Negativos
1	• Fomentar o turismo interno; • Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil; • Intensificar o programa de captação de eventos;	• Sobrecarga dos serviços públicos;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.2.2 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras

O conjunto de medidas potencializadoras e mitigadoras propostas representa uma importante ferramenta de gestão ambiental das ações propostas no PRODETUR para o Polo Campo Grande e Região, com o objetivo de otimizar e/ou ampliar os efeitos positivos e eliminar ou reduzir a consequência das alterações ambientais negativas identificadas e avaliadas.

A seguir, no Quadro 64 são relacionadas às medidas potencializadoras dos impactos positivos e no Quadro 65 as medidas mitigadoras dos impactos negativos, de acordo com os diversos grupos de ações considerados para o Componente Estratégia de Comercialização.

Quadro 64 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região.

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 1: AÇÕES 1 A 3 **Fomentar o turismo interno;** **Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil;** **Intensificar o programa de captação de eventos.** **(Continua)**	Geração de emprego e renda;	• Priorizar a mão de obra local, quando possível; • Promover a capacitação e qualificação profissional;
	Reconhecimento do valor dos recursos naturais e dos bens culturais;	• Divulgar as características dos recursos turísticos, capacitar os profissionais para atendimento ao turista e estimular o acesso a todos os produtos e serviços pela população local;
	Valorização dos recursos turísticos do Polo;	• Melhorar a infraestrutura e serviços básicos e manter a infraestrutura dos centros de eventos; • Estimular continuamente os empreendedores a investirem em suas atividades;
	Ampliação das redes de fomento dos quilombolas, do artesanato e dos produtos da agricultura familiar locais;	• Divulgar os produtos do artesanato local;

Quadro 64 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
(Continuação) **GRUPO 1: AÇÕES 1 A 3** **Fomentar o turismo interno;** **Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil;** **Intensificar o programa de captação de eventos.**	Estímulo a políticas de intercâmbio cultural;	• Estimular o turismo de estudos e intercâmbio técnico-científico;
	Aumento da arrecadação de tributos;	• Orientar os empresários quanto à legislação relativa a tributos e informá-los sobre sua destinação;
	Oportunização de lazer aos habitantes locais;	• Estimular programas de acesso aos atrativos pela população com taxas sociais na baixa temporada; • Priorização de mão de obra local, quando possível;
GRUPO 2: AÇÕES 4 E 5 **Elaborar e implantar plano de *marketing* para o Polo.** **(Continua)**	Valorização dos recursos turísticos do Polo;	• Estabelecer estratégia de divulgação, buscando objetividade na atração do público-alvo, dentro de uma política de associar a divulgação institucional (feita pelo poder público) à divulgação comercial (feita pela iniciativa privada); • Definir uma identidade visual para área de abrangência do turismo no Polo, compatibilizando logomarca, folhetos, sinalização, etc.;
	Disponibilização de um instrumento de gestão do turismo;	• Promover o acesso de todos os produtos e serviços no planejamento do *marketing*;
	Reconhecimento do valor dos recursos naturais e dos bens culturais;	• Divulgar as características dos recursos turísticos, capacitar os profissionais para atendimento ao turista e promover o acesso a todos os produtos e serviços à população local;
	Orientação dos investimentos e da busca de recursos para o desenvolvimento de ações e projetos;	• Promover o acesso de todos os produtos e serviços no planejamento do *marketing*;
	Fortalecimento da competitividade entre os serviços e produtos turísticos;	• Elaborar um calendário de promoções e eventos que possam potencializar a publicidade e estruturar o *marketing*, atuando com estratégias específicas em cada época do ano;
	Geração de emprego e renda;	• Priorizar a mão de obra local, quando possível; • Promover a capacitação e qualificação profissional;

Quadro 64 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 2: AÇÕES 4 E 5 **Elaborar e implantar plano de *marketing* para o Polo.** **(Continuação)**	Aumento da arrecadação de tributos;	• Orientar os empresários quanto à legislação relativa a tributos e informá-los sobre sua destinação;
GRUPO 3: AÇÕES 1 E 2 **Realizar pesquisa do perfil de demanda real e potencial;** **Implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos.**	Melhoria no direcionamento do processo de promoção e comercialização do destino;	• Maximizar a estratégia de *marketing*, incluindo todos os segmentos de interesse;
	Apoio a políticas de comercialização e promoção do turismo na região;	• Envolver as câmaras municipais e o legislativo estadual na definição de políticas de comercialização do setor;
	Orientação dos investimentos;	• Maximizar os investimentos em infraestrutura, equipamentos e divulgação de atrativos;
	Melhoria da organização do crescimento do setor turístico;	• Atualizar continuamente a pesquisa da demanda real e potencial;
	Reconhecimento do valor dos recursos naturais e dos bens culturais;	• Incluir na pesquisa as características dos recursos naturais e bens culturais, capacitando os profissionais envolvidos sobre esses temáticas e promovendo a participação dos segmentos da população;
	Adequação dos programas de estímulo à atividade turística às necessidade da sociedade;	• Demonstrar à sociedade os benefícios da participação na pesquisa;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

Quadro 65 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região.

Grupo de ações	Impactos negativos indicados	Medidas mitigadoras
GRUPO 1: AÇÕES 1 A 3 **Fomentar o turismo interno;** **Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil;** **Intensificar o programa de captação de eventos.**	Sobrecarga dos serviços públicos;	• Implantar programas de coleta seletiva e de educação ambiental; • Adotar sistemas de controle ambiental para tratamento de efluentes; • Adotar sistemas de controle ambiental para acondicionamento, transporte e tratamento de resíduos sólidos;
	Maior pressão sobre recursos naturais e culturais;	• Implantar programas de educação ambiental, inserindo as características sociais e culturais e a importância de sua preservação no desenvolvimento do turismo regional; • Estimular a adoção e implantação de programas e ações de economia de recursos naturais; • Estimular a adoção e implementação de ações visando à redução dos impactos ambientais;
	Sobrecarga dos serviços e infraestrutura de saneamento básico, hotelaria e mobilidade urbana;	• Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Desenvolvimento de estudos e planejamentos com projeções de demanda futura de serviços gerais considerando a população flutuante.
	Aumento de tráfego nas áreas turísticas e na região;	• Acompanhamento e monitoramento do tráfego de veículos e de indicadores de acidentes e de poluição do ar;
	Estímulo à especulação imobiliária;	• Elaborar, ajustar e implantar os planos diretores e legislação municipal de uso e ordenamento dos solos;
	Aumento do preço das mercadorias de consumo da população local;	• Promover a participação da sociedade na formulação das políticas econômicas e sociais do Polo;
	Riscos à saúde da população anfitriã;	• Desenvolver estudos e planejamentos com projeções de demanda futura de infraestrutura e serviços de saúde;

Quadro 65 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região.(Continuação)

Grupo de ações	Impactos negativos indicados	Medidas mitigadoras
GRUPO 2: AÇÕES 4 E 5 **Elaborar e implantar Plano de *marketing* para o Polo.**	Sobrecarga dos serviços públicos;	• Implantar programas de coleta seletiva e de educação ambiental; • Adotar sistemas de controle ambiental para tratamento de efluentes; • Adotar sistemas de controle ambiental para acondicionamento, transporte e tratamento de resíduos sólidos;
	Estímulo à especulação imobiliária;	• Elaborar, ajustar e implantar os planos diretores e legislação municipal de uso e ordenamento dos solos;
	Aumento desordenado no fluxo de turistas;	• Elaborar um calendário de promoções e eventos que possam potencializar a publicidade e estruturar o *marketing*, atuando com estratégias específicas em cada época do ano.
	Maior pressão sobre recursos naturais e bens culturais;	• Adotar sistemas de controle e fiscalização ambiental; • Integrar todos os atores das comunidades locais e desenvolver mecanismos de monitoramento das interferências culturais, principalmente sobre as comunidades tradicionais, indígenas e de quilombolas;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.3 Componente 3 – Fortalecimento Institucional

De acordo com o PDITS Polo Campo Grande e Região, o Componente Fortalecimento Institucional garante que o poder público municipal administre de maneira eficiente a atividade turística do município. As estratégias envolvem iniciativas como: modernização administrativa; implementação de ferramentas de gestão; capacitação técnica de equipes; fiscalização; monitoramento da atividade turística. Envolvem também iniciativas de fortalecimentos das relações público-privadas, instigando o amadurecimento destas relações.

O diagnóstico realizado no PDITS, juntamente com a atualização das informações desta Avaliação Ambiental Estratégica, identificou como principais forças e fraquezas relativas a este componente os itens apresentados no Quadro 66.

Quadro 66 – Forças e fraquezas do componente estratégia de fortalecimento institucional.

FORÇAS	FRAQUEZAS
• Instância de governança regional constituída. • 60% dos municípios possuem COMTUR instalado. • Existência de delegacia especializada em atendimento ao turista. • Os municípios conhecem a estrutura do Ministério do Turismo e os procedimentos necessários para captação de recursos. • Grande centralidade política exercida pela Capital do Estado, com concentração de infraestrutura, recursos e equipamentos e serviços turísticos. • Política de incentivo a estruturas que favorecem o turismo em Campo Grande. • Cadeia do turismo constituída em Campo Grande. • *Convention & Visitors Bureau* de Campo Grande instalado e ativo. • Campo Grande faz parte dos 65 Municípios Indutores do MTur. • Existência de órgão municipal ambiental atuante na Capital, capaz de licenciar os empreendimentos com maior agilidade e de promover a fiscalização dos mesmos com maior eficácia.	• Baixa relevância do setor turístico à gestão pública, expressa por poucas secretarias de turismo. • Estrutura político administrativa do turismo fragilizada, sem recursos humanos qualificados, sem orçamento próprio e sem decisão. • Ausência de interface entre as pastas administrativas. • Não há organização da iniciativa privada, exceto na Capital. • 40% dos municípios não possuem COMTUR instalado, e nem todos os instalados estão efetivados. • Participação no Fórum Regional e no Grupo Gestor do Destino indutor é incipiente. • Ausência de incentivos fiscais e benefícios específicos para a implantação de empreendimentos turísticos no Polo, excetuando-se os municípios de Campo Grande e Sidrolândia. • Descontinuidade de projetos apresentados. • Legislação turística insuficiente para ordenamento da atividade.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013). Adaptado do PDITS, (BRASIL, 2011).

Considerando tais forças e fraquezas, foi definido como estratégia modernizar a estrutura administrativa do Polo, visando o fortalecimento da gestão do turismo, para a qual foram indicadas 30 ações. Estas, de acordo com o PDITS e com a similaridade dos impactos, foram distribuídas em 2 grupos (BRASIL, 2011, p. 394), e estão detalhadas a seguir.

GRUPO 1:

Ações 1 a 20 – Elaborar e Implantar Plano de Fortalecimento Institucional nos municípios de Campo Grande, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos;

Objetivo: Fortalecer as estruturas e as atuações dos órgãos oficiais de turismo do Polo e, acima de tudo, fortalecer os municípios no que concerne a gestão do seu território, seja em termos de administração pública como também de reafirmação do lugar como destino turístico. A comunidade passa a ter iniciativas que reflitam valores, estilos de vida e o lado forte do turismo.

GRUPO 2:

Ações 21 a 30 - Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, Sidrolândia e Terenos, inserindo diretrizes turísticas; Elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Corguinho, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro e Rochedo, inserindo diretrizes turísticas;

Objetivo: Orientar o desenvolvimento da atividade turística, através da revisão dos Planos Diretores Participativos existentes inserindo diretrizes para o ordenamento turístico. Apoiar as administrações municipais na implementação dos seus respectivos Planos Diretores participativos, promovendo a organização, crescimento e o funcionamento da cidade, de modo a apoiar o processo de desenvolvimento sustentável do território, buscando parcerias entre a sociedade civil, empreendedores, poderes públicos e segmentos representativos para uma gestão democrática e participativa.

6.1.3.1 Dimensões

6.1.3.1.1 Dimensão ambiental

Embora Campo Grande disponha de normas e instrumentos de gestão e controle ambiental, o Diagnóstico do Polo revelou carência de ferramentas de apoio, as quais são inexistentes nos demais municípios, refletindo uma baixa capacidade de gestão ambiental e turística. Há falta de recursos humanos e materiais satisfatórios para a execução de suas atribuições formais e a relação institucional é frágil, desprovida de informação e sem planejamento integrado de longo prazo entre as esferas de gestão ambiental e de gestão do turismo.

Com as ações propostas, ter-se-á: a elaboração de um instrumento de planejamento, ordenamento e controle do uso e ocupação do solo municipal e de identificação das áreas de fragilidade ambiental; estabelecimento de regras para elaboração de projetos de execução, manutenção e utilização das obras e edificações; e, estabelecimento de diretrizes e parâmetros para a gestão ambiental e o planejamento do uso dos recursos naturais.

Assim, de maneira geral, são muito positivos sob a Dimensão Ambiental os impactos das ações de fortalecimento institucional, tendo em vista que os órgãos municipais e o estadual serão diretamente beneficiados com a melhoria da capacidade de gestão estadual e municipal da sustentabilidade da atividade turística, com o estabelecimento de regras claras para o crescimento dos lugares e das atividades e a provisão de ferramentas para gerir este crescimento.

Os ganhos são evidentes em termos administrativos e da reafirmação do lugar como destino turístico, a partir da disponibilização de ferramentas essenciais de apoio ao processo de desenvolvimento sustentável, com o melhor ordenamento e controle do uso e ocupação do solo (Plano de Fortalecimento Institucional e Plano Diretor Participativo), o que se refletirá na conservação e proteção dos atributos naturais e melhoria da capacidade municipal para a gestão do ordenamento da atividade turística.

Os impactos negativos podem surgir somente como ameaças no caso de estas ferramentas serem mal ou subutilizadas, que não incluam adequadamente uma visão de sustentabilidade nas atividades de fortalecimento da gestão local, que não se realize um planejamento integrado entre o desenvolvimento turístico e as condições de uso dos recursos naturais.

Em especial, há a ameaça de implantação do turismo de massa em áreas protegidas por falta de informações essenciais necessárias previstas em outros componentes, referentes ao potencial turístico do lugar, ou seja, a capacidade de suporte dos recursos naturais ou da infraestrutura em função do crescimento da atividade turística, e, também, referentes à capacitação de pessoal nas instituições públicas.

Observa-se ainda como ameaça ao alcance dos objetivos das ações a falta de participação da sociedade civil no encaminhamento de propostas que contemplem o ordenamento e defesa de áreas de grande fragilidade ecológica.

No Quadro 67 são elencados os impactos positivos do Componente em análise sobre a Dimensão Ambiental. Não foram apontados impactos negativos sobre a dimensão ambiental para os grupos de ações do componente Fortalecimento Institucional.

Quadro 67 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Elaborar e Implantar Plano de Fortalecimento Institucional nos municípios de Campo Grande, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos;	✓ Melhoria das relações e da integração entre o Estado, os municípios e a sociedade civil na gestão da atividade turística e meio ambiente;
2	• Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, Sidrolândia e Terenos, inserindo diretrizes turísticas; Elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Corguinho, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro e Rochedo, inserindo diretrizes turísticas;	✓ Minimização dos impactos sobre os recursos naturais e bens culturais;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.3.1.2 Dimensão social

Prevalecem nesta Dimensão os impactos positivos, tendo em vista que as ações propostas se refletirão na melhoria da qualidade de vida da população local, beneficiando a todos, tanto os visitantes quanto a população local, por favorecer a manutenção e recuperação da qualidade ambiental nas intervenções urbanas e no desenvolvimento da atividade turística, a partir dos instrumentos urbanísticos e ambientais previstos.

O planejamento territorial posiciona melhor o governo e a comunidade perante os problemas a serem administrados, pode democratizar as oportunidades e garantir condições satisfatórias para financiar o desenvolvimento municipal, disponibilizando os recursos de forma democrática e sustentável. Em suma, as ações previstas implicam na garantia de gestão da política de turismo que considere a inclusão social, ordenamento da estrutura urbana receptora dos investimos privados e distribuição equânime da infraestrutura.

Os impactos negativos ficam por conta de ameaças de desconsideração das limitações de infraestrutura e do potencial dos atrativos na elaboração dos diversos planos, assim como a falta de informações qualificadas no campo social e de maneira integrada com outros campos (ambiental, cultural, econômico e institucional) a serem propiciadas em outros componentes. Como consequência, podem ser acentuadas desigualdades na distribuição territorial da população, dos serviços e da infraestrutura.

No Quadro 68 são elencados os impactos positivos e negativos do Componente em análise sobre a Dimensão Social. Não foram apontados impactos negativos sobre a dimensão social para os grupos de ações do componente Fortalecimento Institucional.

Quadro 68 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Elaborar e Implantar Plano de Fortalecimento Institucional nos municípios de Campo Grande, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos;	✓ Aumento da sensibilização e controle da sociedade organizada quanto à utilização dos bens naturais e culturais;
2	• Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, Sidrolândia e Terenos, inserindo diretrizes turísticas; Elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Corguinho, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro e Rochedo, inserindo diretrizes turísticas;	✓ Aumento da sensibilização e controle da sociedade organizada sobre o uso e ocupação do solo quanto à utilização dos bens naturais e culturais;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.3.1.3 Dimensão econômica

São em sua maioria positivos os impactos incidentes sobre a economia causados pelas ações propostas nesse Componente, tendo em vista que, fortalecendo as instituições públicas para receber os novos investimentos por meio da disponibilização de ferramentas de planejamento, possibilita-se um maior controle sobre o crescimento da economia e da especulação imobiliária, com reflexos no fomento da atividade turística de maneira qualificada e sustentável, revertendo em valorização dos atrativos e produtos turísticos, aumento da oferta de emprego e da renda da população.

Destaca-se ainda que os Planos previstos concorrerão para incentivar a captação de novos investimentos voltados para a área do turismo, controlar os recursos destinados à viabilização dos instrumentos de planejamento e gestão do turismo e valorizar a conservação dos atributos naturais e potenciais atrativos turísticos e apoiar o desenvolvimento da atividade.

Importa também a melhoria e eficácia no atendimento ao empreendedor. Como impactos negativos nesta dimensão, há o risco de alteração da potencialidade de atrativos para o turismo, à medida que sejam destinados, nos planos diretores, a outras funções que não compatibilizem com esta. Do mesmo modo, à medida que se ordena a ocupação e o uso do solo, bem como as diversas atividades que se desenvolvem, há o risco de que, por restrição na utilização dos recursos naturais, segmentos sociais que os utilizam para sua sobrevivência possam ser prejudicados.

No Quadro 69, os impactos positivos resultantes das ações relativas a este Componente são elencados. Não foram apontados impactos negativos sobre a dimensão econômica para os grupos de ações do componente Fortalecimento Institucional.

Quadro 69 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Elaborar e Implantar Plano de Fortalecimento Institucional nos municípios de Campo Grande, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos;	✓ Apoio à captação e atração de recursos e investimentos em projetos de desenvolvimento do turismo;
2	• Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, Sidrolândia e Terenos, inserindo diretrizes turísticas; Elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Corguinho, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro e Rochedo, inserindo diretrizes turísticas;	✓ Apoio à captação e atração de recursos e investimentos em projetos de desenvolvimento do turismo;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.3.1.4 Dimensão cultural

Na dimensão cultural, destaca-se a possibilidade de fortalecimento da identidade cultural da região, com ações que promovem a participação da sociedade.

No Quadro 70, elencam-se os impactos incidentes sobre a Dimensão Cultural oriundos das ações propostas neste Componente. Não foram apontados impactos negativos sobre a dimensão cultural para os grupos de ações do componente Fortalecimento Institucional.

Quadro 70 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Elaborar e Implantar Plano de Fortalecimento Institucional nos municípios de Campo Grande, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos;	✓ Melhoria da capacidade de gestão pública municipal da sustentabilidade da atividade turística;
2	• Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, Sidrolândia e Terenos, inserindo diretrizes turísticas; Elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Corguinho, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro e Rochedo, inserindo diretrizes turísticas;	✓ Valorização do patrimônio natural, histórico e cultural;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.3.1.5 Dimensão institucional

A dimensão institucional envolve a tomada de decisões com vistas a assegurar a realização das ações previstas pelo PDITS.

O Diagnóstico realizado para a AAE identificou a ausência de estrutura institucional em todos os municípios do Polo, com exceção de Campo Grande, para conduzir a aplicação das normas e instrumentos de gestão ambiental e turística, não dispondo de recursos humanos e materiais satisfatórios para execução de suas atribuições formais, exigindo investimentos para o fortalecimento das instâncias governamentais, cujo risco de ausência de previsão de investimento é o impacto negativo da implantação das ações propostas no componente.

Nesta Dimensão a predominância é de impactos positivos, uma vez que as ações propostas promovem a qualificação da governança da atividade turística, a partir da provisão de ferramentas de ordenamento e de gestão em benefício da atividade turística. Com isto, as relações e a integração entre o estado e os municípios e entre as próprias instituições setoriais de governo local são melhoradas.

Como impactos negativos, há o risco de o governo não investir na qualificação e no fortalecimento da participação social, bem como limitar as informações do sistema ao turismo, sem considerar a necessidade de gestão da produção associada a esta atividade, fator importante para sua sustentabilidade.

A estratégia deste componente é preparar os municípios, tanto para o receptivo quanto para a atração turística de forma harmoniosa e hierarquizada, com a valorização das suas características culturais em termos de patrimônio natural e construído. Nesse sentido, os mecanismos urbanísticos territoriais poderão provocar a disponibilidade de instrumentos de gestão da política urbana e participação social e de controle na execução das obras e edificações, bem como da qualificação política para proteger áreas de fragilidade ambiental e orientar quanto às restrições de uso dessas áreas.

Mesmo com uma nova estratégia de ordenamento territorial, os municípios ainda poderão ter dificuldade em gerenciar o crescimento desordenado das cidades, pela deficiência do quadro técnico efetivo. No entanto, as ações previstas pelo PDITS procuram reduzir as pressões de degradação dos atrativos naturais e turísticos, gerando impactos positivos, que fortalecem o aparato institucional para a execução da política de turismo sustentável.

Por outro lado, uma ameaça é a falta de equipe técnica capacitada para implementação e de fortalecimento do canal de participação Social se coloca como um possível impacto negativo.

O Quadro 71 mostra a relação dos impactos potenciais das ações propostas pelo PDITS incidentes sobre a Dimensão Institucional, para este componente. Não foram apontados impactos negativos sobre a dimensão institucional para os grupos de ações do componente Fortalecimento Institucional.

Quadro 71 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente 3 - Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Elaborar e Implantar Plano de Fortalecimento Institucional nos municípios de Campo Grande, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos;	✓ Fortalecimento da capacidade de gestão pública municipal da sustentabilidade da atividade turística; ✓ Otimização da utilização dos recursos humanos e financeiros na implementação das ações do PRODETUR;
2	• Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, Sidrolândia e Terenos, inserindo diretrizes turísticas; Elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Corguinho, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro e Rochedo, inserindo diretrizes turísticas;	✓ Fortalecimento da capacidade pública de gestão; ✓ Aumento da sensibilização e controle da sociedade organizada sobre o uso e ocupação do solo quanto à utilização dos bens naturais e culturais;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.3.2 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras

A seguir, são relacionadas as medidas potencializadoras dos impactos positivos. Estas medidas referentes ao Componente 3 são elencadas no Quadro 72, de acordo com os diversos grupos de ações considerados. Não foram elencadas medidas mitigadoras pela ausência de impactos negativos.

Quadro 72 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 3 - Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região.

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 1: AÇÕES 1 A 20 **Elaborar e implantar Plano de Fortalecimento Institucional nos municípios de Campo Grande, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.**	Melhoria da capacidade de gestão pública municipal da sustentabilidade da atividade turística;	• Promover a capacitação e qualificação dos profissionais relacionados à implantação do Plano;
	Apoio à captação e atração de recursos e investimentos em projetos de desenvolvimento do turismo;	• Acompanhar editais de convocação para obtenção de recursos;
	Otimização da utilização dos recursos humanos e financeiros na implementação das ações do PRODETUR;	• Desenvolver programas de capacitação sobre as ações do PRODETUR;
	Aumento da sensibilização e controle da sociedade organizada quanto à utilização dos bens naturais e culturais;	• Promover a interação com a sociedade por meio da disponibilização de informações e busca de parcerias com as organizações sociais;
GRUPO 2: AÇÕES 21 A 30 **Revisar e atualizar o Plano Diretor participativo de Campo Grande, Sidrolândia e Terenos, inserindo diretrizes turísticas;** **Elaborar plano diretor participativo dos municípios de Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Corguinho, Nova alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro e Rochedo, inserindo diretrizes turísticas.**	Fortalecimento da capacidade pública de gestão;	• Capacitar e qualificar os gestores públicos;
	Aumento da sensibilização e controle da sociedade organizada sobre o uso do solo para atividades turísticas;	• Promover campanhas de sensibilização ambiental junto às comunidades;
	Valorização do patrimônio natural, histórico e cultural;	• Promover a participação das instituições representativas dos setores ambientalistas, históricos e das comunidades tradicionais;
	Apoio à captação e atração de recursos e investimentos em projetos de desenvolvimento do turismo;	• Estimular o uso e ocupação dos vazios urbanos por atividades turísticas, quando pertinentes;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.4 Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos

De acordo com o PDITS Polo Campo Grande e Região, o Componente Infraestrutura e Serviços Básicos agrupa iniciativas para garantir segurança e informações necessárias ao turista. O diagnóstico realizado no PDITS, juntamente com a atualização das informações desta Avaliação Ambiental Estratégica, identificou como principais forças e fraquezas relativas a este componente os itens apresentados no Quadro 73:

Quadro 73 – Forças e fraquezas do componente infraestrutura e serviços básicos.

Forças	Fraquezas
• O início da desativação do atual "aterro controlado" e a recuperação ambiental da área. • Construção de uma usina de triagem de resíduos sólidos em Campo Grande. • Projeto de novo aterro sanitário em Campo Grande devidamente licenciado, visando uma vida útil de 20 anos. • Existência de UPL em alguns municípios do Polo como, por exemplo, Dois Irmãos, Sidrolândia, Nova Alvorada do Sul. • Há projeto de construção de um aterro sanitário em tramitação no IMASUL/SEMAC/MS, em Rochedo. • Planejamento para o crescimento da rede de esgotamento sanitário do Polo e implantação do sistema em municípios antes não contemplados.	• Há poucos dados oficiais referentes ao abastecimento de água, esgoto sanitário, drenagem, resíduos sólidos e outros temas de infraestrutura. • O sistema de drenagem, em determinados pontos da Capital, não suporta a pressão exercida pelas águas pluviais em épocas de picos pluviométricos. • Os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Rochedo, Corguinho e Jaraguari operados por sistemas autônomos e sem transparência de informações. • Não há estudos da capacidade dos sistemas de saneamento para atender a projeção da população flutuante. • Deficiência de saneamento ambiental e baixa cobertura de rede de esgoto. • Ausência de política integrada para a gestão de resíduos sólidos e efluentes.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013). Adaptado do PDITS, (BRASIL, 2011).

Considerando tais forças e fraquezas, foi definido como estratégia melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos, para a qual foram indicadas 34 ações. Estas, de acordo com o PDITS e com a similaridade dos impactos, formaram 1 grupo (BRASIL, 2011, p. 394), e estão detalhadas a seguir.

GRUPO 1:

Ações 1 a 34 – Elaborar e implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo; Elaborar projeto de construção de UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti; Construir UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Construir aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; Elaborar projeto de esgotamento sanitário para os municípios de Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos;

Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo; Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo;
Objetivo: Atender a necessidade de redução e combate as perdas de água. Criar mecanismos legais, objetivando a proteção ao meio ambiente e o disciplinamento em relação aos resíduos sólidos, através da legislação pertinente. Elevar a qualidade de vida da população residente e flutuante nos municípios.

6.1.4.1 Dimensões

6.1.4.1.1 Dimensão ambiental

O Polo Campo Grande e Região, embora não utilize diretamente os recursos naturais como atrativos turísticos, de acordo com os estudos diagnósticos, são fontes de significativas demandas de água e de geração de efluentes e resíduos sólidos, em função dos meios de hospedagem, restaurantes e espaços de eventos.

Apesar de os indicadores relacionados ao saneamento básico terem melhorado nos últimos anos na região e existirem planejamentos concretos de novos investimentos, observa-se que a cobertura de esgotamento sanitário ainda é insuficiente, necessitando ampliação do sistema nos municípios de Campo Grande e Ribas do Rio Pardo, além da implantação de ações nos oito demais municípios, atualmente atendidos por fossas sumidouros.

Quanto à gestão de resíduos sólidos, os indicadores desde a diminuição, separação, reutilização, coleta seletiva, reciclagem/compostagem e destino final dos resíduos gerados, nos dez municípios em questão, necessitam de melhorias.

No que se refere ao abastecimento de água do Polo, embora atenda adequadamente a população local e ao atual fluxo de turistas, o aumento previsto da demanda pelo turismo requer o desenvolvimento de mecanismos de sensibilização do empresário e do turista, e de incentivos para que programas sustentáveis de redução do consumo de água sejam valorizados e adotados em maior escala.

Nesse contexto, é necessário desenvolver incentivos aos empreendimentos da cadeia turística juntamente com programas educativos da população residente e flutuante, para a adoção de hábitos e comportamentos que promovam a qualidade dos ambientes ocupados/visitados, voltados à redução do desperdício no uso da água de abastecimento e à reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos, abrangendo desde a origem do descarte dos resíduos até seu destino final.

Assim, nesta Dimensão as ações propostas impactam positivamente de maneira significativa, tendo em vista que para o desenvolvimento sustentável do turismo no Polo, é fundamental a existência de uma infraestrutura e serviços públicos eficazes, especialmente o saneamento básico e a gestão de resíduos sólidos, que são diretamente relacionados ao meio ambiente.

Espera-se com as ações propostas contribuir para redução do risco de contaminação e de degradação das áreas de fragilidade ambiental, sendo, por isso, medidas consideradas necessárias e

positivas para toda a região, pois novas condições de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, juntamente com um melhor controle e destino do lixo, elevam o padrão dos serviços, beneficiando o turismo e a região.

Observa-se, porém, que há impactos negativos a considerar, resultantes da implantação das obras de infraestrutura de saneamento, devido à geração de resíduos, riscos de processos erosivos, sedimentação, destruição de habitats, desmatamento, poluição sonora e atmosférica por particulados.

O Quadro 74 e Quadro 75 mostram a relação dos impactos potenciais das ações propostas pelo PDITS incidentes sobre a Dimensão Ambiental, para este componente.

Quadro 74 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Elaborar e implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo; Elaborar projeto de construção de UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti; Construir UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Construir aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; Elaborar projeto de esgotamento sanitário para os municípios de Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo; Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo;	✓ Redução dos impactos sobre as águas superficiais e subterrâneas; ✓ Redução da pressão sobre os recursos naturais; ✓ Aumento da vida útil dos aterros sanitários;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

Quadro 75 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Negativos
1	• Elaborar e implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo; Elaborar projeto de construção de UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti; Construir UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Construir aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; Elaborar projeto de esgotamento sanitário para os municípios de Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo; Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo;	✓ Impactos decorrentes da implantação das obras, advindos de eventual supressão de vegetação, desnudamento do solo, geração de resíduos e entulhos, interferências no lençol freático, inundações, movimentação de terra, abertura de valas e outras alterações do ambiente físico, interferência no patrimônio arqueológico, histórico e cultural, interferências nos equipamentos urbanos de utilidade pública, movimentação de máquinas pesadas (ruído, vazamento de substâncias, transtorno no trânsito), emissões atmosféricas de gases e poeiras, geração de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, etc.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.4.1.2 Dimensão social

Os estudos diagnósticos mostraram, de um lado, que as atividades turísticas são fontes de significativas demandas de água e de geração de efluentes e resíduos sólidos, e, de outro, que são insuficientes as estruturas dos serviços de saneamento básico existentes para suportar o acréscimo de demanda esperado com a implantação de novos empreendimentos.

Trata-se de serviços estreitamente relacionados à qualidade de vida da população e à satisfação do turista, tanto em vista das implicações sanitárias (gastrenterites, verminoses, hepatite e outras enfermidades gastrintestinais, mortalidade infantil) geradas pela deterioração das condições ambientais, forte dependência do segmento de turismo de negócios e eventos com esses serviços, quanto pela melhoria na qualidade de vida da população local e as oportunidades de renda geradas pela separação, reutilização, coleta seletiva, reciclagem/compostagem e destino final dos resíduos quando adequadamente tratados.

Apesar do bom índice de abastecimento de água, o atendimento à população flutuante principalmente na alta temporada concorrerá para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Nesse sentido, é importante ressaltar as medidas educativas da população residente e flutuante visando à adoção de hábitos e comportamentos voltados à redução do índice de perdas de água de abastecimento, como também à prevenção da contaminação das fontes de abastecimento superficial e subterrâneo, à qualidade dos ambientes ocupados/visitados e à segregação dos resíduos sólidos.

Os investimentos nas ações do componente vêm contribuir para a valorização dos espaços urbanizados, com a adequação e melhoria das estruturas receptivas para o atendimento aos visitantes, a redução da geração de resíduos com o aumento do fluxo turístico e a adequação do sistema de água e de coleta e tratamento de esgotos para as demandas geradas pela atividade turística.

Por estes aspectos, nesta Dimensão as ações propostas impactam positivamente de maneira significativa, tendo em vista que para o desenvolvimento sustentável do turismo no Polo, é fundamental a existência de uma infraestrutura e serviços públicos eficazes, especialmente o saneamento básico e a gestão de resíduos sólidos, que são diretamente relacionados à qualidade de vida da população.

As ameaças que podem se transformar em impactos negativos na dimensão social se não bem administradas, são decorrentes dos transtornos causados ao dia-a-dia da população local no decorrer das obras.

O Quadro 76 mostra a relação dos impactos potenciais das ações propostas pelo PDITS incidentes sobre a Dimensão Social para este componente. Não foram apontados impactos negativos sobre esta dimensão para os grupos de ações do componente Infraestrutura e Serviços Básicos.

Quadro 76 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Elaborar e implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo; Elaborar projeto de construção de UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti; Construir UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Construir aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; Elaborar projeto de esgotamento sanitário para os municípios de Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo; Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo;	✓ Melhoria da qualidade de vida da população; ✓ Redução dos problemas e gastos com saúde pública; ✓ Melhoria da percepção do destino pelo turista; ✓ Geração de oportunidades de emprego e renda;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.4.1.3 Dimensão econômica

Ressalta-se que, quando o Estado desenvolve políticas de indução do crescimento do turismo, vários setores da economia são direta e indiretamente afetados. Portanto, a área de saneamento deve estar alinhada à concepção, estratégias e metas propostas para que se obtenham os resultados esperados.

Atualmente, as condições da infraestrutura e serviços básicos da região do Polo apresentam-se deficientes para atendimento às demandas locais, apesar de os indicadores relacionados ao saneamento básico terem melhorado nos últimos anos na região e existirem planejamentos concretos de novos investimentos.

Mesmo com a ampliação expressiva do sistema de esgotamento sanitário ocorrido em Campo Grande nos últimos cinco anos, e com as projeções de ampliação da rede de Ribas do Rio Pardo e as previsões de implantações em Sidrolândia e Nova Alvorada do Sul, a cobertura de esgotamento sanitário ainda é insuficiente, necessitando ampliação do sistema nos municípios que já o possuem, além da implantação de ações nos demais municípios.

Quanto à gestão de resíduos sólidos, os indicadores desde a diminuição, separação, reutilização, coleta seletiva, reciclagem/compostagem e destino final dos resíduos gerados, nos dez municípios em questão, necessitam de melhorias.

Quanto ao abastecimento de água, para o crescimento do setor de turismo no Polo, principalmente da rede hoteleira e outras estruturas como bares, restaurantes e centros de convenções, a disponibilidade quantitativa e qualitativa de água é primordial, tornando-se necessário ainda monitorá-la em regiões que concentram grande demanda.

As ações previstas no componente Infraestrutura e Serviços Básicos provocam impactos econômicos positivos como aumento da competitividade, empreendedorismo e valorização ambiental dos destinos turísticos e, ainda, a criação de alternativas econômicas com a gestão dos resíduos.

Investir em esgoto pode significar um grande salto para os municípios, em termos da dotação da infraestrutura requerida para a instalação de modernas empresas. Os sistemas de esgoto apresentam-se, nos dias atuais, como obras de engenharia que conjugam menor custo de implantação e operação à incorporação de elevado nível de evolução tecnológica e maior qualidade e simplificação no processo construtivo.

No Quadro 77 são relacionados os impactos decorrentes das ações propostas com relação à Dimensão Econômica. Não foram apontados impactos negativos sobre a dimensão institucional para os grupos de ações do componente Infraestrutura e Serviços Básicos.

Quadro 77 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Elaborar e implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo; Elaborar projeto de construção de UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti; Construir UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Construir aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; Elaborar projeto de esgotamento sanitário para os municípios de Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo; Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo;	✓ Economia de recursos naturais e financeiros com uma maior eficiência dos sistemas; ✓ Geração de oportunidades de emprego e renda; ✓ Redução dos problemas e gastos com saúde pública;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.4.1.4 Dimensão cultural

Os principais impactos positivos da implementação das ações previstas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos dizem respeito ao fortalecimento da identidade cultural do Polo advinda da preparação dos espaços receptivos de turistas e visitantes.

Daí a importância de, além da melhoria da qualidade ambiental com a implantação das obras, o desenvolvimento de mecanismos de incentivos aos empreendimentos da cadeia turística para a adoção de sistemas que valorizem os pressupostos da sustentabilidade, incluindo sua dimensão cultural. Nesse contexto, é necessário monitorar os sistemas de saneamento principalmente em regiões que concentrem grande demanda, como em áreas de bares e restaurantes, assim como desenvolver mecanismos de sensibilização do empresário e do turista, e de incentivos para que programas sustentáveis de redução do consumo de água sejam valorizados e adotados em maior escala.

Assim, terá um significado altamente positivo o estímulo a boas práticas relativas à redução do índice de perdas no abastecimento de água, como a segregação dos resíduos e sua reutilização e reciclagem a serem adotadas tanto pelos empreendimentos turísticos como pela população residente.

Por estes aspectos, nesta Dimensão as ações propostas impactam positivamente, tendo em vista que para o desenvolvimento sustentável do turismo no Polo e causar satisfação aos visitantes, é fundamental a existência de uma infraestrutura eficaz de saneamento básico, que são diretamente relacionados à melhoria da qualidade ambiental.

No Quadro 78 são relacionados os impactos decorrentes das ações propostas com relação à dimensão cultural. Não foram apontados impactos negativos sobre esta dimensão para os grupos de ações do componente Infraestrutura e Serviços Básicos.

Quadro 78 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Elaborar e implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo; Elaborar projeto de construção de UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti; Construir UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Construir aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; Elaborar projeto de esgotamento sanitário para os municípios de Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo; Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo;	• Fortalecimento da identidade cultural do Polo;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.4.1.5 Dimensão institucional

Apesar de os indicadores relacionados ao saneamento básico terem melhorado nos últimos anos na região, em especial em Campo Grande, e existirem planejamentos concretos de novos investimentos para ampliação da rede de esgotamento sanitário de Ribas do Rio Pardo e implantações em Sidrolândia e Nova Alvorada do Sul, a infraestrutura de saneamento hoje existente no Polo ainda é insuficiente para atender o incremento do fluxo turístico previsto no PDITS CG, tendo em vista que o turismo no Polo ainda está em consolidação e ainda não é considerado pelos responsáveis pelo planejamento urbano do Polo, excetuando-se Campo Grande.

A cobertura de esgotamento sanitário ainda é insuficiente, necessitando ampliação do sistema nos municípios de Campo Grande e Ribas do Rio Pardo, além das previsões de implantações em Sidrolândia e Nova Alvorada do Sul. As futuras ampliações/melhorias já planejadas pelas empresas concessionárias de saneamento e órgãos públicos necessitam de se compatibilizarem com as novas metas decorrentes da efetiva implementação das estratégias e ações previstas pelo PRODETUR.

Ressalta-se que o investimento em esgotamento sanitário reduz significativamente os problemas e os gastos com saúde pública, visto que a falta de saneamento pode gerar diversas doenças, como gastrenterites, verminoses, hepatite e outras enfermidades gastrintestinais, sendo diretamente associada à mortalidade infantil.

Um dos fatores de agravamento da qualidade ambiental para qualquer centro urbano é a falta de planejamento são os resíduos sólidos gerados, desde a diminuição, separação, reutilização, coleta seletiva, reciclagem/compostagem e destino final nos municípios do Polo, serviços estes que são duplicados em alta temporada, demandando a adequação das gestões municipais. A segregação dos resíduos, a coleta seletiva e a adequada destinação, serão fatores de aumento da vida útil dos aterros sanitários, impactando diretamente a gestão pública.

Quanto ao sistema de abastecimento de água do Polo atende adequadamente a população local e ao atual fluxo de turistas. No entanto, considerando que a região é altamente promissora para o desenvolvimento da atividade turística, há necessidade de garantir o abastecimento público dos municípios do Polo, bem como, servir de base para o planejamento urbano das cidades e contribuir para o gerenciamento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da região considerando sua utilização e formas de preservação.

Na gestão do saneamento, importante papel desempenhado pelos municípios será o desenvolvimento de mecanismos de incentivos aos empreendimentos da cadeia turística para a adoção de sistemas ecoeficentes, como, por exemplo, o reuso de águas residuais e o reaproveitamento da água da chuva em usos menos restritivos, reduzindo a emissão de efluentes e diminuindo a demanda desse serviço. Atualmente, esses mecanismos começam a ser adotados em algumas unidades de redes hoteleiras junto a outras práticas sustentáveis.

As ações propostas trarão impactos significativos na Dimensão Institucional, à medida que fortalecem o papel do estado e dos municípios na dinamização da atividade turística sustentável e na satisfação dos segmentos sociais beneficiados. Além disso, será uma forma de se adequarem aos dispositivos legais municipais, estaduais e federais, tais como a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Política Nacional de Saneamento Básico.

Como ameaças, tem-se o risco de ausência de transparência e participação social na discussão e aprovação dos projetos executivos e o aumento da necessidade de presença do gestor público sem que a maioria dos municípios esteja preparada para atendê-la. Há também o risco de ser afetada a capacidade financeira e gerencial das administrações públicas para garantir a adequada prestação dos serviços. Tais riscos têm possibilidade de se concretizarem em impactos com chances de ocorrer caso não seja realizado um planejamento dessas atividades dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável.

No Quadro 79 estão relacionados os impactos das ações propostas incidentes na Dimensão Institucional. Não foram apontados impactos negativos sobre esta dimensão para os grupos de ações do componente Infraestrutura e Serviços Básicos.

Quadro 79 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Elaborar e implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo; Elaborar projeto de construção de UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti; Construir UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Construir aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; Elaborar projeto de esgotamento sanitário para os municípios de Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo; Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo;	✓ Aumento da vida útil dos aterros sanitários; ✓ Adequação às exigências legais municipais, estadual e federal;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.4.2 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras

O conjunto de medidas potencializadoras e mitigadoras propostas representa uma importante ferramenta de gestão ambiental das ações propostas no PRODETUR para o Polo Campo Grande e Região, com o objetivo de otimizar e/ou ampliar os efeitos positivos e eliminar ou reduzir a consequência das alterações ambientais negativas identificadas e avaliadas.

A seguir, no Quadro 80 são relacionadas as medidas potencializadoras dos impactos positivos e no Quadro 81 as medidas mitigadoras dos impactos negativos, de acordo com os diversos grupos de ações considerados, para os Componente Infraestrutura Básica e Serviços.

Quadro 80 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região.

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 1: AÇÕES 1 A 34 **Elaborar e implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo;** **elaborar projeto de construção de UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti;** **Construir UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos;** **Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos;** **Construir aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos, conforme projeto integrado de resíduos sólidos;** **Elaborar projeto de esgotamento sanitário para os municípios de Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos;** **Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos;** **Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo;** **Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo.** **(continua)**	Redução da pressão sobre os recursos naturais;	• Aproveitar adequadamente os recursos naturais e a infraestrutura já existente na cidade;
	Aumento da vida útil dos aterros sanitários;	• Implantar a coleta seletiva e a reciclagem e promover campanhas informativas sobre a economia dos recursos públicos com a adoção de práticas sustentáveis;
	Redução dos impactos sobre as águas superficiais e subterrâneas;	• Promover campanhas educativas de sensibilização quanto à importância da preservação das águas;
	Melhoria da qualidade de vida da população;	• Promover campanhas de sensibilização da sociedade sobre a importância da participação e colaboração nas ações propostas;
	Redução dos problemas e gastos com saúde pública;	• Promover campanhas informativas sobre a economia dos recursos públicos com a adoção de práticas sustentáveis;
	Melhoria da percepção do destino pelo turista;	• Promover campanhas informativas aos visitantes sobre as ações de saneamento básico implementadas pelo poder público e as práticas sustentáveis adotadas pelos empreendedores turísticos e a população local;

Quadro 80 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
(continuação) **GRUPO 1: AÇÕES 1 A 34** **Elaborar e implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo;** **elaborar projeto de construção de UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti;** **Construir UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos;** **Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos;** **Construir aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos;** **Elaborar projeto de esgotamento sanitário para os municípios de Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos;** **Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos;** **Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo;** **Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo.**	Geração de emprego e renda;	• Priorizar a mão de obra local, quando possível; • Promover a capacitação e qualificação profissional;
	Economia de recursos naturais e financeiros com uma maior eficiência dos sistemas;	• Promover campanhas informativas aos visitantes sobre as ações de saneamento básico implementadas pelo poder público e as práticas sustentáveis adotadas pelos empreendedores turísticos e a população local;
	Fortalecimento da identidade cultural do Polo;	• Promover campanhas informativas aos visitantes sobre as ações de saneamento básico implementadas pelo poder público e as práticas sustentáveis adotadas pelos empreendedores turísticos e a população local;
	Adequação às exigências legais municipais, estadual e federal;	• Acompanhar e monitorar o cumprimento das exigências legais;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

Quadro 81 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região.

Grupo de Ações	Impactos Negativos Indicados	Medidas Mitigadoras
GRUPO 1: AÇÕES 1 A 34 **Elaborar e implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo;** **elaborar projeto de construção de UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti;** **Construir UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos;** **Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos;** **Construir aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos;** **Elaborar projeto de esgotamento sanitário para os municípios de Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos;** **Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos;** **Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo;** **Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo.**	Impactos decorrentes da implantação das obras, advindos de eventual supressão de vegetação, desnudamento do solo, geração de resíduos e entulhos, interferências no lençol freático, inundações, movimentação de terra, abertura de valas e outras alterações do ambiente físico, interferência no patrimônio arqueológico, histórico e cultural, interferências nos equipamentos urbanos de utilidade pública, movimentação de máquinas pesadas (ruído, vazamento de substâncias, transtorno no trânsito), emissões atmosféricas de gases e poeiras, geração de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, etc.;	• Elaborar e implantar o plano de gestão de resíduos sólidos em todas as obras; • Proceder ao licenciamento ambiental das obras, integrando-o com os planos diretores municipais; • Integrar os projetos de saneamento com os Planos Diretores municipais;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.5 Componente 5 – Gestão Ambiental

De acordo com o PDITS Polo Campo Grande e Região, o Componente Gestão Ambiental agrupa iniciativas de qualidade ambiental e de estímulo à participação da sociedade na atividade turística.

O diagnóstico realizado no PDITS, juntamente com a atualização das informações desta Avaliação Ambiental Estratégica, identificou como principais forças e fraquezas relativas a este componente os itens apresentados no Quadro 82.

Quadro 82 – Forças e fraquezas do componente estratégia de gestão ambiental.

Forças	Fraquezas
• Estruturas político-administrativa de meio ambiente em todos os municípios do Estado, destacando-se também, a presença na Capital do órgão ambiental oficial estadual (IMASUL/SEMAC). • Existência de programas, projetos e planos (nacionais, estaduais e municipais) ambientais abrangendo o Polo Campo Grande e Região. • Em algumas localidades o licenciamento ambiental de impacto local começa a ser realizado pelo próprio órgão ambiental oficial municipal. • Existência de legislação ambiental estadual reguladora da atividade turística e igualmente legislação ambiental municipal, principalmente em Campo Grande. • Unidades de Conservação instituídas. • Existência de legislação municipal criando Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Fundo Municipal do Meio Ambiental, em grande parte do Polo e efetiva implantação dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente em: Campo Grande, Jaraguari, Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia. • Realização de conferências do meio ambiente nos municípios. • Fiscalização ambiental dos empreendimentos turísticos. • Indicadores ambientais em construção, como IAD/MS.	• Crescente índice de poluição sonora associada ao setor de turismo. • Baixa capacidade operacional dos órgãos oficiais ambientais (estadual e municipais) pela insuficiência de recursos humanos e equipamentos para licenciar e fiscalizar os empreendimentos. • Baixa implantação dos programas, projetos e planos ambientais existentes. • Deficiência de saneamento ambiental e baixa cobertura de rede de esgoto. • Pouca utilização de práticas ecologicamente corretas – redução do consumo de água, energia, redução do desperdício de alimentos etc. • Existência de disposição irregular de resíduos sólidos em todos os municípios. • Conselhos Municipais do Meio Ambiente e Fundos Municipais do Meio Ambiente criados por legislação e não instituídos na prática. • Poucos planos de manejo das UC elaborados e implantados no Polo. • Projetos referentes à educação ambiental insuficientes. • Coleta seletiva implantada parcialmente no município de Campo Grande. • Alguns empreendimentos turísticos sem licenciamento ambiental.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013). Adaptado do PDITS, (BRASIL, 2011).

Considerando tais forças e fraquezas, foi definida como estratégia melhorar a qualidade ambiental da área turística, para a qual foram indicadas 9 ações. Estas, de acordo com o PDITS e com a similaridade dos impactos, foram distribuídas em 4 grupos (BRASIL, 2011, p. 397-400), e estão detalhadas a seguir.

GRUPO 1:

Ações 1 a 4 – Revisar o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios do Polo; elaborar e implantar o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental; elaborar Agenda 21 regional;

Objetivo: Atualizar e aperfeiçoar os instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios do Polo à luz da política e de diretrizes municipais para o setor. Fortalecer institucionalmente os municípios do Polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local.

GRUPO 2:

Ações 1 - Implantação do projeto Caminhos do Futuro do MTur, no Polo;

Objetivo: Inserir conteúdos de turismo sustentável nas escolas públicas visando à formação de jovens com consciência sobre a exploração turística e o meio ambiente.

GRUPO 3:

Ações 2 e 3 - Elaborar e implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos, para o Polo;

Objetivo: Criar mecanismos legais, objetivando a proteção ao meio ambiente e o disciplinamento em relação ao lixo, através da legislação pertinente.

GRUPO 4:

Ações 1 e 2 - Elaborar e implantar a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE;

Objetivo: A elaboração da AAE serve de base para a avaliação dos impactos ambientais diretos, indiretos/estratégicos, cumulativos e sinérgicos do conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo programa, em concomitância com os seus respectivos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), sendo um requisito recomendado no Manual de Gestão Socioambiental do PRODETUR Nacional, que por sua vez reflete as políticas ambientais vigentes no país, bem como a política de meio ambiente e cumprimento de salvaguardas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Implantar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) no Polo.

6.1.5.1 Dimensões

6.1.5.1.1 Dimensão ambiental

No Brasil, o marco legal relativo ao meio ambiente é tido como atual, completo, de qualidade e eficaz se aplicado em sua plenitude. Em sua maioria, as leis, decretos e instrumentos normativos pertinentes originam-se no âmbito federal e estadual de governo, porém é na esfera municipal que se direcionam esses instrumentos regulatórios da gestão ambiental.

Os estudos diagnósticos indicam que o Código Municipal de Meio Ambiente hoje em vigor nos municípios do Polo apresentam-se de modo geral como documento regulador da gestão setorial, com

conteúdo bastante completo, abrangente e tecnicamente adequado. Entretanto, falta-lhe a base das definições estratégicas.

O turismo baseado nos recursos naturais focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas. A região não dispõe de nenhuma orientação nesse aspecto.

Assim, trará efeitos positivos a atualização e o aperfeiçoamento dos instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios do Polo, considerando as necessidades locais, de maneira a se obter maior eficiência na legislação para a preservação do meio ambiente.

Quanto ao Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental, são evidentes seus efeitos na Dimensão Ambiental, ao promover o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local, ao visar o uso racional dos recursos naturais, a ocupação territorial compatível com a capacidade de suporte do meio natural, a regulação das atividades potencialmente poluidoras, a recuperação de áreas degradadas, a restauração do equilíbrio ecológico dos sistemas naturais e a potencialização dos processos de desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21 regional, ao elaborar, implementar, monitorar e avaliar um plano local de desenvolvimento sustentável e se integrar ao Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental, imprimirá maior efetividade aos objetivos da preservação dos recursos naturais.

A inclusão de temáticas relacionadas ao turismo nas escolas públicas, prevista no projeto Caminhos do Futuro do MTur, certamente impactará positivamente nesta Dimensão Ambiental, ao disponibilizar material didático pedagógico de apoio e capacitar professores para relacionar a atividade turística com o meio ambiente, a geografia e a cartografia, entre outros aspectos. Busca-se assim despertar nas crianças e jovens o interesse pela conservação do patrimônio natural e cultural.

Quanto ao Plano Integrado de Resíduos Sólidos para o Polo, deverá contribuir decisivamente para a superação de um dos maiores fatores de agravamento da qualidade ambiental urbana, ao suprir a falta de planejamento para a deposição do resíduo sólido gerado, considerando as ações e etapas de redução, separação, reutilização, reciclagem, acondicionamento, coleta seletiva, compostagem e destinação adequadas, além de incluir um processo de educação da população residente e flutuante para adotar hábitos e comportamentos que promovam a qualidade dos ambientes ocupados/visitados.

No que se refere à Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, esta serve de base para a avaliação dos impactos ambientais diretos, indiretos/estratégicos, cumulativos e sinérgicos do conjunto de ações a serem desenvolvidas propostas pelo Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Campo Grande e Região – PDITS. A identificação de impactos e a criação de mecanismos de monitoramento proporcionarão melhorias na qualidade ambiental, simultaneamente ao crescimento da oferta de produtos e serviços turísticos.

Assim, a legislação ambiental, o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental. a Agenda 21 regional, o projeto Caminhos do Futuro do MTur, o Plano Integrado de Resíduos Sólidos e a Avaliação

Ambiental Estratégica dos municípios, propostos pelo Componente, constituem importantes ferramentas de proteção, recuperação, conservação e uso sustentável de áreas já identificadas como frágeis e de risco ambiental elevado, que podem, com estas medidas, aumentar sua relevância como atrativos para a atividade turística.do Polo.

No Quadro 83 e Quadro 84 estão relacionados os impactos das ações propostas incidentes na Dimensão Ambiental.

Quadro 83 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Ambiental dos Impactos das Ações Propostas no Componente Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Revisar o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios do Polo; elaborar e implantar o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental; elaborar Agenda 21 regional;	✓ Adequação da legislação municipal de meio ambiente aos princípios da sustentabilidade ambiental;
2	• Implantação do projeto Caminhos do Futuro do MTur, no Polo;	✓ Maior proteção ambiental dos municípios e dos atrativos turísticos;
3	• Elaborar e implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos, para o Polo;	✓ Melhoria da qualidade ambiental local; ✓ Aumento da eficiência do tratamento dos resíduos sólidos nos municípios; ✓ Aumento da vida útil dos aterros sanitários;
4	• Elaborar e implantar a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE;	✓ Compatibilização das atividades turísticas com o desenvolvimento sustentável do Polo; ✓ Prevenção dos impactos ambientais negativos da atividade turística e proposição de medidas para minimizá-los, mitigá-los ou compensá-los e potencializar os positivos;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

Quadro 84 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Ambiental dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região

Grupo	Ações	Impactos Negativos
3	• Elaborar e implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos, para o Polo;	✓ Impactos decorrentes da implantação das obras, advindos de eventual supressão de vegetação, desnudamento do solo, geração de resíduos e entulhos, interferências no lençol freático, inundações, movimentação de terra, abertura de valas e outras alterações do ambiente físico, interferência no patrimônio arqueológico, histórico e cultural, interferências nos equipamentos urbanos de utilidade pública, movimentação de máquinas pesadas (ruído, vazamento de substâncias, transtorno no trânsito), emissões atmosféricas de gases e poeiras, geração de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, etc.;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.5.1.2 Dimensão social

São potencialmente fontes de conflitos entre o desenvolvimento de atividades turísticas, população e o local de desenvolvimento destas atividades as restrições impostas por instrumentos legais de conservação da natureza, bem como as consequências do uso do ambiente, as relações entre as condições de vida das comunidades locais e a conservação da biodiversidade local e a falta de informação e orientação sobre o cotidiano das populações locais. As ações deste Componente oferecem uma perspectiva para neutralizar ou prevenir essas eventuais implicações negativas do crescimento do turismo sobre a Dimensão Social.

O Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental, o Código Municipal de Meio Ambiente, a Agenda 21 Regional, o Plano Integrado de Resíduos Sólidos para o Polo e a Avaliação Ambiental Estratégica oferecerão definições claras e objetivas dos limites e das possibilidades de intervenção no meio ambiente das comunidades locais.

Ressalta-se nas diversas ações a construção do planejamento incluindo a mobilização da sociedade local por meio de fóruns de discussão participativa entre a administração municipal, os CONDEMAs e a comunidade local e a busca da sensibilização da comunidade e a potencialização do papel de educador ambiental exercido pelos cidadãos em seu cotidiano visando à adoção de hábitos e comportamentos que promovam a qualidade dos ambientes ocupados/visitados. Também se destacam do ponto de vista social, as oportunidades de geração de emprego e renda nas etapas de coleta seletiva, separação, reutilização, reciclagem, acondicionamento e compostagem dos resíduos sólidos.

É relevante ainda a inclusão de temáticas relacionadas ao turismo nas escolas públicas, prevista no projeto Caminhos do Futuro do MTur, principalmente ao considerar aspectos relativos ao lazer, comunicação, hospitalidade e à cidadania, terá implicações sociais positivas em vista do apoio à compreensão da atividade turística para o bem estar da população, de forma sustentável e inclusiva, gerando renda e benefícios para todos.

As ações propostas contribuirão assim para a promoção da cidadania ambiental, por meio da maior consciência sobre a exploração sustentável do turismo e maior participação da comunidade nos conselhos municipais de turismo e meio ambiente.

No Quadro 85 são relacionados os impactos incidentes sobre a Dimensão Social. Não foram apontados impactos negativos sobre esta dimensão para os grupos de ações do componente Gestão Ambiental.

Quadro 85 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Social dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Revisar o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios do Polo; elaborar e implantar o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental; elaborar Agenda 21 regional;	✓ Adequação das exigências legais ambientais nos municípios aos princípios da sustentabilidade ambiental e da promoção da qualidade de vida;
2	• Implantação do projeto Caminhos do Futuro do MTur, no Polo;	✓ Sensibilização das comunidades para a preservação ambiental e o turismo sustentável; ✓ Maior participação da comunidade nos conselhos de meio ambiente e turismo;
3	• Elaborar e implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos, para o Polo;	✓ Melhoria da qualidade de vida da população local; ✓ Criação de oportunidades de emprego e renda; ✓ Redução na incidência de doenças relacionadas aos resíduos sólidos;
4	• Elaborar e implantar a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE;	✓ Compatibilização da atividade turística com a melhoria da qualidade de vida da população;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.5.1.3 Dimensão econômica

O planejamento municipal tem seguido uma prática de tratamento, na maioria das vezes dependente de tendências de crescimento econômico e pressões do mercado imobiliário, desconsiderando os indicadores urbanísticos e ambientais, com risco de contribuir para o crescimento da especulação imobiliária e de mudanças inadequadas dos usos e ocupação tradicionais do solo, além da possibilidade de desconsiderar áreas de grande atratividade para o desenvolvimento do turismo.

Isto é particularmente importante para os municípios do Polo Campo Grande e Região, que não contam com instrumentos adequados de planejamento que considerem com eficácia as questões ambientais, para o desenvolvimento econômico, privando o investidor de orientações claras sobre aspectos restritivos relativos à localização, implantação e funcionamento dos atrativos e serviços turísticos.

O Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental, o Código Municipal de Meio Ambiente, a Agenda 21 Regional, o Plano Integrado de Resíduos Sólidos para o Polo e a Avaliação Ambiental Estratégica oferecerão definições claras e objetivas dos limites e das possibilidades de intervenção no meio ambiente das comunidades locais, estimulando a conservação dos atributos naturais e culturais e a sua atratividade como destino turístico.

Também se destacam do ponto de vista da Dimensão Econômica, as oportunidades de geração de emprego e renda nas etapas de coleta seletiva, separação, reutilização, reciclagem, acondicionamento e compostagem dos resíduos sólidos.

Ao inserir nos objetivos educacionais das escolas públicas aspectos relacionados ao funcionamento da atividade turística, em especial às finanças, o projeto Caminhos do Futuro do MTur vai proporcionar uma maior compreensão das potencialidades do turismo sustentável para o desenvolvimento do município, despertando ainda o interesse pelas carreiras emergentes no mercado do turismo.

A criação de instrumentos normativos de gestão financeira deverão subsidiar a gestão do meio ambiente, tornando os dados e informações resultantes permanentemente disponíveis ao público.

As ações previstas no Componente Gestão Ambiental vêm assim contribuir de forma bastante positiva na Dimensão Econômica.

No Quadro 86 são relacionados os impactos incidentes sobre a Dimensão Econômica. Não foram apontados impactos negativos sobre esta dimensão para os grupos de ações do componente Gestão Ambiental.

Quadro 86 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Econômica dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Revisar o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios do Polo; elaborar e implantar o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental; elaborar Agenda 21 regional;	✓ Disponibilização de instrumentos normativos de gestão financeira e de orientações claras para a aplicação de investimentos;
2	• Implantação do projeto Caminhos do Futuro do MTur, no Polo;	✓ Maior compreensão das potencialidades do turismo sustentável para o desenvolvimento do município;
3	• Elaborar e implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos, para o Polo;	✓ Criação de oportunidades de emprego e renda; ✓ Ampliação de possibilidade de captação de recursos federais; ✓ Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais e Regionais;
4	• Elaborar e implantar a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE;	✓ Atração de investimentos;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.5.1.4 Dimensão cultural

A legislação ambiental em vigor nos municípios de modo geral abrange questões especificamente afetas ao meio ambiente, sem incluir aspectos voltados à preservação do patrimônio e da identidade cultural do município.

A mobilização da sociedade local no processo de construção dos instrumentos de planejamento previstos nas ações propostas propiciarão, nos fóruns de discussão participativa entre a administração municipal, os conselhos e a comunidade local, a sensibilização desta e a sua efetiva contribuição de maneira a abranger e inserir nos documentos gerados, também o patrimônio cultural material e imaterial.

A inclusão de temáticas relacionadas à cultura e à cidadania nas atividades educativas transversais das escolas públicas oportunizada pelo projeto Caminhos do Futuro do MTur, certamente vai proporcionar impactos positivos para a compreensão da Dimensão Cultural do turismo nos municípios do Polo. Entre outros conteúdos, os professores serão capacitados para que absorvam novos conhecimentos e despertem nas crianças e jovens o interesse pela conservação do patrimônio cultural, incluindo-o nos pressupostos da sustentabilidade.

Os impactos positivos na Dimensão Cultural resultam de que as ações propõem ferramentas importantes para o gerenciamento desses aspectos por meio de diretrizes de planejamento da utilização do patrimônio cultural e de estímulo à preservação da identidade cultural, além da sensibilização das comunidades locais quanto à dimensão cultural na sustentabilidade do turismo.

No Quadro 87 são elencados os impactos concernentes à Dimensão Cultural. Não foram apontados impactos negativos sobre esta dimensão para os grupos de ações do componente Gestão Ambiental.

Quadro 87 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Cultural dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Revisar o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios do Polo; elaborar e implantar o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental; elaborar Agenda 21 regional;	✓ Maior proteção dos bens culturais; ✓ Sensibilização das comunidades quanto ao turismo sustentável;
2	• Implantação do projeto Caminhos do Futuro do MTur, no Polo;	✓ Capacitação dos professores com relação aos conteúdos de turismo sustentável; ✓ Maior proteção dos bens culturais; ✓ Sensibilização das comunidades quanto ao turismo sustentável; ✓ Valorização da identidade cultural;

Quadro 87 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Cultural dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.(Continuação)

Grupo	Ações	Impactos Positivos
3	• Elaborar e implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos, para o Polo;	✓ Sensibilização das comunidades quanto ao turismo sustentável;
4	• Elaborar e implantar a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE;	✓ Sensibilização das comunidades quanto ao turismo sustentável;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.5.1.5 Dimensão institucional

O IMASUL, a Polícia Militar Ambiental, e supletivamente o IBAMA, respondem pela manutenção da qualidade ambiental no Polo Campo Grande e Região, atuando, principalmente, na educação, fiscalização, licenciamento e monitoramento ambiental dos recursos naturais e antrópicos.

Os instrumentos legais instituídos nos municípios do Polo são restritos e esparsos, ou seja, inexistem leis, decretos, instruções ou outros instrumentos normativos voltados para a regulação/ordenação das atividades turísticas nos municípios, nem mesmo voltadas para qualquer ação direta de fiscalização ou para o gerenciamento dos atrativos turísticos de propriedades municipais. No Polo o marco legal e Institucional é ineficiente, a legislação do turismo ainda é incipiente deixando muitas lacunas a serem preenchidas nesse setor.

Todos os municípios do Polo possuem diretoria ou departamento específico para as áreas de turismo e do meio ambiente, excetuando-se o município de Nova Alvorada do Sul. Nota-se que muitas vezes esses departamentos ou diretorias integram secretarias, cujos interesses podem ser conflitantes, limitando a capacidade e a eficiência da gestão ambiental desenvolvida no município.

Entretanto, os estudos diagnósticos revelam que os municípios que compõem o Polo, com exceção de Campo Grande, ainda não possuem capacidade institucional instalada para efetivamente desenvolverem seu papel de gestão pública adequada do meio ambiente, apesar da existência de projeto, programas e ações. A maioria carece de políticas públicas, normas e legislações municipais específicas, embora disponha em menor grau de políticas e ações públicas, especialmente na área ambiental.

A melhor situação quanto à gestão ambiental do município de Campo Grande deve-se à presença e atuação do órgão municipal de meio ambiente, turismo e planejamento urbano. Em Campo Grande, a gestão municipal do meio ambiente está sob a responsabilidade da SEMADUR. Esta estrutura permite o acompanhamento das atividades potencialmente poluidoras de uma forma mais próxima, permitindo que alguns instrumentos de gestão ambiental (fiscalização, licenciamento e monitoramento ambiental) sejam mais efetivamente implantados. Desta maneira, a SEMADUR licencia atividades de menor potencial poluidor no município de Campo Grande, tais como oficinas mecânicas, serralherias,

atividades de concentração de público (bar, igrejas, lanchonetes, boates) com música mecânica e/ou ao vivo.

Pioneiramente no Estado, a gestão pública municipal ambiental da Capital tem intensificado significativamente nos últimos anos suas ações voltadas para a sustentabilidade ambiental da cidade. São diversos os programas desenvolvidos por esta Secretaria, dos quais derivam projetos e ações públicas municipais que, gradativamente, têm resultado em melhoras substanciais no meio ambiente da cidade de Campo Grande, principalmente na área urbana.

O município possui construída, de maneira participativa, e implantada, a Agenda 21 (Campo Grande Nosso Lar), em parceira com o Fundo Nacional de Meio Ambiente, a Agenda 21 Local, que serve para alcançar os objetivos propostos na Agenda 21 Nacional, visando melhorar a qualidade de vida de toda a população, sem comprometer as gerações futuras, tornando os municípios localidades mais humanas e saudáveis.

É importante ressaltar os conselhos municipais de meio ambiente, estimulados pela crescente descentralização administrativa, que tem chamado os municípios a assumirem suas responsabilidades na gestão do meio ambiente. Os conselhos municipais de meio ambiente, existentes nos municípios de Campo Grande, Jaraguari, Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, são órgãos criados para esse fim, isto é, para incluir os órgãos públicos, os setores empresariais e políticos e as organizações da sociedade civil no debate e na busca de soluções para o uso dos recursos naturais e a recuperação dos danos ambientais.

Em Campo Grande, o Conselho Municipal de Meio Ambiente tem papel consultivo quanto à gestão pública ambiental, e deliberativo quanto ao licenciamento ambiental.

Ressaltam-se ainda com relação à gestão ambiental no Polo Campo Grande e Região, os consórcios intermunicipais e os comitês de bacias hidrográficas. Dentre os consórcios municipais que abrangem o Polo, pode-se citar o CIDEMA, uma organização dedicada ao processo de desenvolvimento regional sustentável. Esse conselho é importante, pois envolve sete dos dez municípios presentes no Polo estudado. Dentre as áreas de atuação desse consorcio, destacam-se: recursos hídricos e meio ambiente, turismo regional integrado, saneamento ambiental, biodiversidade – áreas protegidas – assuntos indígenas.

No Polo têm atuação os Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Miranda (CBH-Miranda) e do Rio Ivinhema, das quais fazem parte alguns municípios pertencentes ao Polo Campo Grande e Região.

As ações incluídas no Componente, ao propor para os municípios e o Polo realizar adequações e complementações na legislação ambiental, desenvolver planejamento da gestão ambiental e dos resíduos sólidos de maneira integrada e implementar a Avaliação Ambiental Estratégica dos municípios, constituir-se-ão em importantes ferramentas de proteção, recuperação, conservação e uso sustentável do patrimônio natural pelo turismo, em especial das áreas já identificadas como frágeis e de risco ambiental elevado, que podem, com estas medidas, aumentar sua relevância como atrativos para a atividade turística.do Polo.

A revisão do arcabouço legal será feita com a colaboração da unidade gestora do meio ambiente das administrações municipais, dos demais setores correlatos da estrutura do poder público e dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, visando criar instrumentos legais para incentivar, regular e fiscalizar o setor de turismo e meio ambiente.

A Elaboração e implantação do Plano Estratégico de Gestão Ambiental deverão fortalecer institucionalmente os municípios do Polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local. Estes contarão com diretrizes, estratégias, mecanismos e instrumentos de gestão ambiental visando ao uso racional dos recursos naturais, a ocupação territorial compatível com a capacidade de suporte do meio natural, a regulação das atividades potencialmente poluidoras, a recuperação de áreas degradadas, a restauração do equilíbrio ecológico dos sistemas naturais e a potencialização dos processos de desenvolvimento sustentável. A sociedade local será mobilizada por meio de fóruns de discussão participativa entre a administração municipal, os conselhos municipais do meio ambiente e a comunidade local, o que levará à sensibilização da comunidade e potencialização do papel de educador ambiental exercido pelos cidadãos em seu cotidiano.

Serão criados instrumentos normativos, administrativos e de gestão financeira para subsidiar a gestão do meio ambiente, tornando os dados e informações resultantes permanentemente disponíveis ao público.

As orientações e indicações constantes do plano regional estratégico de gestão ambiental assim elaborado constituirão a base para a revisão e atualização do Código Municipal de Meio Ambiente e para a definição clara e objetiva dos limites e das possibilidades de atuação dos poderes públicos municipais.

A cidadania ambiental será promovida em consonância com o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental e também com a implementação da Agenda 21, um plano local de desenvolvimento sustentável.

Quanto ao Plano Integrado de Resíduos Sólidos para o Polo, vem responder a um dos fatores de agravamento da qualidade ambiental para qualquer centro urbano, que é a falta de planejamento para a deposição do resíduo sólido gerado. Para tanto, deverão ser contempladas as ações e etapas de redução, separação, reutilização, reciclagem, acondicionamento, coleta seletiva, compostagem e destinação adequadas dos resíduos sólidos, integradas a um processo de educação da população residente e flutuante para adotar hábitos e comportamentos que promovam a qualidade dos ambientes ocupados/visitados. Espera-se melhoria em todo o sistema de resíduos sólidos

A AAE é um instrumento importante para auxiliar nas ações, programas e projetos das áreas turística e ambiental, assegurando a integração dos aspectos biofísicos, econômicos, sociais, políticos, aos processos públicos de planejamento e de tomada de decisão. Com isso, poderá haver um maior sincronismo entre órgãos de diversas áreas, inclusive entre a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e a de Turismo, poderão ser melhorados os orçamentos estaduais, as políticas setoriais e globais, o planejamento físico do uso do solo, planejamento dos recursos hídricos, dentre outros.

Os temas transversais relativos ao turismo que serão introduzidos nas escolas públicas por meio do projeto Caminhos do Futuro do MTur, trarão uma maior compreensão da administração pública e das responsabilidades cidadania, o que, certamente impactará positivamente na Dimensão Institucional, pois o conhecimento desses aspectos contribuirá para a formação de cidadãos responsáveis, que é o objetivo da educação, fazendo com que se multiplique a consciência da necessidade da participação conjunta da população com o poder público.

São impactos positivos, à medida em que os municípios passam a contar com novas ferramentas de apoio à eficiência da gestão ambiental.

Há, porém, ameaças que devem ser registradas, principalmente se o aumento de competência do poder público ocorrer sem a devida capacidade institucional. Além disso, existem fatores externos que podem retardar o processo, como as pressões políticas que podem reduzir a implementação e eficácia desses planos, bem como a demora do poder legislativo em acatar eventuais sugestões de mudanças.

No Quadro 88 e Quadro 89 são elencados os impactos esperados com a implementação das ações propostas.

Quadro 88 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Institucional dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Positivos
1	• Revisar o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios do Polo; elaborar e implantar o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental; elaborar Agenda 21 regional;	✓ Adequação da legislação municipal de meio ambiente aos princípios da sustentabilidade ambiental e da promoção da qualidade de vida; ✓ Alinhamento dos objetivos, metas, planejamento e gerenciamento ambiental nos municípios do Polo;
2	• Implantação do projeto Caminhos do Futuro do MTur, no Polo;	✓ Sensibilização das comunidades para a preservação ambiental e o turismo sustentável; ✓ Fortalecimento dos conselhos municipais de meio ambiente;
3	• Elaborar e implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos, para o Polo;	✓ Disponibilização de um instrumento técnico de gestão dos resíduos sólidos aos municípios; ✓ Aumento da vida útil dos aterros sanitários; ✓ Adequação às exigências legais; ✓ Compartilhamento da responsabilidade na gestão dos resíduos sólidos; ✓ Ampliação de possibilidade de captação de recursos federais;

Quadro 88 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Institucional dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. (Continuação)

Grupo	Ações	Impactos Positivos
4	• Elaborar e implantar a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE;	✓ Compatibilização das atividades turísticas com o desenvolvimento sustentável do Polo; ✓ Disponibilização de instrumento de gestão para subsidiar a implantação das ações dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável; ✓ Prevenção dos impactos ambientais negativos da atividade turística e proposição de medidas para minimizá-los, mitigá-los ou compensá-los e potencializar os positivos;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

Quadro 89 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Institucional dos Impactos das Ações Propostas no Componente Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Grupo	Ações	Impactos Negativos
3	• Elaborar e implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos, para o Polo;	✓ Aumento de custos de instalação e manutenção de equipamentos e de agencia reguladora dos serviços;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.1.5.2 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras

O conjunto de medidas potencializadoras e mitigadoras propostas representa uma importante ferramenta de gestão ambiental das ações propostas no PRODETUR para o Polo Campo Grande e Região, com o objetivo de otimizar e/ou ampliar os efeitos positivos e eliminar ou reduzir a consequência das alterações ambientais negativas identificadas e avaliadas.

A seguir, no Quadro 90 são relacionadas as medidas potencializadoras dos impactos positivos e no Quadro 91 as medidas mitigadoras dos impactos negativos, de acordo com os diversos grupos de ações considerados, para os Componente Gestão Ambiental.

Quadro 90 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região.

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 1: AÇÕES 1 A 4 **Revisar o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios do Polo;** **Elaborar e implantar o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental;** **Elaborar Agenda 21 regional.**	Adequação da legislação municipal de meio ambiente aos princípios da sustentabilidade ambiental;	• Incentivar municípios a elaborarem seus planos diretores;
	Alinhamento dos objetivos, metas, planejamento e gerenciamento ambiental nos municípios do Polo;	• Fortalecer o papel dos principais grupos sociais da região (ONGs, associações, cooperativas); • Capacitar e qualificar os profissionais envolvidos na implantação do plano;
	Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente.	• Incentivar o envolvimento do COMTUR nas ações propostas;
	Maior proteção dos bens culturais;	• Estimular a participação das instituições públicas e da sociedade civil representativas da proteção aos bens culturais na definição das normativas legais;
	Sensibilização das comunidades quanto ao turismo sustentável;	• Estimular a participação das instituições públicas e da sociedade civil na definição das normativas legais;
	Disponibilização de instrumentos normativos de gestão financeira e de orientações claras para a aplicação de investimentos;	• Promover campanhas informativas aos segmentos públicos e privados relacionados ao turismo sobre as normativas legais;
GRUPO 2: AÇÃO 1 **Implantação do projeto Caminhos do Futuro do MTur no Polo.** **(continua)**	Maior proteção ambiental dos municípios e dos atrativos turísticos;	• Divulgar o projeto junto ao segmento educacional público e privado, buscando difundir o interesse pela implementação de suas ações;
	Capacitação dos professores com relação aos conteúdos de turismo sustentável;	• Identificar a eficiência do projeto através de um acompanhamento contínuo junto aos profissionais e jovens envolvidos; • Alinhamento do programa com o plano de capacitação profissional para o turismo, a ser elaborado no Polo, para a implantação do programa de qualificação dos recursos humanos;
	Sensibilização das comunidades para a preservação ambiental e o turismo sustentável;	• Divulgar e demonstrar a importância envolvida no projeto;
	Maior participação da comunidade nos conselhos de meio ambiente e turismo.	• Desenvolver mecanismos de estímulo à participação de associações representativas de segmentos do turismo;
	Maior proteção dos bens culturais;	• Inserir temáticas que ampliem o conhecimento dos bens culturais e sua proteção;

Quadro 90 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
(continuação) **GRUPO 2: AÇÃO 1** **Implantação do projeto Caminhos do Futuro do MTur no Polo.**	Valorização da identidade cultural;	• Inserir no projeto temáticas relacionadas às características culturais dos municípios e os exemplos de práticas sustentáveis adotadas pelo poder público, os empreendedores turísticos e a população local;
	Maior compreensão das potencialidades do turismo sustentável para o desenvolvimento do município;	• Inserir temáticas que ampliem o conhecimento sobre as características ecológicas, sociais e econômicas do turismo sustentável;
GRUPO 3: AÇÕES 2 E 3 **Elaborar e implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos, para o Polo.** **(continua)**	Disponibilização de um instrumento técnico de gestão dos resíduos sólidos aos municípios;	• Alinhar os objetivos e metas com a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
	Melhoria da qualidade ambiental local;	• Promover campanhas educativas de sensibilização quanto à importância da preservação ambiental;
	Melhoria da qualidade de vida da população local;	• Aproveitar adequadamente os recursos naturais e a infraestrutura já existente; • Promover campanhas de sensibilização da sociedade sobre a importância da participação e colaboração nas ações propostas;
	Aumento da eficiência do tratamento dos resíduos sólidos nos municípios;	• Utilizar os melhores métodos e técnicas, visando implementar as melhores práticas de sustentabilidade, reduzindo a poluição ambiental e o desperdício de recursos e alinhando objetivos e metas com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.
	Criação de oportunidades de emprego e renda;	• Priorizar a mão de obra local, quando possível; Promover a capacitação e qualificação profissional;
	Redução na incidência de doenças relacionadas aos resíduos sólidos;	• Promover campanhas informativas sobre a economia dos recursos públicos com a adoção de práticas sustentáveis; capacitar os trabalhadores envolvidos na coleta, acondicionamento e destinação dos resíduos sólidos;

Quadro 90 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
(continuação) **GRUPO 3: AÇÕES 2 E 3** **Elaborar e implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos, para o Polo.**	Aumento da vida útil dos aterros sanitários;	• Implantar a coleta seletiva e a reciclagem e promover campanhas informativas sobre a economia dos recursos públicos com a adoção de práticas sustentáveis;
	Adequação às exigências legais;	• Acompanhar e monitorar o cumprimento das exigências legais;
	Compartilhamento da responsabilidade na gestão dos resíduos sólidos;	• Alinhar objetivos e metas com a política nacional de resíduos sólidos;
	Ampliação de possibilidade de captação de recursos federais;	• Orientar os municípios e promover a capacitação para a captação de recursos;
GRUPO 4: AÇÕES 1 E 2 **Elaborar e implantar a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE.**	Compatibilização das atividades turísticas com o desenvolvimento sustentável do Polo;	• Articular a AAE com outros instrumentos de planejamento estratégico aplicados em outras áreas econômicas e contextos decisórios no Polo, como a agropecuária, a agricultura familiar, o setor florestal, industrial e com programas específicos de gestão ambiental, entre outros;
	Disponibilização de instrumento de gestão para subsidiar a implantação das ações dos planos de desenvolvimento integrado do turismo sustentável;	• Capacitar os órgãos gestores para a implementação da AAE;
	Prevenção dos impactos ambientais negativos da atividade turística e proposição de medidas para minimizá-los, mitigá-los ou compensá-los e potencializar os positivos;	• Basear na AAE as análises de impactos ambientais dos projetos abrangidos pelo PRODETUR;
	Atração de investimentos;	• Promover campanhas de divulgação da AAE visando capacitar os órgãos gestores do turismo;
	Sensibilização das comunidades quanto ao turismo sustentável;	• Promover campanhas informativas visando ampliar o conhecimento sobre os aspectos ecológicos e socioeconômicos do turismo sustentável;
	Compatibilização da atividade turística com a melhoria da qualidade de vida da população;	• Integrar as atividades turísticas com as diversas instâncias ecológicas e socioeconômicas da sustentabilidade;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

Quadro 91 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Campo Grande e Região.

Grupo de ações	*Impactos negativos indicados*	*Medidas mitigadoras*
GRUPO 3: AÇÕES 2 E 3 ***Elaborar e implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos, para o Polo.***	*Impactos decorrentes da implantação das obras, advindos de eventual supressão de vegetação, desnudamento do solo, geração de resíduos e entulhos, interferências no lençol freático, inundações, movimentação de terra, abertura de valas e outras alterações do ambiente físico, interferência no patrimônio arqueológico, histórico e cultural, interferências nos equipamentos urbanos de utilidade pública, movimentação de máquinas pesadas (ruído, vazamento de substâncias, transtorno no trânsito), emissões atmosféricas de gases e poeiras, geração de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, etc.;*	• *Exigir a realização de estudos de impacto ambiental e o licenciamento ambiental nas fases de instalação e operação;*
	Aumento de custos de instalação e manutenção de equipamentos e de agencia reguladora dos serviços;	• *Planejar a implementação do Plano de maneira a otimizar a obtenção dos melhores resultados com o menor custo;*

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

6.2 QUADRO GERAL DE AVALIAÇÃO

Quadro 92 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico.

Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de Impactos					Qualificação dos Impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de Abrangência	Duração	Grau de Importância		
Grupo 1: ações 1, 2, 3, 4 e 5 **Atualizar o inventário turístico da região em sistema de banco de dados;** **Elaborar estudo e implantar controle da capacidade de carga dos produtos turísticos;** **Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a lei geral do turismo no sistema CADASTUR;** **Segmentar a oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento.**	Fortalecimento da gestão pública da atividade turística;	D	3	3	1	Alto		Institucional
	Aumento da eficiência da exploração sustentável dos atrativos e produtos turísticos;	D	3	2	1	Médio		Ambiental
	Redução de pressão sobre recursos naturais;	I	2	2	3	Alto		Ambiental
	Fortalecimento da integração entre os municípios e entre órgãos municipais e estaduais de meio ambiente e turismo;	I	2	3	1	Médio		Institucional
	Geração de emprego e renda;	D	1	3	1	Médio		Social/ Econômica
	Promoção do ordenamento, formalização e legalização dos atrativos e serviços turísticos;	I	3	3	3	Alto		Institucional
	Construção da identidade turística do município;	I	2	2	1	Médio		Cultural
	Disponibilização de dados para embasamento de pesquisas científicas;	D	2	3	2	Alto		Cultural
	Direcionamento e adequação de recursos financeiros para a região;	I	1	3	1	Médio		Econômica
	Contribuição para a criação de campanhas mais adequadas de comercialização;	I	1	1	3	Médio		Econômica
	Geração de expectativas desfavoráveis pelo favorecimento de determinados segmentos turísticos.	I	1	1	3	Médio		Social
	Estímulo à especulação imobiliária;	I	1	1	3	Médio		Social
	Geração de expectativas desfavoráveis pelo favorecimento de determinados segmentos turísticos;	I	1	1	3	Médio		Econômico

Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de Impactos					Qualificação dos Impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de Abrangência	Duração	Grau de Importância		
Grupo 2: ações 1 e 2 – estruturar a produção associada ao turismo como forma de ampliar e diversificar a oferta;	Dinamização da economia dos municípios;	D	2	3	1	Médio		Econômica
	Aumento do gasto pela ampliação da permanência média do turista no polo;	D	1	3	2	Médio		Econômica
	Geração de emprego e renda;	D	2	3	2	Alto		Social/ Econômica
	Fortalecimento das organizações sociais e das redes de associativismo;	I	1	3	1	Médio		Social
	Aumento das receitas municipais e estadual;	D	2	3	2	Alto		Institucional
	Integração econômica e cultural dos municípios;	D	2	3	1	Médio		Econômica/ Cultural
	Incentivo ao desenvolvimento da produção associada ao turismo;	I	2	3	2	Alto		Institucional
	Aumento do fluxo em áreas não controladas e não fiscalizadas;	D	1	1	3	Médio		Ambiental
	Maior pressão sobre recursos naturais e bens culturais;	D	1	1	3	Médio		Ambiental
	Perda da identidade cultural da população anfitriã;	I	1	2	2	Médio		Cultural
Grupo 3: ações 1 e 2 - regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental;	Redução e controle de impactos ambientais;	D	3	1	3	Alto		Ambiental
	Melhoria de qualidade ambiental dos atrativos;	I	3	1	3	Alto		Ambiental
	Fortalecimento do sistema de controle e fiscalização das atividades turísticas;	I	2	3	3	Alto		Institucional
	Maior segurança social e econômica para a implantação e ampliação das atividades;	I	3	2	2	Alto		Social/ Econômica
	Aumento da competitividade;	I	1	3	3	Alto		Econômica
	Disponibilização das informações requeridas para o licenciamento e monitoramento da atividade turística;	I	2	3	3	Alto		Institucional
	Agregação de valor econômico e cultural ao atrativo turístico regularizado e certificado;	I	2	3	3	Alto		Econômica/ Cultural
	Marginalização de empreendimentos sem recursos;	I	2	3	1	Médio		Econômica

Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de Impactos					Qualificação dos Impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de Abrangência	Duração	Grau de Importância		
Grupo 4: ação 1 - instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos.	Estímulo a novos empreendimentos e investimentos no setor;	D	2	2	2	Médio		Econômica
	Geração de emprego e renda;	D	1	2	3	Médio		Social/ Econômica
	Aumento da arrecadação de tributos;	I	1	2	3	Médio		Institucional
	Redução de impactos ambientais devido aos investimentos privados na sustentabilidade da atividade turística;	I	2	2	3	Alto		Ambiental
	Estímulo à criação de empresas domésticas;	I	2	2	2	Médio		Social/Econômica
	Maior pressão sobre recursos naturais;	I	1	3	2	Médio		Ambiental
Grupo 5: ações 1, 2 e 3 - pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programa de qualificação de recursos humanos para o setor;	Melhoria na qualidade do atendimento aos turistas;	D	2	2	3	Alto		Social/Econômica
	Inclusão social da mão de obra;	D	2	3	3	Alto		Social
	Valorização da identidade cultural;	I	2	3	3	Alto		Cultural
	Valorização e melhor aproveitamento dos recursos naturais;	I	2	2	3	Alto		Econômica
	Melhoria do sistema de gestão pública;	D	3	3	3	Alto		Institucional
	Melhoria na orientação dos turistas quanto à preservação dos recursos naturais;	D	3	3	2	Alto		Ambiental
	Geração de emprego e renda;	I	2	2	2	Médio		Social/Econômica
	Aumento de custos de mão de obra nos empreendimentos do setor de turismo;	D	1	3	1	Médio		Econômica

Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de Impactos					Qualificação dos Impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de Abrangência	Duração	Grau de Importância		
Grupo 6: ações 1 e 2 - elaborar e implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo.	Melhoria da qualidade ambiental dos atrativos;	D	3	3	3	Alto		Ambiental
	Redução e prevenção da pressão sobre a infraestrutura básica e de serviços públicos;	I	1	2	3	Médio		Institucional
	Redução e prevenção da pressão sobre a infraestrutura básica e de serviços públicos;	I	1	2	3	Médio		Institucional
	Fortalecimento da capacidade de fiscalização local na gestão do turismo;	D	2	3	3	Alto		Institucional
	Prevenção de desrespeito às características culturais das comunidades locais;	I	1	3	2	Médio		Cultural
	Aumento da satisfação do turista;	I	1	2	3	Médio		Social
	Maior segurança social e econômica para a ampliação das atividades turísticas;	I	1	1	3	Médio		Econômica
Grupo 7: ações 1 e 2 - elaborar e executar projeto de sinalização turística para o polo.	Disponibilização de uma ferramenta de gestão para o setor público;	D	1	2	3	Médio		Institucional
	Redução dos índices de acidentes;	I	2	2	3	Alto		Social
	Preservação da flora e redução nos atropelamentos de animais silvestres;	I	2	2	3	Alto		Ambiental
	Maior divulgação dos empreendimentos situados à margem das rodovias sinalizadas;	I	1	1	3	Médio		Econômica
	Orientação aos turistas e usuários não turistas quanto às práticas ambientalmente sustentáveis;	D	2	2	3	Alto		Ambiental
	Maior conhecimento das características culturais das comunidades locais;	I	1	2	3	Médio		Cultural
	Custos de instalação e manutenção;	D	1	2	3	Médio		Econômica/ Institucional

Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de Impactos					Qualificação dos Impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de Abrangência	Duração	Grau de Importância		
Grupo 8: ações 3, 4, 5 e 6 - elaborar projeto e construir o CAT na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro;	Disponibilização de uma ferramenta de gestão para o setor público;	D	3	3	3	Alto		Institucional
	Maior conhecimento das características culturais das comunidades locais;	I	2	3	3	Alto		Cultural
	Melhoria na qualidade do atendimento aos turistas;	D	3	3	3	Alto		Social/ Econômica
	Geração de emprego e renda;	I	1	1	3	Médio		Social/ Econômica
	Custos de instalação e manutenção;	D	1	1	3	Médio		Institucional
	Geração de impactos ambientais na execução da obra;	D	1	1	1	Baixo		Ambiental
	Custos de instalação e manutenção;	D	1	2	3	Baixo		Econômica / Institucional

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2013.

Quadro 93 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 2 – Estratégia de Comercialização.

Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de Impactos					Qualificação dos Impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de Abrangência	Duração	Grau de Importância		
Grupo 1: ações 1 a 3 Fomentar o turismo interno; inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil; intensificar o programa de captação de eventos.	Geração de emprego e renda;	D	3	3	3	Alto		Social/ Econômica
	Reconhecimento do valor dos recursos naturais e dos bens culturais;	I	1	3	3	Alto		Ambiental/ Cultural
	Valorização dos recursos turísticos do polo;	D	2	3	2	Alto		Econômica
Grupo 1: ações 1 a 3 Fomentar o turismo interno; inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil; intensificar o programa de captação de eventos.	Ampliação das redes de fomento dos quilombolas, do artesanato e dos produtos da agricultura familiar locais;	D	1	1	3	Médio		Social/ Cultural
	Estímulo a políticas de intercâmbio cultural;	I	1	3	3	Alto		Cultural/ Institucional
	Aumento da arrecadação de tributos;	D	2	3	3	Alto		Institucional
	Oportunização de lazer aos habitantes locais;	D	1	2	3	Médio		Social
	Sobrecarga dos serviços públicos;	D	1	2	2	Médio		Institucional
	Maior pressão sobre recursos naturais e culturais;	D	1	2	2	Médio		Ambiental/ cultural
	Sobrecarga dos serviços e infraestrutura de saneamento básico, hotelaria e mobilidade urbana;	I	2	2	3	Alto		Ambiental
	Aumento de tráfego nas áreas turísticas e na região;	D	2	1	3	Médio		Social
	Estímulo à especulação imobiliária;	I	1	2	1	Baixo		Social
	Aumento do preço das mercadorias de consumo da população local;	I	2	1	1	Baixo		Social
	Riscos à saúde da população anfitriã;	I	1	1	3	Médio		Social

Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de Impactos					Qualificação dos Impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de Abrangência	Duração	Grau de Importância		
Grupo 2: ações 4 e 5 – elaborar e implantar Plano de *Marketing* para o Polo.	Valorização dos recursos turísticos do polo;	D	3	3	3	Alto		Econômica
	Disponibilização de um instrumento de gestão do turismo;	D	2	3	3	Alto		Institucional
	Reconhecimento do valor dos recursos naturais e dos bens culturais;	I	1	3	3	Alto		Ambiental/ Cultural
	Orientação dos investimentos e da busca de recursos para o desenvolvimento de ações e projetos;	D	1	2	2	Médio		Institucional
	Fortalecimento da competitividade entre os serviços e produtos turísticos;	I	2	3	3	Alto		Econômica
Grupo 2: ações 4 e 5 – elaborar e implantar Plano de *Marketing* para o Polo.	Geração de emprego e renda;	I	2	3	3	Alto		Social/Econômica
	Aumento da arrecadação de tributos;	I	2	3	3	Alto		Institucional
	Sobrecarga dos serviços públicos;	I	1	3	2	Médio		Social / Institucional
	Estímulo à especulação imobiliária;	I	1	2	1	Baixo		Social
	Aumento desordenado no fluxo de turistas;	I	1	2	1	Baixo		Econômica
	Maior pressão sobre recursos naturais e bens culturais;	D	2	2	3	Alto		Ambiental / Cultural
Grupo 3: ações 1 e 2 – realizar pesquisa do perfil de demanda real e potencial;	Melhoria no direcionamento do processo de promoção e comercialização do destino;	I	2	3	3	Alto		Institucional
	Apoio a políticas de comercialização e promoção do turismo na região;	D	3	3	3	Alto		Institucional
	Orientação dos investimentos;	I	1	2	1	Baixo		Econômica
	Melhoria da organização do crescimento do setor turístico;	I	1	3	3	Alto		Institucional
	Reconhecimento do valor dos recursos naturais e dos bens culturais;	I	1	2	3	Médio		Ambiental
	Adequação dos programas de estímulo à atividade turística às necessidade da sociedade;	I	1	2	3	Médio		Social

Quadro 94 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 3 – Fortalecimento Institucional.

Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de Impactos					Qualificação dos Impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de Abrangência	Duração	Grau de Importância		
Grupo 1: ações 1 a 20 – elaborar e implantar Plano de Fortalecimento Institucional nos municípios de Campo Grande, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.	Melhoria da capacidade de gestão pública municipal da sustentabilidade da atividade turística;	D	3	3	3	Alto		Ambiental/ Cultural/ Institucional
	Apoio à captação e atração de recursos e investimentos em projetos de desenvolvimento do turismo;	D	1	2	1	Baixo		Econômica
	Otimização da utilização dos recursos humanos e financeiros na implementação das ações do PRODETUR;	I	1	3	3	Alto		Institucional
	Aumento da sensibilização e controle da sociedade organizada quanto à utilização dos bens naturais e culturais;	I	1	3	1	Médio		Social
Grupo 2: ações 21 a 30 – revisar e atualizar o Plano Diretor participativo de Campo Grande, Sidrolândia e Terenos, inserindo diretrizes turísticas; Elaborar Plano Diretor participativo dos municípios de Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Corguinho, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro e Rochedo, inserindo diretrizes turísticas.	Fortalecimento da capacidade pública de gestão;	D	3	3	3	Alto		Institucional
	Aumento da sensibilização e controle da sociedade organizada sobre o uso do solo para atividades turísticas;	I	3	3	3	Alto		Social/ Institucional
	Valorização do patrimônio natural, histórico e cultural;	I	1	2	3	Médio		Ambiental/ Cultural
	Apoio à captação e atração de recursos e investimentos em projetos de desenvolvimento do turismo;	I	1	2	3	Médio		Econômica

Quadro 95 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos

Grupo De Ações	Impactos Indicados	Avaliação De Impactos					Qualificação dos Impactos	Dimensões
		Direto (D) Ou Indireto (I)	Intensidade	Área De Abrangência	Duração	Grau de Importância		
Grupo 1: ações 1 a 34 – elaborar e implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios; elaborar projeto de construção de UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti; construir UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; construir aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos, conforme projeto integrado de resíduos sólidos;	Redução da pressão sobre os recursos naturais;	D	3	3	3	Alto		Ambiental
	Aumento da vida útil dos aterros sanitários;	I	1	2	3	Médio		Institucional
	Redução dos impactos sobre as águas superficiais e subterrâneas;	D	2	3	3	Alto		Ambiental
	Melhoria da qualidade de vida da população;	I	2	2	3	Alto		Social
	Redução dos problemas e gastos com saúde pública;	I	1	2	2	Médio		Social
	Melhoria da percepção do destino pelo turista;	I	2	3	3	Alto		Social
	Geração de emprego e renda;	I	2	3	3	Alto		Social/Econômica
	Economia de recursos naturais e financeiros com uma maior eficiência dos sistemas;	D	3	2	3	Alto		Econômica
	Fortalecimento da identidade cultural do Polo;	I	1	3	3	Alto		Cultural
	Adequação às exigências legais municipais, estadual e federal;	D	3	3	3	Alto		Institucional
	Impactos ambientais decorrentes da implantação das obras;	D	1	1	1	Baixo		Ambiental

Quadro 96 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 5 – Gestão Ambiental.

Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de Impactos					Qualificação dos Impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de abrangência	Duração	Grau de Importância		
Grupo 1: ações 1 a 4 – revisar o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios do Polo; elaborar e implantar o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental;	Adequação da legislação municipal de meio ambiente aos princípios da sustentabilidade ambiental e da promoção da qualidade de vida;	D	3	3	3	Alto		Ambiental/ Social/ Institucional
	Alinhamento dos objetivos, metas, planejamento e gerenciamento ambiental nos municípios do Polo;	I	1	3	1	Médio		Institucional
	Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente.	I	2	3	3	Alto		Institucional
	Maior proteção dos bens culturais;	D	2	3	3	Alto		Cultural
	Sensibilização das comunidades quanto ao turismo sustentável;	I	1	3	1	Médio		Cultural
	Disponibilização de instrumentos normativos de gestão financeira e de orientações claras para a aplicação de investimentos;	D	1	2	2	Médio		Econômica
Grupo 2: ação 1 – implantação do projeto Caminhos do Futuro do MTur, no Polo.	Maior proteção ambiental dos municípios e dos atrativos turísticos;	I	2	2	3	Alto		Ambiental
	Capacitação dos professores com relação aos conteúdos de turismo sustentável;	D	3	3	3	Alto		Cultural
	Sensibilização das comunidades para a preservação ambiental e o turismo sustentável;	I	1	3	3	Alto		Social/Institucional
	Maior participação da comunidade nos conselhos de meio ambiente e turismo. (inserir na ação anterior);	I	2	3	3	Alto		Social
	Maior proteção dos bens cultural;	I	1	2	3	Médio		Cultural
	Valorização da identidade cultural;	I	1	2	3	Médio		Cultural
	Maior compreensão das potencialidades do turismo sustentável para o desenvolvimento do município;	I	1	2	3	Médio		Econômica

Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de Impactos					Qualificação dos Impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de abrangência	Duração	Grau de Importância		
Grupo 3: ações 2 e 3 – elaborar e implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos, para o Polo.	Disponibilização de um instrumento técnico de gestão dos resíduos sólidos aos municípios;	D	1	2	3	Médio		Institucional
	Melhoria da qualidade ambiental local;	I	1	2	3	Médio		Ambiental
	Melhoria da qualidade de vida da população local;	I	1	2	3	Médio		Social
	Aumento da eficiência do tratamento dos resíduos sólidos nos municípios;	D	3	2	3	Alto		Ambiental
	Criação de oportunidades de emprego e renda;	D	2	3	3	Alto		Social/Econômica
	Redução na incidência de doenças relacionadas aos resíduos sólidos;	I	1	3	3	Alto		Social
	Aumento da vida útil dos aterros sanitários;	D	3	3	3	Alto		Ambiental/Institucional
	Adequação às exigências legais;	D	3	3	3	Alto		Institucional
	Compartilhamento da responsabilidade na gestão dos resíduos sólidos;	I	3	3	3	Alto		Institucional
	Ampliação de possibilidade de captação de recursos federais;	I	3	3	3	Alto		Econômica/Institucional
	Impactos ambientais decorrentes da implantação das obras;	D	1	1	3	Médio		Ambiental
	Aumento de custos de instalação e manutenção de equipamentos e de agência reguladora dos serviços;	D	1	1	3	Médio		Institucional

Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de Impactos					Qualificação dos Impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de abrangência	Duração	Grau de Importância		
Grupo 4: ações 1 e 2 – elaborar e implantar a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE.	Compatibilização das atividades turísticas com o desenvolvimento sustentável do Polo;	D	3	3	3	Alto		Ambiental/ Institucional
	Disponibilização de instrumento de gestão para subsidiar a implantação das ações dos planos de desenvolvimento integrado do turismo sustentável;	D	3	3	3	Alto		Institucional
	Prevenção dos impactos ambientais negativos da atividade turística e proposição de medidas para minimizá-los, mitigá-los ou compensá-los e potencializar os positivos;	D	2	3	3	Alto		Ambiental/ Institucional
	Atração de investimentos;	D	1	3	1	Médio		Econômica
	Sensibilização das comunidades quanto ao turismo sustentável;	I	1	3	3	Alto		Cultural
	Compatibilização da atividade turística com a melhoria da qualidade de vida da população;	I	1	2	3	Médio		Social

6.3 IMPACTOS CUMULATIVOS / SINÉRGICOS (ESTRATÉGICOS)

As ações propostas no PDITS CG buscam essencialmente a consolidação da região como destino turístico, e para alcançá-la as estratégias direcionam-se para um amadurecimento nas relações público-privado e na profissionalização do turismo como uma alternativa para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

Estas estratégias foram consideradas para a identificação dos impactos cumulativos/sinérgicos, ou seja: o fortalecimento do segmento de negócios e eventos; a diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do Polo; o desenvolvimento de estratégias de *marketing* turístico; a modernização da estrutura administrativa do Polo visando ao fortalecimento da gestão do turismo; a melhoria da infraestrutura turística e dos serviços básicos; e a melhoria da qualidade ambiental da área turística.

Foram identificados, então, os efeitos cumulativos/sinérgicos causados pelas interações entre os diferentes impactos potenciais das ações propostas pelos diversos componentes, considerando cada dimensão - Ambiental, Social, Econômica, Cultural e Institucional. O Quadro 97 apresenta os efeitos cumulativos sinérgicos positivos e negativos nessas diversas Dimensões.

Quadro 97 - Efeitos cumulativos/sinérgicos dos impactos das ações previstas nos diversos Componentes Estratégicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Dimensão	Efeitos Cumulativos/Sinérgicos	
	Positivos	Negativos
Ambiental	Melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais.	Aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais.
Social	Melhoria da qualidade de vida da população.	Alterações danosas no cotidiano da população.
Econômica	Valorização dos produtos e destinos turísticos.	Aumento dos dispêndios financeiros.
Cultural	Reconhecimento da identidade cultural do Polo.	Maior pressão sobre o patrimônio cultural.
Institucional	Fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada.	Sobrecarga dos serviços públicos.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013).

Estes efeitos positivos e negativos são analisados a seguir, nos Quadro 98 a Quadro 105, considerando-se cada um dos Componentes Estratégicos.

Nos Quadro 98 a Quadro 105 são apresentados os efeitos cumulativos/sinérgicos, respectivamente, sobre os Componentes: 1 – Estratégia de Produto Turístico, 2 – Estratégia de Comercialização, 3 – Fortalecimento Institucional, 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos e 5 – Gestão Ambiental.

Quadro 98 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes das ações previstas nos 8 grupos de ações do Componente 1 - Estratégia de Produto Turístico, do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Efeitos	Cumulatividade/Sinergismo
Positivos	
Melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais.	Neste Componente, a busca de uma oferta turística competitiva, inovadora e criativa, priorizando a exploração da diversidade turística da região, a formatação de novos produtos e a capacitação profissional gerará impactos positivos cuja interação produzirá a melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais. Este efeito cumulativo/sinérgico resultará, de um lado, da promoção da qualidade de serviços e produtos na oferta turística do Polo, considerando a conservação do território, as condições da infraestrutura básica e de serviços de atendimento ao turista e à comunidade, a sustentabilidade dos empreendimentos turísticos e o estímulo à adoção de boas práticas ecológicas. Nesse sentido, serão importantes os estímulos aos investimentos privados na implantação de novos empreendimentos e melhoria dos existentes segundo os princípios da sustentabilidade ambiental, a partir da regularização dos empreendimentos quanto ao licenciamento ambiental e criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos, inclusive e disponibilizando informações acerca das instituições de crédito e respectivas linhas de financiamento, no sentido de torná-las acessíveis aos empreendedores regionais. Por outro lado, também concorrerão para este efeito cumulativo/sinérgico os impactos das ações deste componente resultantes da melhor orientação dos turistas quanto à preservação dos recursos naturais, resultante da qualificação da mão de obra do setor, bem como da organização e do monitoramento do turismo local de maneira mais eficiente. Somar-se-ão ainda para o efeito mencionado a melhor orientação dos turistas e usuários não turistas quanto ao trânsito e a garantia da eficiência e segurança do sistema viário.
Melhoria da qualidade de vida da população	A melhoria da qualidade de vida da população a ser proporcionada por este Componente advirá especialmente da interação entre a geração de emprego e renda, resultante praticamente de todas as ações previstas, principalmente do fomento da produção associada ao turismo e da ampliação e diversificação da oferta turística, com sua integração e interiorização em todos os municípios do Polo, ressaltando-se a inclusão social possibilitada pelo estímulo à criação de empresas domésticas, incluindo a acessibilidade a linhas de financiamento e o atendimento às demandas por qualificação e organização da mão de obra. Importante também será a interação com o fortalecimento das organizações sociais e das redes de associativismo, bem como a maior sustentabilidade dos empreendimentos turísticos, que promoverão a necessária segurança social e econômica para a implantação e ampliação das atividades. Outra contribuição para a melhoria da qualidade de vida neste Componente será a redução dos índices de acidentes rodoviários, por meio da orientação dos turistas e da garantia da eficiência e segurança do sistema viário.

Quadro 98 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes das ações previstas nos 8 grupos de ações do Componente 1 - Estratégia de Produto Turístico, do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. (Continuação)

Efeitos	Cumulatividade/Sinergismo
Valorização dos produtos e destinos turísticos	A exploração da diversidade turística da região, a formatação de novos produtos e a capacitação profissional, se as ações forem conduzidas com a necessária precaução, valorizarão os produtos e destinos turísticos do Polo, devido principalmente à interação entre os impactos econômicos positivos provenientes da dinamização da do setor e aumento da receita turística. Isto será possível pelo esperado aprimoramento e estruturação da produção associada ao turismo, agregando valor e imprimindo competitividade aos produtos turísticos e ampliando a permanência média do turista, por meio, entre outros mecanismos, da promoção da qualidade da oferta turística, melhorando as condições ambientais dos empreendimentos, a infraestrutura básica e de serviços de atendimento ao turista e à comunidade e a qualificação da mão de obra do setor, bem como por meio da integração econômica dos municípios, da ampliação e diversificação e fortalecimento da interiorização da oferta turística do Polo e da maior segurança social e econômica para a implantação e ampliação das atividades. Também contribuirão para a valorização dos produtos e destinos turísticos o estímulo a novos empreendimentos e investimentos no setor, incluindo a criação de empresas domésticas, por meio de acessibilidade a incentivos financeiros aos proprietários de fazendas potencialmente turísticas, a valorização e melhor aproveitamento dos recursos naturais e a maior divulgação dos empreendimentos situados à margem das rodovias sinalizadas.
Reconhecimento da identidade cultural do Polo	A identidade cultural do Polo será reconhecida principalmente pela integração entre os municípios do Polo e pela ampliação do conhecimento do patrimônio cultural com potencialidade turística resultante dos estudos que serão efetuados, que subsidiarão pesquisas científicas, a diversificação e interiorização da oferta turística e a elaboração de políticas públicas voltadas para o setor. O maior conhecimento das características culturais das comunidades locais e o seu valor enquanto potencialidade de exploração capaz de gerar emprego e renda, minimizarão o desrespeito a tais características. Contribuirão ainda a qualificação da mão de obra no contexto da promoção da qualidade da oferta turística do Polo, e a certificação dos atrativos turísticos por incluírem valores culturais próprios das comunidades locais.
Fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada.	O fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada será propiciado pelas ações deste Componente por meio da interação entre a melhoria da gestão pública da atividade turística, da integração entre os municípios e entre órgãos municipais e estaduais de meio ambiente e turismo, bem como do estímulo à participação social. Isto decorrerá principalmente da promoção do ordenamento dos atrativos e serviços turísticos, com base na implementação de políticas públicas voltadas para o turismo, da melhor orientação dos programas de qualificação de recursos humanos e de capacitação pública em turismo, da regularização dos empreendimentos turísticos, da integração entre a questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo no monitoramento e controle da atividade turística no Polo. A gestão pública, incluindo o sistema de controle e fiscalização das atividades turísticas, será melhorada ainda pela disponibilização das informações provenientes dos inventários a serem realizados e também as requeridas para o licenciamento e monitoramento da atividade turística.

Quadro 99 - Efeitos cumulativos/sinérgicos negativos resultantes das ações previstas nos 8 grupos de ações do Componente 1 - Estratégia de Produto Turístico, do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Efeitos	Cumulatividade/Sinergismo
Aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais.	Espera-se um aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais a partir da ampliação do fluxo em áreas não controladas e não fiscalizadas, resultantes do fomento da produção associada ao turismo e estímulo aos proprietários de fazendas potencialmente turísticas, via democratização do crédito. Contribuirão também para a degradação ambiental a geração de resíduos, efluentes líquidos e poluentes atmosféricos durante e após a execução das obras dos Centros de Atendimento aos Turistas.
Alterações danosas no cotidiano da população.	Alterações danosas no cotidiano da população anfitriã poderão surgir a partir dos vários impactos que serão desencadeados pelas ações deste Componente, entre os quais a geração de expectativas desfavoráveis devidas ao favorecimento de determinados segmentos turísticos, bem como pelo estímulo à especulação imobiliária, impactos estes resultantes da implementação e execução de políticas públicas voltadas para a ampliação e diversificação do consumo do produto turístico e aumento da taxa de permanência.
Pressão sobre o patrimônio cultural da comunidade local.	As ações deste Componente propiciarão uma maior pressão sobre o patrimônio cultural, proporcionada pelos efeitos cumulativos/sinérgicos representados principalmente pelo desrespeito que poderá ocorrer das características culturais das comunidades anfitriãs que, pela desejada integração da atividade turística, poderá se estender a todos os municípios do Polo.
Sobrecarga nos serviços públicos.	A geração de uma oferta turística competitiva, inovadora e criativa, priorizando a exploração da diversidade turística da região, a formatação de novos produtos e a capacitação profissional, se conduzida sem a necessária precaução, exercerá pressão sobre o poder público principalmente pelos custos de instalação e manutenção das estruturas previstas para prestar informações e serviços aos visitantes e manutenção da sinalização viária.

Quadro 100 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes das ações previstas nos 3 grupos do Componente 2 Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Efeitos	Cumulatividade/Sinergismo
Melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação do patrimônio natural.	A organização do processo de promoção e comercialização dos produtos turísticos do Polo Campo Grande e Região propiciarão melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação do patrimônio natural, tendo em vista a cumulatividade/sinergismo entre o reconhecimento do valor dos recursos naturais e dos bens culturais, resultante da maior visibilidade e aumento do fluxo turístico e da permanência dos turistas na região, o fortalecimento do *Convention & Visitors Bureau* de Campo Grande. Também contribuirão a maior eficácia, eficiência e efetividade a ser conferida ao processo de promoção e comercialização do Polo turístico, a ampliação e atualização da base de dados existente sobre o perfil da demanda turística e seu potencial e a orientação e avaliação das participações em feiras e eventos.
Melhoria da qualidade de vida da população	A melhoria da qualidade de vida da população resultará da interação entre a geração de emprego e renda, tendo em vista a ampliação das redes de fomento, bem como a adequação dos programas de estímulo à atividade turística às necessidade da sociedade, a maior eficácia, eficiência e efetividade no processo de promoção e comercialização do Polo e o aumento do fluxo turístico e do período de permanência dos turistas na região.

Quadro 100 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes das ações previstas nos 3 grupos do Componente 2 Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. (Continuação)

Efeitos	Cumulatividade/Sinergismo
Valorização dos produtos e destinos turísticos	Os produtos e destinos turísticos serão valorizados pelas ações deste Componente por meio da busca de maior visibilidade, eficácia, eficiência e efetividade na promoção e comercialização do Polo, resultando em fortalecimento da competitividade entre os serviços e produtos turísticos e estímulo ao aumento do fluxo turístico e permanência dos turistas. Também contribuirão de maneira interativa a melhor orientação dos investimentos, com base em dados atualizados sobre o perfil e potencial da demanda turística e na participação em feiras e eventos, inclusive por parte dos beneficiários do esperado aumento da geração de emprego e renda.
Reconhecimento da identidade cultural do Polo.	A identidade cultural do Polo será reconhecida pela valorização dos bens culturais e ampliação das redes de fomento dos quilombolas, do artesanato e dos produtos da agricultura familiar locais, bem como estímulo a políticas de intercâmbio cultural, pela maior visibilidade e aumento do fluxo turístico e da permanência dos turistas na região, pela melhoria do processo de promoção e comercialização do Polo turístico e pela ampliação e atualização da base de dados existente sobre o perfil da demanda turística e seu potencial.
Fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada.	O poder público será fortalecido pela agregação à gestão do turismo, de orientação aos investimentos e à busca de recursos para o desenvolvimento de ações e projetos, a partir da melhoria no direcionamento do processo de promoção e comercialização do destino, do apoio a políticas de comercialização e promoção do turismo na região e da melhoria da organização do crescimento do setor turístico a partir da ampliação e atualização da base de dados existente sobre o perfil da demanda turística e seu potencial. Também se constituirá em interface nesse fortalecimento o aumento da arrecadação de tributos devido ao aumento esperado do fluxo turístico na região.

Quadro 101 - Efeitos cumulativos/sinérgicos negativos resultantes das ações previstas nos 3 grupos do Componente 2 Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Efeitos	Cumulatividade/Sinergismo
Aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais.	As ações deste Componente, se conduzidas inadequadamente, poderão causar um aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais proporcionado pelos efeitos cumulativos/sinérgicos representados principalmente pela maior pressão sobre recursos naturais diretamente ou a partir da sobrecarga dos serviços e infraestrutura de saneamento básico, hotelaria e mobilidade urbana, resultantes do esperado aumento do fluxo de turistas e da sua maior permanência na região.
Alterações danosas no cotidiano da população.	Este efeito cumulativo/sinérgico poderá ser gerado principalmente pela sobrecarga dos serviços públicos, aumento de tráfego nas áreas turísticas e na região e aumento do preço das mercadorias de consumo da população local, decorrentes do processo de promoção e comercialização do Polo e consequente aumento do fluxo e da permanência dos turistas na região, além ainda, no mesmo processo, dos riscos à saúde da população anfitriã e o estímulo à especulação imobiliária.
Pressão sobre o patrimônio cultural da comunidade local.	A maior pressão sobre o patrimônio cultural advirá da sua maior visibilidade e aumento do fluxo turístico e a permanência dos turistas na região devido à melhoria do processo de promoção e comercialização do Polo.
Sobrecarga nos serviços públicos.	O aumento de sobrecarga dos serviços públicos será propiciado pelas consequências da maior visibilidade e aumento do fluxo turístico e da permanência dos turistas na região, esperadas com as ações deste Componente.

Quadro 102 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes das ações previstas no Componente 3 - Estratégia de Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Efeitos	Cumulatividade/Sinergismo
Melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação do patrimônio natural.	A modernização administrativa, a implementação de ferramentas de gestão, a capacitação técnica de equipes, a fiscalização e monitoramento da atividade turística e o fortalecimentos das relações público-privadas, instigando o amadurecimento destas relações propiciarão melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação do patrimônio natural. Este efeito resultará principalmente da melhoria das relações e da integração entre o Estado, os municípios e a sociedade civil na gestão da atividade turística por meio do fortalecimento dos municípios no que concerne às estruturas e atuação dos órgãos oficiais de turismo e à gestão do seu território, seja em termos de administração pública como também de reafirmação do lugar como destino turístico. Também contribuirão a minimização dos impactos sobre os recursos naturais decorrente da orientação do desenvolvimento da atividade turística, bem como o apoio das administrações municipais na implementação dos seus respectivos planos diretores participativos, promovendo a organização, crescimento e o funcionamento da cidade, de modo a apoiar o processo de desenvolvimento sustentável do território, buscando parcerias entre a sociedade civil, empreendedores, poderes públicos e segmentos representativos para uma gestão democrática e participativa.
Melhoria da qualidade de vida da população	A melhoria da qualidade de vida da população a ser propiciada pelas ações deste Componente resultará da interação entre o aumento da sensibilização e controle da sociedade organizada quanto à utilização do patrimônio turístico, possibilitados pelo fortalecimento da gestão do território pelos municípios como destino turístico, com base em iniciativas de envolvimento da comunidade com seus valores e estilos de vida.
Valorização dos produtos e destinos turísticos	O apoio à captação e atração de recursos e investimentos em projetos de desenvolvimento do turismo, possível pelo fortalecimento da atuação dos órgãos oficiais de turismo e da gestão municipal do território, será responsável pela valorização dos produtos e destinos turísticos.
Reconhecimento da identidade cultural do Polo.	A identidade cultural do Polo será reconhecida nas ações deste Componente, pela melhoria da capacidade de gestão pública municipal da sustentabilidade da atividade turística de maneira integrada ao patrimônio histórico e cultural, tendo em vista o fortalecimento das estruturas e da atuação dos órgãos oficiais de turismo e da gestão do território municipal, reafirmando o lugar como destino turístico e levando a comunidade a participar e a ter iniciativas que reflitam valores e estilos de vida.
Fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada.	O papel do poder público e da sociedade organizada será fortalecido pela melhoria da capacidade de gestão pública municipal da sustentabilidade da atividade turística, otimização da utilização dos recursos humanos e financeiros na implementação das ações do PRODETUR e aumento da sensibilização e controle da sociedade organizada sobre o uso e ocupação do solo quanto à utilização dos bens turísticos. Isto será possível pelo fortalecimento das estruturas e da atuação dos órgãos oficiais de turismo do Polo, o que fortalecerá os municípios para a gestão do seu território como destino turístico, estimulando a comunidade a refletir valores, estilos de vida e o lado forte do turismo. Também pela orientação do desenvolvimento da atividade turística na revisão dos Planos Diretores Participativos existentes inserindo diretrizes para o ordenamento turístico, de modo a apoiar o processo de desenvolvimento sustentável do território.

Quadro 103 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos e negativos resultantes das ações previstas no Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Efeitos	Cumulatividade/Sinergismo
Melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação do patrimônio natural.	A garantia da segurança e de informações necessárias ao turista propiciará a melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento_da conservação do patrimônio natural, proporcionados pelos efeitos cumulativos/sinérgicos representados principalmente pela redução dos impactos sobre as águas superficiais e subterrâneas e da pressão sobre os recursos naturais devido ao aumento da vida útil dos aterros sanitários. Esses efeitos decorrerão do atendimento à necessidade de redução e combate as perdas de água, criação de mecanismos legais, objetivando a proteção ao meio ambiente e o disciplinamento em relação aos resíduos sólidos, através da legislação pertinente, e elevação da qualidade de vida da população residente e flutuante nos municípios.
Melhoria da qualidade de vida da população	A melhoria da qualidade de vida da população será proporcionada pela adequação na coleta e disposição dos resíduos sólidos e esgotamento sanitário, bem como pela inclusão social nas Unidades Processadoras de Lixo.
Valorização dos produtos e destinos turísticos	As ações na área de saneamento básico possibilitarão impactos que contribuirão cumulativa e sinergicamente para a valorização dos produtos e destinos turísticos, proporcionada pelos efeitos cumulativos/sinérgicos representados principalmente pela economia de recursos naturais e financeiros com uma maior eficiência dos sistemas, geração de oportunidades de emprego e renda e redução dos problemas e gastos com saúde pública.
Reconhecimento da identidade cultural do Polo.	A identidade cultural será reconhecida pelas ações desse Componente devido à melhoria das condições das áreas com patrimônio cultural potencial ou efetivamente explorado e da disseminação de hábitos de redução do desperdício de água e criação de mecanismos legais objetivando o disciplinamento em relação aos resíduos sólidos.
Fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada.	O poder público e a sociedade organizada terão seus papéis fortalecidos pelo aumento da vida útil dos aterros sanitários e por sua adequação às exigências legais municipais, estadual e federal, proporcionados pelo combate a perdas de água e pela criação de mecanismos legais de proteção ambiental e disciplinamento da produção e destinação dos resíduos sólidos.

Quadro 104 - Efeitos cumulativos/sinérgicos negativos resultantes das ações previstas no Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Efeitos	Cumulatividade/Sinergismo
Aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais.	Os impactos ambientais decorrentes da implantação das obras necessárias ao combate às perdas de água e ao disciplinamento em relação aos resíduos sólidos, uma vez não mitigados, poderão pressionar em alguma medida, mesmo que temporariamente, os ecossistemas naturais.

Quadro 105 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes dos 4 grupos de ações previstas no Componente 5 – Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região.

Efeitos	Cumulatividade/Sinergismo
Melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação do patrimônio natural.	A promoção da qualidade ambiental e do estímulo à participação da sociedade na atividade turística, proveniente da implantação dos diversos planos e projetos previstos neste Componente, propiciarão melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação do patrimônio natural, pela interação de vários dos impactos das ações previstas. Nesse sentido, são importantes tanto a adequação da legislação municipal de meio ambiente aos princípios da sustentabilidade ambiental por meio da atualização e aperfeiçoamento dos instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios do Polo à luz da política e de diretrizes municipais para o setor, quanto o fortalecimento institucional dos municípios do Polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local. Também contribuirão a melhoria da qualidade ambiental local o disciplinamento legal em relação ao lixo e o aumento da eficiência do tratamento dos resíduos sólidos nos municípios e consequente aumento da vida útil dos aterros sanitários. A Avaliação Ambiental Estratégica é outro instrumento fundamental para a compatibilização das atividades turísticas com o desenvolvimento sustentável do Polo, a partir da prevenção dos impactos ambientais negativos da atividade turística e proposição de medidas para minimizá-los, mitigá-los ou compensá-los e a potencialização dos positivos das ações do PRODETUR-MS. A maior proteção ambiental dos municípios e dos atrativos turísticos também será decorrência da inserção de conteúdos de turismo sustentável nas escolas públicas visando à formação de jovens com consciência sobre a exploração turística e o meio ambiente;
Melhoria da qualidade de vida da população	A melhoria da qualidade de vida a população será propiciada pelas ações deste Componente em especial pela adequação das exigências legais ambientais nos municípios aos princípios da sustentabilidade ambiental e da promoção da qualidade de vida por meio da atualização e aperfeiçoamento dos instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios do polo e do fortalecimento institucional dos municípios do Polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local. Contribuirão ainda a criação de mecanismos legais de proteção do meio ambiente e de disciplinamento da produção e destinação de lixo. Associadas à criação de oportunidades de emprego e renda e à redução da incidência de doenças relacionadas aos resíduos sólido, a sensibilização das comunidades e sua participação nos conselhos de meio ambiente e turismo contribuirão para esse efeito cumulativo/sinérgico. Importante também será a inserção de conteúdos de turismo sustentável nas escolas públicas visando à formação de jovens com consciência sobre a exploração turística e o meio ambiente.

Quadro 105 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes dos 4 grupos de ações previstas no Componente 5 – Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Campo Grande e Região. (Continuação)

Efeitos	Cumulatividade/Sinergismo
Valorização dos produtos e destinos turísticos	Os produtos e destinos turísticos do Polo serão valorizados pelas ações desse Componente por meio da disponibilização de instrumentos normativos de gestão financeira e de orientações claras para a aplicação de investimentos, a partir do fortalecimento institucional e da atualização e aperfeiçoamento dos instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios do Polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local. Também contribuirão a maior compreensão das potencialidades do turismo sustentável para o desenvolvimento do município e a inserção dos conteúdos de turismo sustentável nas escolas públicas visando à formação de jovens com consciência sobre a exploração turística e o meio ambiente. As diversas ações de gestão ambiental previstas ampliarão a possibilidade de captação de recursos federais que apoiarão a criação de mecanismos legais de proteção ambiental no desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais e Regionais. Outro apoio importante para a valorização dos produtos turísticos será a análise dos impactos ambientais das ações a serem desenvolvidas pelo PRODETUR na avaliação Ambiental Estratégica.
Reconhecimento da identidade cultural do Polo.	A identidade cultural do Polo será reconhecida pelas ações deste Componente devido à maior proteção dos bens culturais por meio da atualização e aperfeiçoamento dos instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios do Polo à luz da política e de diretrizes municipais para o setor, incluindo os aspectos culturais. Também contribuirá a capacitação dos professores com relação aos conteúdos de turismo sustentável, maior proteção dos bens proporcionada pela inserção de conteúdos de turismo sustentável nas escolas públicas e a sensibilização das comunidades quanto ao turismo sustentável proporcionada por todas as ações previstas.
Fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada.	As ações previstas neste Componente apresentam impactos que interagirão significativamente para fortalecer o papel do poder público e da sociedade organizada, entre os quais, a adequação da legislação municipal de meio ambiente aos princípios da sustentabilidade ambiental; o alinhamento dos objetivos, metas, planejamento e gerenciamento ambiental nos municípios do Polo, por meio da atualização e aperfeiçoamento dos instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios e fortalecimento das instituições municipais para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local. Também interagirão a sensibilização das comunidades para a preservação ambiental e o turismo sustentável, a partir da inserção de conteúdos de turismo sustentável nas escolas públicas visando à formação de jovens com consciência sobre a exploração turística e o meio ambiente, o que concorrerá para o fortalecimento dos conselhos municipais de meio ambiente. Os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, o Plano Integrado de Resíduos Sólidos e a Avaliação Ambiental Estratégica, o compartilhamento da responsabilidade na gestão dos resíduos sólidos e a ampliação de possibilidade de captação de recursos federais, por meio da criação de mecanismos legais objetivando a proteção ao meio ambiente, são todos instrumentos que poderão ser utilizados para fortalecer o papel do poder público e da sociedade.

6.4 FATORES CRÍTICOS EXTERNOS E INTERNOS QUE INTERFEREM NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO PRODETUR

6.4.1 Fatores Críticos Identificados

Foram identificados no diagnóstico 9 fatores críticos, sendo 4 externos e 5 internos, a saber:

- **Externos –** baixa capacidade de articulação interinstitucional dos municípios relacionada ao turismo nos níveis federal, estadual e intermunicipal; descontinuidade das ações de gestão pública do setor turístico; falta de visão estratégica da importância econômica e social do turismo sustentável; baixa capacidade de atendimento tendo em vista o alto nível de exigência do turista internacional.
- **Internos –** baixa capacidade municipal de gestão e de articulação institucional para execução de ações programadas; desarticulação entre os componentes do *trade* turístico; fragilidade dos ecossistemas naturais e do patrimônio cultural nas áreas turísticas; desinteresse de proprietários de produtos e serviços em investir no negócio turístico, em novas unidades ou equipando as existentes; baixa sensibilização e participação da sociedade no processo de desenvolvimento do turismo.

A seguir, estes fatores críticos externos e internos são individualmente apresentados.

6.4.1.1 Fatores críticos externos

São os seguintes os fatores críticos externos identificados:

a) Baixa capacidade de articulação interinstitucional dos municípios relacionada ao turismo nos níveis federal e estadual e intermunicipal

Políticas públicas constituem-se em um conjunto de ações e decisões inter-relacionadas do governo, contendo os objetivos e os meios voltados para a solução de problemas da sociedade. Nesse contexto inclui-se a Política Nacional de Turismo, regida por um conjunto de leis e normas, voltadas ao planejamento e ordenamento do setor.

Para fortalecê-la, instituiu-se o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR Nacional), o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, bem como o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

A estrutura definida para dar suporte à operacionalização do PNMT é composta por três instâncias, correspondentes às três esferas de Governo: 1) Instância Nacional: 2) Instância Estadual: 3) Instância Municipal.

No âmbito do Governo do Estado, por meio da Fundação de Turismo do MS (FUNDTUR), foram elaborados os Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul para o período de 2008/2020. Todas as cidades do Polo Campo Grande e Região fazem parte da região turística Caminho dos Ipês. Existe também o Fórum Estadual de Turismo que promove a articulação entre as regiões turísticas do Estado. Essas estruturas têm como objetivo principal promover, desenvolver e incentivar o turismo no Estado de Mato Grosso do Sul.

No Estado, hoje, o órgão responsável por fiscalizar as atividades turísticas é a Fundação do Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR/MS), em parceria com as Prefeituras Municipais e, em termos ambientais, com o Instituto de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul (IMASUL).

Em nível municipal, o Plano Nacional de Turismo estabeleceu como etapas: a) criação do Conselho Municipal de Turismo: b) instituição do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR); c) elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo: documento que reúne as diretrizes, estratégias e ações para o município desenvolver o turismo de maneira organizada e planejada.

No Polo Campo Grande e Região, esta política nacional e estadual, embora com importantes avanços promovidos nos últimos anos, não se encontra ainda consolidada. Um dos problemas de gestão do turismo é a ausência, em algumas prefeituras, de uma instância autônoma para desenvolver, promover e organizar a atividade turística. Apenas o município de Campo Grande encontra-se relativamente bem estruturado.

Entre as diretrizes para o desenvolvimento do turismo, ressalta-se a articulação interinstitucional, que inclui a valorização e fortalecimento de fórum com representatividade nacional, estadual e municipal, o estímulo à criação e fortalecimento de instituições e órgãos representativos do turismo e o estabelecimento de convênios, acordos e parcerias interinstitucionais e intersetoriais.

A necessidade de articulação evidencia-se pela constatação de que as principais ações bem sucedidas no desenvolvimento do turismo no mundo estão respaldadas por importantes alianças. No caso brasileiro, tal integração vem ganhando expressividade com a criação de associações, conselhos e fóruns municipais, regionais e estaduais, do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo e do Conselho Nacional de Turismo.

São também importantes as instâncias estaduais de turismo como elementos de articulação e fomento. Contudo, enfatiza-se o papel do município para o êxito e a sustentabilidade do turismo. O município se distingue como cenário privilegiado para a implementação das ações e seus efeitos, além de exercer o papel de ente promotor do turismo e da localidade.

Em nível municipal, tornou-se consenso que o êxito e a sustentabilidade do turismo se constroem com base na sólida participação e integração entre as esferas social, econômica, institucional, cultural e política. Daí a importância das administrações municipais como agentes condutores do processo de afirmação do município como localidade turística.

A articulação interinstitucional abre a possibilidade de compartilhamento de conhecimentos, ações e responsabilidades, não na direção do seu somatório, mas na produção de uma nova sinergia, potencializando o desempenho das políticas públicas, enquanto retira cada ação específica do seu isolamento, assegurando uma intervenção globalizada.

Se as políticas municipal e estadual constituírem totalidades, a articulação com as organizações não governamentais, entidades sociais, movimentos comunitários, centros de defesa e redes espontâneas se farão em direção bem definida, complementando e cooperando a partir de eixos e diretrizes claramente explicitadas.

Conforme já mencionado nos estudos diagnósticos, apesar de as prefeituras do polo possuírem estruturas próprias de apoio ao turismo, os órgãos e instâncias de governança existentes são muito desiguais quanto ao quadro de pessoal, organização de setores especializados na elaboração de projetos e captação de recursos, capacidade orçamentária. Essa desigualdade não permite uma articulação eficaz entre os municípios.

Com exceção de Campo Grande, é baixa a capacidade dos gestores públicos nos demais municípios para propor regulamentações estaduais e locais, assim como para construção e implementação dos instrumentos de planejamento. A gestão do setor ainda se apresenta carente de capacitação e de articulação institucional nos níveis federal, estadual e municipal, fragilizando assim o desenvolvimento de uma política para um turismo sustentável e para o contexto geral de governança.

Um importante fator de criticidade é a insuficiência de pessoal que atua na área trabalhando nos órgãos de promoção do turismo nas prefeituras, embora as universidades venham formando profissionais.

E não somente as universidades, mas a atuação de instituições como o SENAC e o SEBRAE, indicam que há a ambiência necessária para superação dos gargalos existentes nessa área. Isso ajudaria a superar outro obstáculo que é a baixa qualificação da mão de obra existente nos municípios, que podem atuar no setor turístico. Tais necessidades são crescentes e contínuas, o que exigirá uma planificação eficaz para solucionar o problema.

Ainda assim, há um problema adicional a ser enfrentado: é preciso conciliar as necessidades de capacitação e qualificação profissional exigida pelo mercado e o que as instituições têm oferecido. Dessa forma, é necessário fazer uma avaliação precisa de quais são as reais necessidades do mercado e de que forma serão atendidas. Esse desalinhamento de interesses acarreta desperdício de recursos materiais, humanos e financeiros, além de não apresentar os resultados desejados para o setor, como um todo.

A baixa capacidade de articulação interinstitucional dos municípios relacionada ao turismo nos níveis federal e estadual e intermunicipal, definidas por este fator crítico externo, pode ser confirmada por vários indicadores detectados nos estudos diagnósticos relativos ao Polo Campo Grande e Região, tais como:

b) Descontinuidade das ações de gestão pública do setor turístico

A descontinuidade administrativa pode surgir na administração pública, direta e indireta, a cada mudança de governo e a cada troca de dirigentes.

O problema é mais visível nas cidades de médio e pequena porte, como ocorre no Polo Campo Grande e Região, principalmente quando o mesmo segmento político-partidário não permanece no poder local. Esta troca no comando político suscita dúvidas sobre se haverá ou não a continuidade das políticas anteriormente desenvolvidas. A interferência político-partidária manifesta-se por meio de cortes nos orçamentos, remanejamento e substituição de servidores e de projetos, troca de nome de programas,

enfim são fatores que comprometem a continuidade e a efetividade das políticas públicas, levando-as a um eterno recomeço.

As transições governamentais e consequente descontinuidade de ações administrativas e de gestão pública podem prejudicar o desenvolvimento do turismo, tendo em vista mudanças eventuais no planejamento e na execução de ações, assim como na interação institucional e na capacidade regional dos gestores públicos em propor regulamentações estaduais e locais.

Tais mudanças decorrem da ausência de uma política estadual de turismo consolidada e, em muitos casos, da prevalência das decisões políticas sobre as estruturas técnicas. São interrompidos projetos, programas e obras, as prioridades mudam radicalmente e planos futuros são descartados, sempre em função de um viés político, desprezando-se considerações de ordem técnica ou méritos das ações descontinuadas. Como consequência, tem-se o desperdício de recursos públicos, a perda de memória e saber institucional, o desânimo das equipes envolvidas e um aumento da tensão e da animosidade entre técnicos estáveis e gestores que vêm e vão ao sabor das eleições.

Para evitar essa descontinuidade, a definição de prioridades nos investimentos dos recursos públicos e seu acompanhamento devem ser feitos pela população diretamente envolvida, pois, mesmo mudando os governos não mudariam as prioridades locais, mantendo uma linha de continuidade e, desta forma, evitando o desperdício de obras inacabadas.

Entretanto, deve-se alertar que a continuidade pela continuidade não só não garante a diminuição de riscos e ocorrências indesejáveis como pode até mesmo ser prejudicial, conduzindo à acomodação ou à paralisação. Ainda que a descontinuidade seja normalmente entendida como um fenômeno indesejado, ela representa, em si, também a possibilidade de alternância de poderes e preferências definidos democraticamente.

Trata-se de um fator crítico externo, tendo em vista que, devido ao seu enraizamento na prática e no discurso do cotidiano, a descontinuidade é muito resistente a tentativas de mudança.

c) Falta de visão estratégica da importância econômica e social do turismo sustentável

Refere-se à insuficiente sensibilização dos órgãos do poder público sobre a importância do turismo enquanto atividade econômica altamente competitiva e em constante crescimento no mundo, capaz de dinamizar as economias locais por meio da geração de emprego e renda.

No Polo Campo Grande e Região, o turismo está associado a vários benefícios diretos reais, conforme mostraram os estudos diagnósticos e a avaliação dos impactos:

- **Renda –** Proporcionada pela satisfação do turista, tendo em vista a compra de uma variedade de serviços e de bens que podem ocorrer em diferentes momentos e locais, fato que resulta numa série de rendimentos significativos para a economia;
- **Emprego –** O turismo requer diferentes graus de habilidade, do mais complexo ao mais simples, envolvendo todas as camadas sociais, além de estimular o mercado de emprego nos outros setores da economia;

- **Conservação** – O turismo fortalece a viabilidade econômica das áreas protegidas e reduz a pressão sobre o ambiente, desde que gerido adequadamente;
- **Investimento** – A intensidade do capital no setor cria várias oportunidades de investimento para os setores público e privado;
- **Infraestruturas** – O potencial e a dinâmica do crescimento do setor do turismo aliados aos benefícios econômicos associados, requerem a criação e investimento em infraestruturas;
- **Prestígio** – O reconhecimento internacional tem implicações comerciais e econômicas positivas para os destinos preferidos;
- **Ativação de pequenos negócios** – Proporcionada pelas oportunidades criadas em uma diversidade de setores da economia, aos quais o turismo está direta e indiretamente ligado, como transporte, agricultura, alimentação e bebidas, serviços financeiros, construção e artesanato.

Entretanto, não há ainda uma sensibilização plena dos órgãos do Poder Executivo e também do Legislativo, sobre a importância do turismo enquanto atividade econômica e social, capaz de dinamizar as economias locais por meio da geração de emprego e renda.

Com relação a essa visão estratégica da importância econômica e social do turismo sustentável, é importante mencionar a relevância que apresentam as questões relacionadas à infraestrutura de serviços públicos, em especial os de saneamento básico.

Campo Grande, por ser a capital do Estado e possuir grande desenvolvimento econômico apresenta ampla infraestrutura para os serviços públicos e saneamento básico, com serviços adequados de abastecimento de água para toda a população e coleta de esgoto para aproximadamente 61% da população. O município apresenta um programa de coleta seletiva e está em processo de instalação de uma usina de processamento de lixo e um aterro sanitário.

Quanto aos demais municípios a captação de água é realizada por meio de poços tubulares profundos. Dos dez municípios presentes no Polo, apenas Campo Grande e Ribas do Rio Pardo possuem um sistema de esgotamento sanitário instalado e em funcionamento. Até abril de 2010, em Campo Grande, segundo a empresa responsável Águas Guariroba, 61% da população estava conectada a rede coletora de esgoto.

Em Ribas do Rio Pardo, 25% da população é atendida pelo sistema de esgotamento sanitário, sendo prevista a ampliação desse atendimento para 60%, com a conclusão dos investimentos realizados no final de 2009.

Os demais municípios do Polo apresentam em alguns casos sistemas individuais de tratamento, outros apresentam sistemas já instalados e prontos para entrarem em operação, bem como existem projetos para captação de recurso e implantação de redes coletoras e estação de tratamento de esgoto.

A gestão de resíduos sólidos atende a maioria da população urbana do Polo, porém, a destinação final dos resíduos nos municípios ainda está sendo realizada em lixões. No entanto, estão sendo desenvolvidos projetos de adequação ou implantação de aterros sanitários, bem como a construção de Usinas de Processamento de Lixo e Programas de Recuperação de Áreas Degradadas pela disposição de resíduos.

Quanto à drenagem pluvial, o Município de Campo Grande possui redes de drenagem, porém, é o que apresenta a maior suscetibilidade a enchentes em virtude da grande impermeabilização do solo.

Para tentar solucionar este problema está sendo elaborado um Plano de Drenagem Urbana que possuirá as medidas e ações para a solução desta problemática. Os demais municípios do Polo apresentam redes de drenagem e possuem grandes áreas permeáveis, reduzindo a probabilidade de acúmulos de águas e possíveis enchentes.

d) Baixa capacidade de atendimento do alto nível de exigência do turista internacional

O crescimento do turismo internacional ocorrido nos últimos anos, resultante do aumento da renda pessoal e das facilidades de transporte, passou a criar cada vez mais no turista uma expectativa de hospitalidade e de bom atendimento, que englobam desde os bens tangíveis como, como serviços e equipamentos qualificados, hotéis, pousadas, resorts, campings, meios de transportes, infraestrutura de saneamento básico, entre outros, até os intangíveis que são os serviços prestados e que proporcionam o bem estar físico e psíquico do visitante.

As exigências das pessoas estão mudando, já fazem parte do presente. Elas têm exigências próprias, únicas, preferem dizer como gostariam de ser recebidos, servidos ou como deveriam ser seus pacotes de viagem. O bem receber no turismo tem que atender este novo modelo e se adaptar.

O turista internacional é um público que busca sempre conhecimentos da cultura local, principalmente o que não é de costume em seu país de origem. Em suas viagens busca entretenimento, diversão e lazer, procurando sempre novas experiências. Na maioria das vezes é bastante exigente nas questões de atendimento, informação e comodidade. O turista internacional exige padrões internacionais para todas as funções que envolvem o atendimento ao turista.

A hospitalidade, ou seja a oferta de serviços e produtos com qualidade, envolve um amplo conjunto de estruturas, serviços e atitudes, a própria cidade acolhedora e seus habitantes, que intrinsecamente relacionados proporcionam o bem estar do visitante, satisfazendo suas necessidades. O exercício da hospitalidade engloba o espaço geográfico de sua ocorrência, a cidade ou o campo, e todos os aspectos que se relacionam, direta ou indiretamente, com o seu desenvolvimento, que vão desde o planejamento e a organização dos recursos materiais, humanos, naturais e financeiro, boa infraestrutura do destino receptor, o preparo dos profissionais de turismo e sensibilização da população local.

A preocupação com a hospitalidade não deve ser apenas com a qualidade nos serviços e conforto do turista, mas na sua satisfação voltada aos sentimentos e experiências deste turista. Isto só será possível com serviços de boa qualidade, que se tornam um diferencial a partir do momento que os turistas forem recebidos e atendidos para além de suas necessidades, mas com preocupação com o seu bem estar.

Entretanto, o Polo Campo Grande e Região debate-se com questões básicas de infraestrutura de transporte, como a falta de sinalização e de boa conservação das estradas, além de problemas de limpeza e de saneamento básico.

6.4.1.2 Fatores críticos internos

A seguir são relacionados e descritos os fatores críticos internos consolidados.

a) Baixa capacidade municipal de gestão e de articulação institucional para execução de ações programadas

Este fator refere-se à insuficiente capacidade administrativa de gerenciamento do turismo e de planejamento nos municípios associada à falta de estrutura nos municípios para implementar e monitorar o programa PRODETUR – MS.

O Fórum de Turismo de Mato Grosso do Sul propicia um mecanismo de articulação entre os fóruns regionais das dez regiões turísticas do Estado com o objetivo de promover ações públicas e privadas para execução de planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do turismo estadual. Seu papel é o de articular e organizar ações de planejamento, controle, promoção, comercialização e monitoramento do desenvolvimento das atividades turísticas .

Os eventos e negócios são realizados de acordo com os interesses de seus programadores e de forma isolada. Os municípios do interior apresentam carência de infraestrutura administrativa e de capacidade institucional para viabilizar o crescimento da atividade turística, respeitadas as particularidades de cada município. No caso de a cidade precisar sediar mais de um grande evento, os visitantes têm que buscar hospedagem em municípios vizinhos. Dessa forma, se esse segmento se constituir no eixo dinâmico, então se deve avaliar a necessidade de ampliação e melhoria da rede de meios de hospedagem, dentre outros serviços.

Campo Grande apresenta-se em uma posição um pouco melhor quanto a este fator crítico porque está estruturando novos centros de eventos e atrativos, bem como melhorando sua estrutura urbana por meio da ampliação e revitalização das vias públicas, melhora das praças, parques e equipamentos que induzem a melhoria da qualidade de vida. Entretanto, não o suficiente para atender novas demandas resultantes do desenvolvimento de novos segmentos potenciais.

Com o desenvolvimento do turismo de forma integrada na região, proposta no PRODETUR MS, as carências de infraestrutura e de articulação institucional municipal para promoção da atividade turística envolvem o insuficiente quadro de pessoal que atua na área, de maneira a aproveitar os egressos do ensino universitário e dos cursos profissionalizantes promovidos por instituições vinculadas ao comércio, à indústria e aos serviços (SENAC, SESC, SEBRAE, entre outros).

Uma importante ameaça que afeta e condiciona o desenvolvimento do turismo no Polo são as estruturas de governança, a capacidade de suporte dos ecossistemas e a instabilidade na aplicação das regras de uso dos recursos naturais como ativos a serem considerados no desenvolvimento do turismo de maneira sustentável.

Os regulamentos para o uso dos recursos naturais quando interpretados de maneira equivocada, ou também na ausência de fiscalização e ineficiência do aparato institucional, implicam em riscos ao desenvolvimento das atividades turísticas nos municípios. Além dos pontos referentes à infraestrutura e

serviços é importante que existam informações sistematizadas e atualizadas, sobre os ecossistemas e as condições ambientais e sobre o uso dos recursos naturais, fundamentais para determinar a capacidade de suporte ambiental ao desenvolvimento do turismo e estabelecer legislação e outros mecanismos de gestão que disciplinem a expansão da ocupação e o desenvolvimento da atividade, assim como para definição das áreas estratégicas e de relevante interesse ambiental, que possam ser destinadas à criação de Unidades de Conservação e posteriormente destinadas como alternativa de destino turístico.

b) Desarticulação entre os componentes do *trade* turístico

Entende-se por *trade* turístico o conjunto de equipamentos da superestrutura constituintes do produto turístico, incluindo os meios de hospedagem, bares e restaurantes, centros de convenções e feiras de negócios, agências de viagens e turismo, empresas de transporte, lojas de suvenires e todas as atividades comerciais periféricas ligadas direta ou indiretamente à atividade turística.

Entretanto, a atividade turística como um todo estruturado é um produto composto por bens e serviços, tanto tangíveis como intangíveis. A parte tangível é o produto global em si, tal como é oferecido pelos produtores. Já a intangibilidade advém das percepções e expectativas geradas pelos consumidores.

A capacidade de associação das empresas representantes desses diversos elos pode se constituir em recurso estratégico gerador de vantagem competitiva em um destino turístico. Os colegiados de cooperação público-privada têm um papel preponderante no planejamento das ações regionais, com foco na gestão compartilhada. Os planos devem ser resultado de discussões, parcerias, cooperações e, sobretudo, visão de futuro compartilhada entre os atores da região turística.

Entretanto, os estudos diagnósticos revelaram fragilidade na integração dos componentes do *trade* turístico, até por deficiências das instâncias de governança regional em seu papel de articular a cooperação público-privada, com autonomia, empoderamento e proatividade e, sobretudo, sem a tutela do setor público.

A desarticulação do *trade* faz com que os eventos e negócios no Polo sejam realizados de acordo com os interesses de seus programadores e de forma isolada, sem sinergia e mesmo em conflito com os outros componentes e atividades econômicas. Associa-se à concentração do turismo de negócios e eventos em Campo Grande, à segmentação turística desorganizada e mal explorada, sem um sistema organizado de informações gerenciais, com insuficiente controle do fluxo turístico, limitado à movimentação hoteleira.

Como consequência, faltam infraestrutura e quadro de pessoal para atendimento das novas demandas de serviços turísticos, se forem realizados mais de um grande evento simultaneamente.

c) Fragilidade dos ecossistemas naturais e do patrimônio cultural nas áreas turísticas

Este fator refere-se às limitações impostas às atividades turísticas desenvolvidas em ambientes naturais com níveis diferenciados de fragilidade ambiental em situação de ausência de planejamento e

gestão de sua implementação. As limitações de uso pelo turismo em certos ambientes são determinadas pela fragilidade de seus ecossistemas e patrimônio cultural, já que estes podem ser susceptíveis a uma gama de impactos e efeitos decorrentes, fazendo com que muitos desses ambientes apresentem restrições à visitação.

O ambiente natural pode apresentar fragilidades potenciais ou efetivas em face de suas características físicas e bióticas (geomorfologia, solos, cobertura vegetal/uso da terra e clima), cuja degradação pode comprometer a sustentabilidade da atividade turística.

Os estudos diagnósticos revelaram dentre as características e fragilidades ambientais mais relevantes no Polo Campo Grande e Região a qualidade e quantidade dos recursos hídricos superficiais, a conservação e/ou preservação das UCs e parques públicos municipais, a conservação e preservação de áreas de relevante interesse cultural (áreas urbanas históricas, museus), paisagístico (cachoeiras, cânions, corredeiras d'água), natural (recursos bióticos –fauna e flora).

Os recursos hídricos superficiais são fundamentais tanto para o aspecto natural (preservação e manutenção das espécies, manutenção do ciclo hidrológico), tanto para o aspecto antrópico e social (abastecimento humano, balneabilidade e diluição de efluentes) e turístico, potencializando as atividades de pesca e esportes aquáticos e/ou recreativos.

O município de Campo Grande atualmente tem como principal fonte de abastecimento de água a captação Guariroba, mas nos demais municípios do polo, é comum a captação de água em poços profundos para o abastecimento. De uma forma geral, os recursos hídricos superficiais das bacias que abrangem as áreas dos municípios do polo apresentam uma qualidade classificada de boa a ótima. Contudo, há afluentes, ou trechos (parte) de determinados afluentes dos principais cursos d'água das cinco bacias que abrangem o polo, que possuem qualidade d'água comprometida.

Destacam-se ainda entre as características e fragilidades ambientais a fauna e flora típicas do bioma Cerrado, nas formações de cerradão, cerrado sentido restrito, mata ciliar, mata de galeria, campo sujo, campo rupestre, campo limpo, parque de cerrado, palmeiral e vereda, configurando um mosaico de paisagens naturais, associadas à rica biodiversidade vegetal e faunística deste bioma. Entretanto, atualmente o Cerrado ocupa área muito reduzida em comparação com a original, fazendo desse, um dos biomas mais ameaçados do Planeta.

A pesca predatória é praticada em alguns cursos de água naturais, que acaba por prejudicar a procriação de espécies. Na atividade de pesqueiros, diversos impactos podem ocorrer e ainda não foram feitos estudos no polo, principalmente a degradação de APPs e diminuição da qualidade da água, ao se realizar limpeza indiscriminada de tanques de piscicultura. Nos balneários localizados no município de Rio Negro, verifica-se compactação do solo, degradação do leito dos rios, provocados por falta de estudos de determinação da capacidade de suporte do recurso natural.

Outro ponto de fragilidade dos ecossistemas que é importante mencionar são as áreas protegidas. No polo, há diversas regiões de expressiva beleza e capacidade de atrair fluxo turístico e que, contudo, estão constituídas por topos de morros e outras áreas de preservação permanente, que sofrem impactos

das atividades turísticas nelas desenvolvidas, por serem atividades sem a adoção de técnicas sustentáveis, como a implantação de decks de acesso a rios e cachoeiras, trilhas protegidas e outras. Ressalta-se ainda a fragilidade de áreas submetidas às atividades agropecuárias, desenvolvidas com utilização de técnicas pouco conservacionistas, empobrecendo os solos, causando erosões e demandando desmatamentos crescentes.

Quanto às Unidades de Conservação, estão concentradas em Campo Grande, em especial as que buscam preservar o abastecimento d'água (APA Lageado e APA Guariroba) e o Parque Estadual do Prosa, única UC do Polo com uso público estruturado e com importante papel na conservação dos recursos hídricos de Campo Grande. A APA Estrada Parque Palmeiras-Piraputanga, em Dois Irmãos do Buriti, a APA Ceroula, em Campo Grande e a RPPN Vale do Bugio, em Corguinho, são as que apresentam maior potencialidade turística.

Entretanto, algumas dessas áreas protegidas encontram-se em situação de fragilidade, como o Parque Estadual das Matas do Segredo em vista de perda de solo causada por processos erosivos. Há a degradação de áreas legalmente protegidas no Município de Rochedo.

Sem o planejamento adequado da atividade turística e do uso e destinação do recurso natural, observam-se nas áreas turísticas condições ambientais inadequadas representadas por intervenção em APP, seja em APP em faixa marginal de cursos d'água, ao redor de nascentes, em faixa marginal a veredas, no topo de morros e montanhas, em encostas, escarpas; degradação do solo, acarretando em processos erosivos e assoreamento de córregos.

O controle e o ordenamento das áreas protegidas incorporadas ao uso turístico apresentam inúmeras dificuldades. Há necessidade de implementar os planos de manejo e proceder a constantes revisões. Os parcos investimentos do setor público também se tornam entraves ao desenvolvimento destas áreas, bem como a capacitação, muitas vezes insuficiente, dos profissionais para atender às necessidades demandadas, além da precariedade ou a ausência de infraestrutura adequada para atender minimamente as necessidades operacionais.

Outras causas de fragilidade ambiental das áreas turísticas dizem respeito às condições de saneamento, que se constituem em fatores críticos para o desenvolvimento do turismo na região.

Dos dez municípios presentes no Polo, apenas Campo Grande e Ribas do Rio Pardo possuem um sistema de esgotamento sanitário instalado e em funcionamento. Campo Grande apresenta um programa de coleta seletiva e está em processo de instalação de uma usina de processamento de lixo e um aterro sanitário.

Os demais municípios do Polo apresentam em alguns casos sistemas individuais de tratamento, outros apresentam sistemas já instalados e prontos para entrarem em operação, bem como existem projetos para captação de recurso e implantação de redes coletoras e estação de tratamento de esgoto.

A gestão de resíduos sólidos atende a maioria da população urbana do Polo, porém, a destinação final dos resíduos nos municípios ainda está sendo realizada em lixões. No entanto, estão sendo desenvolvidos projetos de adequação ou implantação de aterros sanitários, bem como a construção de

Usinas de Processamento de Lixo e Programas de Recuperação de Áreas Degradadas pela disposição de resíduos.

Quanto à drenagem pluvial o Município de Campo Grande possui redes de drenagem, porém, é o que apresenta a maior suscetibilidade a enchentes em virtude da grande impermeabilização do solo. Para tentar solucionar este problema está sendo elaborado um Plano de Drenagem Urbana que possuirá as medidas e ações para a solução desta problemática. Os demais municípios do Polo apresentam redes de drenagem e possuem grandes áreas permeáveis, reduzindo a probabilidade de acúmulos de águas e possíveis enchentes.

No polo, somente o Município de Campo Grande tem um sistema de planejamento urbano e ambiental implantado e consolidado, porém, não atende as demandas atuais, o que ocasiona diversos problemas, tais como: erosões, assoreamentos, ocupação irregular de fundo de vale, problemas relacionados com enchentes por causa do adensamento populacional sem medidas efetivas para o controle, etc.

d) Desinteresse de proprietários de produtos e serviços em investir no negócio turístico, em novas unidades ou equipando as existentes

Registram-se atualmente em nível federal diversas formas de promoção de investimentos nacionais e internacionais e o incentivo à oferta de instrumentos de crédito e financiamento na área do turismo. O incremento das parcerias estabelecidas com os bancos públicos federais, com o intuito de promover e divulgar as condições dos serviços financeiros e do crédito, estimulando e direcionando formas inovadoras de acesso aos recursos, constitui a base referencial para o desenvolvimento dos negócios do setor. O incentivo para construção e modernização de equipamentos do turismo ocorrem só por meio da oferta de novas linhas de crédito, mas também pela identificação e pelo cadastramento de projetos atrativos nas regiões e nos destinos turísticos, para divulgação a potenciais investidores no Brasil e no exterior.

São diversas as ações de fomento e mobilização da iniciativa privada na execução das políticas de desenvolvimento do turismo, promovendo a captação e o estímulo aos investimentos nacionais e internacionais. A criação de novas linhas de crédito adequadas às atividades do setor, conjugada com melhorias nas condições dos financiamentos existentes, torna os produtos e serviços financeiros disponibilizados pelos bancos públicos federais mais acessíveis aos prestadores de serviços turísticos. O setor conta com importantes instrumentos de crédito para apoiar projetos da cadeia produtiva do turismo. Lastreadas com recursos de fundos e programas oficiais, as linhas oferecem recursos para implantação, ampliação ou modernização de empreendimentos turísticos no País.

Há, entretanto, insuficiente interesse dos integrantes do *trade* turístico em investir no próprio negócio, demonstrado pela falta de conhecimento por parte da maioria dos proprietários dos atrativos das possibilidades que o turismo oferece como negócio, falta de incentivos para investimentos, falta de interesse em divulgar os atrativos e falta de registro das atividades turísticas no CADASTUR. Este não

possui em seu cadastramento todos os empreendimentos e serviços correlacionados a atividade turística no Polo, impedindo a sua completa confiabilidade quanto a situação global do Polo. Não há divulgação das diversas opções de turismo existentes no Polo, inviabilizando uma integração entre os atrativos turísticos existentes e potenciais.

e) Baixa sensibilização e participação da sociedade no processo de desenvolvimento do turismo

Torna-se um consenso na atualidade a importância da participação das comunidades no processo de planejamento e desenvolvimento local, incluindo o enfoque turístico, com benefícios em nível econômico, social, cultural e ambiental. É crescente a ideia de que as localidades que desejam fomentar o turismo como opção de desenvolvimento socioeconômico dependem principalmente da participação da sociedade, sendo necessário e legítimo o direito de um maior número de membros da comunidade de se envolver nos diversos processos que tratam de elevar a qualidade de vida de toda a coletividade.

Os discursos dos diversos grupos sociais presentes na sociedade demonstram interesse crescente por participar e evidenciam a necessidade de se estabelecerem novos mecanismos legitimados de participação que gozem de maior autonomia, possibilitando uma maior descentralização de ações mais adequadas às demandas sociais, que se apresentam de maneira crescente e diferenciada no cotidiano de cada indivíduo.

O envolvimento da sociedade na proposição de medidas possibilita a elaboração de práticas mais descentralizadas, distributivas e inclusivas, disponibilizando às comunidades uma participação mais ativa e um maior acesso aos meios formais de decisão, aproximando, assim, as ações e decisões prioritárias às demandas locais.

Com a expansão da atividade turística em diversas localidades, assiste-se a um amplo movimento de envolvimento da sociedade civil em diversas instâncias, resultando em conquistas de importantes espaços de participação democrática em deliberações sobre a condução de políticas públicas de turismo, especialmente em nível local.

A crescente constituição de diversos Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR) em alguns municípios brasileiros reforça essa tendência de algumas cidades que visualizam na própria localidade um potencial para a atividade, apresentando-se no papel de protagonistas em sua história de desenvolvimento.

É diante de uma postura proativa da própria comunidade que o processo de desenvolvimento turístico poderá amadurecer ainda através da divisão de responsabilidades e delegação de poder. A concepção de políticas de participação, como, por exemplo, através de conselhos gestores, dos fóruns e fundos de turismo, dentre outras formas de organização, procura torná-los espaços públicos, de caráter jurídico e institucional de intervenção social planejada na formulação de políticas públicas, que tentam elevar a qualidade de vida de diversas comunidades, através da consulta popular.

Entretanto, os estudos diagnósticos mostraram que existe uma baixa participação da sociedade nas discussões e envolvimento nos Planos e Programas relacionados ao meio ambiente e a

sustentabilidade das atividades econômicas desenvolvidas. As formas de participação de diferentes grupos na área de turismo, bem como na ambiental na maioria dos municípios do interior, são insignificante, pois nem atuações tidas como básicas, tais como Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR) Consórcios Intermunicipais, ONGs se mostram presentes nos mesmos.

6.4.2 Interferências dos Fatores Críticos sobre os Impactos Ambientais das Ações do PRODETUR

Estes fatores, além de condicionarem a atividade turística conforme vem se desenvolvendo no Polo, também orientaram a proposição das ações do PRODETUR, que visam estruturar, aumentar e diversificar a oferta turística do Polo Campo Grande e Região, por meio do estímulo da oferta de novas modalidades de turismo e da exploração de novos nichos de mercado, oportunizando emprego/negócios na exploração turística destes novos empreendimentos, podendo beneficiar as comunidades locais, além do licenciamento ambiental dos empreendimentos turísticos.

Por outro lado, no desenvolvimento futuro das atividades turísticas no Polo Campo Grande e Região, segundo o que é proposto nas ações programadas, por serem potenciais, estes fatores constituem-se em ameaças aos impactos positivos e potencializadores dos impactos negativos, o que pode contribuir para restringir o seu desenvolvimento de forma integrada.

Ou seja, estes fatores críticos devem ser entendidos, de um lado, como áreas críticas que no momento estão impedindo ou dificultando o desenvolvimento do turismo no Polo, cujo entendimento, portanto, é essencial para a compreensão das tendências do desenvolvimento atual do turismo no Polo Campo Grande e Região e, de outro lado, significam também ameaças para o alcance dos objetivos e metas pretendidos para as diferentes ações propostas, considerados os estudos diagnósticos e os impactos ambientais potenciais identificados.

Assim, a elucidação dos fatores críticos externos e internos é essencial para a compreensão dos cenários futuros esperados de desenvolvimento considerando-se tanto as tendências atuais de desenvolvimento do turismo no Polo quanto com a implantação das ações propostas. Portanto, é necessário voltar a discuti-los agregando a perspectiva das análises dos impactos das ações propostas pelo PRODETUR apresentadas neste Capítulo. Interessam particularmente os impactos estratégicos, ou seja, considerando seus efeitos cumulativos/sinérgicos positivos e negativos, conforme anteriormente identificados, ou seja:

- **Positivos** – melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais; melhoria da qualidade de vida da população; valorização dos produtos e destinos turísticos; reconhecimento da identidade cultural do Polo; fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada.
- **Negativos** – aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais; alterações danosas no cotidiano da população; maior pressão sobre o patrimônio cultural; sobrecarga dos serviços públicos.

Observa-se que os fatores críticos, tanto externos quanto internos incidirão em todos os Componentes Estratégicos, pois os mesmos interferirão no alcance dos resultados de praticamente todas as ações previstas. Assim, considerou-se mais pertinente analisar neste Capítulo a interferência de cada fator crítico como ameaça ou potencializador dos efeitos cumulativos/sinérgicos, ou seja, dos impactos estratégicos, tendo em vista que estes sintetizam o total dos impactos mais abrangentes e importantes das ações programadas pelo PRODETUR-MS.

Com essa finalidade, no Quadro 106 os fatores críticos externos e internos são reapresentados quanto a sua relação com os efeitos cumulativos/sinérgicos.

Quadro 106 - Interferências dos fatores críticos externos e internos diretos (D) e indiretos (I) sobre os efeitos estratégicos (cumulativos/sinérgicos) das ações previstas no PRODETUR-MS.

FATORES CRÍTICOS	Interferências nos Impactos Estratégicos								
	Positivos (Ameaçam)					Negativos (Potencializam)			
	Melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais	Melhoria da qualidade de vida da população	Valorização dos produtos e destinos turísticos	Reconheci-mento da identidade cultural do Polo	Fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada	Aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais	Alterações danosas no cotidiano da população	Maior pressão sobre o patrimônio cultural	Sobrecarga dos serviços públicos
EXTERNOS									
Baixa capacidade de articulação interinstitucional dos municípios relacionada ao turismo nos níveis federal e estadual e intermunicipal.					D				I
Descontinuidade das ações de gestão pública do setor turístico	I	I			D		I		I
Falta de visão estratégica da importância econômica e social do turismo sustentável	I	I	D	D		I			
Baixa capacidade de atendimento tendo em vista o alto nível de exigência do turista internacional			D			I	I	I	
INTERNOS									
Baixa capacidade municipal de gestão e de articulação institucional para execução de ações programadas	I				D				I
Desarticulação entre os componentes do *trade* turístico			D	D			I		
Fragilidade dos ecossistemas naturais e do patrimônio cultural nas áreas turísticas	D			D		I		I	I
Desinteresse de proprietários de produtos e serviços em investir no negócio turístico, em novas unidades ou equipando as existentes	D	I	D			I	I		I
Baixa sensibilização e participação da sociedade no processo de desenvolvimento do turismo	I	I	I	I	D	I	I	I	I

A seguir, são tecidas algumas considerações quanto às ameaças produzidas pelos fatores externos e internos sobre os efeitos estratégicos.

a) Fatores externos

- **Baixa capacidade de articulação interinstitucional dos municípios relacionada ao turismo nos níveis federal e estadual e intermunicipal.**

Embora conte com o Fórum de Turismo de Mato Grosso do Sul e ressalvando-se em certa medida a Capital, a insuficiente capacidade administrativa de gerenciamento do turismo e de planejamento nos demais municípios fragiliza em especial o papel do poder público e da sociedade organizada do Polo.

Com exceção de Campo Grande até certo ponto, a pequena atuação dos municípios do Polo de maneira articulada entre os diversos níveis governamentais fragiliza a valorização e o fortalecimento de instâncias de representatividade nacional, estadual e municipal, que visam estimular a criação e fortalecer as instituições e órgãos representativos do turismo e o estabelecimento de parcerias interinstitucionais e intersetoriais. Nesse processo, além do poder público, também a sociedade civil fica sem representação.

Sem o apoio propiciado pela atuação interinstitucional e suas consequências sobre a participação social, são os próprios serviços públicos que acabam sobrecarregados em alguns municípios.

- **Descontinuidade das ações de gestão pública do setor turístico**

Essa descontinuidade de ações administrativas, no caso de afetar o planejamento futuro e interromper a execução de programas e obras em função de viés político eleitoreiro imediato, ameaça o fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada, dificultando a otimização do uso dos recursos públicos, desperdiçando os esforços dispendidos pelos servidores, bem como desfazendo laços às vezes longamente construídos com as entidades representativas dos segmentos envolvidos.

Indiretamente, o meio ambiente e os ecossistemas naturais de interesse turístico e a qualidade de vida da população são prejudicados pela descontinuidade de ações definidas em gestões precedentes, alterando negativamente o dia a dia da população.

- **Falta de visão estratégica da importância econômica e social do turismo sustentável**

Significa que, apesar do esforço de algumas instituições, não se registra ainda entre os órgãos públicos nos diversos níveis de governo – federal, estadual e, principalmente, municipal – a efetiva confirmação na prática da importância socioeconômica do turismo.

Em vista disso, torna-se lenta a incorporação do turismo nos municípios do Polo como segmento competitivo capaz de valorizar os produtos e destinos turísticos, melhorar a qualidade de vida da população e reconhecer o patrimônio cultural do Polo.

A melhoria da qualidade das áreas turísticas e a da vida da população acabam indiretamente sendo negativamente influenciadas.

- **Baixa capacidade de atendimento tendo em vista o alto nível de exigência do turista internacional**

As condições insuficientes para atender as expectativas de hospitalidade e de bom atendimento quanto à infraestrutura e serviço, assim como de bem estar físico e psíquico do turista estrangeiro desvalorizam os produtos e destinos turísticos.

Repercute esta situação na qualidade de vida e no cotidiano da população, a quem também se destina parte da infraestrutura necessária ao bom atendimento do visitante, como o saneamento básico, por exemplo.

b) Fatores internos

- **Baixa capacidade municipal de gestão e de articulação institucional para execução de ações programadas**

Embora o Fórum de Turismo de Mato Grosso do Sul propicie apoio à articulação entre os fóruns regionais para a promoção das ações públicas e privadas para execução de planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do turismo estadual, seu papel não pode ser plenamente absorvido pelos municípios, tendo em vista a insuficiente capacidade de gerenciamento do turismo nos municípios, com exceção em certa medida de Campo Grande.

Este fato fragiliza em especial o papel do poder público e da sociedade organizada do Polo. Como consequência, aumenta a degradação ambiental e do patrimônio cultural das áreas turísticas, além de mudanças indesejáveis nos hábitos da população por falta de controle das atividades turísticas.

- **Desarticulação entre os componentes do *trade* turístico**

Esta articulação insuficiente dos produtos turísticos concorre para que sejam desvalorizados os produtos e destinos turísticos, tendo em vista que os meios de hospedagem, bares e restaurantes, centros de convenções e feiras de negócios, agências de viagens e turismo, empresas de transporte, lojas de suvenires e todas as atividades comerciais periféricas ligadas direta ou indiretamente à atividade turística, realizam suas ações de forma isolada, concentradas no turismo de negócios e eventos de Campo Grande, incluindo eventualmente até em conflito com outras atividades econômicas.

Também é possível que esta desarticulação concorra para que os hábitos da população acabem sendo prejudicados, potencializando outros efeitos sobre o seu cotidiano.

- **Fragilidade dos ecossistemas naturais e do patrimônio cultural nas áreas turísticas**

As condições de fragilidade dos ecossistemas e do patrimônio cultural podem se constituir em ameaças para a continuidade de seu reconhecimento como produtos turísticos frente às pressões

exercidas pelo fluxo turístico sobre tais áreas, em vista das restrições impostas às atividades turísticas desenvolvidas em ambientes naturais com níveis diferenciados de fragilidade ambiental em situação de ausência de planejamento e gestão.

Além disso, indiretamente são potencializadas as agressões às áreas turísticas naturais e culturais e a necessidade de controle e fiscalização, sobrecarregando o serviço público.

- **Desinteresse de proprietários de produtos e serviços em investir no negócio turístico, em novas unidades ou equipando as existentes**

As diversas iniciativas de fomento e mobilização da iniciativa privada visando à execução das políticas de desenvolvimento do turismo, seja por meio de instrumentos creditícios, seja promovendo a divulgação dos atrativos, nem sempre são aproveitadas no nível esperado.

O resultado é a falta de investimentos que acabam contribuindo para desvalorizar os produtos e destinos turísticos, além de ameaçar as condições dos ecossistemas naturais e das unidades protegidas, que passam a ser mais pressionadas.

- **Baixa sensibilização e participação da sociedade no processo de desenvolvimento do turismo**

O exercício do direito à participação e envolvimento da população nos diversos processos voltados ao desenvolvimento do turismo, embora crescente no Polo, mas ainda insuficiente, podem ameaçar praticamente todos os efeitos positivos e potencializar os negativos das ações previstas, mas destacam-se os resultados esperados relacionados ao fortalecimento da sociedade organizada.

Em contrapartida, também há um aumento da sobrecarga sobre o poder público em decorrência da participação menos ativa das comunidades nas práticas mais descentralizadas, distributivas e inclusivas de atuação.

ESTAÇÃO CACHOEIRÃO
Terenos/MS
Foto: FUNDTUR/MS

7 CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

O processo de elaboração da AAE, requisito recomendado no Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental, contempla a construção de cenários, que correspondem à visão de futuro do turismo e dos objetivos de sustentabilidade para o desenvolvimento da atividade na região do Polo, em função de alternativas adotadas, que incluem, também, a possibilidade de nenhuma intervenção por parte do PRODETUR, o que levaria à concretização das tendências atuais encontradas.

Embora com algumas diferenças de interpretação, registra-se o consenso geral de que os cenários são visões consistentes e plausíveis da realidade futura, as quais são configuradas com base em suposições que consideram a interferência até certo ponto incerta de fatores críticos sobre o resultado almejado e que auxiliam nas tomadas de decisão no processo de planejamento.

Nesta AAE, os cenários são simulações de condições futuras de desenvolvimento ambientalmente sustentável e integrado do turismo no Polo Campo Grande e Região, as quais são projetadas com base no conhecimento das atuais condições, com a finalidade de avaliar os impactos das intervenções governamentais e não governamentais sobre tais condições e sua evolução tendencial. Dessa forma, obtêm-se decisões fundamentadas na seleção das melhores alternativas para alcançar os objetivos almejados para o futuro.

O turismo é assim avaliado no Polo Campo Grande e Região do ponto de vista ambiental, social e econômico, focado em uma visão de futuro que se orienta pelos princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável. Com essa finalidade, são comparadas as opções tanto de implementação das ações propostas quanto de não intervenção do PRODETUR, considerando-se, neste caso, a evolução tendencial do turismo como hoje se verifica no Polo. Assim, o PRODETUR pode assegurar a melhoria da qualidade de vida da população, aumentar as receitas do setor e melhorar a capacidade de gestão no Polo Campo Grande e Região, uma área de expansão e potencial turístico.

Esta Construção e Avaliação dos Cenários de Desenvolvimento Turístico baseou-se no diagnóstico e avaliação dos impactos das ações do PRODETUR, objetos dos Capítulos antecedentes, e também no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Campo Grande e Região (MATO GROSSO DO SUL, 2011a), com as adequações e recomendações consideradas pertinentes.

7.1 VISÃO DE FUTURO

Inicialmente, é importante ressaltar a visão de futuro apresentada pelo Plano Nacional de Turismo (PNT) 2013-2016, ou seja, posicionar o Brasil como uma das três maiores economias turísticas do mundo até 2022, quando o Plano estabelece como meta estratégica que o Brasil venha a ocupar a 3ª posição entre os países do mundo. Para o alcance desta meta concorrem um conjunto de políticas públicas e ações, em um esforço para alavancar e concretizar o enorme potencial turístico do País, bem como: o retorno do crescimento econômico nos países desenvolvidos, a realização dos investimentos

em infraestrutura, a exposição mundial do Brasil nos grandes eventos agendados e uma taxa de câmbio mais favorável ao turismo (BRASIL, 2013b).

Com relação à gestão, o PNT 2013/2016 estabelece como diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro, entre outras, a participação e diálogo com a sociedade, a geração de oportunidades de emprego e renda, o incentivo à inovação e ao conhecimento e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento.

Em Mato Grosso do Sul, segundo definido no Plano Regional de Desenvolvimento 2010 – 2030 (MATO GROSSO DO SUL, 2009a), a visão de futuro diz que até 2030, o Estado consolidará a gestão pública por resultados utilizando o monitoramento e avaliação das ações governamentais por meio de indicadores físicos e financeiros regionalizados, reduzindo as desigualdades no nível de vida entre as regiões do Estado, consolidando a sua inserção nos mercados nacional e internacional, a integração fronteiriça e o aumento da riqueza, com responsabilidade social e ambiental.

Com esta finalidade, visando orientar as ações governamentais e da iniciativa privada, o Plano 2030 integra 15 ações estruturantes, emergenciais e estratégicas, entre as quais inclui: "Implantar, Diversificar e Fortalecer Estrutura para Aproveitamento do Potencial Turístico do Estado", com o objetivo de "Desenvolver, fortalecer, diversificar e implantar estrutura para aproveitamento do potencial e das atividades turísticas no Estado do Mato Grosso do Sul", por meio dos seguintes objetivos específicos:

- atrair e ampliar investimentos privados nos segmentos turísticos já existentes;
- ampliar e diversificar a oferta e serviços voltados para atender as demandas turísticas;
- ampliar as opções de gastos pelo turista;
- incentivar o ecoturismo e o turismo rural no interior;
- desenvolver ações para a valorização do artesanato, da cultura e da gastronomia estadual;
- ampliar as ações de serviços públicos essenciais, implantando o monitoramento e a fiscalização voltados para o cumprimento das legislações e normas vigente.

Espera-se, dessa forma, até 2030 transformar a atividade turística em uma das alternativas de diversificação da economia estadual, gerando empregos, divisas e valorizando a cultura regional.

Trata-se de visão de futuro convergente com o Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Campo Grande e Região (BRASIL, 2011), que, tal como para o turismo no Brasil e no Estado, sinaliza o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas contemplando "a criação de emprego e ocupação, a geração e distribuição de renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito ao meio ambiente, a proteção ao patrimônio histórico e cultural e a geração de divisas".

Significa o desenvolvimento no Polo Campo Grande e Região de um turismo estruturado com base em objetivos de sustentabilidade que promovam benefícios sociais e redução da pobreza com a geração de emprego e renda, a valorização da cultura local e, especialmente, a conservação e a gestão dos ativos ambientais de forma harmônica com as atividades do turismo.

7.2 OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE PARA O TURISMO

As diretrizes formuladas pelas Nações Unidas e em outros guias de sustentabilidade do turismo partem do entendimento de que a distribuição dos benefícios econômicos deste setor deve ser equitativa, contribuindo para reduzir as distâncias socioeconômicas, sem que isso se dê às custas da degradação ambiental, inclusive porque a perda de biodiversidade e a contaminação do ambiente resultam, a médio e longo prazo, em perda da qualidade e lucratividade do setor, especialmente no Brasil, onde o turismo depende fundamentalmente dos atrativos naturais. Os objetivos de sustentabilidade aqui apresentados procuram sistematizar como o desenvolvimento local poderá ocorrer em sintonia com o desenvolvimento do turismo no Polo, tendo como vetores de sustentabilidade: redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida; conservação ambiental e a valorização dos recursos turísticos; garantia de qualidade da oferta turística; promoção da estrutura de governança local.

Para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a Organização Mundial de Turismo (que elaboraram em conjunto, entre outras publicações sobre o tema, um Guia para políticas públicas que visem tornar o turismo uma atividade mais sustentável) (WWF-Brasil, 2004) os governos, empresas e sociedade civil devem trabalhar em conjunto para o alcance dos objetivos de modo integrado. Destacam, também, o papel chave dos governos, reconhecendo que a iniciativa privada e/ou a sociedade civil sozinhas não lograriam êxito sem o papel do Estado nas suas devidas funções de planejamento, regulação e gestão do território e dos recursos naturais e culturais dos destinos turísticos, incluindo a definição de viabilidade do uso turístico de determinados locais.

O Ministério do Turismo considera a sustentabilidade como "o princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado na equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente. Portanto, tem possibilidade de tornar-se um fator motivador e mobilizador das instituições, regulando padrões de comportamento e valores dominantes" (BRASIL, 2006). O turismo sustentável considera a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação dos recursos naturais e a qualidade dos serviços, como peças fundamentais para a viabilidade econômica do turismo ao longo prazo.

O turismo sustentável foi definido pela Organização Mundial de Turismo (OMT, 2003) como aquele que "atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro". Assim, busca atender às atuais necessidades econômicas, sociais e de qualidade de vida para o desenvolvimento regional, enquanto conserva os recursos naturais e mantém a integridade cultural da população local, promovendo a responsabilidade coletiva e a satisfação das expectativas dos turistas de maneira que a atividade possa continuar indefinidamente proporcionando os benefícios propostos. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas passam a ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

A Organização Mundial de Turismo (OMT, 2003) reconhece que as diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo e as práticas de gestão sustentáveis são aplicáveis a todas as formas de turismo, em todos os tipos de destinos, incluídos o turismo de massas e os diversos segmentos turísticos.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Organização Mundial de Turismo (PNUD/OMT) recomendam os seguintes princípios norteadores para o planejamento em turismo sustentável:

- a conservação ambiental e a otimização do uso dos recursos ambientais, que se constituem em elementos fundamentais do desenvolvimento turístico, mantendo os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica contínuas no tempo e no espaço;
- o respeito à autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, com o compromisso de conservação de seu patrimônio construído e seu estilo de vida e valores tradicionais, e fortalecimento da compreensão intercultural e tolerância;
- a garantia de operações econômicas viáveis (eficiência e crescimento de longo prazo), com a geração de benefícios socioeconômicos distribuídos para todos os atores envolvidos (elevação da qualidade de vida e equidade social), incluindo oportunidades de emprego estável e obtenção de investimentos e serviços sociais, de maneira que contribuam à redução da pobreza.

O Código Mundial de Ética do Turismo foi criado por membros da OMT, representantes da indústria turística mundial, delegados dos Estados, territórios, empresas, instituições e organismos que se reuniram em Assembleia Geral, em Santiago do Chile, em outubro de 1999 (FUNDATEC, 2000).

O Código cria um marco de referência para o desenvolvimento responsável e sustentável do turismo mundial no início do novo milênio, levando em conta que as estimativas são de que o turismo internacional quase que triplicará o seu volume nos próximos vinte anos. O texto está inspirado nas diversas declarações e códigos profissionais mundiais e tem como objetivo minimizar os efeitos negativos do turismo no meio ambiente e no patrimônio cultural, aumentando os benefícios para os residentes, receptores dos destinos turísticos.

Expressa em seu item 3:

> 3. O turismo, fator de desenvolvimento sustentável.
>
> 3.1 É dever de todos os agentes envolvidos no desenvolvimento turístico, salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras.
>
> 3.2 Todos os tipos de desenvolvimento turístico que permitam economizar os recursos naturais raros e preciosos, principalmente a água e a energia, e que venham a evitar, na mediada do possível, a produção de dejetos, devem ser privilegiados e encorajados pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais.
>
> 3.3 Deve ser equacionada a distribuição no tempo e no espaço dos fluxos de turistas e de visitantes, especialmente a que resulta das licenças de férias e das férias escolares, e buscar-se um melhor equilíbrio na frequência, de forma a reduzir a pressão da atividade turística sobre o meio ambiente e a aumentar o seu impacto benéfico na indústria turística e na economia local.

> 3.4 As infraestruturas devem estar concebidas e as atividades turísticas programadas de forma a que seja protegido o patrimônio natural constituído pelos ecossistemas e a biodiversidade, e que sejam preservadas as espécies ameaçadas da fauna e da flora selvagens. (...).
>
> 3.5 O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras e valorizadoras, desde que respeitem o patrimônio natural e as populações locais se ajustem à capacidade de carga dos locais turísticos.

O Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS), entidade intersetorial do turismo, apta a delimitar uma estratégia única para a certificação do turismo sustentável no Brasil e para o estabelecimento de padrões de qualidade socioambiental adequados à realidade brasileira, por meio de um sistema de certificação independente, elaborou em conjunto com entidades ambientalistas, representantes de movimentos sociais e empresários e especialistas em turismo de todo o País, uma relação de princípios balizadores da atividade turística sustentável. Para tanto, acompanhou a iniciativa internacional e fez adaptações para a realidade brasileira, adotando os seguintes princípios (WWF-Brasil, 2004):

- **1 - Respeitar a legislação vigente :**O turismo deve respeitar a legislação vigente, em todos os níveis, no país, e as convenções internacionais de que o país é signatário.
- **2 - Garantir os direitos das populações locais:** O turismo deve buscar e promover mecanismos e ações de responsabilidade social, ambiental e de equidade econômica, inclusive o respeito e a defesa dos direitos humanos e de uso da terra. E, ainda, manter ou ampliar, em médio e longo prazos, a dignidade dos trabalhadores e comunidades envolvidas.
- **3 - Conservar o ambiente natural e a sua biodiversidade:** Em todas as fases de implantação e operação, o turismo deve adotar práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural. Para tanto deve monitorar e mitigar, efetivamente, os impactos, de forma a contribuir para a manutenção das dinâmicas e processos naturais em seus aspectos paisagísticos, físicos e biológicos, além de considerar o contexto social e econômico existente.
- **4 - Considerar o patrimônio cultural e valores locais:** O turismo deve reconhecer e respeitar o patrimônio histórico-cultural das regiões e localidades receptoras e ser planejado. Para tanto, deve implementar e gerenciar em harmonia às tradições e valores culturais e colaborar para o desenvolvimento dessas regiões.
- **5 - Estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos:** O turismo deve contribuir para fortalecer: as economias locais, a qualificação das pessoas, a geração crescente de trabalho, o emprego, a renda e o fomento da capacidade local de desenvolver empreendimentos turísticos.
- **6 - Garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes:** O turismo deve avaliar e atender às expectativas do turista. Para tanto, deve estabelecer, documentar, divulgar e reconhecer padrões de higiene, segurança, informação, educação ambiental e atendimento.
- **7 - Estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis:** O turismo deve estabelecer procedimentos éticos na gestão de negócios, com vista a engajar a responsabilidade social, econômica e ambiental de todos os integrantes da atividade. Deve também incrementar o comprometimento do seu pessoal, fornecedores e turistas com a sustentabilidade dos destinos e do próprio negócio, desde a elaboração de sua missão, objetivos, estratégias, metas, planos e processos de gestão, de forma documentada.

Todos estes princípios são considerados nesta AAE como indispensáveis para se alcançar a sustentabilidade do desenvolvimento do turismo.

Em síntese, porém, no que concerne ao turismo no Polo Campo Grande e Região, espera-se que, de acordo com a visão de futuro desejado, seja estruturado com base nos seguintes objetivos de sustentabilidade:

- a conservação do ambiente natural e sua biodiversidade;
- a consideração do patrimônio cultural e dos valores locais;
- o estímulo ao desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos;
- a garantia da qualidade dos produtos, processos e atitudes;
- o planejamento e a gestão responsáveis do turismo.

Estes princípios são agrupados nesta AAE nas dimensões ambiental, socioeconômica e cultural e político-institucional.

A Dimensão Ambiental (Natural) assegura a compatibilidade do desenvolvimento do turismo com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, como suporte e condição à vida, otimizando-a com o uso dos recursos naturais. A promoção da dimensão ambiental da sustentabilidade nas atividades turísticas implica gerir riscos de grande complexidade. Considera os seguintes elementos:

- ecossistemas aquáticos e terrestres;
- áreas sensíveis e protegidas (Unidades de Conservação e demais áreas protegidas);
- qualidade ambiental dos atrativos.

Na Dimensão Socioeconômica e Cultural, observa-se a capacidade de gerar ocupação, emprego e renda como potencial para o enfrentamento de carências e problemas locais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e justiça social das pessoas e comunidades situacionalmente afetadas pelas práticas turísticas, como um elemento complementar e amplificador dos impactos positivos das políticas de desenvolvimento. Na perspectiva cultural, as práticas turísticas, ao possibilitarem o encontro com o outro, propiciam um meio de afirmação da identidade local, conscientizando os nativos sobre o valor da cultura autóctone e o empenho por sua conservação.

Considera os seguintes elementos:

- identidade sociocultural das comunidades anfitriãs;
- distribuição dos benefícios socioeconômicos entre os atores envolvidos;
- inclusão social;
- direitos das populações locais;
- desenvolvimento socioeconômico dos destinos turísticos; qualidade dos produtos e serviços.

A Dimensão Político Institucional considera o respeito à legislação e a responsabilidade no planejamento e gestão ambiental, abrangendo os mecanismos de formulação e implementação de políticas públicas, as condições de governabilidade e a prática da governança.

É importante na análise da Dimensão Político Institucional a avaliação da qualidade da articulação entre as instituições públicas e privadas e a sociedade, segundo parâmetros de representatividade, participação e coesão, pois a apropriação do projeto pela comunidade é ponto fundamental para sua sustentabilidade. Também incorpora-se nesta Dimensão a infraestrutura urbana para o turismo, incluindo a acessibilidade e o saneamento.

Considera os seguintes elementos:

- formulação e implementação de políticas públicas;
- condições de governabilidade;
- prática da governança.

7.3 CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS

Nesta AAE, a análise considerou um horizonte de tempo de cinco anos, que coincide com o tempo previsto para a implementação das ações propostas pelo PDITS. O método de construção dos Cenários futuros do PRODETUR Nacional no Estado observou as recomendações do Termo de Referência. Assim, contemplou como ponto de partida, a discussão e definição da Visão de Futuro do turismo e dos Objetivos de Sustentabilidade para o turismo na região. Também foram consideradas as ações públicas em andamento e previstas em planos e programas setoriais que possam interferir no desenvolvimento do turismo no Polo; as Unidades de Conservação existentes e propostas; a proteção dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas onde o Polo se insere; os comportamentos e condicionantes culturais significativos para a construção do lugar, aspectos estes que são a seguir analisados:

a) Eventos e investimentos previstos

Destacam-se os seguintes eventos e investimentos incidentes sobre o Polo Campo Grande e Região no horizonte de estudo da AAE (cinco anos) e que poderão repercutir sobre as ações do PRODETUR, consideradas ações públicas setoriais já identificadas:

- **Voltados ao desenvolvimento do turismo**
  - Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Sul do Mato Grosso do Sul (PRODETUR/MS), no contexto da Política para o Desenvolvimento do Ecoturismo.

Neste Programa, insere-se o PDITS Campo Grande e Região, um importante instrumento de planejamento do turismo no Polo. Seu objetivo principal é orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis, em curto, médio e longo prazo, estabelecendo as bases para a definição de ações, as

prioridades e a tomada de decisão. Portanto, é o instrumento técnico de gestão, coordenação e condução das decisões da política turística e de apoio ao setor privado, de modo a dirigir seus investimentos e melhorar a capacidade empresarial e o acesso ao mercado turístico.

- Programa de Regionalização do Turismo

Está prevista uma série de ações que visam dinamizar as atividades de fomento e promoção do turismo em Mato Grosso do Sul, fomentando as atividades que visem principalmente à estruturação e ao desenvolvimento do setor turístico nos 79 municípios do Estado.

Nesse sentido, novas estratégias de promoção do turismo serão realizadas antes e durante as feiras e eventos nacionais e internacionais em que o Estado participará. A promoção de treinamento e a qualificação durante os eventos serão diretamente ministradas aos empresários. O agendamento de visitas aos empreendimentos locais, também fará parte do trabalho, visando consolidar novas parcerias e ações conjuntas.

- Programa MS na Estrada

Forma de promoção itinerante, dentro do Estado, visando principalmente aprofundar o conhecimento do *trade* sobre o turismo dos municípios de Mato Grosso do Sul.

- Eventos:

Campo Grande, uma das principais cidades de turismo de eventos do país, dispõe de uma ótima infraestrutura de serviços, incluindo uma ampla rede hoteleira, aeroporto internacional, agências de viagens, locadoras de veículos e empresas especializadas no setor.

O Município tem realizado importantes congressos, seminários, fóruns, *workshops* e visitas técnicas, devido à sua condição de Capital, centralizando decisões políticas e administrativas do Estado, bem como reunindo centros de pesquisas, ciências e tecnologias, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Gado de Corte (EMBRAPA – GC) e várias universidades.

Também conta com o Autódromo Internacional de Campo Grande, que sedia competições como a Fórmula *Truck* e *Stock Car*, além do maior ginásio universitário da América Latina, o Morenão.

Estas condições vêm contribuindo para aumentar o tempo de permanência do turista em Campo Grande, segundo dados da FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

- Outras expectativas de ações em Campo Grande:

Retorno do *City Tour* de Campo grande, que passa por reforma do ônibus, importante para o turismo da cidade, por ser um dos grandes atrativos; a reestruturação da Morada dos Baís, a criação da Casa do Turismo; e a efetivação da Fundação Municipal do Turismo.

- **Programas de desenvolvimento econômico e social**
  - Programa MS Competitivo

Tem por foco prioritário as condições dos fatores produtivos, mais especificamente a infraestrutura, a qualificação da força de trabalho, o conhecimento e a inovação, visando à concentração de ações na captação de novos investimentos da iniciativa privada. Entre seus objetivos, o Programa MS Competitivo busca fortalecer o turismo em Mato Grosso do Sul, com a atração de novos investimentos e desenvolvimento da infraestrutura.

- Programa de Transportes e de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Mato Grosso do Sul (PDE/MS).

O PDE/MS busca superar os entraves para o desenvolvimento com relação à integração regional, por meio de rodovias pavimentadas e da complementaridade dos transportes mediante a intermodalidade, resultando na redução dos custos de escoamento da produção e de insumos, contribuindo assim para o incremento da produção estadual.

O investimento em rodovias constitui-se em uma das prioridades do planejamento estratégico governamental em nível federal e estadual, como o atestam, respectivamente, o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), ao qual se integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e os objetivos e metas inseridos no Plano Plurianual (PPA) para o período 2012 – 2015, conforme a Lei nº 4.145/2011 (MATO GROSSO DO SUL, 2011), um instrumento de planejamento instituído pela Constituição Federal de 1988, a ser observado na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

Com esse objetivo, a Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (AGESUL) tem implementado um programa permanente de expansão, melhoria e conservação do sistema de transportes do Estado, particularmente das vias vicinais, sem as quais, na maioria das vezes, tornam-se problemáticos o escoamento da produção e a alimentação das vias denominadas corredores rodoviários, ferroviários ou hidroviários.

Com financiamentos obtidos junto a agências internacionais, tais como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o FONPLATA, além do Programa para Aceleração do Crescimento (PAC), o programa abrange a pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado à quente (CBUQ) e Tratamento Superficial Duplo de aproximadamente 500 km e a reabilitação de cerca de 1.300 km de rodovias estaduais.

Nesse contexto, ressalta-se a pavimentação da BR 419 e a construção do contorno rodoviário de Anastácio/Aquidauana, por sua importância para a integração do Polo Campo Grande e Região ao Eixo de Desenvolvimento do Turismo situado no sudoeste do Estado, que inclui Bela Vista, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Bonito, Bodoquena, Miranda, Corumbá e Ladário, incorporando praticamente todas as paisagens importantes do Estado e áreas de valor patrimonial, ambiental, arqueológico e paleontológico.

Especificamente para o Polo Campo Grande e Região, interessa a rodovia MS-080, que liga Campo Grande a Rio Negro, passando por Rochedo e Corguinho. Por oferecer a alternativa para os turistas de evitar o fluxo intenso de veículos e caminhões da BR 163 e cortar uma das mais belas paisagens da região, a expectativa é que esta rodovia se transforme em uma estrada de interesse turístico, potencializando ainda mais o turismo contemplativo da região.

- Gestão ambiental e territorial

Âmbito estadual:

- Programa de Descentralização das Ações para o Desenvolvimento Regional e Gestão Territorial

Visa implementar ações voltadas ao desenvolvimento dos municípios sul-mato-grossenses, criando mecanismos de ajuda às administrações municipais na modernização da gestão pública local, oferecendo apoio técnico para acelerar o encaminhamento das demandas nas esferas estadual e federal.

Entre as medidas que estão sendo colocadas em prática para apoiar o desenvolvimento municipal inclui-se a estruturação, no âmbito da Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades (SEHAC), de mecanismos para atendimento aos municípios, na elaboração dos Planos Diretores, Agenda 21, planos de desenvolvimento local, bem como dar suporte aos municípios para a elaboração e aplicação dos instrumentos de gestão de uso e ocupação do solo urbano, de parcelamento do solo e de política fundiária e habitacional urbana.

- Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado (ZEE-MS)

No que se refere à gestão ambiental, é importante destacar a implementação do, instrumento preconizado pela Política Nacional de Meio Ambiente que promove o ordenamento do uso e ocupação do solo, compatibilizando, de forma sustentável, as atividades econômicas, a conservação ambiental e a justa distribuição dos benefícios sociais, por meio de diretrizes específicas para cada região. A primeira meta definida para elaboração do ZEE-MS é a reorientação do desenvolvimento do estado em bases sustentáveis, com ampliada integração ao mercado internacional, inclusão das comunidades locais nos processos econômicos e conservação ambiental (MATO GROSSO DO SUL, 2010e).

Nesse estudo, grande parte da região do Polo se enquadra na Zona de Proteção da Planície Pantaneira, que contém as sedes dos municípios de Coxim, Rio Negro, Corguinho e Rochedo, e onde se recomenda a implantação de empreendimentos e atividades relacionados com o ecoturismo e o turismo rural. Recomenda ainda que os produtos pantaneiros sejam inseridos de maneira diferenciada nos mercados nacional e internacional, ou seja, estimulando os processos de certificação socioeconômica e ambiental e adotando sistemas de produção orgânica e mecanismos de desenvolvimento limpo, entre outros, como forma de alavancar alternativas viáveis de revitalização econômica sem agressão da vizinha planície pantaneira.

Outros municípios do Polo, como Jaraguari, Ribas do Rio Pardo e Campo Grande, inserem-se na Zona das Monções, uma zona de expansão econômica (agropecuária consorciada com a silvicultura; indústria de agroenergia e indústria em geral), mas que recomenda o fortalecimento do município de Campo Grande como Destino Indutor de Turismo, em conformidade com o enquadramento feito pelo MTur.

O ZEE/MS indica ainda o fortalecimento da Região Turística Caminho dos Ipês, integrado por Campo Grande, Rochedo, Corguinho e Rio Negro, devido à proximidade com o Pantanal do Rio Negro.

- Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul (PERH/MS), um dos instrumentos preconizados para dar suporte à gestão das águas.
- Enquadramento dos cursos d'água, que estabelece as classes de uso que os cursos d'água devem manter. Atualmente, vem sendo requerida uma nova análise do enquadramento dos rios das bacias hidrográficas do Estado realizado em 1997, considerando os novos usos existentes, bem como suas próprias peculiaridades.
- Programa MS Sustentável – Saneamento Ambiental, Urbano e Rural (PROSANEAR), que objetiva promover atendimento à população com saneamento básico e coordenar e executar a política de meio ambiente e recursos hídricos em todo o território de Mato Grosso do Sul.
- Avaliações ambientais de empreendimentos

Conforme as disposições existentes no Estado e nos municípios, a implantação dos empreendimentos requer consulta aos órgãos responsáveis pela gestão ambiental e territorial competentes, sobre os requisitos mínimos para minimizar os possíveis impactos ambientais e urbanísticos. Entre os instrumentos exigidos, fica a critério dos órgãos ambientais, dependendo do potencial poluidor e do porte da atividade, exigir Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) ou outro estudo de menor complexidade para o licenciamento das atividades.

O órgão responsável pela gestão turística, bem como qualquer outro órgão público envolvido com um determinado empreendimento, poderá solicitar uma cópia do RIMA para manifestação, podendo propor alterações ou sugerir que sejam realizados levantamentos complementares nas audiências públicas que são exigidas para atividades que necessitam de EIA/RIMA.

<u>Âmbito de Campo Grande</u>:

- Ações Educativas para a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos

Projeto em realização pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR), com ações voltadas à sensibilização dos consumidores com relação ao consumo sustentável e suas responsabilidades e a capacitação de catadores de resíduos sólidos recicláveis para a gestão empresarial e empreendedorismo.

- Programa Comunidade Viva

Tem por objetivo valorizar a atuação dos Conselheiros Regionais cujas entidades representadas são integrantes do Sistema Municipal de Planejamento (SMP); efetivar a gestão democrática na administração municipal, por meio da participação da comunidade com vistas à elevação da qualidade de vida e a criação de novas oportunidades; fomentar iniciativas para a efetivação dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), conforme a Lei n. 10.257/2001 – Estatuto da Cidade.

- Ação Rural

Sob a coordenação do Programa Comunidade Viva e da Rede Viva, visando contribuir para a construção da cidadania por meio de ações educacionais, preventivas e de atendimento às necessidades básicas da população, melhorando hábitos de higiene e de saúde preventiva da população das comunidades rurais, além de promover a agricultura familiar de modo sustentável.

- Programa de Parceria Municipal (PROPAM)

Tem o objetivo de ajudar a prefeitura na manutenção de praças, canteiros e rotatórias, por meio de uma aliança com a iniciativa privada. Em contrapartida, quem adota um espaço público, além de mostrar uma imagem positiva, pode divulgar sua publicidade no local.

- Programa Viva Seu Bairro

Objetiva desenvolver ações nas áreas de assistência social, educação, saúde, cultura, desporto e lazer, objetivando o resgate social da população alvo, garantindo os direitos fundamentais de cidadania e reduzindo as desigualdades sociais; implantar obras de infraestrutura com previsão, adequação e provisão dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação, destinação de resíduos sólidos, através de padrões sanitários mínimos; fomentar a capacidade empresarial dos moradores, gerando multiplicadores econômicos e processos duradouros de ocupação da mão de obra do bairro; consolidar pontos de encontro, centros de prestação de serviço e comércio no bairro; Estabelecer parceria entre o poder municipal e a sociedade civil organizada implantando modelo corresponsável de intervenção.

- Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande (PRODES)

Tem como finalidade promover o desenvolvimento socioeconômico por intermédio da concessão de incentivos fiscais e extrafiscais para a instalação, ampliação e relocalização de empresas industriais, comerciais e de prestação e serviços com vistas à diversificação da base produtiva, à geração de empregos e melhoria da distribuição de renda da população de Campo Grande.

- 4º Conferência Municipal do Meio Ambiente

Será realizada em julho de 2014 e tem por objetivo promover o debate sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), promovendo o debate e estabelecendo a responsabilidade compartilhada entre governos, setor privado e sociedade civil.

- Projeto de Restauração na Bacia do Guariroba

Visa à sensibilização dos produtores locais para a preservação dos recursos hídricos, fazendo parte do Programa Água Brasil com parcerias da Agência Nacional de Águas (ANA), Fundação Banco do Brasil, WWF-Brasil e apoio da Prefeitura Municipal de Campo Grande.

- Fórum Municipal Lixo e Cidadania

É um espaço permanente de debates, reflexão, proposição, articulação, apoio técnico, capacitação e sensibilização para a adequada gestão e manejo dos resíduos sólidos urbanos. É composto por pessoas, entidades governamentais, não governamentais, associações, cooperativas e representantes da iniciativa privada envolvidos direta ou indiretamente com a gestão dos resíduos sólidos.

- Plano de Saneamento Básico - Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Tem por finalidade estabelecer um planejamento das ações de gerenciamento de coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos de forma que atenda aos princípios da política nacional e que seja construído por meio de uma gestão participativa, envolvendo a sociedade de maneira organizada no seu processo de elaboração.

Este Plano visa à melhoria da salubridade ambiental, a proteção dos recursos hídricos, a universalização dos serviços, o desenvolvimento progressivo e a promoção da saúde.

b) Conjunto de intervenções promovido pelo PRODETUR

O Polo Campo Grande e Região tem uma elevada importância no planejamento da atividade turística estadual por se constituir na principal porta de entrada dos turistas que visitam as regiões turísticas do Estado.

O segmento de negócios e eventos programados é o que tem atraído visitantes e dinamizado as economias locais, segmento este, entretanto, concentrado em Campo Grande, ficando os demais municípios do Polo à margem desse dinamismo. O desafio que se coloca é permitir que o fluxo de turistas possa gerar efeitos dinamizadores nas economias dos municípios vizinhos a Campo Grande.

Um dos caminhos para que isso ocorra é a promoção de segmentos potenciais ou emergentes que possam ofertar produtos com elevado grau de comercialização e que criem roteiros entre si, aumentando a permanência do turista na região.

Para o desenvolvimento do turismo de maneira a alcançar todos os municípios do Polo como um todo é imprescindível a construção e promoção do capital social, a diversificação da base econômica local com foco nas ações que permitam a convergência de interesses e objetivos comuns entre os diversos atores sociais.

Nesse contexto, as intervenções promovidas pelo PRODETUR buscam alinhar os produtos turísticos oferecidos na região, as tendências para o mercado e o posicionamento competitivo desejado, visando eliminar os principais obstáculos que estão minando os esforços de criação e desenvolvimento de produtos turísticos capazes de consolidar o Polo Campo Grande e Região no mercado turístico nacional e internacional.

As ações do PRODETUR estão agrupadas pelo PDITS Campo Grande e Região em Componentes, a denominação utilizada para os grandes campos de atuação coordenada. Cada Componente possui uma série de iniciativas próprias, correlacionadas e com um objetivo em comum.

Componente 1 - Estratégia de Produto Turístico - Agrupa as iniciativas necessárias para a geração de uma oferta turística competitiva, inovadora e criativa. Prioriza a exploração da diversidade turística da região a formatação de novos produtos para a região e a capacitação profissional. Visa fortalecer o segmento de negócios e eventos e diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do Polo.

Componente 2 - Estratégia de Comercialização – Agrupa iniciativas capazes de organizar o processo de promoção e comercialização dos produtos turísticos da região, possibilitando uma maior visibilidade do destino turístico. Visa desenvolver estratégias de *marketing* turístico.

Componente 3 - Fortalecimento Institucional - Garante que o poder público municipal administre de maneira eficiente a atividade turística do município. As estratégias envolvem iniciativas como: modernização administrativa; implementação de ferramentas de gestão; capacitação técnica de equipes; fiscalização; monitoramento da atividade turística. Envolvem também iniciativas de fortalecimentos das relações público-privadas, instigando o amadurecimento destas relações. Visa modernizar a estrutura administrativa do polo visando o fortalecimento da gestão do turismo.

Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos - Agrupa iniciativas para garantir segurança e informações necessárias ao turista. Visa melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.

Componente 5 - Gestão Ambiental – Agrupa iniciativas de qualidade ambiental e de estímulo à participação da sociedade na atividade turística. Visa melhorar a qualidade ambiental da área turística.

c) Propostas do PRODETUR e as áreas protegidas

A seguir são analisadas as propostas contidas no PRODETUR que se situam ou afetam diretamente as Unidades de Conservação e demais áreas protegidas, existentes e propostas, assim como as situações específicas do principal bioma característico do Polo Campo Grande e Região e, ainda, a proteção dos recursos hídricos, com foco nas bacias hidrográficas do Polo.

Há atualmente inseridas no Cadastro Estadual 21 Unidades de Conservação, sendo: apenas uma federal (Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Fazenda Lageado, em Dois Irmãos do Buriti); 10 estaduais (2 parques em Campo Grande; 1 APA entre Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti; 7 RPPNs - 3 em Corguinho, 1 em Ribas do Rio Pardo, 2 em Terenos e 1 em C. Grande); e 10 municipais (9 APAs – 3 em Campo Grande., 2 em Nova Alvorada do Sul, 2 em Terenos, 1 em Rochedo e 1 em Corguinho, além de 1 Monumento Natural em Terenos).

Ressaltam-se ainda diversos parques envolvendo Áreas de Preservação Permanente (APP) em Campo Grande: Parque Ecológico Anhanduí, Parque Ecológico Francisco Anselmo Gomes de Barros, Parque Linear do Lagoa, Parque Linear do Imbirussu, Parque Linear do Segredo e Parque Linear das Cabaças.

Quando às condições ambientais dessas Unidades de Conservação, ressalta-se a situação do Parque Estadual das Matas do Segredo, localizado em Campo grande, principalmente relacionado à perda de solo. Nesse parque, por se encontrar numa área de solo predominantemente arenoso, há um processo erosivo em avançado estágio que está contribuindo para o assoreamento do córrego Segredo, e pondo em risco uma área significativa do parque.

Entre as macroestratégias e estratégias de desenvolvimento do turismo de Mato Grosso do Sul 2008 – 2020, Região Caminho dos Ipês (MATO GROSSO DO SUL, 2009c) inclui-se para o Polo Campo Grande e Região: melhorar a infraestrutura dos Parques Naturais e Unidades de Conservação.

d) Consolidação dos significados de cada lugar turístico

No Polo Campo Grande e Região, destacam-se parâmetros e culturas, comportamentos e condicionantes, que podem ganhar ou ganham expressão na construção do lugar, como um projeto específico.

Campo Grande é marcada pela diversidade cultural, tendo em vista a soma de povos que trouxeram suas tradições e costumes quando acolheu, entre outros, imigrantes árabes, japoneses, espanhóis, italianos, paraguaios e brasileiros de vários estados. Além disso, concentra a segunda maior comunidade indígena do país.

A capital é uma vitrine do artesanato do estado exibindo em vários espaços a diversidade de peças de excelente qualidade. Nos municípios que compõem o Polo existem diversas associações e grupos familiares que produzem o artesanato, alguns com certificado de origem emitido por entidades competentes. O artesanato indígena também se apresenta na região principalmente por duas etnias, a Kadiwéu e a Terena.

Como resultado de programas desenvolvidos no Polo, a produção recente vem agregando novas tendências, materiais e temáticas.

Em espaços públicos, é possível encontrar grande variedade de peças, como na Casa do Artesão, na praça Imigrantes, no memorial da Cultura Indígena, além de outros locais, como Feira Central; Mercado Municipal; *Shopping* Campo Grande; Quiosque da Arte; Camelódromo, etc.

Também a gastronomia é muito diversificada, revelando toda influência recebida dos imigrantes (sobá, arroz com frango e gariroba, sopa paraguaia, churrasco, frango caipira com gariroba, quibebe de mandioca com carne seca, farofa com banana, peixe do cerrado, pudim de arroz com calda de pequi, cocada mole com rapadura, puxerobuco, carne de sol com pequi, rapadura de cumbaru, dentre outros).

7.3.1 Cenário de Referência (CR)

Para a caracterização do CR, foram considerados os pontos fortes e fracos do desenvolvimento do turismo no Polo (forças e fraquezas), bem como os fatores críticos identificados na Linha de Base e no Diagnóstico Estratégico, de maneira a se obter uma visão do ambiente projetada tendencialmente, sem a implementação das ações propostas.

Os municípios que integram o Polo Campo Grande e Região possuem uma grande diversidade de segmentos turísticos potenciais, tendo como destaque os segmentos de turismo rural, cultural, ecoturismo (contemplação, banhos em piscinas naturais e balneários), aventura, cultural (místico, religioso, étnico, histórico), negócios e eventos (visitas técnicas, agropecuário), pesca e turismo rural, destacando-se o segmento de negócios e eventos. Alguns atrativos turísticos consolidados vêm atraindo fluxo expressivo de turistas em variados segmentos.

Os atrativos culturais (patrimônios históricos), embora com fluxo reduzido de visitantes, estão estruturados e complementam o produto turístico (Morada dos Baís; Obelisco, Museu José Antônio Pereira, Conjunto dos Ferroviários, Igreja de São Francisco, dentre outros). Nesse sentido, observa-se a forte presença das tradições e cultura de origem da região (comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas).

Importam nesse contexto, numa situação tendencial positiva do Cenário de Referência, as possibilidades de desenvolvimento do turismo no Polo proporcionadas, entre outros, pelos seguintes aspectos: a Política Nacional de Turismo, norteando o processo turístico no país; a realização no Brasil da copa 2014, além dos Jogos Olímpicos, de 2016 no Rio de Janeiro; a alta nos câmbios, favorecendo o turismo interno no país; a implantação da Lei Geral do Turismo; as políticas públicas do Estado visando diversificar a pauta econômica e melhorar a infraestrutura rodoviária; a reativação prevista para breve do Trem do Pantanal; e a construção do Aquário do Pantanal de Campo Grande, maior aquário de água doce do mundo, atrativo com potencial de inserir o destino no mercado mundial.

Os atrativos de eventos estão sendo ampliados e readequados visando aumentar a qualidade e oferta turística (Centro Rubens Gil de Camillo e Centro Cultural José Octávio Guizzo).

Há uma situação tendencial nos municípios do Polo, de associar o turismo aos empreendimentos agropecuários reconhecendo assim a compatibilidade com as atividades, o que vem contribuindo para o desenvolvimento expressivo do turismo rural na região.

As condições de acessibilidade e conectividade estão melhorando, destacando-se a ampliação e melhoria do aeroporto internacional, finalização da pavimentação na MS 080, expectativa de duplicação da BR 163. Também vem sendo implementada uma melhor ocupação do espaço aéreo, por meio de voos regionais e voos *charters* para os destinos de caráter internacional e nacional.

A assessoria dos órgãos públicos relacionados ao turismo e o Campo Grande *Pantanal Convention Bureau* têm buscado promover o equilíbrio entre a realização de eventos e a capacidade de hospedagem, evitando assim a coincidência de datas e a realização de eventos que extrapolem a capacidade de carga de Campo Grande.

Estas diversas condições positivas, entre outras, vêm ampliando significativamente as oportunidades para o desenvolvimento do turismo na região, tanto em nível local quanto estadual, regional, nacional e internacional, propiciando uma perspectiva de otimização do turismo interno e de atendimento do aumento das entradas de turistas nacionais e internacionais pelos portais de Campo Grande, Ponta Porã e Corumbá, cada vez mais exigentes de serviços e equipamentos qualificados, otimizando o do turismo interno.

Apesar disso, a situação tendencial do Cenário de Referência registra obstáculos ao pleno desenvolvimento turístico do Polo como um todo.

É possível que Campo Grande continue assumindo importância decisiva no planejamento da atividade turística estadual, de maneira desigual com relação aos demais municípios. Explica-se pelo fato de se constituir na principal porta de entrada dos turistas que visitam as regiões turísticas do Estado, por ser a Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, centro de decisões político-administrativas, sede de instituições de pesquisas, órgãos de ciência e tecnologia, e do comércio estadual. Possui centros de saúde e é o centro de realização de importantes congressos, seminários, fóruns, *workshops* e visitas técnicas.

Assim, o segmento de negócios, eventos programados e congêneres concentrado na Capital segue sendo o seu principal destino, tendo em vista que tal oferta nos demais municípios não está organizada e estruturada de forma que possibilite o acesso do turista a toda a sua diversidade. Os segmentos turísticos atuam de maneira isolada, impedindo um processo integrado de comercialização, e as instâncias de governança estão fragilizadas.

Também é importante o fato de que a atividade turística dos demais municípios pertencentes ao Polo, em sua grande maioria não está estruturada nem cadastrada no MTur, a segmentação turística é desorganizada e mal explorada e, dessa forma, não são produtos prontos para serem comercializados. Falta sinergia entre as inúmeras atividades potenciais para que possam favorecer o desenvolvimento do turismo na região, como um todo. As atividades do segmento de negócios e eventos não vêm resultando de uma política de desenvolvimento do turismo, mas, de ações isoladas de indivíduos, empresas, organizações, igrejas, universidades e outros.

Outros aspectos que estão contribuindo negativamente para que o Polo não desenvolva seu pleno potencial, incluem: a crise mundial que reduz o fluxo de turista internacional; centralização de São Paulo como distribuidor de passageiros via aérea – desembarque nacional e internacional; poucas linhas aéreas regionais em Mato Grosso do Sul (interligando Campo Grande a Dourados, Corumbá e Bonito) e valores e horários com baixa atratividade; inventário desatualizado dos atrativos presentes no Polo; a concentração do fluxo turístico do Polo em Campo Grande; o insuficiente controle do fluxo turístico, limitado à movimentação hoteleira da capital; falta de controle de visitação nos atrativos e ausência de um calendário único dos principais eventos promovidos no Polo; insuficiente número de espaços para eventos de médio e grande porte em ambientes fechados; as irregularidades e impactos ambientais registrados; e a insuficiente qualificação da mão de obra.

Campo Grande vem enfrentando uma forte concorrência de outras capitais e cidades brasileiras, em especial, de São Paulo e Rio de Janeiro, que têm ofertado uma série de eventos de porte nacional e internacional. No entanto, falta infraestrutura adequada para competir.

Quanto à conservação dos ecossistemas explorados, não está havendo controle efetivo do uso e ocupação das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal e nem o controle técnico-científico do número de visitantes.

Campo Grande, Terenos, Sidrolândia, Rio Negro, Rochedo, Nova Alvorada do Sul, Corguinho, Ribas do Rio Pardo, Jaraguari e Dois Irmãos do Buriti vêm se destacando no trabalho de pesquisas, como aprimoramento genético bovino, transferência de embriões, implementação da pecuária com tecnologia que permite o cruzamento industrial e confinamento em conjunto com a agricultura, manipulação de ervas naturais e produção de biocombustível. Assim, o segmento de visitas técnicas no Polo vem apresentando um potencial de promover a integração desses municípios.

Um aspecto que deve ser destacado ainda diz respeito ao saneamento básico. Os municípios de Campo Grande e Ribas do Rio Pardo são os únicos que possuem sistemas de esgotamento sanitário implantado e em funcionamento, embora esteja projetada pela SANESUL, a ampliação do sistema em Ribas do Rio Pardo e sua implantação em Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia. Nos demais municípios não há planejamento em curto prazo de tempo para a implantação desse serviço, sendo atualmente atendidos por fossas sumidouros.

Quanto à organização político-institucional da atividade turística, nos municípios do Polo Campo Grande e Região, as prefeituras possuem estruturas próprias de apoio ao turismo, no entanto, estas são desiguais, o que vem dificultando a articulação eficaz entre os municípios, devido ao quadro reduzido de pessoal de apoio e à insuficiência de setores especializados na elaboração de projetos e captação de recursos, bem como de uma sensibilização plena dos órgãos do poder executivo e também do legislativo, sobre a importância do turismo enquanto atividade econômica.

Os atores envolvidos no processo de planejamento do turismo no Polo pertencentes ao *trade* turístico e os órgãos públicos municipais e estaduais responsáveis pela formulação e execução das políticas de desenvolvimento do turismo estadual, reúnem-se no Fórum Regional de Turismo Caminho

dos Ipês, que é uma instância de governança da sociedade civil. Entretanto, as dificuldades financeiras das prefeituras do interior do Estado têm inviabilizado uma participação mais efetiva.

Aspecto positivo é que o COMTUR de Campo Grande está sendo reativado (2013), órgão fundamental para fomentar o turismo e trazer novos projetos para Campo Grande, reunindo representantes de hotéis, bares, restaurantes, guias de turismo, comércio, artesanato, agências de turismo e outras instituições que fazem parte da cadeia produtiva do turismo.

Também estão sendo reativados os Centros de Atendimento ao Turista (CAT) inclusive para recepcionar estrangeiros. Assim, profissionalização e capacitação das pessoas que atuam no turismo receptivo, estão sendo considerados prioritários para o desenvolvimento do setor pelos representantes do *trade*.

Por fim, um aspecto importante no Cenário de Referência é a fragilidade dos órgãos ambientais no tocante à fiscalização, em função, dentre outros fatores, do limitado quadro de pessoal técnico.

Entretanto, destaca-se a boa gestão pública das Unidades de Conservação localizadas no município de Campo Grande, seja por parte do órgão estadual, que atua na gestão dos dois Parques Estaduais no Município (Parque Estadual do Prosa e Parque Estadual do Segredo), seja o órgão municipal de meio ambiente, atuando na gestão, principalmente, de suas três Unidades de Conservação de Uso Sustentável (APA do Guariroba, APA do Lajeado e APA do Ceroula).

Por fim, parte desses obstáculos está relacionada com a ausência de um sistema de informações gerenciais dando suporte à gestão do turismo. A região segue sem nenhum tipo de controle de visitação dos atrativos, de frequência, de capacidade de carga, nem monitoramento turístico, prejudicando significativamente o desenvolvimento do turismo.

7.3.2 Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP)

O CDP busca uma melhor inserção competitiva no mercado turístico nacional e internacional e, assim, criar as bases para o desenvolvimento sustentável da região. Para a sua caracterização, foram identificadas as mudanças que serão introduzidas no ambiente e avaliadas do ponto de vista da contribuição que farão à economia do turismo e ao desenvolvimento sustentável do Polo Campo Grande e Região, assim como as interações com outras regiões do estado e/ou outras Regiões do país.

As intervenções do PRODETUR contribuirão para estimular a implementação nos pequenos municípios integrantes do Polo, de projetos turísticos que vão promover sua integração com a cidade de Campo Grande, permitindo que o turista que visita à cidade, em razão de algum evento, possa se deslocar aos demais municípios para outra atividade turística.

Os segmentos potenciais do turismo de estudos e pesquisa e o histórico-cultural deverão ser beneficiados neste Cenário, alinhando-se complementarmente ao segmento de negócios e eventos.

O Polo será também beneficiado com um sistema de informações turísticas com dados precisos sobre o mercado turístico, sobre o perfil da demanda, os gastos dos turistas durante sua estada, suas

preferências, o produto interno bruto do setor turístico, dentre inúmeras outras informações auxiliarão no processo de tomada de decisões. Dessa forma, serão fortalecidas formulações estratégicas adequadas que não comprometam os esforços públicos e provados de desenvolvimento da atividade turística.

Aspecto importante diz respeito ao tratamento da questão ambiental nas intervenções do PRODETUR, buscando estimular práticas ambientalmente sustentáveis contribuindo decisivamente com a busca de diferenciais competitivos para o Polo Campo Grande e Região.

As necessidades crescentes e contínuas de qualificação da mão de obra que pode atuar no setor turístico serão equacionadas em grande parte pelas intervenções, aproveitando a ambiência necessária para superação dos gargalos existentes nessa área relacionados à baixa qualificação existente nos municípios. Será uma contribuição significativa para conciliar as necessidades de capacitação e qualificação profissional exigida pelo mercado com o que têm oferecido as instituições educativas, o que vem acarretando desperdício de recursos materiais, humanos e financeiros, além de não apresentar os resultados desejados para o setor como um todo.

As intervenções do PRODETUR promoverão a diversificação da base econômica local com foco nas ações das micro e pequenas empresas e da agricultura familiar, além do fortalecimento da governança local. Em um Cenário de Desenvolvimento PRODETUR espera-se o aumento e a diversificação da oferta de produtos turísticos, agregando valor e criando novas oportunidades de inclusão social, emprego e renda da população, e aumentando o poder de atratividade da localidade. O potencial existente ainda não explorado poderá assim ser mais bem aproveitado, com a captação de novos públicos, instalação de novos empreendimentos, realização de eventos e organização da gestão do turismo.

A participação do Polo no Programa é fundamental para que a região seja percebida e apoiada em todos os aspectos evidenciados na situação tendencial do Cenário de Referência, consolidando a região como destino turístico, por meio do amadurecimento nas relações público-privadas e na profissionalização do turismo como uma alternativa para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

7.3.3 Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS)

Para a caracterização do CDS foram comparadas as tendências de desenvolvimento do turismo no Polo Campo Grande e Região registradas no CR e as mudanças esperadas para o CDP, de maneira a se alcançar os resultados almejados na visão de futuro e nos objetivos de sustentabilidade ambiental, os quais orientarão a execução das ações do PDITS em direção ao CDS, possibilitando que a atividade turística se constitua como uma real alternativa de crescimento da economia do Estado e de prosperidade local, por meio da conservação, valorização e uso sustentável dos atrativos e da inclusão social.

7.3.3.1 Avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP)

Esta análise comparativa é estendida a cada um dos Componentes estratégicos. Seu propósito é apresentar as principais variáveis que, analisadas e comparadas com relação ao CR e CDP, possam conduzir à configuração do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade, segundo a visão de futuro e objetivos considerados anteriormente. Entre tais variáveis, são importantes os fatores críticos e os impactos estratégicos das ações propostas em cada Componente.

Considerando os fatores críticos não equacionados pelas ações previstas no CDP e visando potencializar o alcance dos objetivos de sustentabilidade e da visão de futuro almejada, também são feitas recomendações de ajustes, correções e ações complementares que devem ser introduzidas no Programa, de medidas e instrumentos que o complementem, seja em termos de regulação, gestão pública, mitigação de impactos, indução de vetores de transformação do espaço etc. e de ajustes / complementações no PDITS Campo Grande e Região. Dessa forma se espera alcançar o CDS.

Nos Quadro 107, Quadro 108, Quadro 109, Quadro 110 e Quadro 111 é apresentada, com relação a cada um dos Componentes Estratégicos, uma análise comparativa do CR e CDP, considerando os fatores críticos identificados, bem como as recomendações de ações que serão necessárias para o alcance do CDS. Neste são apresentados os objetivos de sustentabilidade alcançados, sintetizados nas dimensões ambiental, socioeconômica e cultural e político-institucional, as quais foram agrupadas, respectivamente, nos seguintes impactos estratégicos: melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais; melhoria da qualidade de vida da população, a valorização dos produtos e destinos turísticos e o reconhecimento da identidade cultural do polo e fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada.

TEATRO RUBENS GIL DE CAMILLO
Campo Grande/MS
Foto: FUNDTUR/MS

Quadro 107 – Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando cada Componente Estratégico das ações do PRODETUR/MS para o Polo Campo Grande e Região.

Quadro 108 - Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando o Componente – Estratégia de Comercialização do PRODETUR/MS para o Polo Campo Grande e Região.

Quadro 109 - Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando o Componente – Fortalecimento Institucional do PRODETUR/MS para o Polo Campo Grande e Região.

Quadro 110 - Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando o Componente – Infraestrutura e Serviços Básicos do PRODETUR/MS para o Polo Campo Grande e Região.

Quadro 111 - Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando o Componente – Gestão Ambiental do PRODETUR/MS para o Polo Campo Grande e Região.

7.3.3.2 Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS)

Com base nas considerações anteriormente apresentadas relativas a cada um dos componentes das ações do PRODETUR, o CDS é a seguir conclusiva e globalmente analisado, levando-se em conta inicialmente a relevância dos impactos estratégicos positivos e negativos e, na sequência, os objetivos de sustentabilidade que se espera que sejam alcançados. Busca-se, assim, verificar se as ações do PRODETUR, com os ajustes recomendados, conduzirão ao CDS em conformidade com a visão de futuro e princípios de sustentabilidade desejados.

a) Nível de relevância dos impactos estratégicos no CDS

A análise crítica de cada um dos fatores de avaliação das dimensões da sustentabilidade consolidou a análise dos impactos ambientais dos cenários. A partir dessa análise, e tendo como referência os impactos estratégicos identificados, fez-se a análise comparativa do CR e CDP, de maneira a avaliar o alcance dos impactos estratégicos no CDS.

Cada nível de relevância foi calculado com base nos seguintes critérios:

- alterações positivas ou negativas dos fatores componentes de cada dimensão de sustentabilidade, conforme anteriormente relacionados nesta AAE (Capítulo 6):
  - melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais;
  - melhoria da qualidade de vida da população;
  - valorização dos produtos e destinos turísticos;
  - reconhecimento da identidade cultural do polo;
  - fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada;
  - aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais;
  - alterações danosas no cotidiano da população;
  - maior pressão sobre o patrimônio cultural;
  - sobrecarga dos serviços públicos.
- incidência direta ou indireta dos fatores críticos que obstaculizam os impactos positivos e potencializam os impactos negativos (4 fatores externos e 5 internos), considerando-se mais importantes aqueles que agem diretamente sobre os impactos estratégicos, conforme indicados nos Capítulos 6 .
- a efetividade dos ajustes recomendados para que os impactos estratégicos positivos e negativos sejam respectivamente potencializados e minimizados.

Com base nesses critérios, foram definidos seis níveis de relevância dos impactos nos três Cenários. Para o CDS, foi considerada a adoção das recomendações respectivas. No Quadro 112, é apresentada a avaliação comparativa dos níveis de relevância dos impactos ambientais nos três Cenários. Estes foram registrados em cores, conforme a legenda apresentada na Figura 33 (variação do verde sinaliza os impactos positivos e do vermelho os negativos).

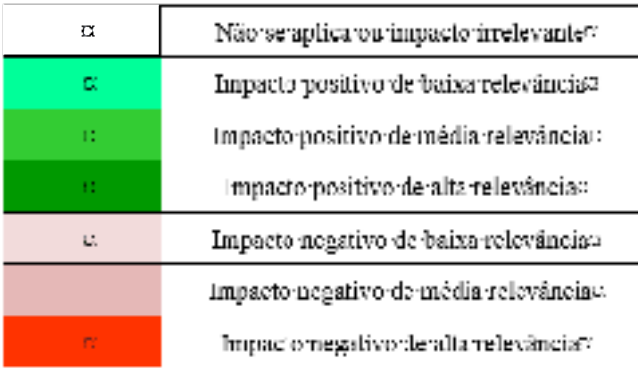


Figura 33 – Variação dos impactos positivos e negativos

Quadro 112 - Nível de relevância dos impactos estratégicos incidentes no Cenário de Referência (CR), Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP) e Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS) no Polo Campo Grande e região.

Impactos Estratégicos/ Cenários	Cenário de Referência			Cenário de Desenvolvimento PRODETUR			Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade		
	Ambiental (Natural)	Socioeconômica	Político Institucional	Ambiental (Natural)	Socioeconômica	Político Institucional	Natural (Natural)	Socioeconômica	Político Institucional
Melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais									
Melhoria da qualidade de vida da população									
Valorização dos produtos e destinos turísticos									
Reconhecimento da identidade cultural do Polo									
Fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada									
Aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais									
Alterações danosas no cotidiano da população									
Maior pressão sobre o patrimônio cultural									
Sobrecarga dos serviços públicos									

Observam-se diferenças significativas entre os níveis de relevância. A quantidade de impactos positivos e seu nível de relevância vão respectivamente se ampliando e se elevando significativamente considerando-se, nesta ordem, o CR, o CDP e o CDS. Em sentido contrário, observa-se a mesma evolução considerando-se os impactos negativos.

Estes resultados se devem basicamente às alterações positivas ou negativas dos fatores componentes de cada dimensão de sustentabilidade, ou seja:

- com relação à Dimensão Ambiental – os ecossistemas aquáticos e terrestres; as áreas sensíveis e protegidas; e a qualidade ambiental dos atrativos;
- com relação à Dimensão Socioeconômica e Cultural – a identidade sociocultural das comunidades anfitriãs; a distribuição dos benefícios socioeconômicos entre os atores envolvidos; a inclusão social; os direitos das populações locais; o desenvolvimento socioeconômico dos destinos turísticos; e a qualidade dos produtos e serviços;
- com relação à Dimensão Político Institucional – a formulação e implementação de políticas públicas; as condições de governabilidade; e a prática da governança.

A evolução dos níveis de relevância dos impactos também se deve à capacidade das intervenções do PRODETUR de equacionar, ou neutralizar as ameaças representadas pelos fatores críticos, em especial aqueles que podem incidir diretamente sobre os impactos estratégicos, ou seja:

- a baixa capacidade de articulação interinstitucional dos municípios relacionada ao turismo nos níveis federal, estadual e intermunicipal; a descontinuidade das ações de gestão pública do setor turístico; a baixa capacidade municipal de gestão e de articulação institucional para execução de ações programadas e a baixa sensibilização e participação da sociedade no processo de desenvolvimento do turismo sobre o fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada;
- a falta de visão estratégica da importância econômica e social do turismo sustentável; a baixa capacidade de atendimento tendo em vista o alto nível de exigência do turista internacional; a desarticulação entre os componentes do *trade* turístico; e o desinteresse de proprietários de produtos e serviços em investir no negócio turístico, em novas unidades ou equipando as existentes sobre a valorização dos produtos e destinos turísticos;
- a falta de visão estratégica da importância econômica e social do turismo sustentável; a desarticulação entre os componentes do *trade* turístico; e a fragilidade do patrimônio cultural nas áreas turísticas sobre o reconhecimento da identidade cultural do Polo;
- a fragilidade dos ecossistemas naturais nas áreas turísticas; e o desinteresse de proprietários de produtos e serviços em investir no negócio turístico, em novas unidades ou equipando as existentes sobre a melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais.

Constata-se que no CR, CDP e CDS há um aumento gradativo do nível de relevância dos impactos positivos e descenso quanto aos impactos negativos. Ressalta se o aumento das repercussões negativas da pressão sobre os ecossistemas naturais. Entretanto, embora a fragilidade destes no Polo Campo Grande e Região, considerada um fator crítico, não possa ser plenamente equacionada, pode-se garantir no CDS níveis irrelevantes de impactos negativos resultantes da atividade turística, atendidas as recomendações feitas.

Fica assim demonstrado que no CDS, ou seja, com o atendimento às recomendações de ajustes feitas nesta AAE, estarão plenamente alcançados todos os impactos estratégicos positivos. Assim, a qualidade ambiental da área turística, a conservação dos ecossistemas naturais e a qualidade de vida da população serão melhoradas e os produtos e destinos turísticos serão valorizados e se manterá a relevância do fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada. Quanto aos impactos estratégicos negativos, tornar-se-ão irrelevantes no CDS o aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais, as alterações danosas no cotidiano da população, a maior pressão sobre o patrimônio cultural e a sobrecarga dos serviços públicos.

b) Objetivos de sustentabilidade no CDS

A análise dos objetivos de sustentabilidade é particularmente importante para a compreensão do CDS. Neste item busca-se verificar o alcance das ações do PRODETUR, associadas às ações recomendadas para se chegar a um cenário em que possam estar garantidos os seguintes objetivos:

- conservação do ambiente natural e sua biodiversidade;
- consideração do patrimônio cultural e dos valores locais;
- estímulo ao desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos;
- garantia da qualidade dos produtos, processos e atitudes;
- planejamento e gestão responsáveis do turismo.

Com base no atendimento aos aspectos envolvidos em cada um dos objetivos, foram definidos quatro níveis. A avaliação comparativa referente ao CR e CDP precede a apresentação do CDS. Com relação a este, foi considerada a adoção das recomendações respectivas.

No Quadro 113, os resultados são registrados em cores conforme a seguinte legenda.

	Alto alcance
	Médio alcance
	Baixo alcance
	Não alcance.

Quadro 113 – Avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR), Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP) e Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS) quanto aos objetivos da sustentabilidade no Polo Campo Grande e Região.

Objetivos da Sustentabilidade	Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento PRODETUR	Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade
Conservação do ambiente natural e sua biodiversidade			
Consideração do patrimônio cultural e dos valores locais			
Estímulo ao desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos			
Garantia da qualidade dos produtos, processos e atitudes			
Planejamento e gestão responsáveis do turismo			

A seguir, estes resultados são discutidos no que se refere à concretização dos objetivos de sustentabilidade no CDS.

a) Objetivo: conservação do ambiente natural e sua biodiversidade

Observou-se com relação a este objetivo a garantia da compatibilidade do desenvolvimento do turismo com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, como suporte e condição à vida, otimizando-a com o uso dos recursos naturais.

Isto será possível com o atendimento às recomendações, as quais conduzirão à melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais por meio da seguinte situação a ser viabilizada no CDS:

- Garantia da qualidade dos ativos ambientais do Polo Campo Grande e Região no nível mínimo requerido com relação aos ecossistemas aquáticos e terrestres e às áreas sensíveis e protegidas.
- Respeito às restrições de uso dos recursos naturais (ordenamento do uso do solo, dos recursos hídricos e de outros recursos naturais, respeitando as suas limitações e capacidades de suporte).
- Adequação do gerenciamento dos resíduos sólidos, esgotamento sanitário e drenagem urbana aos requisitos da sustentabilidade.
- Incremento da participação social na gestão do ambiente natural, embora não no maior nível requerido, em vista da imprevisibilidade das mudanças que conduzem neste sentido.

b) Objetivo: consideração do patrimônio cultural e dos valores locais

Na perspectiva cultural, as práticas turísticas, ao possibilitarem o encontro com o outro, devem propiciar um meio de afirmação da identidade local, conscientizando os nativos sobre o valor da cultura autóctone e o empenho por sua conservação.

Observou-se com relação a este objetivo a garantia da compatibilidade do desenvolvimento do turismo com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, como suporte e condição à vida, otimizando-a com o uso dos recursos naturais. Isto será possível com o atendimento às recomendações, as quais conduzirão à melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais por meio da seguinte situação que deverá ser alcançada no CDS:

- Incentivo à conservação do patrimônio histórico e cultural.
- Incentivo ao aproveitamento do patrimônio histórico e cultural como atrativo turístico.
- Promoção da capacitação do empresariado local voltada ao respeito e valorização da cultura e hábitos da população local e à disseminação da cultura da hospitalidade.
- Inserção de aspectos voltados à valorização paisagística no uso e ocupação do solo das áreas urbanas e nas estradas de acesso aos atrativos.
- Inserção de considerações voltadas à identidade cultural dos municípios nos conteúdos educativos e em sistemas de informação;
- Inserção de aspectos históricos e culturais no material promocional de divulgação do Polo.

c) Objetivo: estímulo ao desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos

Refere-se à capacidade de gerar ocupação, emprego e renda como potencial para o enfrentamento de carências e problemas locais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e justiça social das pessoas e comunidades situacionalmente afetadas pelas práticas turísticas.

Isto será viabilizado no CDS em virtude do atendimento às recomendações, as quais conduzirão à seguinte situação:

- Direcionamento dos benefícios da atividade turística para a melhoria da qualidade de vida da região.
- Promoção da integração da população local na atividade turística, por meio da geração de empregos diretos e indiretos e de renda e do estímulo à produção regional e ao fornecimento de insumos (inclusão social).
- Estímulo e oferta de acesso a cursos voltados para o turismo.
- Melhoria da infraestrutura e de serviços disponíveis à população e aos visitantes.
- Garantia do acesso da população local aos recursos turísticos.

d) Objetivo: garantia da qualidade dos produtos, processos e atitudes

Este objetivo refere-se a uma mudança nos valores, normas, atitudes, crenças e comportamento por todos os atores envolvidos. O turismo deve avaliar a satisfação do turista e verificar a adoção de padrões de higiene, segurança, informação, educação ambiental e atendimento estabelecidos, documentados, divulgados e reconhecidos. É o que ocorrerá no CDS com a garantia de:

- Incentivo à adoção de métodos ambientalmente sustentáveis pelos estabelecimentos turísticos, com a instituição de mecanismos de controle de qualidade.

- Promoção da capacitação do empresariado local voltada ao respeito e valorização da cultura e hábitos da população local e à disseminação da cultura da hospitalidade.
- Promoção da coesão e articulação entre as empresas do setor privado e entre elas e o setor público.
- Melhoria da infraestrutura e serviços urbanos (saneamento, saúde, uso e ocupação do solo, segurança, serviços de apoio ao turismo, etc.).
- Promoção da qualidade do acesso (bom estado e bem sinalizado).

e) Objetivo: planejamento e gestão responsáveis do turismo

Considera-se aqui o respeito à legislação e a responsabilidade no planejamento e gestão ambiental, abrangendo os mecanismos de formulação e implementação de políticas públicas, as condições de governabilidade e a prática da governança.

- Melhoria da articulação entre as instituições públicas e privadas e a sociedade, segundo parâmetros de representatividade, participação e coesão.
- Melhoria da interação institucional entre as entidades públicas, principalmente as associadas ao turismo e ao meio ambiente.
- Adoção de critérios de transparência e de participação da sociedade no processo de tomada de decisões.
- Melhoria do processo de informação e comunicação.
- Criação de mecanismos de revisão para as decisões tomadas e para o desenvolvimento das atividades associadas ao turismo.
- Melhoria da infraestrutura urbana para o turismo, incluindo a acessibilidade e o saneamento.

Verifica-se que, embora a comparação entre o CR e o CDP mostre neste último o atendimento a melhoria do alcance dos objetivos de sustentabilidade, é no CDS, porém, que, embora observando as dificuldades de conseguir a máxima participação social e as necessárias mudanças culturais e de controle do comportamento ecologicamente correto, serão alcançados com o índice mais elevado, desde que ao CDP estejam associadas as ações recomendadas.

FEIRA CENTRAL
Campo Grande/MS
Foto: FUNDTUR/MS

8 MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PROGRAMA

Na moderna gestão de organizações, tem se disseminado uma premissa que afirma que, sem instrumentos de medição, não há como se avaliar um negócio. Por essa razão, o sistema de informações turísticas auxiliaria no processo de tomada de decisões, evitando formulações estratégicas equivocadas que podem comprometer todo um esforço de pessoas, empresas, entidades e órgãos públicos. Sem esse sistema, o risco é grande de se produzir e executar ações não convergentes.

Assim, os resultados das ações a serem implementadas no Polo Campo Grande e Região deverão ser monitorados ao longo do tempo, como recomenda o Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental do MTur, a fim de se verificar o desempenho do Programa e a execução das ações no que concerne à efetividade do alcance dos objetivos e metas socioambientais conforme planejado. Este acompanhamento permanente permite identificar antecipadamente os efeitos negativos e aplicar as medidas de correção adequadas.

Dessa forma, poderão ser acompanhadas e avaliadas a execução das ações propostas, bem como embasadas as tomadas de decisão pelas instituições públicas, organizações da sociedade civil, a comunidade e as empresas privadas, confirmando ou reformulando os planos de ação. Assim, esse processo constitui fator fundamental para o desenvolvimento de uma política de turismo sustentável.

Apesar das incertezas inerentes a essa fase do processo de implementação do PDITS Campo Grande e Região, sempre que possível, o monitoramento deverá transformar as recomendações em objetivos que possam ser avaliados pelos indicadores construídos, assegurando o seu cumprimento.

Os parâmetros e indicadores de desempenho propostos visam não só verificar se há desvios do que foi inicialmente planejado e, assim, corrigir as falhas identificadas, mas, também se os resultados estão se concretizando conforme ou mesmo próximo do esperado.

São objetivos dos parâmetros e indicadores de desempenho:

- servir de instrumento para acompanhar e validar a avaliação estratégica dos impactos das ações previstas no PDITS Campo Grande e Região e nas recomendações da AAE;
- contribuir para o sistema global de avaliação do desempenho do PRODETUR e sua revisão;
- apoiar a avaliação periódica da eficácia bem como, se os resultados assim o indicarem, a revisão das recomendações apresentadas;
- facilitar a articulação dos sistemas de informação turísticas e ambientais;
- subsidiar futuras avaliações ambientais estratégicas;
- garantir que as partes interessadas participem e se envolvam no processo de implementação das ações.

A seguir, no Quadro 114, Quadro 115, Quadro 116, Quadro 117 e Quadro 118 são apresentados com relação às estratégias estabelecidas para os Componentes 1 a 5, os parâmetros, indicadores e meios de verificação no monitoramento da execução do Programa, com foco nos principais objetivos previstos.

PARQUE DAS NAÇÕES INDÍGENAS (CAPIVARA)
Campo Grande/MS
Foto: Edemir Rodrigues

Quadro 114 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Campo Grande e Região relativos ao Componente – Estratégia do Produto Turístico do PRODETUR/MS.

Quadro 115 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Campo Grande e Região relativos ao Componente – Estratégia de Comercialização do PRODETUR/MS.

Quadro 116 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Campo Grande e Região relativos ao Componente – Fortalecimento Institucional do PRODETUR/MS.

Quadro 117 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Campo Grande e Região relativos ao Componente – Infraestrutura e Serviços Básicos do PRODETUR/MS.

Quadro 118 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Campo Grande e Região relativos ao Componente – Gestão Ambiental do PRODETUR/MS.

9 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AAE

Esta Avaliação Ambiental Estratégica teve por objetivo identificar e avaliar, previamente, os efeitos ambientais cumulativos das propostas de ação estratégica e das alterações ambientais em grande escala, das ações previstas no PDITS para o Polo Campo Grande e Região, constituído por 10 municípios em Mato Grosso do Sul: Campo Grande, Rochedo, Rio Negro, Terenos, Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Dois Irmãos do Buriti, Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia.

Com essa finalidade, caracterizou a atual conjuntura do Polo, considerando os aspectos turísticos, ambientais, sociais, econômicos e institucionais; identificou e avaliou os impactos positivos e negativos potenciais do desenvolvimento do turismo provenientes das ações propostas no PDITS; propôs medidas visando minimizar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos identificados; e identificou os cenários de desenvolvimento do turismo no Polo, considerando as alternativas de implementação ou não das ações do PDITS, bem como, comparando-as, alcançar o almejado Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

No Polo Campo Grande e Região verifica-se que o turismo é uma atividade em expansão, com grande possibilidade de incremento na economia e desenvolvimento do Estado. O modelo de turismo praticado envolve os eventos e negócios, apresentando a possibilidade de diversificação com a exploração de novos atrativos turísticos, como atividades de ecoturismo, de pesca, de aventura e de natureza.

Foram identificados diversos fatores críticos que atualmente interferem no desenvolvimento do turismo no Polo: baixa capacidade de articulação interinstitucional dos municípios relacionada ao turismo nos níveis federal, estadual e intermunicipal; descontinuidade das ações de gestão pública do setor turístico; falta de visão estratégica da importância econômica e social do turismo sustentável; baixa capacidade de atendimento tendo em vista o alto nível de exigência do turista internacional (externos); baixa capacidade municipal de gestão e de articulação institucional para execução de ações programadas; desarticulação entre os componentes do *trade* turístico; fragilidade dos ecossistemas naturais e do patrimônio cultural nas áreas turísticas; desinteresse de proprietários de produtos e serviços em investir no negócio turístico, em novas unidades ou equipando as existentes; baixa sensibilização e participação da sociedade no processo de desenvolvimento do turismo (internos).

Considerados tais fatores críticos, o Cenário de Referência projetado mostra a tendência de que o segmento de negócios e eventos continue atraindo visitantes e dinamizando a economia em Campo Grande. Destaca-se nesse sentido a atual ampliação da rede hoteleira, que aumentará a capacidade de hospedagem do Município de Campo Grande; novo centro de eventos, novos atrativos como o Aquário do Pantanal. Além disso, a cidade também está melhorando sua estrutura urbana por meio da ampliação e revitalização das vias públicas, melhora das praças, parques e equipamentos que induzem a melhoria da qualidade de vida.

Outro aspecto da gestão pública é a fragilidade dos órgãos ambientais no tocante à fiscalização, em função, dentre outros fatores, do limitado quadro de pessoal técnico. Independentemente do segmento a ser promovido, a qualidade ambiental é um imperativo atual na busca de diferenciais em relação aos concorrentes da região. Afinal, é uma tendência de mercado, em especial, para os consumidores, buscarem adquirir produtos de empresas que adotam práticas ambientalmente sustentáveis. Dessa forma, é importante que se crie no Polo Campo Grande e Região, uma ambiência capaz de promover a oferta e gestão sustentável dos atrativos turísticos. Isso contribuirá decisivamente com a busca de diferenciais competitivos.

A ausência de um sistema de informações gerenciais que permita uma melhor gestão do turismo é outro gargalo crítico. Não há como se fazer um bom planejamento e nem uma boa gestão da atividade turística sem um adequado sistema de informações gerenciais, ou seja, sem dados e informações precisas sobre o mercado turístico, sobre o perfil da demanda, sobre os gastos dos turistas durante sua estada, sobre suas preferências, sobre o produto interno bruto do setor turístico, dentre inúmeras outras informações.

Assim, no Polo Campo Grande e Região ainda há muito a ser fortalecido e desenvolvido para que a região se consolide como um destino turístico de preferência nacional e internacional, embora em linhas gerais haja um dinamismo econômico razoável, a cadeia do turismo esteja estabelecida e atuante, esteja definida uma política de desenvolvimento da região nos setores estratégicos de infraestrutura aérea e rodoviária e meios de hospedagens e as instâncias de governança municipais e regionais instaladas.

Um modelo de turismo em que se objetiva um crescimento sustentável, integrando as características sociais, ambientais e econômicas locais e regionais, apresenta como maior desafio a integração de todos os municípios às oportunidades de mercado, com a qualidade e preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento social e econômico dos habitantes inseridos na região. Desta forma as ações de fomento ao desenvolvimento devem incorporar nas políticas públicas as estratégias de capacitação de mão de obra, disponibilidade de recursos financeiros, fiscalização das atividades, entre outras decisões importantes para o setor.

As integrações entre as ações de gestão devem ser planejadas de forma regional, articulando os atrativos turísticos e os roteiros de forma a garantir o crescimento sustentável do Polo de forma integrada. Além da capacitação da mão de obra para os serviços ligados ao turismo existe a oportunidade de criação de um novo mercado e organização de pequenos produtores locais, oferecendo insumos e produtos aos turistas.

Portanto, o crescimento do turismo de forma sustentável deve abordar o Polo de forma integrada, onde todos os municípios terão a sua participação, evidenciando as particularidades e oportunidades locais, bem como o desenvolvimento social e urbano. Para um crescimento sustentável, deverão ser criadas estratégias para fomentar a integração de todos os envolvidos no segmento turístico, com a efetiva participação dos conselhos municipais de turismo e meio ambiente na gestão pública e também

os cidadãos, direcionando investimentos para infraestrutura, saneamento básico e serviços turísticos de qualidade.

Para a criação e consolidação de novos atrativos turísticos é importante todo o suporte para a atividade turística, oferecendo qualidade aos serviços e oportunidades de trabalho para os habitantes, dentro de um cenário de qualidade ambiental. Assim, o planejamento do turismo deve garantir um retorno dos investimentos que se fizerem necessário a região, colaborando com o incremento na receita do município, do Estado e do setor privado. Desta forma as ações de fomento ao desenvolvimento devem incorporar nas políticas públicas as estratégias de capacitação de mão de obra, disponibilidade de recursos financeiros, fiscalização das atividades, entre outras decisões importantes para o setor.

Economicamente, além da consolidação e criação de novos atrativos turísticos, deve-se planejar a capacitação da mão de obra para os serviços ligados ao turismo e ao mesmo tempo a oportunidade de criação de novos mercados e organização de pequenos produtores locais, oferecendo insumos e produtos aos turistas, proporcionando um desenvolvimento social e econômico na região.

Nessa direção seguem as propostas do PRODETUR-MS, que está se propondo a envidar esforços para a definição de ações efetivas que direcionem os investimentos, em nível municipal, estadual e federal, de forma a integrar as potencialidades turísticas de todo o Polo.

As ações do Componente 1 – Estratégia do Produto Turístico buscam a geração de uma oferta turística competitiva, inovadora e criativa, priorizando a exploração da diversidade turística da região, a formatação de novos produtos e a capacitação profissional, por meio da atualização do inventário turístico da região, do cadastramento de todos os empreendimentos no Sistema CADASTUR, de estudos de capacidade de carga dos produtos turísticos, da segmentação da oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento, da estruturação da produção associada ao turismo, de novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas, da regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental e criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos, da instituição de incentivos fiscais para empreendedores turísticos, da identificação das demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor, da implantação de programas de qualificação de mão de obra e de capacitação pública em turismo, da implantação de sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo, da sinalização turística para o Polo e da construção de Centros de Atendimento ao Turista.

As ações do Componente 2 – Estratégia de Comercialização têm como objetivo organizar o processo de promoção e comercialização dos produtos turísticos da região, possibilitando uma maior visibilidade do destino turístico, por meio do fomento do turismo interno, da inserção da região no Programa Nacional Vai Brasil, da intensificação do programa de captação de eventos, de um Plano de *Marketing* para o Polo, de pesquisa do perfil de demanda real e potencial e de um sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos.

As ações inseridas no Componente 3 - Estratégia de Fortalecimento Institucional garantem que o poder público municipal administre de maneira eficiente a atividade turística do município, por meio de Planos de Fortalecimento Institucional, de elaboração e revisão de Planos Diretores Participativos inserindo diretrizes turísticas, que buscam modernização administrativa, implementação de ferramentas de gestão, capacitação técnica de equipes, fiscalização, monitoramento da atividade turística e fortalecimento das relações público-privadas, instigando o amadurecimento destas relações.

As ações do Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos agrupam iniciativas para garantir segurança e informações necessárias ao turista, por meio da redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo, da construção de aterros sanitários e de Unidades de Processamento do Lixo, conforme o Projeto Integrado de Resíduos Sólidos e de projetos de esgotamento sanitário para os municípios e de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no Polo.

As ações do Componente 5 - – Gestão Ambiental agrupam iniciativas de qualidade ambiental e de estímulo à participação da sociedade na atividade turística, por meio da revisão do arcabouço legal do meio ambiente dos municípios do Polo, do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental, da Agenda 21 regional, do projeto Caminhos do Futuro do MTur, do Plano Integrado de Resíduos Sólidos e da implantação desta Avaliação Ambiental Estratégica.

Em um Cenário de Desenvolvimento PRODETUR, as ações propostas poderão gerar impactos diretos e indiretos e muitos cumulativos e que apresentarão efeitos sinergéticos com diferentes magnitudes. Os impactos positivos estarão relacionados justamente aos objetivos perseguidos de aumento da oferta de produtos e serviços turísticos para atender o crescimento da demanda e o aumento consequente do fluxo de visitantes.

As ações visando prevenir os impactos negativos sobre os recursos naturais e bens culturais provenientes da pressão sobre a infraestrutura de saneamento básico e equipamentos e serviços urbanos, poderão propiciar a melhoria da qualidade ambiental e de vida para os visitantes e a população local.

Deverão interagir para a melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação do patrimônio natural principalmente os impactos potenciais das ações que contribuirão para a prevenção e redução dos impactos ambientais negativos da atividade turística, a melhoria do ambiente no local dos atrativos, além do esperado aumento da eficiência da exploração sustentável dos atrativos e produtos turísticos, decorrente inclusive de investimentos privados incentivados.

Também contribuirá sinergicamente de maneira importante para a obtenção desse efeito a melhoria da capacidade de gestão pública municipal, incluindo a maior proteção ambiental dos atrativos turísticos, o aumento da eficiência do tratamento dos resíduos sólidos nos municípios, a adequação da legislação municipal de meio ambiente, a capacitação dos agentes públicos e a compatibilização das atividades turísticas com outros setores de desenvolvimento.

Registra-se ainda que a qualidade ambiental e a conservação do patrimônio natural dependerão em muito do maior reconhecimento do valor dos recursos naturais e dos bens culturais pela população

local e da orientação dos turistas quanto à preservação dos recursos naturais e às práticas ambientalmente sustentáveis.

Considerando a melhoria da qualidade de vida da população, contribuirão para esse efeito principalmente os ingressos esperados para um significativo contingente populacional, representados em especial pela geração de emprego e renda, impacto este proveniente de diversas ações, pela inclusão social de segmentos marginalizados de mão de obra, como os deficientes físicos, e pelo fortalecimento de empresas domésticas e das redes de fomento dos quilombolas, do artesanato e dos produtos da agricultura familiar locais.

Espera-se também uma contribuição importante advinda do fortalecimento das organizações sociais e das redes de associativismo e da maior segurança social para a implantação e ampliação das atividades.

Deverão interagir para a valorização dos produtos e destinos turísticos principalmente a dinamização da economia dos municípios, que resultará do estímulo a novos empreendimentos e investimentos no setor, aumento da competitividade, oferta de emprego e da renda advinda da ampliação da permanência média do turista no Polo, a integração econômica dos municípios e o estímulo à criação de empresas domésticas a maior divulgação.

Também contribuirão para a valorização dos produtos e destinos turísticos, os impactos decorrentes da agregação de valor econômico aos atrativos turísticos, por meio de sua regularização ambiental e certificação, a maior segurança econômica para a ampliação das atividades turísticas; a melhoria na qualidade do atendimento aos turistas.

O poder público poderá contribuir para difundir a compreensão das potencialidades do turismo sustentável para o desenvolvimento do município e apoiar a captação e atração de recursos federais e investimentos em projetos com essa finalidade.

Deverão interagir para a obtenção dos efeitos cumulativos/sinérgicos positivos, principalmente a construção e fortalecimento da identidade cultural do município em vista do reconhecimento do valor dos bens culturais, da integração cultural das unidades do Polo e da agregação de valor e cultural ao atrativo turístico resultante de sua regularização ambiental e certificação.

Serão de valioso auxílio o maior conhecimento das características culturais das comunidades locais, a disponibilização de dados para embasamento de pesquisas científicas e programas, o estímulo a políticas de intercâmbio cultural, a melhoria da capacidade de gestão pública municipal da sustentabilidade da atividade turística e, principalmente, a sensibilização das comunidades quanto à necessidade de proteção do patrimônio histórico e cultural e a capacitação dos professores com relação a estes conteúdos incluídos na noção de turismo sustentável.

Para o fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada, essenciais para a sustentabilidade ambiental do turismo, deverão interagir principalmente os impactos representados pela esperada melhoria do sistema de gestão pública da atividade turística, incluindo a possibilidade de contar com uma legislação municipal adequada aos princípios da sustentabilidade ambiental, com ferramentas

de gestão eficientes e eficazes e capacidade de controle e fiscalização por parte dos organismos ambientais municipais e do Estado.

Além disso, contribuirão significativamente para a obtenção desse efeito estratégico, o fortalecimento da integração entre os municípios e entre órgãos municipais e estaduais de meio ambiente e turismo, a promoção do ordenamento, formalização e legalização dos atrativos e serviços turísticos, a orientação dos investimentos e da busca de recursos para o desenvolvimento de ações e projetos e a otimização da utilização dos recursos humanos e financeiros na implementação das ações do PRODETUR.

É importante ressaltar também o fortalecimento dos conselhos municipais de meio ambiente, onde está presente a sociedade organizada, e o compartilhamento da responsabilidade dos diversos segmentos municipais na gestão dos resíduos sólidos.

Por outro lado, também é importante registrar os efeitos indesejáveis que poderão se desencadear na eventualidade de não serem consideradas as medidas mitigadoras recomendadas para os impactos negativos, bem como não serem neutralizados os fatores de risco, em especial os internos: baixa capacidade municipal de gestão e de articulação institucional para execução de ações programadas, desarticulação entre os componentes do *trade* turístico, fragilidade dos ecossistemas naturais e do patrimônio cultural nas áreas turísticas, desinteresse de proprietários de produtos e serviços em investir no negócio turístico, em novas unidades ou equipando as existentes e baixa sensibilização e participação da sociedade no processo de desenvolvimento do turismo.

Assim, por meio do desenvolvimento de ações planejadas e integradas baseadas no fortalecimento institucional, na participação da sociedade e no envolvimento dos responsáveis pelos produtos e serviços, as ações propostas pelo PRODETUR/MS promoverão uma gestão turística e ambiental mais eficiente e eficaz no Polo Campo Grande e Região, capaz de garantir os importantes impactos positivos previstos e prevenir e/ou reduzir a níveis aceitáveis os impactos negativos, em especial no que se refere aos efeitos estratégicos de ordem socioambiental.

Entretanto, os fatores críticos identificados poderão também contribuir para desencadear efeitos indesejáveis: aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais, alterações danosas no cotidiano da população, maior pressão sobre o patrimônio cultural e sobrecarga nos serviços públicos.

Os ecossistemas poderão ser pressionados pelo fluxo de pessoas e veículos em áreas não controladas e não fiscalizadas, decorrente das ações que visam ao incremento da atividade turística no Polo, além dos impactos ambientais devidos à implantação das diversas obras previstas.

Quanto aos efeitos negativos sobre a população, é preciso observar que o turismo surge a partir do deslocamento de pessoas para vários destinos. São essas pessoas que, ao visitar uma localidade, desencadeiam os mecanismos de prestação de serviços e impactos que envolvem o turismo. Está interação varia de acordo com o número de turistas, o comportamento do turista e do morador (que irá influenciar na construção das formas de convívio e relacionamento), o tempo de permanência do turista na comunidade anfitriã (que irá influenciar na oferta de emprego na comunidade) e, ainda, conforme o

papel dos intermediários (hotéis, transportes, agentes de viagens, guias de turismo), capazes de influenciar na quantidade e qualidade da comunicação entre turistas e moradores e de manipular a cultura local com finalidades turísticas.

Deve-se ressalvar que, se os demais segmentos forem promovidos simultaneamente, novas demandas de serviços turísticos surgirão. Ou seja, há necessidade de avanços na infraestrutura para atender o segmento de negócios e eventos e, no caso de desenvolvimento de novos segmentos potenciais, haverá a necessidade de se reavaliar as condições existentes.

A percepção dos moradores acerca dos impactos do turismo é influenciada por vários fatores, como, por exemplo, a posição da comunidade no ciclo de vida, a sazonalidade, que permite períodos com e sem turistas, tempo de residência, envolvimento com o turismo e residência próxima das zonas de atividade turística.

Assim, alguns moradores, em especial os que não têm benefícios econômicos diretos, podem não ver a atividade turística como acolhedora nem provedora, sentindo-se desprotegidos e ameaçados em seus valores e interesses.

Observa-se que no turismo as tradições culturais e espirituais da comunidade são comercializadas e transformadas em espetáculo para turistas. Isso provoca no morador uma crise de significados em relação às tradições, acompanhada de um enfraquecimento do patrimônio cultural. Muitas vezes, os turistas tornam-se modelos para os moradores que passam a adotar seus estilos de vida. O processo de assimilação de outra cultura não é passivo, mas negociado.

O saneamento básico, incluindo o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário, a drenagem urbana e a coleta e destinação final dos resíduos sólidos, e os custos com os receptivos e serviços de controle e fiscalização da atividade, destacam-se como sobrecargas sobre o poder público resultantes do desenvolvimento da atividade turística no Polo. Esta sobrecarga resultará dos gastos realizados com a elaboração de estudos e projetos de engenharia, capacitação de recursos humanos e desenvolvimento institucional e operacional dos prestadores de serviços.

No Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade busca-se uma cultura mais proativa não somente da comunidade, como também da iniciativa privada e principalmente do poder público em nível local. A opção por planejar de forma participativa possibilitará o desenvolvimento equilibrado da atividade turística, de forma transparente, como também contribuir para a promoção interna e externa da localidade.

Neste Cenário, ressalta-se ainda a observação e cumprimento das normas e regulamentos ambientais e urbanísticos, bem como das exigências realizadas pelos órgãos responsáveis pela gestão ambiental. Também devem ser observados normas e regulamentos relacionados ao uso e ocupação do solo, principalmente, as inseridas dentro no Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo de cada cidade.

O Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade delineado a partir da avaliação comparativa entre o Cenário de Referência e o Cenário de Desenvolvimento PRODETUR, possibilitará o alcance dos objetivos de sustentabilidade desejado. Entretanto, é imprescindível que sejam implementadas as recomendações que possibilitaram a configuração do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade:

- Estabelecer e manter um banco de dados permanentemente atualizado, com aporte de informações sobre o desenvolvimento do turismo sustentável, associando informações de caráter ambiental, socioeconômico, cultural e político-institucional.
- Promover o resgate e valorização de tradições e aspectos histórico-culturais da região na cadeia do turismo, fortalecendo o capital social e a agricultura familiar.
- Manter no banco de dados aporte permanentemente atualizado de informações sobre instituições financiadoras e recursos disponíveis para o desenvolvimento do turismo sustentável.
- Criar leis municipais de incentivos voltados à consolidação e melhoria dos atrativos e serviços turísticos existentes e à expansão de oportunidades de diversificação das modalidades turísticas, incluindo exigências de adequação aos objetivos da sustentabilidade.
- Melhorar as condições da infraestrutura e equipamentos urbanos existentes e ampliar a cobertura do saneamento básico (abastecimento, coleta e disposição de resíduos sólidos, esgotamento sanitário), segurança e acesso viário, integrando os objetivos de sustentabilidade do turismo.
- Estabelecer parcerias com os setores públicos e privados que contribuam para a melhoria da qualificação e capacitação profissional local para o atendimento do turista.
- Incluir no desenvolvimento turístico da região a valorização social, cultural e ambiental, de forma integrada entre o poder público, o setor empresarial e a sociedade, por meio da consideração das características e identidades da região.
- Integrar o turismo aos programas de desenvolvimento local, visando associar as atividades tradicionais e histórico-culturais ao turismo e promover a ampliação da renda.
- Promover a participação dos agentes e atores de turismo nos instrumentos associativos existentes e em novos a serem criados, com o apoio do poder público.
- Promover o planejamento anual das atividades turísticas de maneira integrada entre os componentes do *trade*, visando à melhor distribuição do fluxo de visitantes.
- Manter banco de dados com aporte permanentemente atualizado de informações sobre instituições financiadoras e recursos disponíveis para o desenvolvimento do turismo sustentável.
- Promover encontros e reuniões de proprietários de produtos e serviços, bem como outros interessados, visando estimulá-los e capacitá-los para investir no negócio turístico.
- Instituir instrumentos de certificação de qualidade que reflita o nível de adoção de medidas gerenciais voltadas à sustentabilidade do negócio e da atuação do empresário/ profissional envolvido na atividade.
- Instituir e manter o planejamento da comercialização do turismo periodicamente atualizado baseado em critérios técnicos e nos objetivos da sustentabilidade, por meio da definição de indicadores de acompanhamento e controle qualiquantitativo do fluxo turístico integrado às condições ambientais, socioeconômicas e político institucionais (definição de prioridades e orientações estratégicas, crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos, atendimento da infraestrutura e dos índices de crescimento do fluxo de turistas, pesquisa)

- Promover a participação de todos agentes e atores de turismo no planejamento da comercialização dos atrativos e serviços, por meio dos instrumentos associativos existentes e os novos a serem criados.
- Criar estrutura governamental de apoio aos pequenos empresários para o planejamento da comercialização de seus atrativos e serviços por meio da formulação e produção de material promocional e informativo.
- No planejamento da comercialização, priorizar a integração de roteiros e eventos e a sua divulgação.
- Promover a participação de todos agentes e atores de turismo no planejamento da comercialização dos atrativos e serviços, por meio dos instrumentos associativos existentes e os novos a serem criados.
- Criar estrutura governamental de apoio aos proprietários de atrativos alijados da comercialização por meio da formulação e produção de material promocional e informativo.
- Reforçar a marca conjunta Campo Grande e Região no trabalho de *marketing*, não apenas o município de Campo Grande.
- Incluir no Plano de *Marketing* instrumentos de controle do crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos, com base nos limites da capacidade de carga dos atrativos.
- Implantar sistema integrado de gestão do turismo, por meio de parcerias abrangendo os órgãos afins e os gestores municipais e estaduais, especialmente os responsáveis pela execução das políticas de meio ambiente e urbanística.
- Estimular a cooperação técnica com instituições de pesquisa, de caráter sistemático e contínuo, que direcionem as alternativas gerenciais e subsidiem as políticas do setor.
- Promover a cooperação técnica entre os municípios do Polo entre si e com instituições governamentais de pesquisa e gestão visando identificar as variáveis e projeções, de caráter sistemático e contínuo, que fortaleçam os sistemas de governança dos três municípios, direcionem as alternativas gerenciais e subsidiem as políticas do setor.
- Estabelecer sistema de informações estadual, alimentado por estudos periódicos e dados obtidos sistematicamente a partir de indicadores definidos, possibilitando o provimento de subsídios à gestão do Polo.
- Instituir os programas e ações por meio de instrumentos normativos e de monitoramento de resultados, que lhes imprimam continuidade e avaliações periódicas.
- Estabelecer parcerias entre os diversos órgãos setoriais envolvidos na gestão do turismo, visando imprimir eficiência e agilidade na execução das ações planejadas por meio da otimização dos recursos humanos e materiais.
- Incluir no Plano Plurianual (PPA) e orçamento municipal anual, a alocação de recursos necessários à execução das ações programadas.
- Priorizar a instalação de colegiados municipais intersetoriais, que permitam o tratamento integrado das estratégias de sustentabilidade do desenvolvimento local e assegurem a participação na elaboração das políticas públicas de meio ambiente e turismo.
- Promover programa de captação de recursos compatível com as demandas e necessidades presentes e futuras do turismo, de maneira integrada com as diversas instituições de fomento, o setor empresarial e a sociedade civil.
- Estabelecer parcerias com instituições de ensino e pesquisa visando capacitar os gestores e conselheiros municipais como agentes responsáveis pelo processo de desenvolvimento do turismo sustentável.

- Promover ações articuladas entre as instituições públicas e privadas relacionadas com o turismo, visando inserir nos órgãos colegiados os conceitos e objetivos do turismo sustentável e sua importância para o desenvolvimento socioeconômico.
- Instituir certificação de qualidade que reflita o nível de adoção de medidas gerenciais em direção à sustentabilidade do negócio e da atuação do empresário/profissional envolvido na atividade.
- Executar ações que possam concorrer para criar e/ou aumentar a sensibilização e a participação dos gestores privados e públicos, trabalhadores, utilizadores dos atrativos, da população direta e indiretamente envolvida no desenvolvimento do turismo sustentável da região, permitindo a participação efetiva e qualificada nos processos de tomada de decisões.
- Estimular a formação de consórcios intermunicipais que permitam a articulação de ações e instituições para a gestão do saneamento básico.
- Executar as ações previstas relativas ao saneamento básico.
- Fortalecer o efetivo policial, capacitando-o para o bom relacionamento e como multiplicadores dos conceitos de sustentabilidade junto à população residente e turistas.
- Implantar programas municipais de monitoramento de efluentes de esgotos em redes de drenagem pluvial e controlar o lançamento de esgotos *in natura*.
- Melhorar as rodovias vicinais que dão acesso aos atrativos.
- Avaliar na fase de projeto do esgotamento sanitário, a utilização de tecnologias de menor impacto, a adequada localização, processo e lançamento de efluentes, sempre acompanhados de rigoroso sistema de monitoramento na execução das obras, de acordo com os condicionantes da licença ambiental.
- Instrumentalizar os órgãos municipais de gestão para o exercício integrado do planejamento e monitoramento socioambiental, aparelhando-os tecnicamente (pessoal, equipamentos) para a implantação da Política Municipal de Meio Ambiente.
- Fortalecer a SEMAC/IMASUL como importante instrumento para efetivar as ações junto aos municípios.
- Estimular a formação de consórcios municipais que permitam a articulação de ações e instituições para administrar os resíduos sólidos sob a perspectiva de geração de novas riquezas e negócios, criando postos novos de trabalho e promovendo a inserção social por meio da reciclagem, estimulando a adoção da ecoeficiência nas empresas e disseminando na sociedade a necessidade de um consumo consciente.
- Divulgar informações e capacitar os proprietários dos atrativos sobre as exigências legais relativas à conservação ambiental.
- Incluir, no Código de Meio Ambiente, a previsão de instrumentos fiscais e de compensação ambiental pelo uso dos atributos naturais, tanto para os investidores como visitantes, gerando recursos para aplicação na manutenção e recuperação ambiental.
- Promover a capacitação da população e sua inclusão nos programas de formação de guias locais.
- Monitorar o licenciamento ambiental e a elaboração dos estudos ambientais requeridos referentes aos projetos e obras previstos.
- Criar selo de produto sustentável visando premiar o produto ecoeficiente e produzido com responsabilidade socioambiental.
- Garantir a participação dos setores de gestão ambiental nos colegiados municipais intersetoriais.

- Levantar as necessidades de legislação e demais normativas de controle e monitoramento ambiental, visando inseri-las no Código de Meio Ambiente, como estratégia para a compatibilização das diretrizes nacionais de gestão, compartilhadas pelo Estado com os municípios, em especial, no que se refere às competências e assegurando a participação social, por meio do estimulo à criação dos colegiados.
- Levantar as necessidades operacionais dos municípios para o cumprimento das atribuições previstas na legislação ambiental.
- Definir a capacidade de carga dos atrativos ambientais, incluindo-a como instrumento de controle do crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos nas políticas de desenvolvimento e Plano de *Marketing*.
- Incluir nos Planos Diretores dispositivos de controle da localização e utilização de áreas naturais.
- Desenvolver programas de regularização da localização e da degradação ambiental dos atrativos, de maneira a promover a conservação da vegetação e as suas funções e serviços ambientais.
- Observar rigorosamente o disposto na legislação ambiental e outras pertinentes a respeito da recuperação e/ou conservação de áreas de preservação permanente.
- Estabelecer articulação entre os diversos órgãos competentes estaduais e municipais na gestão das Unidades de Conservação existentes, fortalecendo os conselhos gestores e a gestão integrada e promovendo a elaboração e implantação dos planos de manejo, quando ainda não realizado.
- Estruturar e controlar o acesso às Unidades de Conservação, com a sinalização das trilhas e áreas de uso público.
- Implantar programa permanente de sensibilização envolvendo visitantes, gestores de instituições públicas e privadas e a população local quanto à importância da sustentabilidade ambiental e da adoção de práticas ecologicamente corretas.
- Utilizar o projeto de sinalização dos destinos turísticos e os CATs e os guias de turismo como instrumentos privilegiados de educação ambiental, visando usar adequadamente o patrimônio natural e construído como produtos do turismo no Polo.
- Instituir certificação de qualidade de produtos e serviços turísticos que reflita o nível de adoção de medidas gerenciais em direção à sustentabilidade do negócio e da atuação do empresário/profissional envolvido na atividade.
- Promover o envolvimento e a participação da iniciativa privada, dos gestores privados e públicos, bem como dos trabalhadores, utilizadores dos atrativos, e da população direta e indiretamente envolvida quanto às questões ligadas ao turismo e ao meio ambiente.
- Estimular a valorização do destino pela sociedade local, por meio da percepção da riqueza natural, histórico-cultural e patrimonial e do sentimento de pertencimento.

Recomenda-se ainda, com a finalidade de se prevenir eventuais conflitos socioeconômicos e ambientais e atendendo às manifestações de preocupação por parte de representantes dos segmentos turístico e ambiental, que sejam analisadas as demais atividades econômicas, visando à permanência de sua compatibilidade com o desenvolvimento do turismo no Polo.

Que a implementação desta AAE seja efetivamente monitorada, visando ao acompanhamento de sua implantação, a partir dos indicadores selecionados para o programa de monitoramento e as eventuais adequações em função do cenário encontrado.

Com o atendimento a essas recomendações, o Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade é uma opção viável para o alcance dos objetivos estratégicos das ações do PRODETUR-MS e dos objetivos buscados de sustentabilidade do turismo rumo à visão de futuro desejável.

Cabe salientar que as recomendações desta AAE deverão ser revistas após o período de cinco anos.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR ISO 14.001- **Sistemas de gestão ambiental- Especificação e diretrizes para uso**. Rio de Janeiro, out. 1996.

AGETRAN – Agência Municipal de Transporte e Trânsito. Disponível em <http://www.pmcg.ms.gov.br/AGETRAN>

ASSETUR – Associação das Empresas de Transporte Coletivo. Disponível em: <http:// <www.assetur.com.br/>. Acesso em: jul. 2012.

BRASIL. Decreto nº 5.577, de 8 de novembro de 2005. I**nstitui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado - Programa Cerrado Sustentável, e dá outras providências.** 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5577.html Acesso em: jul/2012.

BRASIL. Decreto s/n de 21 de setembro de 2000. **Cria o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2000/Dnn9037.htm Acesso em: jul/2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal e-MEC**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: jul/2012b.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Levantamentos dos recursos naturais. **Projeto RADAMBRASIL**. Folha SD 21. Rio de Janeiro, Cuiabá-Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia. Secretária Geral, 1982.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Biodiversidade Brasileira. **Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros.** Brasília: MMA/SBF, 2002b. 404 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Mapa de cobertura vegetal dos biomas brasileiros.** 2007d. 18pp.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartições de benefícios da biodiversidade brasileira: Atualização.** Portaria MMA n. 09, 23 de janeiro de 2007. Brasília-DF, 2007a. (Biodiversidade, 31).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Avaliação Ambiental Estratégica.** Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Mapeamento de Cobertura Vegetal do Bioma** Cerrado. Brasília, 2007b.

BRASIL. Ministério do Turismo **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: ago/2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas.** Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ética, Meio Ambiente e cidadania para o Turismo**. Brasília, 2007e.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Campo Grande e Região – PDITS CG**. MTur/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo – SEPROTUR. Campo Grande, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo**. Plano Nacional de Turismo 2007-2010:** Uma viagem de inclusão. Disponível em: www.turismo.gov.br. Acesso em 2 mar. 2013a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016:** Disponível em: www.turismo.gov.br. Acesso em 20 jul. 2013b.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programas e ações**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html >. Acesso em: jul/2012c.

BRASIL. **Portal da Transparência do Governo Federal.** Disponível em: http://www.portaldatransparencia.gov.br/ Acesso em: jul/2012a.

BRASIL. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: **Módulo Operacional 7 Roteirização Turística.** Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007c.

CAMPO GRANDE. **Prefeitura Municipal**. Disponível em: http://www.capital.ms.gov.br/portal/secretaria. Acesso em: jul/2012a.

CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e do Agronegócio. Disponível em: http://www.capital.ms.gov.br/SEDESC. Acesso em: jul/2012b.

CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Relatório de Atividade Desenvolvidas pelo DCQA/SEMADES – 2008**. SEMADES - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. 2008.

CAPITAL DO PANTANAL. <http://capitaldopantanal.com.br/cdp/politica/13546-biota-ms-e-o-primeiro-programa-do-centro-oeste-destinado-a-pesquisa-da-biodiversidade-.html>. Acesso em: jul. 2012.

COCKLIN, C. et al. *Notes on cumulative environmental change I: concepts and issues.* ***Journal of Environmental Management,*** v. 35, n. 1, p. 31-49, 1992.

CRUZ, R.de C.A. da. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2001.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <http:// <http://www.embrapa.br/>. Acesso em: jul. 2012

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias. **Balanço hídrico nas estações meteorológicas no Brasil.** Disponível em: <http://www.bdclima.cnpm.embrapa.br/index.php>. Acesso em nov. 2007.

FAMASUL. Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.famasul.com.br/index.php?ir=artigos/visualizar.php&p_codigo=100. Acesso em: jul/2012.

FAPEC et al. **Proposta de elaboração de estudo da cadeia produtiva do turismo em Mato Grosso do Sul - Relatório final.** Campo Grande, 2006. 124p.

FUNDATEC – Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul**. Código de Ética Mundial para o Turismo**. Traduzido do original em espanhol editado pela OMT, pelos alunos do Primeiro Curso de Capacitação para consultores em Turismo. Coordenados pelo arq. Luis Patrucco. Porto Alegre, janeiro/ fevereiro de 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades – Campo Grande ....*: produto interno bruto municipal.*** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 28 mar. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros.** 1. jul. 2009. Disponível em: < C>. Acesso em: 28. mar. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico de Vegetação Brasileira**. Rio de Janeiro, 1992.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Números de escolas por serie.** 1. jul. 2009. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>Acesso em: 28. mar. 2012.

LIMA/COPPE/UFRJ. Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente/ Programa de Planejamento Enérgico/ Universidade Federal do Rio de Janeiro - **Avaliação Ambiental Estratégica** Região Costa Norte. Rio de Janeiro, 2007.

MATO GROSSO DO SUL Secretaria de Estado da Produção e do Turismo. Programa de Desenvolvimento do Turismo. **Planos, programas e série de dados.** Campo Grande, MS. 2010. Informações recebidas via digital em 9 jul. 2010a.

MATO GROSSO DO Sul. Decreto nº 13.303/2011. **Institui o Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira.** Disponível em: <http://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/DO8073_23_11_2011.pdf>. Acesso em: jul/2012. 2011b.

MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) http://fundect.ledes.net/?section=news&itemId=893 Acesso em: jul/2012b.

MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.turismo.ms.gov.br/>. Acesso em: jul/2012c.

MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. **Estratégias de**

Desenvolvimento do Turismo de MS: 2008-2020. Região Caminho dos Ipês: Diagnóstico Competitivo. Campo Grande: FUNDTUR/MS, 2009c.

MATO GROSSO DO SUL. Fundação do Turismo do Mato Grosso do Sul. Sistema de Informações e Estatísticas. **Indicadores básicos do Turismo.** Informações recebidas via digital em 01 jun. 2010b.

MATO GROSSO DO SUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL). **Informações.** Campo Grande: SEMAC/IMASUL, 2012a.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – PDITS/Polo Campo Grande e Região.** Campo Grande: AGRICON Consultoria SS Ltda., 2011a.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. **Informações**. Campo Grande: 2012.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento da Ciência e Tecnologia Mato Grosso do Sul. **Plano de desenvolvimento regional PDR-MS 2030: documento síntese.** Campo Grande: SEMAC, 2009a. Versão digitalizada.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. **Banco de Dados do Estado (BDE).** Campo Grande, MS. Disponível em: <http://www1.semac.ms.gov.br/bdeweb/>. Acesso em: 26 fev. 2010c.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul. **Relatório de qualidade das águas superficiais do estado de Mato Grosso do Sul: 2008.** Campo Grande, MS, 2009b.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. **Plano estadual de recursos hídricos de Mato Grosso do Sul (PERH-MS).** Campo Grande, MS, 2010d.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. **Zoneamento ecológico-econômico do estado do Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, MS, 2010e. Disponível em: <http://www.semac.ms.gov.br/zeems/index.php?ins ide=1&tp=3&show=2259>. Acesso em: 26 fev. 2010.

MATO GROSSO DO SUL. SEPLAN-MS. **Atlas multirreferencial:** Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: SEPLAN-MS, 1990.

MITTERMEIER, R. A., ROBLES GIL, P. & MITTERMEIER, C. G. **Megadiversity: earth's biologically wealthiest nations.** Cidade do México: CEMEX, *Conservation International e Agrupación Sierra Madre*, 1997.

NIMER, E. **Climatologia do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 422 p. (Recursos naturais e meio ambiente).

PETERSON, E.B. et al. **Cumulative effects assessment in Canada: an agenda for action and research.** Quebec: Canadian Environmental Research Council, 1987.

PLANURB, Instituto Municipal de Planejamento Urbano. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**./ Instituto Municipal de Planejamento Urbano – PLANURB. 18 ed. Ver. Campo Grande, 2011.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Relatório do Desenvolvimento Humano Brasil 2009/2010**. Valores e Desenvolvimento Humano. Brasília, 2010.

RAMOS, V. S.; DURIGAN, G.; FRANCO, G.A.D.C.; SIQUEIRA, M.F. & RODRIGUES, R.R. 2008. **Árvores da Floresta Estacional Semidecidual: guia de identificação de espécies.** 1. ed. São Paulo: EDUSP, v. 1. 312p.

RIBEIRO, J.F.; WALTER, B. M. T. **Fitofisionomias do Cerrado: os biomas do Brasil.** In: Cerrado: ambiente e flora. EMBRAPA. Planaltina, DF, 1998.

RICKLEFS, R. R**. Economia da natureza.** Rio de Janeiro: Guanabara, 2009.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Turismo. **Elaboração da avaliação ambiental estratégica do conjunto de ações integrantes do plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável PDITS, dos polos turísticos Costa das Dunas, Costa Branca e Seridó.** RN, 2011.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Informações**. Campo Grande, MS, 2012.

SEST/SENAT. Disponível em: http://www.sestSENAT.org.br/Paginas/Programa-

de-<Formacao-Especializada-em-Transp.aspx>. Acesso em: jul/2012.

UCDB-Universidade Católica Dom Bosco. **Mestrado em Desenvolvimento local** – Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em: <http://www3.ucdb.br/mestrados/index.php?c_mestrado=11>. Acesso em: jul/2012.

UFGD. Universidade Federal da Grande Dourados. **Noticias**. Universidade Federal da Grande Dourados. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/noticias/workshop-ieestur-acontece-em-maio>. Acesso em: jul/2012.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Programa de Qualificação para o Desenvolvimento do Turismo** – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <http://www.sead.ufsc.br/wp-turismo/>. Acesso em: jul/2012.

WWF Brasil. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Mitraud, S. (org). Brasília: WWF Brasil, 2003.

WWF Brasil. **Turismo responsável: manual para políticas locais**. (Org. Sergio S. Salvati). Brasília, DF, WWF Brasil, 2004. 220p.

APÊNDICES

APÊNDICE A
OFÍCIO ENVIADO PARA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES DO DIAGNÓSTICO

APÊNDICE B

PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NOS MUNICÍPIOS
REDE HOTELEIRA
ASSOCIAÇÕES DE CLASSES, FEDERAÇÕES, SINDICATOS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs) DE CADA MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE

PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

EDUCACIONAIS – UNIVERSIDADES

- UCDB - Universidade Católica Dom Bosco
- UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- UNIDERP/Anhanguera
- FACSUL - Faculdade Mato Grosso do Sul
- FCG - Faculdade Campo Grande
- FUNLEC - Fundação Lowtons de Educação e Cultura
- UNAES/Anhanguera
- UNIFEJ - Instituto de Estudos e Pós Graduação
- IMEC Curso de Pós-graduação Lucia Moura
- Centro Universitário Claretiano
- Escola de Magistratura
- Escola de Governo de Mato Grosso do Sul - Centro de Educação Profissional Ezequiel Ferreira Lima (CEPEF),
- CPG - Centro de Pós Graduação Terra
- LSG - Escola Superior de Direito de Mato Grosso do Sul
- Faculdade Estácio de Sá
- UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
- ICG Associação de Ensino Superior de MS
- UNIFAS - União das Faculdades Sul-mato-grossense.

MUNICIPAIS

- Prefeitura Municipal
- Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais
- Câmara Municipal
- PLANURB - Instituto Municipal de Planejamento Urbano
- CAOC - Coordenadoria de Apoio aos Órgãos Colegiados
- SESAU - Secretaria Municipal de Saúde Pública
- SEDESC - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e do Agronegócio
- FUNDAC - Fundação Municipal de Cultura
- FUNESP - Fundação Municipal de Esporte
- AGETRAN - Agência Municipal de Transporte e Trânsito
- Núcleo de Industria e Comercio
- SAS - Secretaria Municipal de Assistência Social
- AGEREG - Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande
- CGNOTICIAS – CGNotícias
- DIOGRANDE - Diário Oficial de Campo Grande
- SEMED - Secretaria Municipal de Educação
- EMHA - Agência Municipal de Habitação de Campo Grande
- FUNSAT - Fundação Social do Trabalho de Campo Grande
- GAPRE - Gabinete do Prefeito
- IMPCG - Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande
- IMTI - Instituto Municipal de Tecnologia da Informação
- PGM - Procuradoria Geral do Município
- SEGOV - Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais
- SEGURANÇA PUBLICA - Coordenadoria Geral de Segurança Pública
- SEINTRHA - Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Habitação
- SEMAD - Secretaria Municipal de Administração
- SEMADUR - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
- SEMRE - Secretaria Municipal da Receita
- SEPLANFIC - Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Controle

ESTADUAIS

- Secretaria de Estado de Administração
- PMA - Polícia Militar Ambiental
- SED – Secretaria de Educação de MS
- SES – Secretaria de Saúde do Estado-

- ENERSUL – Empresa Energética do Mato Grosso do Sul
- Águas Guariroba S/A
- SANESUL - Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul
- DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito de MS
- SEPRODES – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção e do Turismo
- Secretaria de Estado de Obras Públicas e de Transporte
- SEJUSP – Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
- Secretaria de Estado de Habitação
- Bombeiros 3º Grupamento Comando Geral
- AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
- Fundação de Promoção Social de MS
- FUNTRAB – Fundação do Trabalho e Qualificação Profissional
- SINE - Fundação de Trabalho e Economia Solidária
- Fundação de Cultura do Estado de MS
- MARCO – Museu de Arte Contemporânea
- Casa do Artesão
- FUNDTUR - Fundação de Turismo do Estado de MS
- FUNDESPORTE - Fundação de Desporto e Lazer
- FUNDECT - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul
- FUNSAU – Fundação de Serviços de Saúde de MS
- Fundação Centro de Estudo da Santa Casa
- Casa Lar / SETAS
- Fundação de Proteção à Criança e ao Adolescente
- GEAP - Fundação de Seguridade Social
- TV Educativa/MS - Rádio e Tve Regional
- IAGRO - Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal
- AGESUL Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos do MS
- AGEPEN – Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário
- AGIOSUL - Agência de Imprensa Oficial
- AGEPAN - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul
- AGEHAB - Agência de Habitação Popular de MS
- ASSEFAZ - Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul
- AEM/MS – Agência Estadual de Metrologia MS
- Polícia Civil -1º Distrito
- Polícia Civil – Delegacia Regional de Polícia
- SEINFRA/ SEPROTUR
- Ministério Público Estadual/ Promotoria
- CAOMA - Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente
- Procuradoria Geral de Justiça
- Defensoria Pública Geral do Estado MS
- Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo. e Patrimônio Cultural
- Promotorias de Justiça Especializadas
- Fundação de Escola Superior do Ministério Público de MS
- Coordenadoria de Políticas para as Mulheres
- Coordenadoria de Apoio aos Órgãos
- Coordenadoria de Desenvolvimento da Juventude
- Coordenadoria de Comunicação
- JUCEMS - Junta Comercial do Estado de MS
- Empresa de Gestão de Recursos Humanos e Patrimônio
- PROCON – Superintendência de Proteção e Defesa ao Consumidor
- DGPC - Diretoria Geral de Polícia Civil de MS

FEDERAIS

- MPF - Ministério Púbico Federal
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- FUNASA – Fundação Nacional de Saúde – Coordenação Regional
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio – Administração Regional
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
- Ministério do Trabalho

- Ministério do Exército -4 ª Cia Engenharia de Combate Mecanizado
- ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
- EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
- INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia
- INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

CONSELHOS

- CECA – Conselho Estadual de Controle Ambiental
- CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos
- Conselho Estadual de Educação
- Conselho Municipal de Educação

SISTEMA 'S' E CLUBES DE SERVIÇOS

- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul
- SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- SESI – Serviço Social da Indústria
- SEST - Serviço Social do Transporte
- SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
- Loja Maçônica
- Lions Clube
- Rotary Club

ASSOCIAÇÕES

- AABB Associação Atlética do Banco do Brasil
- ASSOMASUL – Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul
- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

REDE HOTELEIRA

REDE HOTELEIRA

- Albergue da Juventude
- Alkimia Hotel
- Bahamas Apart Hotel
- Bristol Exceler Plaza Hotel
- Bristol Jandaia Hotel
- Brumado Hotel
- Carandá Hotel
- Cerrado Hotel
- Continental Hotel
- Cosmos Hotel
- Grand Park Hotel
- Harbor Self Buriti Suite Hotel
- Hotel Advanced
- Hotel Aguillar Pinheiro
- Hotel Anache
- Hotel Caçula
- Hotel Canaã
- Hotel Cash
- Hotel Chácara do lago
- Hotel Colonial
- Hotel Concord
- Hotel e Apart Hotel Proença
- Hotel e Pousada Ranchel
- Hotel Galli
- Hotel Gaspar
- Hotel Grande Anel
- Hotel Iguaçu
- Hotel Internacional
- Hotel Itapuã
- Hotel Metropolitan
- Hotel Nacional
- Hotel Pantaneiro
- Hotel Paris
- Hotel Pousada Dom Aquino
- Hotel Pousada LM
- Hotel Prainha

- Hotel Presidente Palace
- Hotel Real
- Hotel Renascer
- Hotel Roma
- Hotel Royal
- Hotel Santa Maria
- Hotel Solar
- Hotel Trevo
- Hotel Tropical
- Hotel Turis
- Hotel União
- Hotel Vale do Sol
- Hotel Vale Verde
- Hotel Veraneio
- Íbis Hotel
- Indaiá Park Hotel
- Nosso Hotel
- Novotel
- Palace Hotel
- Paradise Hotel Ltda
- Pousada Mato Grosso
- Hotel Amanhecer
- Rocha Hotel
- Seneville Apart Hotel
- Turis Hotel
- Village Palace Hotel

ASSOCIAÇÕES DE CLASSES, FEDERAÇÕES, SINDICATOS E ONGs

ASSOCIAÇÕES

- Câmara de Dirigentes Lojistas de Campo Grande
- Associação Comercial e Industrial de Campo Grande
- APROSSUL - Associação de Produtores de Sementes e Mudas
- ASSETUR - Associação Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Campo Grande
- Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do MS
- Associação Brasileira da Indústria Gráfica Regional
- Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento de MS
- Associação dos Lojistas do Shopping Center CPE
- Associação dos Lojistas do Shopping Center Eldorado
- AMAS- Associação Sul Mato-Grossense de Supermercado
- Associação Sul-Mato-grossense de Produtores de Novilho Precoce
- ASSOVEMS - Associação dos Revendedores de Veículos do MS
- FEDERAÇÕES
- FIEMS – Federação da Indústria de Mato Grosso do Sul
- FEB - Associação Nacional dos Veteranos
- FENAL – Federação Nacional Sindicato das Assembleias Legislativa
- Associação dos Servidores do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul
- FETEMS – Federação dos Trabalhadores em Educação
- Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado de MS
- OCB/MS - Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul

SINDICATOS PATRONAIS

- ACP – Sindicato Campograndense dos Profissionais da Educação
- REPAMS – Associação de Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural de Mato Grosso do Sul
- SINEPE – Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de MS
- Sindicato Rural de Campo Grande
- SINTRAE – Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Mato Grosso do Sul
- SINDHESUL – Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do MS
- Sindicato dos Varejistas de Produtos Farmacêuticos

- Sindicato das Agências de Propagandas de MS
- Sindicato da Sociedade de Fomento Mercantil
- SIAMS – Sindicato das Indústrias da Alimentação do Estado do MS
- Sindicato Indústria Panificação e Confeitaria Campograndense
- Sindicato das Indústrias de Frios e Carnes e Derivados MS
- Sindicato de Hotéis Restaurantes Bares e Similares
- SINDIVEST/MS - Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Vestuário, Tecelagem e Fiação de MS
- SINDIGRAF - Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado MS
- Sindicato do Comércio Varejista de Campo Grande
- Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Móveis em Geral, Marcenarias Carpintarias, Serrarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas
- SIMEMAE - Sindicato das Indústrias Metalúrgicos de Materiais Elétricos
- Sindicato Indústria Cerâmica do Estado M
- SINDICONSTRU - Sindicato Comércio Varejista Atacado Materiais de Construção
- Sindicato Comercial de Varejista Material de Construção
- SECOVI - Sindicato das Empresas Imobiliárias de MS
- SINDICATOUSCON - Sindicato Intermunicipal da Indústria Construção do MS
- Sindicato da Indústrias da Fabricação do Álcool do Estado MS
- SINDCFC/ MS – Sindicato das Auto Escola do MS
- Sindicato de Empresa Transporte Coletivos Urbanos
- Sindicato do Comércio Varejista de Combustível Automotores
- SINPETRO Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo e Lubrificantes MS

SINDICATO DOS TRABALHADORES

- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Campo Grande
- ASSIBGE - Sindicato Nacional Núcleo Sindical de MS
- Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de Mato Grosso do Sul
- Sindicato das Empresas de Revenda de Gás da Região Centro- Oeste
- Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação de MS
- Sindicato dos Administradores de MS
- Sindicato dos Agentes Lotéricos do Estado MS
- Sindicato dos Empregados Entretenimento Cultura Recreativas
- Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campo Grande
- Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustível
- Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro
- Sindicato dos Engenheiros no Estado do Mato Grosso do Sul
- Sindicato dos Farmacêuticos
- Sindicato dos Funcionários Administrativos da Educação
- Sindicato dos Instrutores e Funcionários de Centros de Formação
- Sindicato dos Médicos do Estado MS
- Sindicato dos Motos Táxistas de Mato Grosso do Sul
- Sindicato dos Odontologistas de Mato Grosso do Sul
- Sindicato dos Odontologistas do Estado MS
- Sindicato dos Oficiais Pratronal e Funcionários de Farmácias e Drogarias do MS
- Sindicato dos Radialistas
- Sindicato dos Radialistas Locutores
- Sindicato dos Representantes Comerciais no MS
- Sindicato dos Servidores Administrativos Fazendária do Estado do MS
- Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Mato Grosso do Sul
- Sindicato dos Táxistas de MS - SINTÁXI
- Sindicato dos Trabalhadores e Serviços de Secretaria de Administração do Estado do MS

- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Bauru
- Sindicato dos Trabalhadores na Industria Metal Materiais Elétricos de Campo Grande
- Sindicato dos Trabalhadores Movimento de Mercadorias Geral de Campo Grande
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústria do Vestuário de Campo Grande
- Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Coletivo Urbano de Campo Grande
- Sindicato dos Trabalhadores da Fundação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- Sindicato dos Trabalhadores do DERSUL
- Sindicato dos Trabalhadores dos Correios Telégrafos e Similar
- Sindicato dos Trabalhadores e Servidores da Administração
- Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de MS
- Sindicato dos Trabalhadores Indústria Purificação Distribuição Água Serviço de Esgoto
- Sindicato dos Trabalhadores Indústria Alimentação Campo Grande
- Sindicato dos Trabalhadores Indústrias Construção
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia
- Sindicato dos Trabalhadores na Panificação
- Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Minérios Derivados de Petróleo
- Sindicato dos Trabalhadores Públicos Saúde Previdência
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Grande
- Sindicato dos Trabalhadores Transporte Cargas Similares
- Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores b de Instituições de Pesquisa Agropecuária Florestal
- Sindicato Policiais Federais do Estado de MS
- Sindicato Profissionais Processamento Dados MS
- Sindicato Profissionais de Segurança e Vigilância Comunitária de MS
- Sindicato Profissional dos Motociclistas Sobre Duas Rodas
- Sindicato Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Campo Grande MS
- Sindicato Trabalhadores Indústria da Construção e do Mobiliário de Campo Grande MS
- Sindicato Trabalhadores Frigorífico de Mato Grosso Sul
- Sindicato Trabalhadores Indústrias Metal
- SINDIJUS - Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário - Delegacia Sindical de Campo Grande
- SINPSI - Sindicato dos Psicólogos de MS
- SINTAMS - Sindicato Técnicos Agrícolas de MS
- SINTEL MS Sindicato dos Empregados das Empresa de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônica
- SINTERMS - Sindicato dos Técnicos em Radiologia
- SINTERPA - Sindicato Trabalhadores Extensão Rural

ONG

- WWF-Brasil
- IGEPLAN Cedro Amor Exigente
- Fundação Biótica
- Ecoa – Ecologia e Ação
- CICA
- Comissão Pastoral da Terra

MUNICÍPIO DE CORGUINHO

PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

MUNICIPAIS

- EM Arco-Íris
- EM Frei Otávio João Simionato
- EPM Francisco Nogueira Sobrinho
- Prefeitura Municipal de Corguinho
- Câmara Municipal de Corguinho
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Ação Social
- Secretaria Municipal de Obras
- Assessoria de Comunicação

ESTADUAIS

- EE José Alves Quito
- Polícia Civil
- Destacamento da Polícia Militar
- ENERSUL - Empresa Energética do Mato Grosso do Sul
- SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto
- DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
- AGENFA – Agência Fazendária
- IAGRO - Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal

FEDERAIS

- ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS

- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- Clube de Laço União Corguinhense
- Associação de Amigos e Colaboradores Corguinhense (Rádio FM VITORIA)

REDE HOTELEIRA

- Hotel Diamante
- Interville Pousada Club
- Estância Quinta do Sol
- Alojamento do Projeto Portal

MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI
PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

MUNICIPAIS

- C. Polo Municipal de Educação Infantil Anjos do Dia
- EPM Felícia Emiko Kawamura Sakitani
- EM Marcos Freire
- EM Nero Menezes de Ávila
- Prefeitura Municipal de Dois Irmãos
- Departamento de Esportes
- Câmara Municipal
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Agricultura
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Turismo
- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Secretaria Municipal de Obras

ESTADUAIS

- EE Estefana Centurion Gambarra
- EE Indígena Cacique Ndeti Reginaldo
- Polícia Civil
- Polícia Militar
- ENERSUL - Empresa Energética do Mato Grosso do Sul
- SANESUL - Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul
- DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
- AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
- IAGRO - Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal
  AGENFA - Agência Fazendária

FEDERAIS

- ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- Associação Nipo Brasileira
- Instituto de Jesus Adolescente
- Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural Sudoeste MS
- Sindicato Rural

MUNICÍPIO DE JARAGUARI
PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

MUNICIPAIS

- Prefeitura Municipal de Jaraguari
- Câmara Municipal de Jaraguari
- Secretaria Municipal de Cultura, Meio Ambiente e Turismo
- Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer
- Secretaria Municipal de Saúde
- Posto de Saúde de Jaraguari
- Secretaria Municipal de Agricultura
- Secretaria Municipal Assistência Social
- Secretaria Municipal de Obras
- Secretaria Municipal de Administração
- Publicação/ Chefe de Gabinete
- Centro de Convivência Vida Feliz – CRAS
- EM Francisco Antônio de Souza
- CEI - Santa Rita De Cássia (Urbana)

ESTADUAIS

- EE José Serafim Ribeiro
- EE Zumbi dos Palmares (Rural - Furnas do Dionízio)
- Polícia Civil-Delegacia de Polícia de Jaraguari
- Polícia Militar - Destacamento de Jaraguari
- Educação/ PROLER – Idosos
- ENERSUL - Empresa Energética do Mato Grosso do Sul
- SAAE – Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto
- DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
- AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
- IAGRO - Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal
  AGENFA – Agência Fazendária
- CASSEMS - Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul

FEDERAIS

- Casa Lotérica - Caixa Econômica, Banco do Brasil
- Ministério da Aeronáutica – Departamento de Controle do Espaço Aéreo
- ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS

- Associação dos Produtores de Leite – ASPLEJ
- Sindicato Rural de Jaraguari
- Sindicato dos Trabalhadores em Educação – SINTED
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- Associação de Moradores Centrais de Jaraguari

HOTÉIS E POUSADAS

- Pousada São Sebastião
- Sitio Pingo de Ouro - camping e alojamentos
- Estância Lazara- camping e alojamentos
- Pousada Taboquina - Furnas do Dionizio - camping e alojamentos
- Pousada Toca do Ouriço

MUNICÍPIO DE NOVA ALVORADA DO SUL
PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

EDUCACIONAL

- CMEI - Dona Maria Ferreira Barbosa - Polo
- EM Adenisaldo Araújo De Rezende
- EM Ires Brunetto
- E,M Leonor De Souza Araújo – Polo
- EM Martinho Barbosa Martins
- EM Rosalvo Da Rocha Rodrigues
- EE Antônio Coelho
- EE Delfina Nogueira De Souza
- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- Escola Família Agrícola Rosalvo . Rodrigues

MUNICIPAIS

- Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul
- Câmara Municipal
- Secretaria de Administração e Planejamento
- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
- Secretário Municipal de Finanças

ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS

- Sindicato Rural de Nova Alvorada do Sul
- SIMTED - Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação-Nova Alvorada do Sul
- Associação dos Agricultores Familiares do P.A. Bebedour
- Associação dos Produtores Rurais do Assentamento PAM (ASEAPAM)
- Associação Comercial e Industrial de Nova Alvorada
- Rede Feminina de Combate ao Câncer de Nova Alvorada do Sul
- Sociedade Beneficente Nova Alvorada
- Assem Associação Sulnovalvoradense de Servidores Municipais

REDE HOTELEIRA

- Alvorada Hotel
- Hotel Sol Nascente
- Restaurante, Lanchonete e Hotel Natureza
- Fazenda São Paulo
- Carandá Palace Hotel

MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO
PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

EDUCACIONAIS

- CEINF - Pingo de Gente
- EM Alcindo Vicente Ferreira
- EM Balão Mágico
- EM Iracy da Silva Almeida
- EM Mareide Monteiro de Lima
- EM São Sebastião
- EE Dr. João Ponce de Arruda
- EE Eduardo Batista Amorim
- Centro Educacional Rosa Mosso
- Escola Clínica Arco-Íris – Pestalozzi
- CEINF Ivone Abes
- EM Usina Do Mimoso – Polo
- Sala 4m (Rural)
- Antônia C S R (Fazenda Boa Sorte)
- Arlindo Luz 1 e 2 (Rural)
- Claudio Barbela (Fazenda Pantano)
- Centauro (Rural)
- Conquista (Fazenda Garimpo)
- João Avelino (Fazenda Monte belo)
- Japecanga (Rural)
- Luis Grando (Fazenda Maringá)
- Modelo (Rural)
- Mutum (Rural)
- Pingo d'agua (Fazenda Santa Alda)
- Potreirinho (Rural)

- São Domingos (Rural)
- Takigawa Yoshimura (Fazenda Boa Vista)

MUNICIPAIS

- Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo
- Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico
- Secretaria Municipal Educação
- Secretaria Municipal Finanças e Planejamento
- Secretaria Municipal Obras e Serviços Urbanos
- Secretaria Municipal Saúde

ESTADUAIS

- Ministério Público Estadual
- Tribunal de Justiça do Estado
- Defensoria Pública
- OAB-Ordem dos Advogados do Brasil
- ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul
- SANESUL – Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul
- DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
- AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
- IAGRO - Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal
  Polícia Militar
- Polícia Civil
- AGENFA – Agência Fazendária

ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS

- Sindicato Rural de Ribas do Rio Pardo - Jardim Vista Alegre
- SIMTED - Sindicato Municipal dos Trabalhadores Em Educação - Ribas do Rio
- UNIRIBAS - Associação dos Universitários de Ribas do Rio Pardo
- Associação de Mulheres - Essência da Mulher
- Associação Comercial e Industrial de Ribas do Rio Pardo
- Cooper-Rio
- ACRIRIBAS
- 40 a Ribas – Associação Atlética
- Casa da Amizade
- APM da EM Isa
- UMPEP - União Mutunense de Pequenos Produtores
- APM São Sebastião
- Pro-Rio – ONG de Defesa do Meio Ambiente
- Clube do Laço Agro-Rio
- Rádio Comunitária 90 FM
- Rádio Comunitária

MUNICÍPIO DE RIO NEGRO
PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

EDUCACIONAIS

- CEI - Dolíria Herculano Diniz
- EM São Francisco
- EE Leontino Alves de Oliveira
- EE Otávio Gonçalves Gomes
- Escola Centro de Educação Especial de Rio Negro – APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

MUNICIPAIS

- Prefeitura Municipal de Rio Negro
- Câmara Municipal
- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
- Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Trabalho
- Secretaria Municipal de Saúde Pública, Saneamento e Higiene
- Secretaria Municipal de Infraestrutura, Trânsito e Serviços Urbanos
- Secretaria Municipal de Produção, Meio Ambiente e Turismo

ESTADUAL

- Secretaria de Educação do Estado (EE Leontino Alves de Oliveira)

ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS

- Sindicato Rural de Rio Negro
- Associação da Comunidade Ourolândia
- Associação Comunitária do Rio Negro
- Sociedade Beneficente Cruzeiras de São Francisco
- CASSEMS - Caixa de Assistência dos Servidores do Mato Grosso do Sul
- Conselho da Comunidade da Comarca de Rio Negro
- COMDES
- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- APM da Escola Municipal São Francisco - Polo
- ACORI
- EAPAGRI
- AINE
- Arrima

MUNICÍPIO DE ROCHEDO
PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

EDUCACIONAIS

- Escola Estadual José Alves Ribeiro
- CEI – Centro Educacional Infantil Unidade Ii Hiroci Odacura
- Escola Municipal POLO
- Escola Municipal Doce Saber
- Escola Municipal anexo a Polo

MUNICIPAIS

- Prefeitura Municipal de Rochedo
- Câmara Municipal de Rochedo
- Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Sustentável
- Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte
- Diretoria de Turismo e Meio Ambiente
- Diretoria de Agricultura e pecuária
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Ação Social
- Secretaria Municipal de Administração
- SAAE Departamento de Água

ESTADUAIS

- Polícia Militar
- Polícia Civil
- AGENFA – Agência Fazendária
- DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
- AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
- IAGRO - Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal

FEDERAIS

- ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS

- Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico - Rádio Líder FM
- Associação das Mulheres em Ação
- Associação dos Artesãos
- Associação do Bairro “Leomar Roberto”
- AGRIPEIXE - Associação dos Agricultores e Piscicultores de Rochedo
- ACRIPER - Associação dos Criadores de Peixe de Rochedo
- ACRIPAN - Associação dos Parceiros Piscicultores do Pantanal
- AMAP - Associação dos Micro Agricultores e Piscicultores de Rochedo
- Associação dos Agricultores Familiares Canaã
- Associação dos Trabalhadores Rurais da Região Centro-Oeste

ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS

- ASPROLER - Associação dos Produtores de Leite de Rochedo
- Associação da Escola de Rodeia CAWBOIS DO FUTURO
- Sindicato Rural de Rochedo
- Cooperativa de Crédito Rural - SICRED
- Comunidade Terapêutica Vida Nova

- Chácara Santa Terezinha
- ONG – Nova Nação
- Maçonaria – Luz, Justiça e Perseverança
- Clube da Melhor Idade
- Clube do Laço
- Grupo de Dança Capoeira
- Associação Projeto Portal
- Associação de Pais e Mestres
- Conselho Municipal de Saúde
- Conselho Tutelar

REDE HOTELEIRA

- Hotel Rochedo
- Pousada Alvorada
- Pousada Ouro Verde

MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA
PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

EDUCACIONAIS

- EE Profª Catarina de Abreu
- Extensão: Associação Capão Bonito II
- EE Sidrônio Antunes de Andrade
- Extensão: Associação Capão Bonito I; Jiboia; Eldorado
- EE Kopenoti de Em Prof. Lúcio Dias
- EE Vespasiano Martins
- CMEI-Irmã Demétria Pedrosa d'Almeida
- CMEI - Lar da Criança – Crec
- CMEI - Prefeito Criança
- CMEI - Inês Nunes dos Santos – Pólo
- CMEI - Profª Elza Alves Leme
- EM Valério Carlos Da Costa
- EM Olinda Brito De Souza
- EM Pedro Aleixo
- EM Porfíria Lopes do Nascimento
- EM Profª. Natália Moraes de Oliveira
- EM Arany Barcellos – Pólo
- EM Cacique Armando Gabriel - Pólo
- EM Darcy Ribeiro – Pólo
- EM Domingos Alves Nantes - Pólo
- EM Eldorado
- EM Monteiro Lobato
- EM São Pedro
- EM Indígena
- Creche Jandaia
- Creche São Bento
- Creche Vila Carinhosa
- Escola Nossa Senhora da Abadia
- Escola Reino da Cultura
- EFASIDRO - Escola Família Agrícola de Sidrolândia
- Casa de Formação São Francisco de Assis

MUNICIPAIS

- Prefeitura Municipal de Sidrolândia
- Câmara Municipal
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e de Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e de Turismo
- Assessoria de Comunicação Social
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Secretaria Municipal das Escolas Rurais
- Secretaria Municipal de Saúde e Higiene Pública
- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer
- Secretaria Municipal. de Obras e Serviços Urbanos
- Casa da Cultura
- Secretaria Municipal de Administração
- COEPLAN – Coordenadoria Municipal de Planejamento
- Secretaria Municipal de Finanças
- Secretaria Municipal de Infraestrutura
- Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
- Coordenadoria Indígena
- Controle de Vetores
- Centro de Referência da Assistência Social - Cascatinha
- Centro de Referência da Assistência Social – São Bento

- Posto Central de Saúde
- Posto de Saúde Cascatinha
- Posto de Saúde Central
- Posto de Saúde Cleide Piram
- Posto de Saúde Malvinas
- Posto de Saúde São Bento
- Posto de Saúde Vila Jandaia
- Centro de Especialidades Médicas
- Centro de Especialidades Odontológicas

ESTADUAIS

- ENERSUL - Empresa Energética do Mato Grosso do Sul
- SANESUL - Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul
- DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
- AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
- IAGRO - Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal
  Polícia Militar
- Polícia Civil
- Ministério Público Estadual./ Promotoria Pública
- Defensoria Pública
- OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
- Tribunal de Justiça do Estado
- AGENFA – Agência Fazendária

FEDERAIS

- INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS

- CREAS
- Conselho Tutelar
- Conselho Municipal de Turismo
- Conselho Municipal de Meio Ambiente
- Centro de Ed. Esp. de Sidrolândia APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Sidrolândia
- Associação Desportiva Classista Seara
- Associação dos Avicultores de Sidrolândia
- AABB - Associação Atlética Banco do Brasil
- Sindicato Rural – Ozório Luiz Stralliotto
- Sindicato dos Servidores Públicos
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR
- Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – SINTRAF
- Junta Comercial

MUNICÍPIO DE TERENOS
PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

EDUCACIONAIS

- EE Antônio Valadares
- EE Eduardo Perez
- EE Antônio Nogueira da Fonseca-Rural
- EM Álvaro Lopes
- Centro de Educação Infantil – CEI
- CMEI - Santa Ana
- EM Antônio Sandim de Rezende (Rural)
- EM Assentamento Campo Verde
- EM Isabel de Campos Widal Rodrigues
- EM Jamic
- EM Salustiano da Motta
- Escola de Ensino Fundamental Alicerce
- UFMS – Fazenda Escola
- MUNICIPAIS
- Prefeitura Municipal de Terenos
- Câmara Municipal de Terenos
- Diretoria de Administração
- Departamento Promoção Social
- Departamento Desenvolvimento Econômico Agrário, Turismo e Meio Ambiente
- Departamento de Educação Cultura e Esporte
- Departamento de Saúde
- PSF - Posto de Saúde da Família
- Departamento de Obras e engenharia
- Vigilância Sanitária

- Assessoria de Comunicação

ESTADUAIS

- Polícia Civil - Delegacia Municipal
- Secretaria de Educação do Estado (EE Eduardo Peres)
- SASCT Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania
- Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul
- Ministério Público Estadual
- ENERSUL - Empresa Energética do Mato Grosso do Sul
- SANESUL - Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul
- DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
- AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
- IAGRO - Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal

ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS

- Loja Maçonica Sacerdotes do Direito Nº47
- Sociedade Pestalozzi de Terenos
- Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico Cultural
- Instituto de Aposentados, Pensionistas e Servidores Município de Terenos
- Sindicato Rural de Terenos
- Sindicato Funcionários e Servidores Públicos
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terenos
- Associação dos Pequenos Produtores Águia Azul - Assentamento Patagônia
- Associação dos Produtores do Assentamento Nova Querênicia - Portal do Pantanal
- Associação de Desenvolvimento Comunitário de Terenos
- Associação de Desenvolvimento Comunitário do Assentamento Campo Verde
- Associação dos Moradores da Vila Ferreira
- Associação Evangélica de Terenos
- Associação Comunitária de Desenvolvimento do Assentamento Paraíso
- Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais
- Associação Guaicurus de Apoio e Reforma Agrária
- Associação do Assentamento Novo Canaã
- Associação dos Produtores Rurais da Vila Demétria
- Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira de Várzea Alegre
- Associação da Cooperativa Agrícola Mista de Várzea Alegre
- Asilo São Vicente de Paula
- Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária (SSCH)

APÊNDICE C
CHECK LIST PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES

APÊNDICE D
REGISTROS FOTOGRÁFICOS DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS